

**DA FAVELA AO CONJUNTO: A TRAJETÓRIA DA CCPL ENTRE O
ABANDONO, A REMOÇÃO E A URBANIZAÇÃO**

DANIELLA GUEDES ROCHA

PROF. ORIENTADOR ACADÊMICO
MARIANA CAVALCANTI

Rio de Janeiro, 2016

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS
CULTURAIS
DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

**DA FAVELA AO CONJUNTO: A TRAJETÓRIA DA CCPL ENTRE O
ABANDONO, A REMOÇÃO E A URBANIZAÇÃO**

Tese de Doutorado apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História, Política e Bens Culturais.

Banca examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Mariana Cavalcanti (CPDOC/FGV) [*orientadora*]

Prof. Dr. Américo Oscar Freire (CPDOC/FGV)

Prof^ª. Dr^ª. Luciana Quillet Heymann (CPDOC/FGV)

Prof. Dr. Mario Sergio Ignácio Brum (FEBF/Uerj)

Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Júnior (IPPUR/UFRJ)

Prof^ª. Dr^ª. Palloma Menezes (CPDOC/FGV) [*suplente interno*]

Prof. Dr. Marcelo Burgos (PUC-Rio) [*suplente externo*]

Rio de Janeiro, abril de 2016



DANIELLA GUEDES ROCHA

**“DA FAVELA AO CONJUNTO: A TRAJETÓRIA DA CCPL ENTRE O
ABANDONO, A REMOÇÃO E A URBANIZAÇÃO.”**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil para obtenção do grau de Doutor em História, Política e Bens Culturais.

Data da defesa: 12/05/2016

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA DA DEFESA DE TESE

Mariana Cavalcanti Rocha dos Santos
Orientador (a)

Luciana Quillet Heymann

Américo Oscar Freire

Orlando Santos Junior

Mario Brum

Ficha catalográfica

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Mario Henrique Simonsen/FGV

Rocha, Daniella Guedes

Da favela ao conjunto: a trajetória da CCPL entre o abandono, a remoção e a urbanização / Daniella Guedes Rocha. – 2016.
254 f.

Tese (doutorado) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

Orientador: Mariana Cavalcanti.

Inclui bibliografia.

1. Favelas. 2. Favelas - Urbanização. 3. Favelas - Remoção.
4. Programa de Aceleração do Crescimento. 5. Cooperativa Central dos Produtores de Leite. I. Cavalcanti, Mariana, 1976- . II. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 307.3364

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me sustentado em todos os momentos de fraqueza e de dúvidas, que não foram poucos nesses quatro anos. À minha mãe e ao meu pai, pelo apoio incondicional em toda a minha jornada. A paz passada pelos dois aumenta minha crença de que, ao fim, tudo dá certo. Ao Marcelo, por me dar o amor que preciso nos momentos de calmaria. Ao Thiago, novamente, pelo orgulho contido e por ter me dado uma das maiores alegrias dos últimos anos, meu sobrinho, João, junto com a minha cunhada, Telma.

Às minhas avós, primeiras fontes de sabedorias, e aos meus avôs, onde quer que eles estejam, olhando por nós. Aos meus padrinhos, pelas bênçãos de sempre. Aos meus tios e tias, e, mais uma vez, à Monica, sempre um espelho.

À Mariana, todos os agradecimentos do mundo. Você foi meu suporte, e acreditou em mim em todos os momentos em que eu não acreditei. Quantas vezes falei aos outros que você confiava mais no meu potencial que eu! Obrigada, e esse será um agradecimento por toda a vida.

Ao Paulo Fontes, por estar naquela sala de aula falando sobre fábricas abandonadas. Aos meus orientadores do Mestrado, Cesar Ajara e Fernando Lattman-Weltman, por guiar alguns dos meus passos na vida acadêmica. A Luciana, Américo, Orlando, Mario, Palloma e Burgos, obrigada pela disponibilidade para compor a banca. À equipe e aos professores do CPDOC e da FGV, sempre solícitos, um importantíssimo apoio para a elaboração desta tese.

Aos meus amigos. Ao Viktor, que mesmo de longe, serve de inspiração. À Adriane, Erika, Gilda, Roberta, Bruninha, Mariana, Adriana, Dany, Amanda, Dani e Dani, pelos risos rasgados quando nos encontramos, essenciais para amenizar os estresses da vida.

Aos profissionais da EMOP, sempre de portas abertas, meu muito obrigada. Aos moradores da CCPL, por me receberem tão bem em suas casas e me permitirem conhecer um pouco de suas suadas trajetórias. Sempre vou dever muito a vocês.

A todos que torcem pelo meu sucesso. Àqueles que, mesmo sem saber, me inspiraram nessa caminhada.

A todos os meus guias. A Jesus.

DEDICATÓRIA

*Aos moradores da CCPL
Aos meus pais, meus guias
Ao Marcelo, meu porto
A Deus*

RESUMO

O projeto elaborado no âmbito do PAC Favelas para a favela da CCPL, em Benfica, possuía um caráter peculiar que se tornou o principal objeto de análise desta tese, relacionado ao fato de que os moradores removidos seriam mantidos, em sua maioria, no mesmo terreno de suas moradias originais. Esta particularidade se contrapõe a projetos colocados em prática nas décadas de 1960 e 1970, e a planos atuais realizados na cidade do Rio de Janeiro, em que os moradores removidos são deslocados para grandes distâncias. O trabalho de campo se desenvolveu de 2009 a 2015, com o acompanhamento desde o anúncio das obras até a inauguração do conjunto habitacional. As trajetórias dos moradores mostraram que a localização da CCPL era essencial para o cotidiano dos mesmos, o que conferia importância à manutenção naquele mesmo lugar. No decorrer da pesquisa, no entanto, o processo de retirada dos moradores mostrou-se semelhante a um processo de remoção, com as inseguranças que este acarreta.

Palavras-Chave: Urbanização, remoção, favelas, PAC, CCPL.

ABSTRACT

The elaborate project by the PAC Favelas to the CCPL slum, in Benfica, had a peculiar character that became the main object of analysis of this thesis, related to the fact that residents removed would be kept, in most cases, in the same place of their original homes. This feature contrasts the projects put into practice in the 1960s and 1970s, and current plans held in the city of Rio de Janeiro, where residents removed are moved great distances. Fieldwork was developed from 2009 to 2015, with follow-up since the announcement of the works until the opening of the housing. The trajectories of residents showed that the location of CCPL was essential to their daily life, which gave importance to the maintenance on the spot. In the course of research, however, the output of residents was similar to a removal process, with the insecurities that this entails.

Keywords: Urbanization, removal process, slums, PAC, CCPL.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
-------------------------	-----------

PARTE I - DA FÁBRICA À FAVELA

CAPÍTULO I – A Favela Fabril

1.1 A fábrica de leite.....	21
1.2 E a fábrica se torna favela.....	31
1.3 Aqueles que ficaram.....	39
1.3.1 O microcosmos CCPL.....	44
1.4 A “velha” CCPL.....	53

CAPÍTULO II – O fim da favela

2.1 O PAC Manguinhos.....	61
2.1.1 A inserção da CCPL no PAC.....	75
2.2 A decisão: manter no mesmo lugar.....	82
2.2.1 Aprendizado com o passado.....	91
2.2.2 A dinâmica das remoções.....	99
2.2.3 Contraste com a própria atualidade.....	106
2.3 <i>Dejà vu</i> para Manguinhos.....	119

PARTE II - DA FAVELA AO CONJUNTO

CAPÍTULO III – A “Nova” CCPL

3.1 Sua casa vai sair.....	133
3.2 A longa jornada das obras.....	150
3.3 A espera pela nova casa.....	157
3.4 Voltando para casa.....	165
3.5 Aquele mesmo lugar.....	170

CAPÍTULO IV – Mesmo local, novo espaço

4.1 Um curso para morar no conjunto.....	178
4.1.1 Parênteses para retomar o passado.....	195
4.2 Aqui estão seus direitos e deveres.....	199
4.2.1 Mais do conjunto.....	210
4.3 Com as próprias pernas.....	215

CONSIDERAÇÕES FINAIS	219
-----------------------------------	------------

ANEXOS	224
---------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	238
---	------------

IMAGENS

Imagem 1. Corredor no segundo andar da fábrica ocupada	24
Imagem 2. Corredor no segundo andar da fábrica ocupada, com o teto fletindo, após as chuvas de 2010	25
Imagem 3. Barracos de madeira no terreno atrás dos prédios da fábrica	25
Imagem 4. A fábrica da Cooperativa Central dos Produtores de Leite	26
Imagem 5. Mapa com áreas de intervenções no Complexo de Manguinhos	76
Imagem 6. Ficha de cadastro dos imóveis pelo Trabalho Social	143
Imagem 7. Tabela de avaliação dos imóveis	144
Imagem 8. Tabela com valores para a Compra Assistida	146
Imagem 9. Marcação das casas pela equipe do Trabalho Social	150
Imagem 10. Prédios preparados para a implosão, com pertences de usuários de crack sendo queimados	153
Imagem 11. Implosão dos prédios da fábrica da CCPL	154
Imagem 12. Construção do conjunto habitacional, em outubro de 2013	156
Imagem 13. Comunicado aos moradores sobre os Encontros de Integração	181
Imagem 14. Adesivos com horários dos Encontros de Integração	182

INTRODUÇÃO

No período em que fui assessora de imprensa da Empresa de Obras Públicas do Rio de Janeiro (EMOP), órgão do Governo do Estado, entre 2009 e 2010, pude acompanhar as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em três grandes favelas cariocas: Complexo de Manguinhos, Complexo do Alemão e Rocinha. Aqueles projetos possuíam um caráter que me chamou a atenção, que consistia na manutenção dos moradores que eram removidos das favelas atendidas pelo PAC em áreas próximas à moradia original e, em pelo menos dois casos, no próprio terreno onde viviam. As consequências da remoção de moradores para lugares distantes constituíam uma das críticas realizadas às políticas de habitação das décadas de 1960 e 1970, principalmente sob o período de atuação da Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (Chisam). Autores como Janice Perlman (1977), Licia Valladares (1978) e Alba Zaluar (1985) discutiram os problemas decorrentes desta distância, principalmente em relação à perda de emprego e das possibilidades de realização de biscates, aliados ao aumento das despesas para aquelas famílias. Também foram questionados, para este período, o rompimento das relações pessoais construídas nas comunidades ou até mesmo entre familiares, separados nos processos de remoção.

Valladares (1978:21) afirma que, após “inúmeras tentativas de ‘solucionar o

problema' da favela, que se sucederam por cerca de 20 anos", a década de 1960 presenciou o início "de uma operação gigantesca visando a remoção sumária das favelas do Rio de Janeiro para os conjuntos habitacionais financiados pelo BNH e comercializados pela COHAB". A favela representava uma "solução orçamentária" não só pelo não pagamento do aluguel como também "por reduzir o tempo e o custo dos deslocamentos para os locais de trabalho, assim como permitir – por sua proximidade dos bairros de classes média e alta – a prestação de serviços em geral (biscates), que complementam a renda familiar" (idem, p.74). A transferência dos moradores para conjuntos habitacionais localizados nas Zonas Norte e Suburbana, Zona Oeste e Grande Rio representou "a introdução de despesas suplementares muito significativas para o orçamento dos ex-favelados" (idem, p. 111) e uma ameaça às suas fontes de renda, já que a proximidade dos bairros mais abastados lhes permitia a realização de biscates. As mulheres foram as mais afetadas, abandonando seus empregos como domésticas em virtude do custo do transporte e das horas de deslocamento até o local de trabalho, e não conseguiam novos empregos, já que os bairros ao redor dos conjuntos não constituíam um bom mercado de trabalho. A autora afirma ainda que, "nas favelas, as despesas com transporte eram menores, além de contarem também com a proximidade de serviços públicos gratuitos (hospitais, escolas, etc.). Em suma, a favela representava uma 'solução orçamentária' viável, anulada pela remoção de seus habitantes" (ibidem).

Perlman (1977:253) resume as repercussões econômicas em três campos: "tempo e dinheiro gastos no transporte para o trabalho; mudança na facilidade de encontrar trabalho, principalmente para as mulheres, ou biscates; e necessidade de pagar prestações mensais da hipoteca da casa". A autora afirma que a remoção levou os favelados a se encontrarem "ilegalmente expulsos da cidade – rejeitados e punidos por

serem pobres, e geograficamente isolados das inúmeras oportunidades que a vida urbana tem para oferecer, e que os haviam atraído inicialmente” (idem, p. 236). Neste contexto, Zaluar (1985:70) afirma ser inegável que a remoção, em particular dos favelados da Zona Sul “transferidos para o extremo oposto da cidade sob a mira de armas”, foi um processo dramático – “Os felizes proprietários das casas do BNH tiveram inúmeras razões para desesperar-se diante das dificuldades encontradas e resistir da maneira que puderam”. Burgos (2006:36), falando já com afastamento histórico, afirma que a história das remoções, sobretudo entre 1968 e 1975, “representa um dos capítulos mais violentos da longa história de repressão e exclusão do Estado brasileiro. Na verdade, sabe-se muito pouco a seu respeito, mas o que se sabe permite supor a extensão da sua dramaticidade”.

Ao sair da EMOP, assumi o cargo de editora de conteúdo do site Viva Favela¹, um projeto da ONG Viva Rio. Correspondentes comunitários de todo o Brasil podiam postar fotos, vídeos, áudios e textos sobre o que aconteciam em suas comunidades, o que tornava o veículo totalmente colaborativo. Nestes conteúdos, passei a receber denúncias sobre as remoções que a Prefeitura do Rio estava realizando, através do Morar Carioca² e das obras de preparação da cidade para as Olimpíadas de 2016. Entre essas denúncias estavam problemas na notificação da remoção dos imóveis, falta de acesso aos projetos, retirada dos moradores sem o devido processo de desapropriação concluído, truculência policial e transferência de moradores para localidades distantes de suas moradias originais – em alguns casos essa distância chegava a 60 quilômetros. O que era dito no site pelos próprios moradores chegou a relatórios, artigos e livros,

¹ Cargo exercido de fevereiro de 2011 a janeiro de 2012. O Viva Favela - www.vivafavela.com.br foi criado em julho de 2001 pelo Viva Rio, tendo como metas a inclusão digital, a democratização da informação e a redução da desigualdade social.

² Lançado em 2010, o programa tem como objetivo urbanizar, até 2020, todas as comunidades da cidade do Rio de Janeiro.

através de pesquisadores como Raquel Rolnik (2011), Orlando Alves dos Santos Junior (2011) e Lucas Faulhaber (2015).

Em documento com denúncias que chegaram à Relatoria da ONU para o Direito à Moradia Adequada, Rolnik (2011:09) afirma que em comunidades como Vila Harmonia, Restinga e Vila Recreio II, no Recreio dos Bandeirantes, mesmo com a “ação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, que conseguiu liminares para suspender as demolições, a pressão de agentes do poder público não cessou”. As casas “foram marcadas com *spray* de tinta e algumas famílias foram ameaçadas de não receber indenização alguma caso não acatassem logo a oferta do governo municipal”. Já aos moradores da comunidade do Metrô Mangueira eram oferecidas alternativas de moradia no Campo Grande, região muito distante da localização atual da comunidade, e a pressão de agentes da prefeitura para que as famílias aceitem os acordos não cessam” (idem, p.10). Também em relatório, desta vez da Missão da Relatoria do Direito à Cidade no Rio de Janeiro, Santos Junior e Muller (2011:29) afirmam que o grupo constatou que as indenizações oferecidas “são incapazes de garantir o acesso a outro imóvel situado na vizinhança próxima, tendo em vista que a Prefeitura só indeniza o valor das benfeitorias e não a posse terra”, fato agravado pela valorização imobiliária causada no entorno decorrente dos investimentos realizados pelo poder público. Nem através da modalidade compra assistida, que aumenta em 40% o valor da indenização destinado à compra de um novo imóvel, o morador consegue se manter nas proximidades de sua moradia original. “Resta a opção de ser transferido para um imóvel distante, nos conjuntos habitacionais que estão sendo construídos em geral na Zona Oeste, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida” (SANTOS JUNIOR & MULLER, 2011:37).

Em resumo, Santos Junior e Muller (2011:29) afirmam que “as remoções e deslocamentos que ocorreram e ocorrem hoje na cidade do Rio de Janeiro são uma grave violação aos direitos humanos”. A Prefeitura do Rio de Janeiro tem desrespeitado diretrizes internacionais do direito à moradia “sistematicamente”, segundo Faulhaber e Azevedo. “Milhares de famílias estão sendo desapropriadas ou removidas de suas casas”, e quando “reassentadas, são levadas para locais distantes da sua habitação original e sem poder de escolha” (FAULHABER &AZEVEDO, 2015:39). Mais uma vez, os autores apontam como destino condomínios do Minha Casa Minha Vida na Zona Oeste, saindo de “regiões mais próximas ao seu trabalho” para lugares sem “equipamentos e serviços nas suas imediações”. “O programa, uma promessa de inclusão social por meio de moradia adequada, se tornou, especialmente no Rio de Janeiro, instrumento de segregação espacial” (idem, p. 66).

Neste contexto, naquele momento, o projeto de manter as pessoas nos próprios terrenos onde se localizavam as favelas foi entendido por mim como algo peculiar, com consequências próprias, o que poderia ser analisado em minha tese de doutorado. A favela da CCPL, no terreno da antiga Cooperativa Central de Produtores de Leite, ainda estava de pé e seria removida para dar lugar a um conjunto habitacional naquele mesmo local. Neste caso, a CCPL oferecia uma oportunidade para o estudo sobre esta manutenção dos moradores no mesmo local da moradia original, transformando-se no meu objeto de análise. No decorrer da pesquisa, a peculiaridade de o conjunto ter sido erguido no mesmo terreno das moradias originais juntou-se ao fato de que o processo de retirada dos moradores possuiu etapas semelhantes a um processo de remoção. Acompanhava o projeto desde 2009, quando foi anunciado, ainda como assessora de imprensa da EMOP, e nos dois próximos anos realizei visitas à favela acompanhando as

gravações do documentário Favela Fabril, produzido pelo Núcleo de Audiovisual e Documentário e pelo Laboratório de Estudos Urbanos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). A aproximação com a favela também me aproximou dos moradores e de suas trajetórias, e da trajetória daquele espaço, que se transformaria novamente. Surgiram dessas visitas diversos apontamentos em um bloco que se transformaria mais tarde em meu caderno de campo. O meu principal questionamento neste processo era sobre as consequências em se manter os moradores no mesmo local, frente ao deslocamento para grandes distâncias da moradia original.

Para investigar esta questão, foram realizadas entrevistas com um grupo de moradores e com o grupo que nomeei planejadores [Anexo A] – o presidente da empresa pública responsável pelo projeto e pelas obras, a responsável pelo Trabalho Social do PAC, a chefe da equipe social no Complexo de Manguinhos, o diretor das obras do PAC Manguinhos e a advogada responsável pelas negociações para as realocações. As entrevistas com os planejadores foram realizadas durante as obras e as dos doze moradores, após a inauguração do conjunto – com a exceção de um entrevistado, empregado do consórcio, cuja entrevista se deu no canteiro de obras enquanto eram erguidos os últimos blocos de apartamentos. Esta ordem da realização das entrevistas me permitiu investigar junto aos planejadores o porquê de se pensar o projeto do modo como foi elaborado, e, em um segundo momento, identificar junto aos moradores se a manutenção no mesmo lugar era tão importante para os mesmos quanto os planejadores imaginavam que seria, além das consequências deste ponto.

O trabalho de campo se estendeu desde as visitas às ruínas, passando pelo período de obras, no qual se encaixam ainda as aulas dos Encontros de Integração, com

continuidade após a inauguração do conjunto habitacional – basicamente, de 2009 a 2015. Falas acidentais foram colhidas nestas primeiras visitas (ruínas, obras e encontros), e, no trabalho de campo iniciado após a inauguração do conjunto, procurei pessoas dispostas a conversar. Seguiu um pré-roteiro [Anexo B], mas as entrevistas eram abertas, e algumas delas foram realizadas com duplas de moradores. Os locais onde ocorreram as entrevistas também foram distintos. Com os planejadores, somente uma delas não foi realizada nas próprias dependências da EMOP: a entrevista do presidente, Ícaro Moreno, ocorreu no CPDOC. Com os moradores, a prioridade era a realização da mesma em suas casas – e quando acontecia, a sala foi o local escolhido por eles –, mas ocorreram entrevistas nas varandas dos apartamentos e nas áreas comuns do conjunto, como a área de circulação principal e o parque infantil. As entrevistas realizadas nas casas dos moradores foram mais longas, rendendo histórias sobre suas vidas. A maioria dos entrevistados foi composta por mulheres. Há dois motivos para isso: um, percebido no trabalho de campo, se refere à recusa de alguns homens em conceder a entrevista. O segundo estaria relacionado ao horário das entrevistas, que aconteceram em sua maioria nos dias de semana, em horário comercial, em que muitos dos homens poderiam estar trabalhando. Estas entrevistas são a base desta tese.

Na primeira parte da tese, da Fábrica à Favela, discuto como a fábrica da Cooperativa Central dos Produtores de Leite se transformou na favela CCPL, e como esta favela foi inserida no PAC, em um projeto diferenciado. O Capítulo 1 trata da decadência da fábrica e a invasão às ruínas, mas também apresento as trajetórias daquelas pessoas que invadiram aqueles prédios e que sustentaram o morar naquele espaço por nove anos. A localização da CCPL, já naquele momento da invasão, se mostrava um atrativo para os primeiros moradores. Tanto pela localização na cidade,

uma região próxima ao Centro com possibilidades de transporte, como por estar perto dos parentes e das redes pessoais criadas ao longo de suas vidas. Discorro ainda sobre o cotidiano da favela fabril, dos problemas no fornecimento de serviços públicos à solidariedade entre vizinhos.

O Capítulo 2 trata do fim da CCPL como favela. Para isso, apresento o PAC Manguinhos, programa que estava promovendo transformações no entorno do terreno onde a favela se localizava, e, enfim, como esta foi inserida no PAC. Em seguida, discorro sobre o projeto da CCPL, meu objeto central de análise. Segundo o projeto, 728 dos 1283 moradores que ali viviam se manteriam no mesmo local da moradia anterior. Se contarmos apenas os moradores que optaram pela unidade habitacional nas negociações com a EMOP, em número de 1122, aquele projeto significava que 65% deles se manteriam no mesmo lugar. Esta manutenção no mesmo lugar – ou remanejamento, como afirma o discurso oficial – seguia diretrizes do Ministério das Cidades e orientações do próprio Governo do Estado. O fato de o projeto se contrapor a planos habitacionais das décadas de 1960 e 1970 e de ações atuais da Prefeitura do Rio que enviavam os moradores para lugares distantes da moradia original torna a CCPL peculiar. Considerei ainda importante discorrer sobre como os processos de remoção ao longo das últimas décadas influenciaram na formação das comunidades de Manguinhos, com um exemplo de remoção para dentro do complexo, à semelhança da favela estudada.

A Parte II, da Favela ao Conjunto, trata da transformação daquele espaço e da vida dos moradores com a chegada das obras do PAC. O processo de retirada dos moradores assemelha-se a processos de remoção: a notificação de que a favela iria sair, a negociação do valor do imóvel, a saída de suas casas e a busca pelas moradias

temporárias em lugares que passavam por forte especulação imobiliária. A longa espera de quatro anos no aluguel social, período no qual experimentam novas vizinhanças e a moradia formal, com contratos e pagamentos de taxas de serviços. Uma espera que se operou em lugares próximos à CCPL, o que torna a localidade do terreno, mais uma vez, importante para aqueles moradores, com o não rompimento com o local neste período de aluguel. O capítulo se encerra com o retorno dos moradores ao mesmo local, agora um conjunto habitacional, e o que esta decisão de os manter ali significa para os mesmos.

Este mesmo local, no entanto, não é o mesmo espaço – a favela se tornou um conjunto habitacional, e para viver neste o Governo Federal considera necessário o comparecimento dos moradores ao Encontro de Integração, que será tratado no quarto capítulo. Apresento a dinâmica das aulas voltadas para a CCPL e o principal produto dos mesmos, o Regulamento Condominial. Também neste caso, a CCPL tornou-se peculiar – o encontro não era de integração, como ocorria nos outros projetos do PAC, já que todos ali se conheciam, e as aulas, na teoria, foram adaptadas para que os moradores elaborassem as regras. Discorro, porém, sobre como as regras pactuadas não estavam tão adaptadas assim a suas realidades – e como os moradores estavam criando suas próprias regras, já morando nos novos imóveis, e gerindo o conjunto, que, neste momento, é só deles.

PARTE I

Da Fábrica à Favela

CAPÍTULO 1

A favela fabril

1.1 A fábrica de leite

Em fevereiro de 2009, um ano após entrar no mestrado³, recebi uma proposta de voltar ao mercado de trabalho, como assessora de imprensa da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOP). Meu futuro chefe, como parte da seleção para obter a vaga, me levou para o que seria a primeira matéria para o site da empresa. O Governo do Estado daria uma casa para o menino Cristiano, fotografado pelo jornal *Extra* tomando banho em uma poça de lama, imagem que teria fragilizado as autoridades, inclusive o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva⁴. O carro parou na Avenida Dom Helder Câmara (antiga Suburbana), e entramos na comunidade em que ele morava. Buscaríamos sua família em casa, para depois fotografá-la na nova moradia.

³ Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais na Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE).

⁴ Cristiano Tavares, de 9 anos, foi fotografado no dia 15 de fevereiro de 2008, por ocasião do anúncio das obras do PAC em Manguinhos, tomando banho em uma poça formada por um vazamento da CEDAE. Ao inaugurar o Colégio Estadual Luiz Carlos da Vila, em fevereiro de 2009, o presidente Lula perguntou por que o Governo ainda não havia dado a casa de Cristiano, já que ela estava pronta. Na verdade, a casa do menino era a casa showroom dos apartamentos do PAC. Na inauguração do Complexo Esportivo, em 29 de maio daquele ano, Cristiano atravessou a piscina semiolímpica nadando. Mais tarde, a família do menino foi beneficiária de um dos apartamentos do PAC erguidos na comunidade. Três anos depois, o menino era notícia por não poder usar a piscina do Complexo, fechada para os moradores. No dia 03 de julho de 2015, Cristiano morreu, com suspeita de overdose. Na chamada da matéria, o jornal o chamou de “criança símbolo do PAC”. Disponível em <http://m.extra.globo.com/noticias/rio/sete-anos-depois-crianca-simbolo-do-pac-tem-morte-suspeita-16931792.html> Acessado em 27/07/2015.

O cenário era desolador. Barracos de madeira – portas e janelas antigas, tábuas colocadas umas ao lado das outras – fincados em um mar de lama negra. O cheiro era forte. Caminhávamos entre os barracos pisando em tábuas, que afundavam um pouco a cada pisada. O chão da casa de Cristiano não era diferente. Ele e seus irmãos estavam com a pele cheia de feridas. A mudança da família se resumia a duas trouxas de roupas. Desta forma, sendo apresentada a uma realidade crua e inacreditável para o século XXI, conheci Manguinhos.

Meses mais tarde, eu conheceria um outro cenário típico do complexo: uma fábrica abandonada ocupada. Como assessora de imprensa da EMOP, tomei conhecimento de um novo projeto do Governo do Estado, de transformar uma das fábricas de Manguinhos em um conjunto habitacional. Daríamos a matéria em primeira mão – um furo de reportagem – a um repórter do jornal *O Globo* que se mostrava sensível a este tipo de investimento do Estado. Para “vender” a matéria, precisava de pouco. Uma área precaríssima, miserável, que se tornaria um conjunto de apartamentos dignos de serem considerados lares. Apresentamos o projeto ao repórter, com todos os blocos de apartamentos em uma planta baixa. No dia seguinte, aquele projeto estava sendo apresentado à sociedade – e, segundo alguns relatos, aos próprios moradores –, nas páginas do jornal⁵. Naquele momento, não fui à CCPL. Ouvia os relatos das condições miseráveis em que seus moradores sobreviviam, e o que a chuva já havia causado e causaria muitas outras vezes, no local. Na mesma época, era ouvinte de uma disciplina na Fundação Getúlio Vargas. Os professores⁶ comentaram sobre fábricas de antigas regiões industriais do Rio de Janeiro e de São Paulo que estavam tendo outros

⁵ A versão digital pode ser acessada em “Favela CCPL, em Benfica, terá 40 novos prédios para abrigar famílias” - <http://oglobo.globo.com/rio/favela-ccpl-em-benfica-tera-40-novos-predios-para-abrigar-familias-3035509#ixzz2vzKhOGVl> Acessado em 16/03/2014.

⁶ Os professores doutores Mariana Cavalcanti e Paulo Fontes, do CPDOC/FGV.

usos, inclusive o de habitação. Lembrei, então, da CCPL. Na semana seguinte, estávamos lá, para conhecer aquele espaço. Estes eram os primeiros passos da equipe que realizou o documentário “CCPL - Favela Fabril”, e também o meu primeiro contato com aquilo que viraria, dois anos mais tarde, meu objeto de tese no Doutorado.

Quando entrei na CCPL pela primeira vez, a fábrica estava totalmente ocupada. Olhando por fora, os grandes vitrais dos prédios já não existiam, com as janelas fechadas por tijolos. Por dentro, os galpões e o prédio da diretoria foram divididos em pequenos lotes, onde paredes de tijolo foram erguidas, delimitando a moradia de cada família. No primeiro andar da fábrica, as portas e janelas das casas voltavam-se para a chamada Rua E. Subindo as escadas, que pareciam preservar um pouco do mármore, chegava-se ao segundo andar, onde, nos espaços não construídos, ainda dava para ver os azulejos brancos da antiga área de produção da fábrica, nas colunas e no chão. Com pé direito alto, ali havia casas em cima das outras, cujo acesso se dava por escadas de madeira, como as usadas em obras de construção. O corredor principal era uma “rua” [Imagem 1], que virava à direita, levando para locais mais precários da fábrica. Neste caminho, o teto, preto de tanto mofo, estava cheio de goteiras e parecia poder desabar a qualquer momento [Imagem 2]. Ali, os moradores conviviam com muita umidade, além da falta de iluminação e ventilação.

Se virássemos para o outro lado da rua principal, à esquerda, um corredor suspenso dava acesso ao que parece ter sido um dos terraços ou áreas de convivência da empresa. Estas casas ficavam a céu aberto, voltadas diretamente para a linha do trem. No terreno, ao redor dos prédios, também foram construídas casas; a maioria de alvenaria, mas ainda havia algumas de madeira, principalmente na parte de trás, que provavelmente foi a última “fronteira” ocupada [Imagem 3]. Dois dos entrevistados para

esta tese se referiram a este lugar como “Vietnã”. Neste espaço, o esgoto corria a céu aberto. Debaixo dos prédios, os porões estavam alagados. Muito do fedor que se sentia ao chegar à CCPL exalava dali⁷. Era uma mistura de água acumulada das chuvas, esgoto, e, soube-se ao demolir a fábrica, resíduos da produção de leite. Nos porões também se concentravam os muitos mosquitos, que formavam nuvens sobre a água imunda.

Imagem 1



Fonte: própria autora

⁷ A CCPL possuía um cheiro tão forte e característico que, ao ver, numa sala de exibição em Botafogo, as imagens da fábrica, veio a mim este mesmo cheiro, num claro exemplo de memória olfativa que nunca havia experimentado.

Imagem 2



Fonte: Acervo “Favela Fabril”

Imagem 3



Fonte: própria autora

Neste primeiro capítulo, pretendo discorrer sobre histórias que correm paralelas no tempo: a da fábrica e as dos moradores que um dia habitarão aquele espaço. A CCPL se tornou uma das marcas mais fortes no mercado de laticínios do Rio de Janeiro antes de entrar em decadência e fechar suas portas. Os moradores que ocuparam as ruínas da fábrica possuíam histórias das mais variadas, e aqui contarei algumas, no intuito de identificar como suas trajetórias os levaram à CCPL. Um cenário que marcava forte contraposição ao que a Cooperativa Central de Produtores de Leite Ltda (CCPL) representava décadas antes, quando era líder no mercado de distribuição de leite no Rio de Janeiro. Uma usina imponente, composta por seis edifícios, inaugurada em 1955 em um terreno de 50 mil metros quadrados. A sede fora projetada para ser uma moderna indústria de laticínios, com capacidade de “receber, pausterizar e engarrafar de 400 a 500 mil litros de leite por dia”, além de produzir 200 mil quilos diários de manteiga e produtos derivados⁸ [Imagem 4].

Imagem 4



Fonte: Acervo “O Globo”

⁸ *Revista da CCPL*, “CCPL, 20 anos de luta”, Dezembro de 1966, pp. 5 e 6. Acervo do CPDOC/FGV.

A história da CCPL, no entanto, se inicia antes, no final dos anos 1930, quando as dificuldades de abastecimento de leite para a população do Rio de Janeiro constituíam um grave problema, o que motivava reclamações e campanhas na imprensa. Enquanto consumidores se queixavam da inflação nos preços devido à falta do produto, produtores denunciavam o monopólio dos poucos entrepostos existentes na então capital do país, “que formavam uma espécie de ‘cartel’, aumentando os custos e praticamente controlando toda distribuição do leite na cidade” (CAVALCANTI, FONTES E BLANK, 2012). Diversos setores passaram então a requerer a interferência do governo, em pleno Estado Novo, para resolver o que já era chamada de “crise do leite”. O então interventor no Estado do Rio de Janeiro, Comandante Ernani Amaral Peixoto⁹ (também genro do presidente Getúlio Vargas), liderou um plano para regular o abastecimento de leite que organizaria desde a produção e beneficiamento até a distribuição e abastecimento dos consumidores.

Em julho de 1940, o Governo Federal criou a Comissão Executiva do Leite (CEL), tendo como objetivo “normalizar o provimento de leite e estimular o sistema de cooperativas de produtores, que deveriam também administrar as usinas de pasteurização e congelamento, bem como dirigir um entreposto central de distribuição no Rio de Janeiro” (ibidem). O Governo Federal, através da CEL, também determinaria o preço final do litro de leite e a porcentagem destinada aos produtores. Embora a Comissão tenha contribuído para amenizar os problemas de distribuição e produção do leite, sua ação não solucionou definitivamente a crise. Em 1946, a crise atingiu seu auge: a CEL, apesar de assumir que um maior preço fomentaria a produção, alegava não

⁹ Ernani do Amaral Peixoto foi nomeado interventor federal do Estado do Rio de Janeiro em 11 de novembro de 1937.

ter condições de pagar o exigido pelos produtores, que por sua vez pressionavam o Governo, ameaçando paralisar a produção e o envio de leite para a capital. Em julho daquele ano, já com o fim do Estado Novo, o presidente eleito Eurico Dutra¹⁰ extinguiu a CEL e transferiu todo seu patrimônio para a recém-criada Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltda., atendendo às exigências dos pecuaristas, representados pelo Sr. Eduardo Duvivier, então presidente da Cooperativa (ibidem).

Entre os bens herdados pela CCPL encontrava-se a usina que estava sendo erguida em Benfica, na Zona Norte do Rio, cuja construção foi finalizada em 1955. Nos primeiros dez anos de atividade, a usina jamais atingiu a meta projetada por seus idealizadores. Entre 1956 e 1965, a produção diária nunca ultrapassou a marca de 300 mil litros, segundo a edição da “*Revista da CCPL*” de dezembro de 1966. Na década seguinte, no entanto, a aposta na industrialização do leite como principal instrumento para regular o abastecimento do produto se mostraria correta, e a marca CCPL se consolidou como uma das principais produtoras de leite e produtos derivados do país. Até o início dos anos 1980, a empresa liderava o mercado carioca e desenvolvia inovações no setor. A fábrica possuía uma localização estratégica – situada na Avenida Suburbana, contígua à linha férrea e próxima à Avenida Brasil – que facilitava tanto a chegada do leite das cooperativas quanto o transporte para revenda após seu processamento. Esta localização se tornaria um dos atrativos das ruínas da fábrica, quando foram ocupadas. A área de distribuição era essencial para a empresa, composta, em geral, por transportadores autônomos contratados pela CCPL, que não só eram responsáveis pela distribuição dos produtos como também pela divulgação da marca da empresa e do estabelecimento das relações de confiança com os comerciantes (ibidem).

¹⁰ Eurico Gaspar Dutra foi presidente da República Federativa do Brasil de 1946 a 1951.

A fábrica estabeleceu uma relação próxima com o entorno. Primeiro, como fonte de empregos, absorvendo parte da mão de obra moradora de favelas da região, como o Jacarezinho¹¹. Um dos meus entrevistados, Claudio¹², foi trabalhar aos 12 anos na fábrica, descarregando caminhões – “Meu pai não tinha condições de dar o que eu queria, então eu vim trabalhar à noite. Estudava de dia, e vinha à noite para cá”. Em segundo lugar, a empresa desenvolvia um trabalho junto à comunidade, com a distribuição de leite na porta da fábrica para a população carente. A moradora Maria Lúcia¹³, hoje com 79 anos e cinco filhos, relembra como se beneficiava destas ações, quando era moradora da Favela do Arará¹⁴: “Tomei muito leite, comi muito queijo, muita manteiga, daqui. Tinha uns amigos que trabalhavam aqui e levavam para a gente lá do outro lado, a gente com muito filho. Ih, era muito bom”. A própria Dona Cândida¹⁵, vice-presidente da Associação de Moradores da CCPL, lembra de “panhar” leite quando ela e as amigas saíam da Mangueira para lavar roupa no Largo do Pedregulho – “A gente não passava do portão para dentro; entendeu? Sobrava leite e a gente ficava lá. Eram aqueles litros de leite [de saco plástico]; não era leite de caixa”.

A partir do final da década de 1980 e ao longo dos anos 1990, no entanto, a CCPL é atingida por profundas mudanças estruturais na economia que provocaram o fechamento de diversas indústrias no município do Rio de Janeiro e queda do emprego

¹¹ O Jacarezinho é um bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro, compondo a XXVIII Região Administrativa (Jacarezinho). Limita-se com os bairros de Maria da Graça, Cachambi, Sampaio, Jacaré e Manguinhos.

¹² Claudio trabalhou na fábrica, foi morar na CCPL desativada, trabalhou para a Associação de Moradores fazendo manutenção do espaço, atuou como segurança quando o prédio começou a ser demolido e, no momento da entrevista, estava empregado na obra, mais uma vez descarregando caminhões – e aguardando seu apartamento ficar pronto. A entrevista foi concedida à autora em 04/11/2013, caminhando no canteiro de obras.

¹³ Os nomes de todos os moradores entrevistados, nesta tese, foram trocados.

¹⁴ Arará, Parque Arará ou Vila Arará, favela situada no mesmo bairro que a CCPL, em Benfica. A favela surgiu na década de 1960, e até hoje possui uma presença forte de imigrantes nordestinos.

¹⁵ Cândida Maria Privado, em entrevista a Mariana Cavalcanti e Thaís Blank, em 27/07/2010, no CPDOC/FGV.

industrial formal. Segundo Oliveira, Ajara e La Croix (2006), os efeitos da crise e ajuste econômico nos anos 1980, junto à abertura do mercado e política recessiva da década de 1990, provocaram o desmantelamento de diversos segmentos produtivos e profundas mudanças no mundo do trabalho. O Estado do Rio de Janeiro perdeu espaço no total do emprego formal do país, e na cidade do Rio de Janeiro o emprego industrial representava em 2000 menos da metade do que havia sido em 1990. O peso da Indústria como um todo, na economia municipal, reduz de 38%, em 1990, para 31%, em 2000. O movimento de industrialização da região de Manguinhos, como um todo, sofre uma inversão, com a desativação de várias indústrias e empresas, a destruição de empregos produtivos e o empobrecimento de seus moradores e das populações vizinhas. Heitor Silva (2008) ressalta que na década de 1970 havia 65 empresas de metalurgia no Jacaré e no Jacarezinho, restando apenas 27 delas atualmente. Como outro exemplo, a indústria de roupas Company, que mantinha 2 mil empregados, fechou sua fábrica no bairro e se transferiu para Miracema, em Minas Gerais. A CISPER, que em 1980 possuía 2 mil funcionários, em 2007 contava com apenas 400. Na mesma situação se encontrava a General Eletric (GE), que em seu auge chegou a ter 4 mil empregados, contra 900 em 2008. Esta retirada das fábricas se deve não somente a razões econômicas, mas também aos constantes conflitos decorrentes da instalação do tráfico de drogas nestas localidades.

Para o mesmo autor, a CCPL encaixa-se em um grupo de empresas de pequeno e médio portes voltadas para a produção de bens de consumo interno afetadas de dois modos por estas mudanças: pela concorrência externa, que disponibiliza produtos mais baratos, e por novas formas de gestão que utilizavam, por exemplo, a “alavancagem”, prática de endividamento exacerbado que garantia um volume de capital, acirrando a

concorrência. Esta prática era exercida, por exemplo, pela empresa PARMALAT, concorrente direta da CCPL. O fechamento da CCPL afetou não somente os empregos locais, mas todo o setor de pecuária leiteira do Estado do Rio. A produção em Benfica foi encerrada por etapas, ao longo dos anos 1990, sendo transferida para uma fábrica em São Gonçalo. Em 2001, permaneciam em Benfica somente os transportadores terceirizados da empresa, que ocupavam um dos galpões da antiga fábrica, cuja concessão, segundo os mesmos, foi realizada por meio de um acordo verbal com os dirigentes da empresa.

A fábrica, já desativada, foi ocupada no mesmo ano.

1.2 E a fábrica se torna favela

Uma das consequências da retirada das fábricas da região de Manguinhos e Jacarezinho consistiu no aparecimento de uma série de ruínas fabris e galpões abandonados. Cavalcanti, Fontes e Blank (2012) indicam que as pequenas fábricas e depósitos passaram a ser ocupados, informalmente, por associações de moradores, cooperativas e outras atividades comunitárias. Já algumas das maiores fábricas e galpões foram ocupados e transformados em espaços para moradia, no que os autores chamam de “favelas fabris”. Em geral, estas favelas receberam o nome das antigas empresas proprietárias das instalações, como no caso da Embratel, Coca-Cola, Gráfica Bloch, Poesi e Skol. A CCPL era um dos exemplos em que as velhas estruturas industriais originais estavam de pé, ainda que em forma de ruínas. A invasão em 2001 teria sido planejada pela Associação de Moradores da Favela do Arará, localizada próxima ao terreno. Optei por utilizar o termo “invasão” nesta tese, seguindo a categoria

usada no discurso dos próprios moradores. Santos Junior (2011:73) afirma que, numa situação em que uma propriedade privada é ocupada, há uma diferença quando se diz que aconteceu uma “invasão” ou uma “ocupação”. Quando usado o termo “invasão”, geralmente se busca criminalizar essa ação, “reconhecendo o direito à propriedade privada como um direito acima dos demais direitos”. Já o uso do termo “ocupação” procura “reconhecer o direito do movimento social em se apropriar de uma propriedade que não está cumprindo a sua função social, e impedindo o acesso das pessoas à moradia como valor de uso”. Em nenhum dos depoimentos coletados para esta tese, no entanto, aparece a palavra “ocupação”, ou o ato de entrarem na fábrica é descrito como “ocupamos”, ou “a gente ocupou”. Desde o início, o processo é contado como uma invasão – ou tentativa de invasão. Há algumas falas, porém, em que se percebe um afastamento do termo. Daiane¹⁶, uma idosa que trabalhou durante 30 anos em linha de produção de fábricas, moradora do Jacarezinho, afirma que foi “a primeira vez” que participou de uma invasão – “Pode falar? Porque invasão não é uma coisa certa, né? Eu nunca fiz, foi a primeira vez. É uma coisa fora de lei, não é?”. Já Fernanda¹⁷, 28 anos e quatro filhos, comprou sua casa anos após a invasão, e fez questão de frisar esse ponto na entrevista: “Eu comprei, a minha não foi invadida”.

Um dos funcionários da Associação de Moradores da Favela do Arará afirma que, em um primeiro momento, foi pensada na “possibilidade de invasão”. Entrevistado para esta tese, o funcionário conta que, um dia, recebeu a seguinte tarefa: “Vai na linha [de trem], vai aqui, vê realmente as pessoas que pagam aluguel, que não têm casa própria, que precisa sair do aluguel, e você toma nota. Há uma possibilidade de invasão lá na CCPL”. A pergunta que ele fazia não podia ser mais apropriada para a ocasião:

¹⁶ Em entrevista à autora em 15/07/2014, no apartamento da entrevistada no conjunto habitacional “Nova CCPL”.

¹⁷ Em entrevista à autora em 22/07/2014, no parque infantil do conjunto habitacional “Nova CCPL”.

“Vocês estão a fim de ir? Tipo, se aventurar. Uma aventura”. A possibilidade foi levantada devido a um boato de que o dono do terreno, que pertenceria a uma rede de supermercados, não estava interessado em investir no lugar “porque aqui era a Faixa de Gaza”. O funcionário, que preferi não identificar nesta tese, descreve com poucas palavras o momento da invasão às ruínas: “A CCPL estava largada mesmo, há muitos anos (...). Aí a gente foi, com a cara e a coragem, e invadimos. Como todos os invasores, que acontece, né? A gente veio com a cara e a coragem, e invadiu”.

Aquele pedaço do Complexo de Manguinhos já vinha registrando invasões a terrenos ociosos. Em 1995, uma parte do terreno da Embratel e da ECT foi invadida, dando origem à Mandela de Pedra. Em 2001, outra parte do terreno da Embratel transformou-se na favela da Embratel, ou Samora II. Após a invasão da CCPL, no fim de 2002, os galpões da Conab foram ocupados, levando ao surgimento da Comunidade Vitória de Manguinhos, ou somente Conab. Cinco anos mais tarde, o que restava do terreno da Embratel e os galpões da empresa foram invadidos por moradores da Mandela de Pedra, que fundaram a Embratel II.

A notícia da invasão da fábrica da CCPL em 2001 correu das mais variadas formas. Maria Rita¹⁸, 59 anos, moradora do Arará, recorda que seus filhos soltavam pipa quando souberam que a CCPL estava sendo invadida e se juntaram aos invasores, naquele dia e nos seguintes – “Os guardas colocavam eles para correr, eles tornavam a voltar, e aí meu filho conseguiu pegar aqui para mim”. Para Marisa¹⁹, 40 anos, moradora de Manguinhos à época, a notícia partiu de uma “moça da igreja”, com quem conversava sobre as dificuldades para pagar aluguel, tendo se desfeito de

¹⁸ Em entrevista à autora em 23/07/2014, na varanda do apartamento da entrevistada no conjunto habitacional “Nova CCPL”.

¹⁹ Em entrevista à autora em 08/09/2014, no apartamento da entrevistada no conjunto habitacional “Nova CCPL”.

eletrodomésticos para saldar a dívida daquele mês.

“Foi uma senhora da igreja, que a sobrinha dela, estava aqui, e ela comentou assim: “Ó, na CCPL está tendo uma invasão”. (...) “Vai lá, quem sabe você não consegue”. Eu lutei, e consegui, na invasão. Estavam invadindo ainda, foi na hora que eu me juntei. Foi uma confusão. A Polícia botava a gente para fora; quando eles iam embora, a gente invadia de novo. Aí chegou uma hora que eles cansaram. E aí a gente invadiu, cada um pegando o seu pedaço. Como eu não tinha dinheiro [para construir], eu peguei no prédio, aí tinha duas paredes do próprio prédio, eu só construí duas” [Marisa].

O funcionário da Associação de Moradores do Arará descreve a invasão como “pura guerra”. Assim que as autoridades souberam, a Polícia Militar foi enviada para retirar os invasores. “E a gente foi peitando, peitando” – tanto a Polícia como os “meninos”, como são chamados os traficantes locais. Quem conseguia ficar marcava “seu pedacinho” e vigiava para que outros não tomassem. “Vinham pessoas de outras comunidades. E era guerra”. Nesta “guerra”, destaca-se nas entrevistas o nome de um rapaz, Marinho, apontado como o organizador da invasão. Mário Miranda, vinculado à Associação do Arará, teria “segurado a onda”, estando à frente das negociações para a permanência dos moradores no local.

“Inteligentíssimo. Ele apanhava. Primeiro, ele não era arrogante. E ele era valente. Tipo assim: a infantaria, vou de frente, deixa que eu argumento. Aí chegava lá, tinha o dom da palavra, argumentava. E falava que aqui não estava morando marginal, tinha trabalhador. Peitava os caras. Ele argumentava. Quantas vezes eu vi o Marinho colocar o corpo na frente, dar a cara a tapa, tanto fisicamente quanto legalmente. Ser arguido, ser arrolado, mas peitou”. [Funcionário da Associação de Moradores do Arará]

Marinho some no decorrer da história da CCPL. Um dos entrevistados indica que “ele entrou no mundo das drogas, se perdeu, ninguém sabe. Mas devemos muito, muito, muito, a ele”. A própria Vice-presidente da Associação de Moradores da CCPL, Cândida Maria Privado, ao relatar²⁰ os primeiros dias de ocupação, relembra como se

²⁰ Em entrevista a Mariana Cavalcanti e Thaís Blank, em 27/07/2010, no CPDOC/FGV.

uniu a Marinho na organização da mesma.

“A minha amiga falou assim: ‘Cândida...’ Era umas quatro e pouca da tarde e ela chegou: ‘Cândida, está sabendo que está acontecendo uma invasão lá no negócio do leite?’ Eu falei: ‘O quê? Estou indo para lá; espere aí.’ Coloquei a calça. Eu falei: ‘Vou pegar um terreno lá.’”.

Ao chegar à CCPL, a negociação pelo terreno foi realizada com o próprio Marinho, sem sucesso. Ao voltar nos dias seguintes, Cândida acompanha a persistência para se permanecer no local – “Você abria o portão e ficava lá; a polícia vinha, colocava para fora e eles saíam; voltavam novamente”. Ela, então, pressiona a liderança – “Aí eu falei: ‘(...) não vou ganhar?’ E o Marinho foi e me deu um pedaço”. O “terreno” doado localizava-se na Rua E, que, nos tempos de funcionamento da fábrica, era o corredor onde os caminhões das cooperativas estacionavam para realizar o desembarque do leite. Marinho estaria com dificuldades em organizar a ocupação, e Cândida, já com alguma experiência por auxiliar um líder comunitário na Mangueira, se ofereceu para ajudar, realizando o cadastro dos primeiros moradores. Segundo seu relato, as pessoas interessadas em obter um espaço faziam fila na porta, e eles começaram a doar primeiro os espaços na parte de baixo da fábrica.

Daiane afirma ter enfrentado uma fila de quinhentas pessoas, em um dia “marcado”, em que todos estavam avisando: “Ah, vão doar terreno lá na CCPL”. Em busca de um lugar para abrir um negócio, pois estava aposentada, ela vai para a fila na porta da fábrica. “Quando estava aquela fila de gente para anotar o nome, para ganhar o terreninho, a Cândida chegou, separou as idosas, as que estavam esperando neném, e falou: ‘Elas vão ser as primeiras as serem atendidas’. Aí nisso, eu fui atendida”. Quem a atendeu, no entanto, foi o Marinho, que pediu um “dinheiro para ajudar a organizar tudo”. Marinho então começou a dividir os terrenos – espaços já delimitados dentro das fábricas – entre os moradores que estavam na fila.

“Isso aqui é seu, isso aqui é seu... Chegou na minha vez, era um galpão. Só tinha um teto, assim, e um piso, no chão. Piso até muito bonito, bem feito, de cimento, muito bem feito, bem alto do chão. Um metro, de altura, do chão. E ele disse: ‘Esse aqui é teu’. E peguei e falei assim: ‘Mas eu quero um maiorzinho, porque eu queria para o meu filho’. Eu ia fazer um negócio para mim, e meu filho morava de aluguel. Era casado, meu filho. Eu queria dar um pedaço para o meu filho, fazer uma moradia para ele. Aí ele pegou, e me deu, aquele terreno no galpão, assim grandão” [Daiane].

Para tornar o espaço uma casa, Daiane afirma ter gasto R\$ 15 mil, de um empréstimo obtido junto à Caixa Econômica Federal, o que permitiu a ela erguer as paredes e fazer os acabamentos. Em 2003, aquele espaço se transformou em uma casa de alvenaria de dois quartos, sala, cozinha e banheiro.

Outro personagem, Guto, aparece no depoimento de apenas uma entrevistada, Maria Lúcia²¹. Mesmo vivendo na Baixada Fluminense, ela afirma, como ex-moradora da região, que conhecia “tudo” do Arará e da “baixa aqui”. E a notícia da invasão chega pelo porteiro do prédio onde trabalhava como empregada doméstica:

“Um amigo meu que era porteiro, lá no meu trabalho, e agora mora aqui, falou assim: ‘Deixa de ser boba. Você conhece a fábrica CCPL?’. Conheço. Tomei muito leite, comi muito queijo, muita manteiga, daqui. (...) Aí ele: ‘Deixa de ser boba, pega um pedaço lá e faz um barraco para você’. Aí eu falei: ‘Com quem eu tenho que conversar?’. ‘Ah, procura o Guto, procura o Marinho’. Quem movimentava isso aqui na minha época eram eles. Aí nós viemos para cá”.

Na CCPL, Marinho doa para ela um espaço na laje, acessada após quatro lances de escada. O barraco logo construído consistia em uma grande sala e um banheiro. “E minha filha também estava na pendura, com um bocado de filho também. Aí conheci um menino com nome de Guto”. Nas negociações com este segundo personagem, Maria consegue um terreno “cá embaixo” para a filha. Mas como esta não tinha condições de construir, a mãe decide deixar o barraco já pronto para ela, e ergue uma casa no terreno

²¹ Em entrevista à autora em 15/07/2014, sentadas em um dos bancos da rua principal do conjunto habitacional “Nova CCPL”.

da fábrica, fora dos prédios. “A essas alturas, os meninos já estavam ficando rapazinhos, já começaram a trabalhar, um trabalhava na padaria, o outro fazia entrega no mercado, foram me ajudando”. Maria descreve sua casa, “na entrada da favela”, como “bonita”, um “bom barraco”, com “jardim na frente”. Após ter ganho estes dois espaços, ela investe em mais dois para as suas filhas.

“As outras duas compraram. Mas é uma comprinha... Eu dei R\$ 120 num terreno do lado do meu, o cara fez em duas vezes, aí veio de uma vez e pegou os R\$ 120. Da outra vez, não deixaram ele entrar, porque não podia fazer aquilo. Se ele entrasse, ia tomar um pau. (...) Ainda ia fazer ele me devolver os R\$ 120. Eu não quis. Mas eu dei o dinheiro. Fui lá comprar pão, encontrei com ele, e dei”.

A fala de Maria Lúcia revela um segundo momento da ocupação da fábrica. Se inicialmente o que vigorou foi a doação de terrenos para pessoas carentes, logo a compra e venda de unidades passou a existir. “Depois veio a especulação. Muita gente que veio, pegou, vendeu, mas isso aí é normal, em qualquer invasão isso acontece”, afirma Rômulo²², morador do Arará, que cedeu o espaço que conseguiu para a mãe. “Talvez se ela não topasse, o que ia acontecer? Eu ia especular. Ia vender. Talvez eu não tivesse ímpeto, não tivesse esse peito que ela teve, para poder investir, fazer obra”.

Além do fato de se tratar de um terreno de 50 mil metros quadrados, com muitos “espaços” a serem divididos, o mercado imobiliário na CCPL foi aquecido por uma certa tranquilidade que a favela aparentava ter. A CCPL estava inserida na chamada “Faixa de Gaza”, chamada deste modo devido aos constantes confrontos entre traficantes e a Polícia e às demonstrações de força dadas pelo tráfico, que por vezes circulava com seus “bondes” em plena luz do dia pelas Avenidas Leopoldo Bulhões e Dom Helder Câmara (Antiga Suburbana). Nos últimos anos, a presença de usuários de crack reunidos nas chamadas “cracolândias” contribuiu para a visível degradação da

²² Em entrevista à autora em 15/07/2014, no apartamento da mãe do entrevistado no conjunto habitacional “Nova CCPL”.

região, com dezenas de jovens e adultos dormindo debaixo dos viadutos e/ou vendendo produtos roubados e drogas nos sinais de trânsito. A topografia da CCPL, no entanto, constituía uma desvantagem para o tráfico de drogas. Cercada pelos muros altos do antigo quartel do Exército e das linhas de trem – Ramais de Saracuruna e Belford Roxo – e cortado pelo Viaduto de Benfica, a entrada única, pela Avenida Dom Helder Câmara, tornava o local pouco vantajoso para o estabelecimento de bocas de fumo, já que os traficantes ficariam encurralados em caso de incursão policial. E se não era vantajoso para os traficantes, era para os moradores. Ao longo do tempo, a CCPL tornou-se uma favela cuja principal vantagem era não contar com bocas de fumo nem traficantes ostensivamente armados.

O número de moradores aumenta vertiginosamente em oito anos, com a dinâmica da compra e venda dos espaços e a construção de novos imóveis no terreno, provocando também uma alternância entre as famílias. Fernanda afirma que “não pegou a invasão” – “Estava a fim de comprar uma casa, calhou de aparecer aqui, e eu comprei”. Amanda²³, 38 anos, diz que precisou vender uma casa no Arará, e como o dinheiro “era pouco, e só dava para comprar aqui, eu comprei aqui”. Maria Júlia²⁴, 42 anos, soube no Arará que tinha uma mulher querendo vender sua casa aqui, e o ex-marido comprou: “Eu fui na associação, foi tudo para o meu nome”. Maria Silvia²⁵ vai parar no local através da ex-sogra, que já morava ali, e vê um espaço para ela, que estava grávida – “Eu vim morar aqui, junto com ela. Eu vim por ela”. Helena²⁶, 58 anos, constrói nos fundos da casa da mãe depois que fica desempregada e é despejada da casa

²³ Em entrevista à autora em 22/07/2014, na varanda do apartamento da entrevistada no conjunto habitacional “Nova CCPL”.

²⁴ Em entrevista à autora em 14/07/2014, na varanda do apartamento da entrevistada no conjunto habitacional “Nova CCPL”.

²⁵ Em entrevista à autora em 14/07/2014, na varanda do apartamento da entrevistada no conjunto habitacional “Nova CCPL”.

²⁶ Em entrevista à autora em 01/08/2014, no apartamento da entrevistada no conjunto habitacional “Nova CCPL”.

alugada.

Até a ocupação total da fábrica, portanto, diversos movimentos são registrados. Se no primeiro momento a invasão teria sido arquitetada e planejada pela Associação de Moradores do Arará, o “boca a boca” ultrapassa as fronteiras da comunidade e faz com que pessoas de outros lugares venham se juntar na luta pela permanência no local. E se naquele mesmo primeiro momento o que prevaleceu foi a doação dos espaços para os mais necessitados, a compra e venda deu o tom nos anos posteriores. E com uma forte especulação. Se Maria Lúcia fala em uma compra de R\$ 120 logo após a invasão, Janine²⁷ cita que sua casa custou R\$ 2500, dois anos mais tarde. Há ainda o processo de divisão da casa e a construção de mais de um imóvel no que era para ser apenas um “terreno”. O processo de transformação da fábrica em uma “favela fabril” estava consolidado, em um espaço que a própria Cândida afirma que “só ficou ali quem precisava”. No meu trabalho de campo, interessou-me saber quem seriam estes que ficaram, por que ficaram, e como era seu cotidiano naquela favela fabril.

1.3 Aqueles que ficaram

O Censo realizado entre julho de 2008 e junho de 2009 pelo Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP), da Secretaria de Estado da Casa Civil, retrata um pouco deste universo no qual a CCPL estava inserida. Mesmo apresentados para todas as comunidades recenseadas²⁸ em conjunto, sem a divulgação dos microdados, os resultados conseguem fornecer um panorama detalhado de Manguinhos. Segundo o

²⁷ Em fala durante o Curso de Integração, que será analisado mais adiante.

²⁸ Mandela de Pedra, Nova Era-Embratel, Parque Oswaldo Cruz – Amorim, CCPL, Parque João Goulart, Conjunto Nelson Mandela, Vila União, Comunidade Agrícola de Higienópolis, Vitória de Manguinhos – CONAB, Parque Carlos Chagas – Varginha, Vila São Pedro, Vila Turismo, Vila Vitória, Conjunto Samora Machel, CHP-2 e Embratel.

Censo, o terreno e as ruínas da CCPL abrigavam 1080 domicílios, o que correspondia a 11% do total de residências recenseadas para o programa no Complexo de Manguinhos, cuja população total estimada seria de 31.535, ou uma média de 2,8 pessoas por domicílio. O número final de famílias beneficiadas revelou-se maior que o número de domicílios, chegando a 1283. Este número poderia ser explicado por coabitação familiar, algo também pesquisado no Censo. Segundo os dados, 97,6% das residências em Manguinhos abrigavam apenas uma família, 2,2%, duas, e 0,1%, três famílias. No entanto, para alcançar o número de 1283, a CCPL teria que ter 18,8% dos domicílios compartilhados por mais de uma família, um percentual muito maior que o mostrado no Censo para as comunidades de Manguinhos.

Os dados sobre a antiguidade na moradia indicam uma ocupação relativamente recente nessas comunidades de Manguinhos, com 53,7% se estabelecendo nestes locais já nos anos 2000, onde a CCPL se encaixa. A década anterior foi apontada por 20% dos entrevistados, e os anos 1980 foram citados por 6% - 9,4% deles foram para a região antes desse momento. Apesar da ocupação recente dos moradores, as comunidades se revelavam consolidadas, com 76% dos imóveis construídos em alvenaria, 20,5%, de madeira, 2,2%, mistos, e apenas 0,1% feitos com restos de material. Quanto ao tipo de domicílio, 72,6% deles eram casas compartilhando parede e/ou laje com outra, 21,7% eram casas isoladas, 3,2% consistiam em apartamentos e 0,4%, cômodos em cortiços. A maioria dos domicílios possuía três cômodos ou menos (40,4%), com 4,1% deles tendo apenas um; 27,8% deles possuíam quatro cômodos e 31,3%, cinco ou mais. Em relação ao número de quartos, 62,9% possuíam apenas um, 29,9%, dois, e 6,8%, três ou mais. Quase que a totalidade das casas possuíam banheiro (98,4%), e das que não tinham (142), 37% não contavam nem com um vaso sanitário. Os dados sobre a situação do

imóvel constatam que 74,2% eram próprios (pagos ou quitados), 11,2%, ocupados, 8,7%, alugados, 4,3%, cedidos, e 0,5%, próprios ainda sendo pagos. A propriedade de 52,9% era estabelecida por documentos emitidos pelas associações de moradores, com apenas 3,7% tendo documentos registrados em cartório e 3,5%, escrituras. Dois por cento tinham documentos emitidos pela Prefeitura, e 0,7%, documentos particulares; 9,5% deles não tinham qualquer documento que comprovasse a situação de imóveis próprios.

Os serviços nas comunidades recenseadas se revelaram precários. O melhor deles consistia na rede geral de esgoto, que chegava à maioria das casas (67,9%), mas a precariedade estava presente de diferentes formas – 15,9% das casas despejavam o esgoto diretamente em rios da região, 4,4% conviviam com valas a céu aberto, 3,8% utilizavam fossas rudimentares, 3,2% se serviam da própria rede pluvial e 1,7% tinham fossas sépticas. Em relação ao abastecimento de água, a rede oficial chegava a apenas 25,6% das casas em ligações internas, e 10,8% em ligações externas. As redes não oficiais eram responsáveis por abastecimento em 58,4% dos imóveis; 1,7% das casas obtinham água de poços ou nascentes, 1,2%, de bicas ou similares, e 0,4% não tinham abastecimento. Somente 24,2% das casas tinham coleta de lixo oficial da Prefeitura. Os garis comunitários chegavam a mais casas, com um percentual de 26,5%. Mas o que imperava, na realidade, era o uso das caçambas, utilizadas por moradores de 40,1% dos imóveis. Outros 6,2% jogavam o lixo em terrenos baldios, vias públicas ou ruas; 0,8% eram jogados em rios, lagos e mares, e 0,3% enterravam ou queimavam o material. A maioria das ruas era pavimentada, 31,3% total e 33,1% parcialmente; mas 31,4% ainda eram de terra. Apesar da alta taxa de pavimentação, apenas 14,2% das ruas eram carroçáveis (comportavam a passagem de carros). O que prevalecia eram as ruas de

pedestres (45,6%), seguidos de becos (29,3%) e escadarias (7,2%). A iluminação também chegava à maioria dos imóveis (76,1%); em 41,4% deles, pelo poder público, e em 34,8%, através de ligações ilegais. As ligações ilegais de energia parecem estar presentes na maioria das casas, já que a rede oficial chegava a apenas 39,5% delas. O Censo, porém, cita como outras opções “rede compartilhada” (20,6%) e “outra categoria” (36,5%), o que não esclarece a situação desses imóveis. Apenas 1,7% das casas não tinham luz. Alguns pesquisadores indicam que ter uma residência formal significa um endereço, o que pode ser constatado nos dados dos serviços de Correios, que mostram que apenas 34% das casas eram atendidas.

O Censo pesquisa ainda as condições de habitabilidade das moradias, revelando problemas estruturais, como pouca iluminação natural (60,3%), pouca ventilação natural (60,1%), pouco espaço (67,1%), rachaduras (34,6%), goteiras (44,3%) fundação, paredes ou chão úmidos (45,9%) e ainda risco de deslizamento / desabamento / desmoronamento (21,0%) e de inundações (26,9%). Quando esta mesma questão foi apresentada em aberto, o principal problema apontado foi a segurança pública (16,9%), seguido de energia elétrica (7,7%) e saneamento básico (5,4%). Outra questão em aberto perguntava “o que está faltando para que sua casa seja melhor”. O saneamento básico foi a maior demanda apresentada, por 19% dos entrevistados. Havia ainda a melhoria da moradia, com obras (13,6%), e somente na terceira posição havia a casa nova e própria (9,3%). Lazer, energia e iluminação públicas, saúde, educação e creche, água potável, pavimentação e segurança pública também foram citados, nessa ordem de relevância.

A população de Manguinhos apresentou-se essencialmente jovem - 39,8% dos moradores tinham menos de 20 anos. Na outra ponta da pirâmide populacional, apenas

13,9% dos recenseados tinham mais de 50 anos. No Censo de 2010 (IBGE), esses valores para todo o país eram de 33,1% e 20,6%, respectivamente, indicando uma queda da taxa de fecundidade total e um aumento da expectativa de vida. Na pirâmide populacional, este estágio se reflete em uma base mais curta e um topo que vai pouco a pouco se alargando por conta do envelhecimento da população. A situação encontrada em Manguinhos entre 2008 e 2009 se assemelhava mais ao estágio encontrado pelo Censo de 2000, em que os com menos de 20 anos somavam 40,1% e os com mais de 50 anos totalizavam 15,8%. Falando grosseiramente, a população de Manguinhos estava dez anos “atrasada” em relação à evolução populacional do país como um todo, que apresenta uma tendência de envelhecimento e de forte queda do número de filhos por mulher.

A alta proporção de jovens em Manguinhos pode explicar os resultados encontrados no estado conjugal: 55,5% dos moradores são solteiros, 29,3%, casados ou em união estável, 2,9%, viúvos, e 2,5%, separados ou divorciados. A escolaridade se mostrou baixa, com 49,9% dos moradores possuindo apenas o Ensino Fundamental. A proporção dos que possuíam Ensino Médio era de 19,8%, e somente 2,7% havia concluído o Ensino Superior. Aqueles que apenas sabiam ler e escrever somavam 11,7%. Esta baixa escolaridade, porém, não refletiu em uma taxa de desemprego muito diferente da nacional – 8,4% dos recenseados estavam desempregados à época da pesquisa²⁹. Dos ocupados, 21,1% estavam empregados com carteira assinada, 7,7% eram empregados sem carteira assinada, 7,2% se declararam autônomos ou que faziam “bicos”, 5,7% eram aposentados ou pensionistas e 0,4% eram funcionários públicos. Havia ainda os que trabalhavam por conta própria, formal (0,3%) e informalmente

²⁹ O Brasil fechou o ano de 2009 com uma taxa de desemprego de 8,1%, segundo dados do IBGE.

(1,5%), além de haver uma parcela de empresários e empregadores (0,1%). Os estudantes contabilizavam 26,2% dos recenseados. Na questão em aberto sobre a profissão atual, destaca-se na primeira posição os envolvidos em serviços gerais e ascensoristas (9,6%), seguidos dos empregados do lar e garis (5,9%) e dos empregados na construção civil (2,6%).

A renda bruta de 17% desses trabalhadores era de até 1 salário mínimo (ou R\$ 415 na época da pesquisa). A maior faixa se concentrava entre os que ganhavam de 1 a 2 salários mínimos (20,1%), com apenas 4,1% dos entrevistados ganhando acima deste patamar – somente 41,1% dos entrevistados declararam renda e 21,7%, que não possuíam qualquer rendimento. Segundo cálculos do Governo do Estado utilizando-se desses dados, a renda média aproximada por domicílio era de R\$ 638,24, e por pessoa, de R\$ 366,28. Uma pergunta importante realizada pelo Censo se referia ao local de trabalho nos últimos 30 dias, que consegue mostrar a importância do entorno nas relações de trabalho dos moradores de Manguinhos. Entre aqueles que efetivamente trabalharam no período (38,9%), a maioria se manteve na região – 8,7% na própria comunidade, 7,5%, no entorno ou em bairro vizinho, e 9,8% em bairros da Zona Norte. Zona Sul (5,8%), Centro (4,5%), Zona Oeste (1,7%), Baixada Fluminense (0,5%) e outras cidades (0,4%) foram os outros destinos citados.

1.3.1 A CCPL neste cenário

A CCPL era um pedaço desse Manguinhos de moradias e serviços precários, e uma população com baixa escolaridade, trabalhadora e mal paga. Rendas tão baixas que fizeram com que estas pessoas passassem grande parte da vida na vulnerabilidade em

relação à moradia. As histórias de mudanças de endereços e passagens pela moradia informal se repetem. Surpreendeu-me o número de Marias que encontrei. Algumas com trajetórias bem parecidas, e a maioria delas, empregadas domésticas desde muito novas. A vida da pernambucana Maria Lúcia, hoje com 78 anos, em “casas de família” começa cedo, aos seis anos. “Naquela época, os pais davam os filhos para trabalhar. Aí fiquei trabalhando em casa de família, e foi o único trabalho que tive, em casa de família”. Vinte anos na primeira casa, dez anos na segunda, e vem o casamento, que a transforma em diarista. Mora em Belford Roxo³⁰, em casa alugada, mas perde um filho ali, e ficou “com raiva do lugar”. Doze anos após se mudar para Sampaio³¹, é despejada depois de cinco meses sem pagar aluguel – segundo ela, porque o marido ficou “muito farrista”.

“Um dia a vizinha me pegou e falou assim: ‘Você é boba, compra um barraco’. Falei: Barraco? Morar em um barraco de tábuas? Quando eu morava em Belford Roxo, eu passava de trem, para ir ao trabalho, e ali em Triagem³², naquele viaduto, tinha aqueles barracos, aquele pessoal esquisito, jogando porcarias no valão da linha, falei: Deus me livre morar num lugar daquele. Nunca!”.

Para ficar com os cinco filhos, a menor com cinco meses - Maria conta que as vizinhas pediam seus filhos para criar -, decidiu peitar aquela vida que ela mesma condenava, e foi à favela de Triagem que via pela janela do trem.

“Aí o chefe falou assim: ‘Eu tenho um barraco aí, mas ele não está bom não. Houve uma desavença aí, um negócio meio brabo, mas se a senhora quiser, eu vendo’. Falei: quanto é o barraco? Na época, era cinco cruzeiros, mas era muito dinheiro. Aí eu falei: ih, meu amigo, sabe o que é? Eu tenho dois e cinquenta. Se você esperar até o fim do mês... Aí ele pegou, falou assim: “Deixe, deixe. Qual a idade dos seus filhos?”. Aí eu dei. O mais velho na época tinha onze anos. Aí fui morar no barraco. O barraco, de dentro, você via tudo do lado de fora. Cheio de rato. E eu tinha minhas coisas tudo direito. Aí comecei a chorar. Entrei mesmo chorando. Entrei em depressão”.

A vida no barraco de madeira não durou muito, e Maria voltou para Belford

³⁰ Município localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

³¹ Bairro da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

³² Bairro não-oficial da cidade do Rio de Janeiro, limítrofe a Benfica.

Roxo, para viver de aluguel – “Vou criar meus filhos nessa imundície? Nem morta”. O cansaço pelo deslocamento diário para o trabalho, no Leblon, e o aumento do aluguel levaram a família novamente para uma favela, desta vez no Morro da Fazendinha, no Complexo do Alemão³³. Ela construiu uma casa de quatro cômodos no terreno de uma “amiga” que depois a obrigou a construir uma casa em cima para ela. “Aí meu garoto: ‘Mãe, vou vender bala em sinal’. Vai vender bala em sinal nenhum. ‘Vou tomar conta de carro’. Não vai” – e foi trabalhando, trabalhando, trabalhando; levantou a casa para a dona do terreno. A decepção com aquela situação, porém, foi grande, e ela colocou a casa à venda, conseguiu R\$ 16 mil, e voltou para Belford Roxo – “Igual cigano. Aí houve a invasão disso aqui”.

Maria Morena, 77 anos, possui uma história semelhante. Nasceu no interior do Estado do Rio e veio com onze anos morar em casa de família. “Você está me perguntando como foi? Foi muito duro”. Uma “madame” do Engenho de Dentro cuja única filha estava na Argentina se sentia muito só e queria uma “garota para fazer companhia”. “E eu vim de lá. Meu primo arrumou” – mediante uma ajuda mensal de 50 mil réis para a família. Convidada para ir morar na Argentina pela filha dessa madame, teve o pedido negado pela própria mãe, que a tomou de volta. “Onde eu fui morar? Minha mãe não tinha moradia certa, morava na casa de parente, dormindo no chão”. Na segunda casa onde foi trabalhar, a patroa batia nela. E assim foi “rolando, rolando, rolando na casa dos outros”. A mãe conseguiu um emprego no Largo de Benfica, através de uma comadre, que também deu a ela “um canto para morar”. Mas a mulher vende o restaurante, “e minha mãe foi para a rua. Comigo, minha irmã, e uma recém-nascida”. Começa então a vida de Maria na Favela do Arará. “Naquele tempo era uma casa aqui,

³³ Bairro da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, correspondente à XXIX Região Administrativa.

outra ali, depois que isso virou uma favela”. O quarto onde foram morar era cedido pela dona de uma pensão, com a qual Maria começou a trabalhar.

“Encurtando a conversa, um verdadeiro inferno. Morei no Arará até os 15 anos. Nesses 15 anos eu fiz coisas que um adulto hoje não faz. Olha as minhas pernas. De tanto que eu tive que fazer força. Carregar água, aquela coisa toda. (...) Eu era escrava dessa mulher. Era escrava dela. (...) Ela recrutava as meninas todas para o trabalho dela. Ela fazia a comida, e a gente carregava água, ajudava ela a lavar a louça, a gente vinha lavar a louça aqui atrás da CCPL. Tinha um bicaço aqui. A gente atravessava lá do Arará para cá para lavar as panelas. Aquele monte de panela”.

Trocando o trabalho apenas pelo quarto onde moravam, que também era o depósito de panelas da pensão, a mãe de Maria decidiu sair dali e construiu um barraco de madeira na beira da linha, às margens da Avenida Suburbana. Maria havia conhecido uma senhora na fila da carne, e então passou a trabalhar na casa dela. “Dona Dalva foi quem deu jeito na minha vida. E deu jeito na minha mãe”. Em vez de dar todo o dinheiro nas mãos da mãe, a senhora dividiu o salário pelas duas. “Me libertei, comecei a ampliar minha vida, e com 15 anos, eu me casei”. O casamento durou muito pouco, e ela voltou para a casa da mãe, já com uma filha. Em um novo emprego em Copacabana, onde ficou por dois anos, aprendeu a ser cozinheira – “Eu podia cozinhar para o presidente”. Aos 21 anos, se casou novamente, já com um segundo filho, e virou dona de casa. Teve seis filhos com esse novo marido. “Vivia subordinada a sogra, subordinada a marido, você não vai fazer isso, você não vai trabalhar fora, e eu obedecia”. Um dia recebeu a visita de uma “cristã” em casa, que perguntou a ela por que ela não trabalhava. Respondeu que o marido não deixava. Precisava ir à casa da sogra todo dia pela manhã para pedir dinheiro para o pão. Quando a mulher perguntou ao marido dela se ele realmente não deixava ela trabalhar, ele respondeu: “Ela que sabe”. “Numa vidinhazinha ridícula. Não vivia mal, mas também não vivia a vida que tinha que ser feita”, afirma Maria. A mulher ofereceu uma faxina na Mangueira, e a

partir dali Maria passou a trabalhar de domingo a domingo. Aos 60 anos, ainda estava em uma casa em Ipanema. Antes, porém, teve a separação, e mais uma mudança. “A casa era própria, mas eu não tinha felicidade ali dentro. (...) Ele bebia, cheirava, fazia tudo que não podia”. Morando na Vila Aliança, em Bangu, na Zona Oeste, ela decidiu sair de casa em uma semana. De um domingo, em que encontrou uma quitinete para alugar, até quinta-feira, quando conseguiu o dinheiro com a patroa e fez a mudança, ajudada por uma amiga na comunidade. Tirou tudo de dentro de casa. “Estou livre até hoje”. Um dos filhos mais velhos continuava na Favela do Arará. Em uma das visitas dele à mãe, “conversa vai, conversa vem, ele falou assim: ‘Ih, mãe, a CCPL foi invadida’”. E então Maria decidiu voltar.

Maria Júlia, 41 anos, nasceu em Pernambuco e veio para o Rio de Janeiro com 26 anos, depois que a irmã havia se estabelecido em Niterói, cidade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Logo depois, Maria foi viver na Rocinha em uma tentativa de ficar mais perto do emprego de diarista, na Barra da Tijuca. “Mas era um tiroteio terrível, que eu fiquei horrorizada”. Já casada, saiu da Rocinha e voltou a Niterói, mas anos depois foi morar no Arará. Maria Silvia, 38 anos, nasceu na Paraíba e veio para o Rio de Janeiro aos 13 anos, pelas mãos da avó. Passou a infância em Teresópolis, mas veio para o Rio de Janeiro, já adulta, trabalhar em casa de família, onde vivia. Quando perdeu esse emprego, foi morar em Manguinhos, na casa de uma tia, e chegou à CCPL através da sogra.

Daiane, 76 anos, não foi empregada doméstica. Trabalhou em produção de fábrica a vida toda. Mas também sofreu o deslocamento para a capital, vinda do interior do Estado do Rio. A família tinha um sítio, “uma situação muito boa, tinha muita coisa”. Mas vieram a doença do pai e a seca. Uma irmã mais velha já tinha vindo para a então

capital tentar ajudar a família. “Plantação não dava mais. Só vivia do gado. Vendia um boi para poder comprar comida para a gente comer”. Ela então pediu ao pai para também vir para o Rio de Janeiro, aos 17 anos. “Me arrependi muito de ter vindo. Eu não fui feliz aqui no Rio de Janeiro. Não fui mesmo”. O destino foi a casa de uma tia no Jacarezinho – “casa própria, grande”. As sobrinhas moravam com ela, mediante pagamento de pensão. Mas a tia as ajudava a conseguir emprego. “Ela também era costureira. Tinha uma vida boa, arrumava emprego para a gente, era uma mulher muito conhecida. Parecia uma alemã. Qualquer empresa que ela fosse, arranjava emprego para a gente”. Daiane conseguiu um emprego num laboratório farmacêutico, onde trabalhou por 30 anos, até a aposentadoria. Enviou dinheiro para o pai todo mês, para ajudar a família. Quando a irmã se casou, Daiane foi morar com ela, após um noivado de oito anos fracassado e um casamento desfeito às vésperas de subir ao altar. Aos 27 anos, conseguiu alugar sozinha uma casa, que pertencia aos primos, também no Jacarezinho. Havia conhecido um rapaz, com o qual se relacionou por doze anos e tem dois filhos. O companheiro morreu sem deixar pensão para os filhos adolescentes, e ela seguiu a vida sozinha. Quando a filha se casou pela segunda vez, depois de um casamento de dez anos desfeito, Daiane pensou em deixar a casa para a filha, que estava desempregada. Aí uma pessoa avisou: “Daiane, a CCPL, estão vendendo terreninhos na CCPL”.

Marisa, 40 anos, é dona do próprio negócio informal. Nasceu no interior da Bahia e veio ao Rio de Janeiro tomar conta de uma tia que havia adoecido. Ficou cinco anos aqui, e voltou para a pequena cidade baiana, onde não conseguiu ficar. Voltou, já casada e com uma filha, e teve como destino a Baixada Fluminense. Vendendo acarajé no Centro da cidade, o deslocamento diário estava se tornando insuportável – às vezes, não tinha dinheiro para pagar o transporte de volta. Alugou, então, uma casa em

Manguinhos, para ficar mais próxima do Centro. Mas as dificuldades para pagar o aluguel eram grandes. Um freezer já havia sido vendido para pagar um mês do aluguel, e ela já estava pensando em se desfazer do outro. “Aí uma moça da igreja falou dessa invasão”.

Helena, 58 anos, é funcionária de uma instituição pública. Nasceu dentro de uma favela, no Complexo do Alemão, em um barraco de pau a pique, sem água, sem luz, sem piso, com um fogão a lenha. Lembra dos porcos do vizinho, que circulavam à noite, empurrando a porta, que era fechada com uma dobradiça de couro e uma grande madeira para que não abrissem. Por conta de duas tuberculoses, Helena passou três anos e meio em Petrópolis, isolada em um sanatório infantil. Entre as duas internações, passou pelo Morro São João, no Engenho Novo³⁴. A mãe e a avó, empregadas domésticas, subiam a serra quando podiam – quando o dinheiro sobrava, ou quando a patroa permitia. Em maio de 1968, a primeira alta a trouxe para Manguinhos, onde a mãe passou a morar, mas o serviço social veio conferir as condições da nova casa, e o retorno definitivo ao lar só acontece em março de 1969. Segundo Helena, era uma casa melhor – barraco de madeira, água, luz precária, banheiro do lado de fora. Mas a realidade de Manguinhos chocou.

“Apesar de ter morado no morro, eu ainda não tinha sido apresentada a essa violência. (...) Quando eu vim para Manguinhos, eu tive um contato com isso, porque eu soube que houve uma briga, e que alguém esfaqueou alguém. Isso para mim foi muito chocante. E eu, que era uma menina muito tímida, eu me fechei, e aí eu comecei a dizer: eu não gosto de Manguinhos. Eu não gosto daqui. Detestei esse lugar”.

No entanto, era com aquele lugar que ela teria que conviver, estudar e “tocar a vida”. Mãe aos 17 anos, voltou a estudar um ano depois, e um cartaz da Fundação Leão XIII chamou sua atenção. Era a inscrição de um curso para agente de saúde, e os

³⁴ Bairro da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

critérios eram ter o Ensino Fundamental, ter mais de 18 anos, ser mãe e moradora do local. Em 1983, o curso da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) fez com que ela entrasse em contato com um outro Manguinhos.

“Eu mergulhei em Manguinhos, comecei a gostar de Manguinhos, comecei a entrar na casa das pessoas, comecei a conhecer Manguinhos de uma outra perspectiva. Não Manguinhos violento, Manguinhos de vala, ainda, Manguinhos de muita enchente, que trazia sofrimento para as pessoas. Manguinhos que eu não gostava, mas que não tinha como sair dele. Eu comecei a conhecer Manguinhos de dentro da casa das pessoas, conversando, sentando, perguntando nome, idade, pesando as crianças, acompanhando um pré-natal, orientando uma mulher que quisesse fazer sua prevenção, para não ter uma gravidez indesejada. Então eu comecei a gostar de Manguinhos a partir da minha inserção em Manguinhos, agora como agente de saúde da Fiocruz”.

Helena sai da Fiocruz em 1988, meses antes da promulgação da Constituição, que determinou a efetivação e estabilidade dos funcionários contratados sem concurso (desde que contassem, naquele momento, com mais de cinco anos de serviço)³⁵. Como secretária da Associação de Moradores da CHP-2³⁶, ela participou de todas as negociações para a realocação dos moradores atingidos pelo rompimento da adutora em Manguinhos, que resultou no Conjunto Habitacional Nelson Mandela. Ela se mudou um dia após a inauguração do conjunto, em abril de 1992, casada, e com três filhos. Um deles morreu um ano depois, aos cinco anos, o que abriu uma crise no casamento, desfeito em 1997. Ano em que conheceu um outro companheiro, com quem teve mais dois filhos, mas morando em casas separadas. Em 2001, quando decidiram viver juntos, o entendimento de Helena foi que o apartamento no Nelson Mandela pertencia aos

³⁵ “Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma do artigo 37, são considerados estáveis nos serviço público” – Artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html Acessada em 23/07/2015).

³⁶ O Centro de Habitação Provisória-2 (CHP-2) remete ao conjunto habitacional construído em 1950 para abrigar removidos de diversas partes da cidade. O CHP foi inicialmente proposto como um centro de triagem de moradores entre as favelas de origem e os conjuntos habitacionais onde se estabeleceriam, mas com o tempo se tornou permanente.

filhos do primeiro casamento – e com isso ela alugou uma casa, no também Conjunto Residencial Samora Machel, um passo possível porque os dois estavam empregados, ambos coordenando Centros Comunitários de Defesa da Cidadania (CCDC). Em 2004, o assassinato de um dos irmãos empurrou a mãe para uma grande depressão, e Helena realiza uma nova mudança, para ficar mais próxima da mãe e poder cuidar dela. A casa alugada agora era no Morro da Caixa D'Água, no Complexo da Penha, Zona Norte do Rio, onde viveu por quatro anos. A mãe foi expulsa da casa onde morava pelos familiares da mulher do irmão assassinado, e o destino foi a CCPL, onde comprou uma casa em dezembro de 2006. Helena trabalhou em um projeto que perdeu o financiamento, ela perdeu a casa alugada, e foi morar de aluguel na casa de uma ex-nora. Um ano depois, a ex-nora pediu a casa - “O jeito foi pedir à minha mãe, se ela deixava a gente ficar com ela”. Atrás da casa tinha um “quintalzinho”, no qual um dos irmãos já tinha feito um quarto e um banheiro - “Então ela cede para a gente esse quintalzinho, para a gente poder construir nossa casa na CCPL. Que não é uma casa. É um quarto e um banheiro”.

São estas pessoas, com histórias marcadas por deslocamentos, despejos e dificuldades, que procuraram a CCPL na intenção de obter moradia. A fábrica se apresentou como mais uma tentativa de se obter a “casa própria” e até mesmo certa segurança como lar. Também aparece nos depoimentos uma preocupação de se manter em uma localização próxima ao centro da cidade, com oferta de transporte, ou ainda próximo a parentes ou a um suporte familiar. Deste modo, a localização das ruínas se mostra relevante para a sua ocupação. As histórias aqui contadas se entrelaçaram no tempo e levaram os personagens a um só espaço, uma fábrica abandonada. A CCPL, porém, cobrou elevados preços por seu acolhimento.

1.4 A “velha” CCPL

Eu não poderia deixar de investigar junto aos entrevistados como eles descreveriam a vida na CCPL. A entrada, os arredores da Associação de Moradores e o primeiro andar do prédio mostravam uma tentativa de organização e limpeza. Se avançássemos no terreno, no entanto, ou para cima, nos prédios, a situação se alterava. Esgoto a céu aberto atrás do terreno, lixo acumulado em alguns pontos, moradias minúsculas e úmidas no interior do prédio, tetos mofados e estufados como se fossem cair a qualquer momento. Uma precariedade que saltava aos olhos dos visitantes. Mas qual seria a percepção dos moradores em relação àquele lugar? Meus entrevistados descrevem as dificuldades vividas ali, tendo a solidariedade entre os vizinhos como uma das únicas lembranças boas da antiga fábrica. A pior lembrança era uma resposta improvável. “Olha, você já deve saber dessa resposta, porque vem uma palavrinha bem pequenininha, e um bichinho menor ainda, chamado mosquito”. Foi assim que Helena me respondeu quando perguntei qual seria o motivo de maior sofrimento na CCPL. Ouvi esta resposta de diversos outros entrevistados, que apontavam o mosquito como o maior dos problemas ali vividos, mais do que falta de água, luz, saneamento ou segurança. Os porões embaixo dos prédios principais da fábrica acumulavam água, esgoto e uma nuvem de mosquito sem igual. Em uma das visitas, acompanhada por uma funcionária da Associação de Moradores, ela pediu que eu olhasse por um buraco feito em uma das paredes, que dava para este porão. Os mosquitos se amontoavam acima da linha d’água, formando uma “parede” impressionante. Era dia, e imaginei como seria à noite, quando eles deviam sair dali.

Rômulo faz piada com o que acontecia – “Você dormia no quarto e acordava na sala” – e Marisa reforça a imagem – “Parecia que o mosquito pegava a gente assim e ia levando”. Ela foi para a CCPL com uma bebê pequena, que era abanada com um “pedaço de papelão” para poder dormir, mesma situação de Claudio, cujo bebê saiu da maternidade para a casa na fábrica. “Um sufoco danado, né? Mosquito. Um bebezinho, e mosquito. A mulher chorava, noite e dia, porque ela não queria ficar aqui, que tinha muito mosquito, mas com o tempo ela foi se acostumando”. Além do zumbido no ouvido e as mordidas, que “deixavam a pele igual de jacaré”, Maria Lúcia cita outro problema vindo desses seres pequeninhos. “Os lençóis, nem largavam. Só ficava aquele sangue, todo dia a gente lavava roupa. Mas era tão brabo aquele sangue, sei lá, aquela coisa que saía deles, que era tudo pintado, tudo estampadinho (risos)”. Mas é Helena quem exprime a seriedade de uma noite mal dormida por conta dos mosquitos, também citada por Maria Silvia, quando diz que ia abatida para o trabalho.

“Para você ter uma ideia, eu tinha um circulador de ar, que eu colocava em cima, no teto, e os meus filhos tinham uma cama beliche. E o circulador de ar ficava em cima dessa área, no alto, e outro circulador na cama de baixo. Em 2009, eu fui ao Pará, no Fórum Social Mundial, e eu trouxe um mosquiteiro. Eu tinha ventilador e o mosquiteiro. Ainda assim, a gente era picado de mosquito. Ainda assim, as crianças dormiam se batendo, o tempo todo, não tinham um sono tranquilo, iam sonolentas para a escola. Meu filho estava tão sonolento na escola que a professora me chamou. Ela não teve coragem de abrir o jogo, mas insinuou que o meu filho estava dormindo muito, para eu tomar cuidado, porque ele podia estar andando em más companhias. Então ela insinuou que ele deveria estar envolvido com drogas, que não dormia. E realmente eles não tinham um sono tranquilo” [Helena].

O abastecimento de água não parece ter sido um problema na favela. A dona de casa Amanda recorda dos primeiros meses pós-ocupação, morando no quarto andar, onde não havia água – “Meu marido trabalhava o dia inteiro, e quando chegava ainda tinha que pegar água, no sofrimento. Ou então acordar de madrugada para lavar roupa, encher os galões de água, lavar louça”. Claudio, funcionário da Associação de

Moradores da CCPL, diz que a solução foi “rasgar” a rua principal de ponta a ponta para levar água para todos. “Era forte, subia no prédio. Clandestina, né, mas fazer o quê? Pessoal com crianças, com filho, então necessita da água. Luz até passa, mas a água... Não tem como”. A cada vez que surgia uma nova casa, o morador “tinha que comprar um tanto de vara e tinha uma pessoa que colocava”. Mas a “água aqui era boa, muito boa, sempre foi. Era muita água”, comenta Maria Lúcia. A luz foi puxada no gato, e para cada nova casa, a Associação cobrava a instalação da ligação. “Aí dava o dinheiro, eles compravam os fios, botavam aquele fio na sua casa”. Se aquele fio “dava encrenca, você dava um tanto de novo, e era assim”, lembra Maria. Esta “encrenca”, segundo um dos moradores, podia ter consequências mais sérias.

“Quantas vezes eu vi incêndio, de ligação clandestina, sobrecarga. Quantas vezes eu vi queimar, quantas e quantas vezes. Essa menina daqui de frente, você vai ver uma mulher toda queimada. Ela foi vítima de um incêndio, que teve aqui por causa de curto. Aí, quando pegava fogo na CCPL, tinha que comprar cabo, (...) vinte merréis. Quantas vezes a gente não deixou dinheiro lá na mão do líder comunitário. Eram trinta merréis, quarenta. E pagando para os outros. Que muitos chegavam: ‘eu não vou pagar’. E você não queria ficar sem luz...”.

Para Marisa, essa luz “era uma vela, assim, só fazia clarear. O ventilador não funcionava, queimava o ventilador, queimava geladeira, queimava tudo. Mas eu ali. Nove anos lutando”. A ligação clandestina para 1283 famílias resultava em uma energia fraca – “Você contava o giro das hélices do ventilador”. Maria Morena diz que achava que os ventiladores estavam com defeito, “mas não tinha velocidade para tocar o ventilador”. Quando a luz faltava por dias, as noites eram passadas “do lado de fora, cobria as crianças, apesar do calor, e passava conversando, a noite toda, tomando banho, porque não tinha luz, e não dava realmente para dormir”, lembra Helena. Daiane diz que fazia comida à noite à luz de vela, “na luta”. No caso de Maria Silvia, o problema era agravado pela falta de espaço dentro de sua moradia, um cômodo, sem quarto, somente

uma sala dividida entre cozinha e banheiro. Ela havia se mudado para a CCPL com um bebê recém-nascido – “Quando eu saí do hospital para vir para casa com ele, era um calor... Sorte que ficou um dia bom, com luz. Mas depois, quando começou a faltar luz, ele estava grandinho, mesmo, um ano e pouco”. A empregada doméstica Maria Júlia também se recorda do “quarto abafado, sem entrada de ar”, que a levava a colocar o colchão na sala, onde tinha “uma porta de entrada”. Rômulo saía de casa quando a irmã chegava para visitar a mãe, para “dar conforto às crianças. Porque nós tínhamos três ventiladores que não valiam meio”. Helena contava com uma vantagem na questão da luz, pois morava debaixo do viaduto, e puxava a energia “direto do viaduto. Então, de vez em quando, caía a luz, caía a energia de todo mundo, e aí colocava esse fio, a gente conseguia ter luz”. Mas a localização da casa também trazia uma desvantagem – “Aquela poeira caía, então a gente respirava, comia e convivia com aquela poeira. Às vezes eu chegava lá fora, achando que a roupa estava limpa, que eu estava saindo, e eu olhava, a roupa não estava limpa. A roupa sujava até na corda, secando”.

Em relação à coleta de lixo e limpeza, havia uma tentativa da Associação de Moradores de instaurar estes serviços no local. Garis comunitários realizavam a limpeza das ruas e o recolhimento do lixo, que era depositado em uma caçamba na entrada da comunidade, para a posterior retirada pela Comlurb³⁷, duas vezes ao dia. As visitas à favela revelaram, no entanto, que o número de garis era insuficiente. Os moradores entrevistados também relataram problemas com o lixo. “O lixo batia quase dentro da nossa casa. Nos prédios, a criança jogava lixo na escada, deixava um bando de lixo na escada”, afirma Maria Lúcia. O acúmulo de lixo nas ruas da favela trazia a proliferação de ratos – “Aqui gato não comia rato, era rato que comia gato”; “A gente ficava com

³⁷ Companhia Municipal de Limpeza Urbana.

medo de dormir” – e também atraía outros animais, à noite, como cabras e cavalos, que espalhavam ainda mais a sujeira.

A convivência, no entanto, parecia ser um dos pontos bons e fortes. “Tipo assim: ‘Leva meu filho? Atravessa meu filho, que ele vai para a escola? Bota ele no ônibus, e tal’. E toma conta do que ficou”, lembra Helena, cuja mãe tinha um pequeno “sitiozinho, criava galinha, criava porcos, porque a gente morava ali, debaixo da jaqueira, da mangueira, do jenipapo. As pessoas sempre iam lá na casa da minha mãe, porque chamava atenção aquele galinheiro, ali na porta”. Um cantinho reservado, sem som alto, com pessoas mais idosas e famílias numerosas. No último Natal que passaram na CCPL, em 2009, Helena conta que “foi uma coisa bem família, cada um trouxe um pratinho, a gente acabou fazendo uma mesa do lado de fora, botamos o som do lado de fora”. Claudio confirma a existência dessas festas coletivas – “Meu corredor era fechado, não tinha saída, a gente fazia uma brincadeira no corredor, todo mundo participava”. Ele diz que esse era um dos grandes motivos que o fazia permanecer na CCPL – “Aqui era um lugar mais tranquilo, mais pacato, cada um era na sua, cada um na sua casa, não era bagunça. Nunca arranjei problema com ninguém, e ninguém nunca arranjou problema comigo”.

Maria Morena viveu os dois lados da convivência com vizinhos. A filha mais nova fazia questão de fazer as festas de aniversário das netas na CCPL – “Chamava aqueles barrigudinhos tudinho para poder comer, enchia a casa de doce, cheio de mosquito”. Em uma das festas, ela conta ter chamado só meninas. Duas lasanhas, uma Coca-Cola, e as convidadas todas arrumadinhas, de “beicinhos pintados, umas gracinhas”. Mas no cotidiano aparece um problema com uma das famílias vizinhas, por conta de obras na casa. “Quando eu entrei naquilo lá, eu falei assim: se eu quiser morar

assim, eu tenho que parar de comprar roupa, tenho que parar de comprar sapato. Para eu fazer moradia, eu vou ter que parar”. E foi o que aconteceu. As obras duraram de sete meses a um ano. As duas salas que ganhou foram divididas em sala, quarto, cozinha e banheiro. A sala ganhou piso; o banheiro, azulejo até o teto, as paredes foram todas emassadas. “Sendo que o vizinho de cima era daqueles vizinhos que não estão nem aí. A água do banheiro dele ia encharcando o meu aqui embaixo. Eu dei material para ele, para ele consertar, a mãe dele ia lá, me esculachava, xingava”. Essa família usava o corredor / varanda em frente à casa para subir para a casa deles, no andar superior. “Eles não tiveram a capacidade de fazer qualquer coisa, uma escada, para eles subirem, então eu liberei para eles subirem por ali”. A escada usada era de madeira, como as usadas em obras. Um dia, Maria decidiu fechar o corredor com um portão, mas que daria as chaves para todos. A vizinha não gostou, e levou o caso até a Associação de Moradores. “A Dona Cândida falou: ‘Não discute. Deixa ela falar, deixa ela para lá’. Aí eu peguei, deixei para lá”.

Outro motivo de preocupação para Maria Morena, e todos os outros moradores, eram as chuvas. Manguinhos faz parte da sub-bacia do Canal do Cunha, que coleta águas de rios como o Benfica, Jacaré, Faria-Timbó e Salgado, que nascem na Serra dos Pretos Forros e no Maciço da Tijuca e atravessam áreas densamente povoadas antes de chegarem ao bairro, trazendo riscos constantes de alagamentos. O próprio terreno da CCPL é cortado por uma parte do assoreado Canal do Cunha, o que deixou a comunidade embaixo d’água em algumas ocasiões. Maria Morena lembra que vinha “uma água podre” que quando “batia, fazia miséria”. Maria Silvia diz que a saída da CCPL virava um lamaçal que chegava a impedir a saída dos moradores – “Tinha que ligar para a minha patroa, falar que não dava para ir lá, que estava tudo cheio de lama,

tudo cheio”. Claudio afirma que a água “batia pela cintura” quando chovia, o que fazia com que os moradores do primeiro andar sofressem mais com as chuvas. “Em cima, era bom. Embaixo, muita gente passava sufoco, perdia muita coisa. Aí a gente descia para ajudar aqueles que precisavam”. Morar dentro dos prédios, no entanto, podia significar conviver com goteiras e com pedaços da laje que se soltavam. “Os corredores todos, o emboço estava soltando. Emboço, não, pedaço de laje. Era maior perigo, porque em cima a água empocava, e descia toda para quem morava embaixo”, lembra Claudio. Com quatro filhos pequenos, Fernanda recorda que foi assim nas chuvas de abril de 2010, as piores da história da CCPL. Mesmo morando no terceiro andar, sua casa foi inundada.

“Onde eu morava, tinha eu, minha vizinha, e mais uma casa. E tinha uma laje enorme. Aí, o que acontecia? Tinha uma tubulação que, para poder descer a água da chuva, para poder escorrer... Como embaixo alagou, e em cima choveu, a água de baixo subiu, e a da chuva não tinha por onde escorrer. Encheu tudo, e entrou para dentro das casas. Encheu minha casa, encheu a casa da minha vizinha, porque não tinha por onde a água da laje descer. Conforme ela descia, a água vinha entrando para dentro das nossas casas”.

Os moradores do primeiro andar viram a marca da água chegar à metade das paredes. Para sair ou entrar na CCPL, somente por botes improvisados. Daiane estava na casa da filha, que havia passado por uma cirurgia, e conta que teve de esperar a noite toda para voltar, pois chovia muito. Pela manhã, os Bombeiros a levaram de bote até sua casa, totalmente inundada.

“O rack já tinha morgado, assim. Mas ele inclinou para trás, a televisão encostou na parede. Não queimou, nem nada. O guarda-roupa desmontou. Eu tinha deixado dinheiro, eu tinha trezentos reais em casa. Eu sempre guardava dinheiro na parte de baixo. Eu pensei: ‘meu dinheiro acabou’. Mas o dinheiro estava guardado na parte de cima. Quando eu cheguei, a parte de baixo já tinha arriado, estava tombado para trás. As roupas de cama que estavam ali, algumas eu aproveitei, outras eu não pude aproveitar, joguei fora. Eu tinha duas camas, uma de casal, que era bem alta; aí não perdeu nem o colchão nem a cama. A outra também não perdeu a cama, porque era madeira. Só perdeu o colchão. A água ficou em cima do colchão. E os cachorros ficaram no colchão. Ou ficaram a noite toda nadando na

água. E as compras? Arroz, feijão, molhou tudo. Farinha... Tudo que tinha embaixo”.

Na continuação do relato, Daiane afirma que os Bombeiros não a deixaram fazer nada em casa. Teve tempo apenas para retirar os panos de chão de cima dos ralos, o que estava impedindo a água de escoar; para pegar o dinheiro que sobrou e o cartão de pagamento da aposentadoria; e para recolher os dois cachorros, que “ficaram da cor do barro”.

Da EMOP, eu acompanhava as repercussões das chuvas. Grande parte da região de Manguinhos ficou debaixo d’água, não só a CCPL. Respondi à imprensa pelo alagamento no DSUP, recém-inaugurado, onde moradores do primeiro andar perderam pertences. Acompanhei os vídeos enviados pelos moradores a programas televisivos em que mostravam como as ruas viraram rios na CCPL. Quando a água secou, dias depois, os problemas não acabaram. A estrutura do prédio tinha sido comprometida. O teto estava desabando. As chuvas de 2010 trouxeram mais precariedade a um ambiente já degradado e, como veremos adiante, aceleraram a retirada dos moradores e o início das obras no terreno. Daiane e Maria Morena usam a mesma expressão, ao dizer que seus familiares diziam que “morreriam naquele buraco”. Mas, por diferentes motivos, seus destinos mudariam e elas não morreriam na precária favela fabril.

CAPÍTULO 2

O fim da favela

2.1 O PAC Manguinhos

Em 2009, a vida desses moradores começa a se transformar. Apresentarei neste capítulo o PAC Manguinhos, a inserção da CCPL no programa e, o mais importante, o projeto desenvolvido, que tinha como proposta a manutenção dos moradores no mesmo local da moradia original. A CCPL foi inserida no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, dois anos após o lançamento do programa e do início do investimento de vultosos recursos para as áreas de saneamento e habitação no Complexo de Manguinhos. A favela, a princípio, não estava prevista no chamado PAC Manguinhos. As obras do programa já estavam adiantadas e um dos conjuntos habitacionais, entregue, quando se tomou a decisão de incluí-la no programa. Esta decisão se deveu a, basicamente, dois fatores: a proximidade com a área de intervenção do PAC Manguinhos e a atuação da Vice-Presidente da Associação de Moradores, Cândida Maria Privado, junto às autoridades. O agravamento das condições estruturais das ruínas da fábrica, principalmente após as chuvas de 2010, acelerou o processo de retirada dos moradores.

O PAC possui um eixo destinado à Infraestrutura Social e Urbana, com investimentos em ações integradas em habitação, saneamento e inclusão social, denominado PAC Urbanização de Assentamentos Precários - o PAC Favelas.

“Áreas que têm uma ou mais das seguintes características: irregularidade fundiária ou urbanística; deficiência de infraestrutura; perigo a alagamentos, deslizamentos ou outros tipos de risco; altos níveis de densidade dos assentamentos e das edificações; precariedade construtiva das unidades habitacionais; enormes distâncias entre moradia e o trabalho; sistemas de transportes insuficiente, caros e com alto nível de desconforto e insegurança; inexistência ou deficiência dos serviços públicos (saneamento, educação e saúde); conjunto de problemas sociais que configuram situações de extrema vulnerabilidade; domínio por uma ‘ordem’ baseada na violência” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010b:11).

O desafio era “executar uma política nacional de urbanização de favelas”, através de uma articulação federativa, ou seja, com a participação de estados e municípios, e com a execução do trabalho social nas áreas de intervenção, “buscando-se resolver o problema da habitação em assentamentos precários de forma integrada e com qualidade” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010a:9). Assim, o Ministério das Cidades se compromete a realizar intervenções físicas, incluindo obras de urbanização e construção de novas unidades habitacionais e/ou equipamentos sociais junto à regularização fundiária, tendo como suporte o trabalho social, voltado para a garantia de participação e apoio à inclusão social dos moradores.

Em uma tentativa de historicizar o problema da questão habitacional, o MCidades indica que no Brasil, até a década de 1950, as ações do poder público relacionadas com os assentamentos precários variaram das “tentativas de erradicação às melhorias pontuais e paliativas”. Nos anos 1990, com a crise fiscal da maioria dos estados e as mudanças introduzidas com a Constituição de 1988, os municípios passaram a assumir mais responsabilidades nos programas habitacionais. Os programas de urbanização de favelas se difundiram, inclusive por meio de programas abrangentes

que contaram com financiamentos e apoio de organizações multilaterais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ao assumir a Presidência em 2003, o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva decidiu enfrentar a questão com a reestruturação do quadro institucional para o setor habitacional e urbano. Foram criados o Ministério das Cidades e o Conselho das Cidades, e aprovados a Política Nacional de Habitação, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

As verbas destinadas a programas de urbanização integrada de assentamentos precários passaram de R\$ 386,5 milhões em 2003 para R\$ 1,6 bilhão em 2007, antes mesmo do lançamento do PAC Favelas. Estes recursos dividiam-se em recursos fiscais, consignados no Orçamento Geral da União (OGU), repassados aos estados, Distrito Federal e municípios mediante assinatura de Termos de Compromisso firmados com a Caixa Econômica Federal (CAIXA); e recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ou do Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT), repassados aos estados, Distrito Federal e municípios, mediante assinatura de contratos de empréstimo firmados com a CAIXA ou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Somados a estes recursos da União, há as contrapartidas dos estados, Distrito Federal e municípios. Em 2010, ano da execução do balanço aqui citado, havia R\$ 21,4 bilhões alocados em intervenções em favelas com recursos do PAC em 785 contratos que beneficiariam mais de 1,8 milhão de famílias (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010a:33).

Para o Ministério das Cidades, o “problema da multiplicação de favelas e ocupações irregulares” devia ser enfrentado com a promoção de ações de urbanização e regularização dos assentamentos precários; e a ampliação do acesso da população de

menor renda ao mercado residencial legal, com uma política de financiamento habitacional subsidiada, e a colocação em prática de uma política urbana que contribua para viabilizar o acesso dos mais pobres à terra (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010b:26). A estrutura do programa dividia-se em: a Casa Civil e a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, como Coordenador central; o Ministério das Cidades, como gestor; a CAIXA e o BNDES, como agente operador e financeiro; a Administração Pública dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, como proponentes e agentes executores; e as famílias atendidas, como beneficiários finais. A CAIXA atuava na ponta, já que sua estrutura descentralizada assegura “a execução das intervenções sobre um arcabouço de normas e procedimentos técnicos que garantem que os recursos investidos alcancem seus verdadeiros objetivos”, “viabilizando a liberação dos recursos financeiros por parcela de obras/serviços executados” (idem, p. 31).

Os projetos deveriam seguir o conceito de que uma “habitação digna compreende, além da edificação propriamente dita, a qualidade ambiental do meio e a inserção e integração com a cidade através da disponibilidade de infraestrutura urbana e de acessibilidade ao mercado de trabalho e aos equipamentos urbanos” (idem, p. 13). Sendo assim, os projetos previam a implantação da infraestrutura básica – saneamento, iluminação e coleta de lixo, entre outros –, contenção do solo, adequação do sistema viário e a construção de equipamentos públicos. O documento formulado pelo Ministério das Cidades registra ainda a importância da “obrigatoriedade” da regularização fundiária das famílias moradoras do assentamento precário. O objetivo da regularização seria “fazer com que as unidades habitacionais ou lotes, decorrentes da intervenção, reflitam compromisso de constituição de direito real sobre o imóvel em

favor das famílias beneficiadas” (idem, p.17). Os instrumentos utilizados podem ser cessão de uso, usucapião especial urbano, aforamento, entre outros. Ruth Jurberg³⁸, coordenadora do Trabalho Social do PAC pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, afirma que estas diretrizes trouxeram uma mudança profunda nas políticas habitacionais do país – o PAC seria uma “política mais integrada, que pensa regularização fundiária, pensa construção de moradia, pensa habitação como a questão da habitabilidade, e isso nunca houve”.

“Antes de 2003, o Governo do Estado trabalhou na construção de conjuntos habitacionais através da CEHAB (Companhia Estadual de Habitação). Eram, a maior parte deles, localizados na periferia da cidade, na Zona Oeste - Santa Cruz, Campo Grande -, Zona Sul nenhum, poucos na Zona Norte, e alguns no interior. Esta era a política: construção de prédios ou unidades habitacionais, casas isoladas, mas que não atendiam, de maneira efetiva, à população, porque estavam distantes, não só dos transportes públicos, mas os equipamentos públicos eram deficientes. Então a população tinha muitas críticas ao modelo que o governo adotava como política habitacional” [Ruth Jurberg].

A seleção dos projetos do chamado PAC Favelas foi realizada de duas formas, em dois momentos distintos: o primeiro, em 2007, voltou-se aos grandes complexos de favelas; e o segundo, com previsão para ser realizado anualmente, seria voltado para a seleção de assentamentos de menor porte, por meio de seleção pública (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010b:23). Cabia então ao Governo do Estado selecionar as áreas que seriam atendidas a partir de 2007. Uma mesma versão para a escolha dessas áreas foi contada por três dos entrevistados dessa tese: a de que os então governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, e o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, realizaram um sobrevoo na cidade após a definição dos recursos do PAC. O presidente teria perguntado o que seria aquela “mancha” dentro da paisagem, áreas totalmente

³⁸ Em entrevista concedida à autora em 07/04/2013 na sede da EMOP.

degradadas que correspondiam aos Complexos do Alemão e de Manguinhos. Segundo Ruth Jurberg,

“A decisão foi que seriam nas comunidades com os piores indicadores sociais. Então era o maior indicador de violência, falta de saneamento, de desemprego... E neste sentido se escolheu o [Complexo do] Alemão, que tinha uma trajetória de saída dos empresários, dos investimentos, por conta da violência, [Complexo de] Manguinhos, e a Rocinha tem um diferencial porque havia um plano diretor, que foi um concurso nacional. A Rocinha já tinha um plano de metas e de ações que foi debatido durante dois anos com a população, então ali tinham projetos ou estudos para demandar para o PAC. E por isso houve a escolha desses três”.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro passou então a ser o executor das obras do PAC nestas três grandes favelas – o Complexo do Alemão, o Complexo de Manguinhos e a Rocinha³⁹. O Governo Federal arcava com 75% dos recursos, e o Estado dava uma contrapartida de 25%⁴⁰. Estudos no Complexo do Alemão já indicavam um grave problema de mobilidade na comunidade, a partir do qual se projetou o teleférico, tendo como base a experiência de Medellín, na Colômbia. Em Manguinhos, de acordo com Edwaldo Lameira⁴¹, gerente das obras do PAC pela Empresa de Obras Públicas do Estado, havia a questão da “Faixa de Gaza”, com uma linha de trem dividindo duas áreas, impedindo a plena integração das comunidades do complexo, além das precárias condições de vida da população e ausência de equipamentos públicos⁴². Em campo, a equipe responsável pela elaboração do projeto

³⁹ O Governo do Estado era responsável, ainda, por uma intervenção menor nos morros Pavão-Pavãozinho/Cantagalo.

⁴⁰ A contrapartida do Estado chegou a 45% em 2013, devido ao aumento de despesas com o pagamento de indenizações e compras assistidas não previstas pelo Governo Federal. Ruth Jurberg ressalta: “Para a gente incluir esse morador dentro do recurso que vem da Caixa, primeiro ele tem que morar em área formal, ou comprar um imóvel em área formal, e isso não existe na favela. E foi por isso que a contrapartida do Estado aumentou, porque a gente autoriza que compre na favela, desde que não seja embaixo de linha de alta tensão, beira de rio, e tudo”.

⁴¹ Em entrevista concedida à autora em 08/04/2013 na sede da EMOP.

⁴² Fernandes e Costa (2009) apontam que Manguinhos não foi contemplada no programa Favela-Bairro “curiosamente” por ser considerada uma área de extrema complexidade com bolsões de pobreza, alta densidade demográfica e tráfico de drogas e por necessitar de alternativas técnicas muito complexas e dispendiosas, devido às peculiaridades do solo, à ocupação em áreas não edificantes, à necessidade de

para Manguinhos encontrou “muitos guetos”. A Avenida Leopoldo Bulhões como limitadora, a linha férrea como divisora, “tudo cercado de muros, vivendo mesmo em guetos”. E a ideia inicial era integrar aquelas comunidades então divididas, entre elas mesmas, através da elevação da linha férrea, e com a área formal, através das intervenções urbanísticas. A Rocinha, como já citado, tinha um diferencial por já possuir um Plano Diretor, estabelecido em um concurso nacional, o que significava a existência de um plano de metas e de ações debatido durante dois anos com a população que poderia nortear os projetos do PAC.

Estes grandes complexos foram eleitos ainda porque o PAC não era um programa "vamos fazer numa favela pequena para testar", era para grandes favelas. A intenção da Presidência da República era que o programa tivesse impacto, que mostrasse sua grandiosidade – uma intervenção em favelas que fosse além da mera infraestrutura. Para Cavalcanti, Fontes e Blank (2013), esta intenção se refletiu nas obras, que compartilham a característica de realizarem intervenções de grande impacto na paisagem urbana – na Rocinha, uma enorme passarela assinada pelo arquiteto Oscar Niemeyer; no Alemão, o teleférico; e em Manguinhos, a grande “vitrine” seria o Centro Cívico erguido no antigo Depósito de Suprimentos do Exército (Dsup), que contrasta com o cenário no entorno na Avenida Dom Helder Câmara.

Trindade (2012:88) indica como outro motivo a exigência de uma resposta imediata ao anúncio da alocação das verbas do PAC, o que levou à escolha de comunidades que já contavam com projetos, anteprojetos ou, no caso de Manguinhos, o Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU), desenvolvido entre 2003 e 2004 e que já indicava algumas possibilidades de intervenções. O PDU havia sido elaborado, a partir

drenagem do solo e à instalação de redes de captação de esgoto sanitário, como foi informado pelos técnicos da Prefeitura à época”.

da Prefeitura do Rio, pelo consórcio PAA Agrar, do arquiteto Jorge Mário Jaurégui, mesmo profissional contratado pela EMOP para o desenvolvimento do projeto básico das obras. Edwaldo Lameira confirma que o arquiteto e urbanista Luiz Carlos Toledo já possuía o Plano Diretor para a Rocinha, e que a Metrópolis Projetos Urbanos (MPU), do arquiteto Jorge Mário Jaurégui, já havia elaborado estudos para os Complexos do Alemão e de Manguinhos. Na opinião do gerente de Obras, pode ser que, “por terem maior conhecimento da área e projetos já desenvolvidos”, estes escritórios conseguiram apresentar um preço menor nas licitações abertas pela EMOP.

Em abril de 2007, o Governo do Estado anunciou a inclusão de Manguinhos no PAC⁴³. O presidente da EMOP, Ícaro Moreno⁴⁴, ressalta que “Manguinhos era uma área estratégica para a cidade, fantástica, com grandes indústrias (...); uma área extraordinária, no meio da cidade, e com grande mobilidade - Avenida Brasil, Linha Vermelha, Linha Amarela, trens de carga, trens de passageiro, metrô, tudo ali”. Em agosto do mesmo ano o Vice-governador do Estado e Secretário de Obras, Luiz Fernando Pezão, realizou uma visita ao Complexo na qual se comprometeu a apresentar os projetos para a comunidade e a criar um Comitê Gestor com a participação dos moradores. No mês seguinte, a EMOP apresentou em audiência pública as principais intervenções e fixou para dezembro o início das obras. Esta rápida resposta à alocação de recursos, no entanto, impediu estudos mais aprofundados do trabalho social antes do início das intervenções, inclusive com a ausência de discussão dos projetos com a comunidade.

Todo o PAC 1 teve um trabalho restrito em relação ao diagnóstico social anterior

⁴³ A Prefeitura também realizou intervenções pelo PAC em Manguinhos, nas comunidades Vila União, CHP-2, Parque João Goulart, Vila Turismo, Mandela de Pedra, Nelson Mandela e Samora Machel. O Governo do Estado atuou na CONAB/Vitória de Manguinhos e na Embratel, além da CCPL.

⁴⁴ Em entrevista concedida à autora em 11/11/2013 no CPDOC/FGV.

às obras, já que o Governo Federal exigia, para a captação dos recursos, um anteprojeto que, normalmente, não era debatido com a comunidade – era realizado com base nos indicadores sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos planos diretores, etc. Ruth Jurberg relata um desgaste grande em 2008, quando foi chamada para gerenciar o trabalho social, “porque era uma imposição dos projetos sem o debate com a população”. Foi neste momento que se tomou a decisão de transferir a condução do processo da Secretaria de Obras para a Secretaria de Assistência Social.

“No início, achei que ia apanhar. Eu ia para as reuniões, e era literalmente assim, gente nervosa, cara falava alto, em reunião em comunidade, sem a gente conhecer, dizendo: 'Ó, sou o Estado'. Não era ser o salvador da pátria, mas era muito difícil. Mas a nossa grande meta era realmente fazer com que a população acreditasse que aquilo era para valer, era de verdade, que a gente estava ali não mais para prometer. Tanto que sempre orientei a equipe assim: a gente não promete nada, se for possível é sim, se não souber, é não sei, se for não, é dizer não, para não criar qualquer tipo de expectativa, de mentira, para que eles tenham confiança no nosso trabalho” [Ruth Jurberg].

O Governo do Estado decidiu que deveria haver uma presença na ponta, dentro das comunidades, com a instalação dos chamados canteiros sociais nas áreas de intervenção. O Trabalho Social, enquanto equipe especializada constituída, era uma exigência do Ministério das Cidades, com a missão de acompanhar todas as etapas das obras, além dos seis meses posteriores à entrega das mesmas. Ruth Jurberg afirma que “ninguém acreditava que o Estado conseguiria reverter este descrédito, esta falta de esperança que a população via no Estado, que ficou ausente muitos anos. E de repente o Estado se coloca como ator principal na urbanização de três grandes complexos”. A coordenadora afirma que o Trabalho Social passou a acompanhar o ritmo das obras, em associação com o andamento das mesmas. Os engenheiros, segundo ela, apresentaram uma certa resistência a princípio. “Quem é esse social que vai ficar debatendo com a comunidade, que vai atrapalhar as obras? Até que eles entenderam que sem o social para

debater não teria frente de obra”, ressalta Ruth. Dali para frente, nas palavras do presidente da EMOP, Ícaro Moreno, “não se media um metro cúbico de concreto sem medir a parte social”. Por força de contrato, arquitetos, engenheiros e o Trabalho Social teriam que trabalhar integrados.

Para o PAC 2, a EMOP conseguiu avançar no trabalho social realizado antes do início das obras, a partir de uma iniciativa do presidente da empresa, que autorizou levantamentos sociais e fotográficos nas comunidades que poderiam vir a ser escolhidas e atendidas pelo programa. Eu mesma acompanhei a realização destes levantamentos, atuando como fotógrafa, no Complexo do Lins. Este foi o material enviado ao Governo Federal com o objetivo de obter a alocação dos recursos na segunda fase do PAC.

“Até o recurso sair, o que foi encaminhado a Brasília foi o diagnóstico social. Foram os livros do diagnóstico social prévio, que apresentavam qual era a situação real tanto em termos urbanísticos, quanto sociais, quanto os indicadores sociais. Aí dizia: olha, tem x mil moradores aqui, e não tem nenhuma creche. Então a gente precisa de creche, porque não tem nenhuma, e a gente quer creche porque a população diz que quer creche. (...) Hoje, quando a gente entra na Tijuca, e diz: 'Nós vamos fazer isso e isso', a pessoa se enxerga e diz: 'Eu participei daquela reunião onde a gente colocou isso'. Então a gente tem o tempo todo o retorno da população que se identificou com o projeto” [Ruth Jurberg].

Para Ícaro, este seria um modelo de projeto ideal, que, mais que dialogar com a comunidade, siga as características daquela comunidade – quantos moradores possui, qual a faixa etária, qual perfil social, qual a taxa de crescimento, quantos equipamentos existem, e se eles são suficientes para atender à demanda. “De 0 a 3 anos, tem quantas crianças? Tem creche suficiente para você dar melhores condições para os pais? (...) O que ela [a comunidade] necessita? Necessita de hospital? O hospital é longe? Então eu preciso criar algum posto de saúde. Mas quantos postos?”. No PAC 1, esse diagnóstico prévio não foi realizado, e até mesmo o Censo se desenvolveu após a escolha das comunidades e a elaboração inicial dos projetos.

Marina Moraes, advogada responsável pela negociação com os moradores, ressalta a importância que este trabalho teria, pois mapearia a comunidade para que o Estado soubesse as necessidades da mesma. A equipe social da EMOP, que seria de fato a equipe de realocação, se pautava nesse trabalho, até mesmo para saber quantas pessoas precisariam ser relocadas. Em campo, a equipe poderia encontrar erros na previsão inicial, devido principalmente à densidade das favelas. “Uma casa é do lado da outra, e a princípio você tem um projeto de realocação para vinte famílias, mas quando entra, vê que não são vinte. Uma casa dá acesso a outra, e de vinte pula para duzentas, tranquilamente”, comprometendo o orçamento inicial, ressalta a advogada. Ruth Jurberg relembra que a Caixa Econômica Federal possuía regras para que um imóvel fosse enquadrado como beneficiário: exigia que tivesse uma entrada independente, um banheiro e uma cozinha. “Isso é ruim? Não. Porque a gente percebeu, no início, que muitas pessoas se aproveitaram da situação e dividiram seus barracos, dizendo: ‘não, aqui moravam duas famílias’”. Os imóveis passavam a ter duas entradas, mas não duas cozinhas ou dois banheiros. A responsável pelo Trabalho Social no PAC, no entanto, afirma que, em lugares muito precários, como no Jacarezinho ou no Canal do Cunha, há casas que realmente não possuem banheiro.

“A gente dizia: ‘ah, não é possível’. E a gente acha impossível, e diz: ‘olha, eu vou levar seu caso para frente’. Daqui a pouco você vê outra pessoa, que não tem nada a ver, você está numa casa, e a pessoa diz assim: ‘dá licença, madame, ou comadre, eu vou entrar e vou usar o seu banheiro’, porque ela não tem banheiro em casa. E isso é real. No Canal do Cunha, as pessoas usavam lata e jogavam suas necessidades no rio”.

No Complexo de Manguinhos, enquanto a Prefeitura voltou-se para a infraestrutura, com melhoria na iluminação, drenagem, abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo, e urbanização de vias e paisagismo, além da

construção de três creches e dois postos de saúde da família, o Governo do Estado focou em intervenções de maior porte, com a construção de unidades habitacionais e equipamentos públicos, sem contar a elevação da via férrea, criando uma grande área de lazer sob a mesma. A definição do consórcio vencedor saiu em janeiro de 2008. O Consórcio Manguinhos, formado pelas empresas Construtora Andrade Gutierrez S.A., EIT – Empresa Industrial Técnica S.A., e Canter Construções e Empreendimentos S.A., ganhou a licitação com um valor inicial de R\$ 232 milhões⁴⁵. Em março, o Presidente Lula lançou oficialmente o PAC na comunidade. Um mês depois, o Estado iniciou a construção das 1774 unidades habitacionais previstas. Uma casa-modelo foi instalada na entrada do antigo Depósito de Suprimentos do Exército, na Avenida Dom Helder Câmara, com 45 metros quadrados, sala, dois quartos, cozinha e banheiro. Enquanto as obras avançavam no terreno do antigo depósito, a EMOP abriu duas outras frentes de trabalho, voltadas para a Rua Leopoldo Bulhões: a remoção dos moradores da Embratel II (Nova Mandela) e a elevação da linha férrea.

Em fevereiro de 2009 foi entregue o primeiro dos equipamentos sociais do DSUP, o Colégio Estadual Luiz Carlos da Vila. O prédio principal do depósito havia passado pela técnica chamada *retrofit*, modificando o uso de seus espaços internos. Foram instalados 19 salas de aula, laboratórios de informática e de ciências, sala multimídia, auditório e biblioteca. A estrutura tinha capacidade para atender 1500 alunos do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em três turnos (manhã, tarde e noite). Em maio, o Complexo Esportivo (uma quadra coberta e uma piscina semiolímpica) anexo ao colégio foi inaugurado, assim como o Centro

⁴⁵ Este número chegaria a R\$ 575 milhões no fim das obras. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/informacaopublica/exibeconteudo?article-id=1036918>. Acessado em 12/03/2014.

Vocacional Tecnológico (CVT Correios) e a Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Este último equipamento possuía 26 leitos, seis consultórios para atendimento clínico e pediátrico, emergência 24 horas, laboratório para exames e salas de raio-x, uma sala de nebulização, e uma sala de gesso. Ao lado foi instalada ainda uma Clínica da Família, motivo pelo qual estes dois equipamentos passaram a ser chamados de Centro de Atendimento à Saúde (CAS). Em setembro, quase um ano após o início da remoção, o Governo conclui a retirada dos moradores da Embratel. Edwaldo Lameira lembra este processo.

“Com o prazo das obras correndo, a quantidade de realocações a serem feitas, e as negociações com certa dificuldade, eu pessoalmente me envolvi no caso da Embratel, para poder agilizar essas remoções. Você acaba se envolvendo muito, com a parte humana da coisa. Antes o meu objetivo era liberar terreno, para que a obra acontecesse, para que entregássemos no prazo estabelecido. No final, eu já queria acelerar, mas não por causa da obra, e sim porque eu não aguentava mais ver as pessoas naquelas condições. Então eu fazia de tudo para agilizar a negociação, negociava pessoalmente. E quando chovia eu imaginava a Dona Fulana de Tal que estava com os filhos naquele barraco de telha quebrada, a outra menininha que estava sem luz e precisava fazer nebulização. Os problemas começavam a ter nome, ter rosto, e você começa a se envolver com isso”.

Para o arquiteto, as dificuldades de negociação se baseavam na resistência dos moradores a optar pelo apartamento, já que a entrega não seria imediata – eles ficariam no aluguel social por dois anos até a conclusão das obras no terreno da Embratel, e isso causava insegurança. As próximas negociações seriam facilitadas com a entrega de 416 unidades habitacionais no Dsup, em dezembro de 2009. “Quando entregamos o Dsup, e as obras avançaram, nós tivemos mais credibilidade com os moradores de que a obra aconteceria mesmo”, afirmou. Os apartamentos foram entregues no mesmo dia em que foi inaugurado o chamado Centro Cívico no antigo terreno do Exército. O espaço, de 35,5 mil metros quadrados, congregava, além do Colégio Estadual, do Complexo Esportivo e do CAS, o Centro de Referência da Juventude, o Centro de Apoio Jurídico,

o Centro de Geração de Renda, a Casa da Mulher e a Biblioteca-Parque. Estes últimos equipamentos foram instalados dentro dos antigos galpões do depósito, que também sofreram *retrofit*. Pintados de amarelo e roxo, os prédios se destacavam na paisagem e formavam um belo conjunto arquitetônico. Entregue de imediato à Secretaria de Estado de Cultura, a biblioteca, com 2300 metros quadrados, dois salões de leitura, duas salas para cursos, duas salas de estudo e uma ludoteca, já contava, na sua inauguração, com um acervo de 27 mil livros. E, apesar de temores iniciais de que a biblioteca seria subutilizada, logo o equipamento tornou o mais bem sucedido do complexo.

Em junho de 2010, os apartamentos da Embratel, na Rua Leopoldo Bulhões, começaram a ser entregues. Naquele mês, foram inaugurados quatro blocos com 152 apartamentos. Outros nove blocos, com 328 unidades habitacionais, foram entregues em outubro. O Centro Habitacional Embratel, com 32 mil metros quadrados, possui uma praça, equipamentos esportivos e ciclovia. Em abril de 2011, mais 152 unidades habitacionais foram construídas e entregues no Dsup, no espaço que anteriormente era usado como canteiro de obras, atrás do CAS. Os apartamentos-padrão possuíam 36,85 metros quadrados, com sala, dois quartos, cozinha, banheiro e varanda. Cada bloco entregue contém uma unidade destinada a portadores de necessidades especiais, com 41,80 metros quadrados. O Estado concluiu ainda a elevação da linha férrea, numa extensão de aproximadamente dois quilômetros, com a inauguração da Estação Intermodal de Manguinhos. Estas foram as últimas obras inauguradas, em junho de 2012.

No que a Secretaria de Estado de Obras chamou de complementação do PAC 1, foram incluídos: urbanização da Via Canal do Cunha, com a construção de áreas de lazer e esportivas e iluminação; construção de áreas de lazer e esportiva, numa extensão

de dois quilômetros na Avenida Leopoldo Bulhões (abaixo da linha férrea, já elevada), com ciclovia, quadras, campos de futebol, pistas de skate e equipamentos esportivos, e também na área do Dsup. O valor estimado das obras era de R\$ 36,6 milhões, com prazo de execução de um ano⁴⁶. Na extremidade sul da Avenida Leopoldo Bulhões, na CONAB, foi construído outro centro esportivo e de lazer, dotado de quadras de areia para futebol e vôlei, quadras de múltiplo uso e parque infantil, quiosques, churrasqueiras, numa área de 21 mil metros quadrados – um investimento de R\$ 34 milhões.

2.1.1 A inserção da CCPL no PAC

A CCPL, até 2009, não fazia parte dos projetos do PAC para o Complexo de Manguinhos. Mas Claudio, morador das ruínas da fábrica desde sua invasão, resalta sua visão de que se a obra começou “ali, não vai começar aqui por quê? Tem que ficar tudo bonito. Não adianta maquiagem lá fora, e os fundos ficam feio”. A CCPL era, precisamente, os “fundos” do Centro Cívico construído em Manguinhos. Ao lado da escola retrofitada, da biblioteca, do complexo de saúde, das praças bem cuidadas, estava a fábrica ocupada em ruínas [Imagem 6]. Esta proximidade foi um dos determinantes para a inclusão da CCPL no PAC, apesar de nem estar oficialmente situada no Complexo de Manguinhos. Fernandes, Lima e Guimarães (2012) afirmam que CCPL, Vila União, Vila São Pedro e Comunidade Agrícola de Higienópolis eram comunidades não situadas dentro da delimitação legal do bairro de Manguinhos, mas suas lideranças passaram a reproduzir um discurso de integração ao que ficou conhecido como

⁴⁶ Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/seobras/exibeconteudo?article-id=1274694> Acessado em: 12/03/2014. As obras foram concluídas em agosto de 2015.

Complexo de Manguinhos, para que fossem incluídas no PAC. Trindade (2012:46) confirma este fato, ao relatar que, apesar de não pertencerem nem ao Bairro Manguinhos nem ao Complexo de Favelas de Manguinhos, com o anúncio do PAC duas favelas passaram a reclamar fazer parte do Complexo, Vila Arará e CCPL. A aceitação da CCPL por conta da proximidade com as obras no DSUP foi mais fácil do que a da Vila Arará, e assim a comunidade seria inserida no PAC Manguinhos, como a última a ser reconstruída⁴⁷.

Imagem 5



Fonte: Google Maps / Marcações feitas pela autora.

⁴⁷ Por atraso nas obras e licitações, a CONAB passou a ser a última a sofrer intervenções.

A proximidade também contribuiu para a atuação da Vice-Presidente da Associação de Moradores, Dona Cândida. Além de favorecer o discurso de pertencimento ao Complexo de Manguinhos, já citado, a líder comunitária usava dessa proximidade geográfica para apresentar, com certa facilidade, a favela a autoridades do Governo do Estado. Afinal, do antigo terreno do Dsup, onde as obras se concentravam, para a entrada da CCPL, era preciso atravessar apenas uma rua, passando por debaixo do viaduto de Benfica. E assim foi. Primeiro, Dona Cândida levou o presidente da EMOP até lá. Ícaro Moreno parece parafrasear Claudio - “Não tinha por que deixarmos as pessoas naquelas condições subumanas para fazer somente uma elevação da linha férrea. (...) Você não poderia fazer uma intervenção tapando os olhos para este outro lado”. Depois, foi a vez de o então Vice-governador e Secretário de Obras, Luiz Fernando Pezão, visitar o espaço. No discurso de inauguração do condomínio, Pezão lembra a data em que conheceu a favela – 11 de fevereiro de 2007. “Eu estava aqui, em Manguinhos e conheci a CCPL. Quando eu entrei aqui e voltei para minha casa, fiquei umas três horas chorando. A Maria Lúcia [esposa] não sabia o que tinha ocorrido. Eu falei para ela que eu nunca tinha visto um quadro igual na minha vida”. Na segunda-feira posterior à visita, Pezão foi conversar com o governador Sérgio Cabral – “Se nosso mandato não servir para mudar as condições de vida em que vive a população tão perto da cidade legal (...). Uma população que eu saía daqui e chegava no Leblon em 22 minutos, e um mundo tão desigual e tão cruel”. A então primeira-dama do Estado, Adriana Ancelmo, teria tido uma reação semelhante. Dona Cândida aproveitou que conhecia Adriana dos trabalhos sociais que a primeira-dama desenvolvia e convidou-a a ir à CCPL. Também na inauguração, Sérgio Cabral afirma que sua esposa teria ficado dias sem dormir por causa da situação das famílias que ali viviam. Pezão afirma que era

“mudar ou mudar” as condições de vida daquelas pessoas, que, para Ícaro Moreno, viviam num “submundo”.

“Eu tenho até um caso interessante. Um dia, em casa, estava brigando com a minha mulher; eu me casei há pouco tempo. 'Ah, não sei o quê, não sei o que lá', e eu falei: 'Tu entra no carro agora'. Peguei o carro e levei ela tanto na Skol quanto na CCPL. Anda aí comigo nessa vala, vê essas crianças que estão aí. Ela andou, entrou no carro, e isso virou, até hoje, um exemplo. Porque aquilo ali era uma loucura” [Ícaro Moreno].

A Skol era outra fábrica abandonada e ocupada, com os moradores vivendo em péssimas condições. A precariedade de Manguinhos, aliás, estava por toda a parte, e foi um dos motivos para que o Complexo recebesse, entre os três contratos do PAC Favelas de responsabilidade da EMOP, o maior número de unidades habitacionais – foram construídas ali 1774 unidades, contra 920 no Complexo do Alemão e apenas 244 na Rocinha. A Embratel, já citada no texto, é comparada à CCPL pelo presidente da EMOP quando diz que também eram “galpões subdivididos utilizados para moradia”, cujo acesso se dava por “barracos de papelão mesmo, o esgoto saía de um barraco e passava por dentro do outro, você saía pisando naquilo, eles iam botando papelões, tapete, carpete, tudo que achavam na rua”. Apesar de ser referente a uma outra favela, acredito que o seguinte depoimento do engenheiro Edwaldo sobre uma moradora da Embratel mostra a dimensão da pobreza naquela região:

“Teve uma situação que me marcou muito. A gente foi almoçar aqui na CADEG [Centro de Abastecimento do Estado da Guanabara], e uma vez a gente encontrou uma senhora, que morava lá na Embratel, não lembro o nome dela. Mas era logo no início ali, ela ficava perto da pista, e ela tinha, acho que, quatro filhos, todos pequeninhos, de dois a seis anos. E eu vi ela lá com um carrinho, que ela ia na CADEG com um carrinho desses de supermercado, tudo quebrado, e ela pegava aqueles restos ali da CADEG. A abóbora que estava meio partida, meio podre, a fruta, e não sei o quê. E eu saindo do almoço, eu mexi com ela: ‘Fulana, e aí?’. E quando foi, depois do almoço, à tarde, que eu fui lá, quando eu cheguei lá, ela estava com aquele carrinho parado na porta do barraco dela. O barraco dela, a porta de entrada, era cortada no meio, na horizontal, então ficava a parte de baixo trancada, e abria em cima, porque como as crianças eram pequenas, elas não saíam. E ela do lado de fora, no caso, pegava um mamão daquele, que

estava metade podre, tirava, descascava, e ia dando... As crianças do lado de dentro, e ela do lado de fora... E parecia aquela cena assim, sabe quando o passarinho chega assim e os filhotes ficam de boca aberta? As crianças abriam a boca, e ela ia colocando na boca de cada criança. Essas coisas me marcavam muito”.

Os prédios da CCPL possuíam uma estrutura diferente, com diversos andares, e isso fez com que a ocupação também fosse distinta. O aumento indiscriminado do número de moradias, no entanto, fez com que as “soluções” tornassem as condições de habitabilidade piores. Na fala de Edwaldo, havia moradores ali que viviam “como ratos”. Havia casas construídas “em buracos, a seis metros de altura”, acessadas por escadas de madeira “numa escuridão total, e a pessoa entrava por aquele buraco da parede de uns sessenta centímetros de diâmetro, e a pessoa entrava se esgueirando naquele buraco, e era onde ela ia passar a noite”.

Diante desse cenário, Dona Cândida iniciou um trabalho incansável de convencimento de que a CCPL não poderia ficar de fora do PAC. Para Ícaro, a “motivação da comunidade” foi realmente decisiva para os passos tomados posteriormente. Nesta estratégia, a CCPL tinha que ser “vendida”, ainda, como uma favela, e não como uma “ocupação”. Uma favela precária e pobre que precisava de um projeto de urbanização. Dona Cândida usava a força do termo, sem recorrer à noção de comunidade. Para Birman (2008), a favela seria um enunciado segregador, vinculado, entre outras coisas, a uma “fábrica de marginais”, e favelado seria uma das “designações mais segregadoras de uso corrente na cidade”. A noção de “comunidade” tem sido usada em um “contradiscurso que argumenta a favor dos habitantes das favelas, destacando as boas morais que estes teriam”, em contraposição aos estigmas trazidos pelo termo favela. Mas na prática, para a autora, o termo comunidade estaria sendo empregado como um eufemismo pelo Governo, mídia, associações locais e ONGs em circunstâncias de negociações como em “contatos eleitorais e políticos, em

inaugurações de obras públicas”, entre outros, quando “favelas são tratadas como comunidades e seus moradores como cidadãos, capazes de exercer os seus direitos, como, por exemplo, aquele do voto”. Um eufemismo que “somente indica a suspensão” das identificações negativas que são impostas aos favelados “pelo uso momentâneo de aspas que podem ser retiradas quando for preciso”.

A favela CCPL não encontrou dificuldades para ser enquadrada no critério de “risco social” para início do processo de realocação. Ruth Jurberg explica que o processo de realocação pode se basear em dois critérios: 1) o da frente de obra, em que as construções são retiradas por estarem situadas nas áreas de intervenção; ou 2) em função da precariedade, que envolve riscos sociais ou geológicos para a comunidade. Este risco social é definido por Ruth com uma frase: “Aqui não dá mais para a família viver desse jeito”. Para exemplificar, cita, no Jacarezinho, “uma senhora que não tem as duas pernas e mora na favela, no meio do rato, barata, lacraia, e mal anda com a cadeira de rodas porque na própria cadeira tem dificuldade. Então isso é o risco social”. Uma equipe multidisciplinar avalia os casos e leva os mesmos a ela, que indica se a família será atendida ou não. No caso da CCPL, considerou-se que o risco social atingia a todas as famílias.

As condições do lugar ficaram ainda piores após as chuvas que caíram no Rio de Janeiro em abril de 2010. Júlia Coelho⁴⁸, gerente de contrato social do PAC Manguinhos, define o episódio como “uma das enchentes mais graves da história da CCPL. A fábrica chegou a ter água no segundo andar. Então todo mundo que morava no térreo, no primeiro, já não conseguia mais ficar”. Quatrocentas pessoas ficaram desabrigadas. A comunidade ficou uma semana embaixo d’água. A Vice-Presidente da

⁴⁸ Em entrevista concedida à autora em 21/05/2014, na sede da EMOP.

Associação, Dona Cândida, tentou junto às autoridades a transferência de famílias para conjuntos já construídos, e 126 delas foram para o Conjunto Habitacional da Coca-Cola, próximo ao Complexo do Alemão. Este conjunto, construído através do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), foi comprado e repassado pelo Governo para o Minha Casa Minha Vida devido às enchentes. Ruth Jurberg relembra o episódio:

“Eu entrei na CCPL quatro ou cinco dias depois da chuva, quando a água chegou na altura do peito das pessoas, e nos prédios tinha água no meu tornozelo, com fios de luz ligados no chão, e com as lajes fletindo. Falei com o Ícaro [Moreno] naquele dia, e ele ligou para o [Luiz Fernando] Pezão, que tinha um carinho especial – mas ali nem era carinho, era questão de segurança, para evitar mortes. Houve então do governador [Sérgio Cabral] a iniciativa de comprar aqueles prédios, no Alemão, [...] e realocamos as famílias da tragédia nesses dois prédios”.

Ao todo, 126 famílias que estavam morando na CCPL foram realocadas para estes prédios, que continham 584 unidades habitacionais, todas destinadas às vítimas das chuvas⁴⁹. As chuvas acabaram por abalar a antiga estrutura da fábrica, já precária, e tornou piores as condições de habitação dos moradores do primeiro andar e das casas construídas ao redor das ruínas, acelerando a retirada de todas as famílias.

Diante de todos estes fatores, o PAC acabou absorvendo a área da CCPL. A comunidade foi inserida na chamada complementação do PAC 1. A licitação original previa 728 apartamentos em 32 blocos, com área de lazer, praça, espaço para recreação infantil e quadra poliesportiva, totalizando R\$ 54 milhões⁵⁰. Mas o projeto acabou sendo dividido. Em um primeiro momento seriam entregues 23 blocos com 564 apartamentos, e outra licitação precisaria ser aberta para a construção de mais nove

⁴⁹ Estes prédios, inicialmente, eram destinados à venda para a classe média, possuindo piso e dimensões maiores que os apartamentos do PAC. As características peculiares deste condomínio, como contas de água e luz únicas, fizeram com que a taxa condominial passasse a ser mais alta, girando em torno de R\$ 75, o que gera críticas de alguns dos moradores. A equipe do trabalho social, no entanto, afirma que todos os chefes das famílias realocadas neste condomínio foram informados deste fato e tinham a opção de não aceitar a realocação naquele momento, esperando os apartamentos do PAC que seriam construídos no terreno da CCPL (e que foram entregues somente em 2014).

⁵⁰ Preço inicial. Em 2013, o valor chegava a R\$ 67 milhões.

blocos, com 164 unidades. O projeto apresentado era simples, e ao mesmo tempo complexo: devido à impossibilidade de reaproveitamento da antiga estrutura, comprometida, a fábrica seria totalmente demolida para dar lugar a um conjunto habitacional.

2.2 A decisão: manter no mesmo lugar

O projeto da CCPL é o objeto central de análise desta tese. Manter a população no mesmo local da moradia anterior é uma decisão distinta da tomada por governos anteriores, como nas décadas de 1960 e 1970, e pela Prefeitura do Rio, em projetos atuais. A análise sobre o que esta peculiaridade do projeto significa, principalmente para o cotidiano dos moradores, será desenvolvida no decorrer da tese. Neste momento, discorrerei sobre os motivos que levaram o Governo do Estado a elaborar o projeto da CCPL tal qual foi proposto, realizando posteriormente uma comparação às experiências já citadas. A decisão de construir um conjunto habitacional no mesmo terreno ocupado pela favela fabril seguia uma diretriz adotada pelo Governo do Estado nos projetos do PAC Favelas no Rio de Janeiro pelos quais era responsável. Os projetos desenvolvidos procuravam construir os novos imóveis sempre próximos às comunidades removidas, e em algumas vezes no mesmo terreno em que a favela se localizava – “Nós prezamos não só a história, mas também o núcleo familiar, e tentamos manter as famílias em sua região, porque os pais trabalham, têm os filhos na escola ali, e quando oferecemos a moradia é em um raio máximo de dois quilômetros”, afirma Ruth Jurberg, responsável pelo Trabalho Social.

No PAC 1, a EMOP construiu 3500 novas unidades nos três Complexos sob sua responsabilidade, entregues a famílias da própria região. Em Manguinhos, as 568 unidades habitacionais do Dsup receberam moradores removidos de comunidades próximas e de habitações ao lado da linha férrea, que seria elevada. A Embratel, onde foram erguidos 480 apartamentos, voltou a abrigar os antigos moradores dos galpões e dos barracos que existiam no terreno. A CCPL seguiria a mesma direção, ao manter no terreno 728 famílias das 1283 originais. Estes três condomínios totalizam 1776 novas unidades no Complexo – mesmo se retirarmos as 164 unidades da CCPL ainda a serem erguidas, o PAC significou, em uma pequena área [vista na Imagem 6], a construção de 1612 apartamentos em cinco anos, seguindo a lógica de manter os moradores próximos de suas antigas moradias. Para Marina Moraes, advogada da EMOP responsável pelas realocações, o Governo não fez mais que “escutar os moradores”⁵¹.

“A gente passou a ter este entendimento escutando a própria comunidade. Principalmente em Manguinhos, número um. Eles não queriam ir para muito longe da área. Então, uma forma que encontramos de fazer isso, foi escutando eles. Não estamos fazendo nada mais do que aquilo que eles falam para gente: 'porque eu cresci aqui, porque meus vizinhos são daqui, e eu não gostaria de ir para muito longe, porque a escola do meu filho é aqui, meu tratamento de saúde é aqui'. Realmente, não tem muito sentido a gente jogar o morador, ou então: 'olha, não tem opção de realocação aqui', [jogar] para outro canto do Rio de Janeiro, para ele começar tudo de novo. Já é um procedimento traumático; se a gente não der esta opção para ele de continuar na área dele, vai ser mais traumático ainda. Eu vejo como um ponto positivo. Mas assim: você tem que dar a opção para ele. Você pode ficar aqui, ou você pode ir para onde quiser. Pela experiência e pelo retorno que a comunidade nos dá, eles querem se manter na proximidade deles, mesmo”.

O presidente da EMOP cita que muitas daquelas pessoas “nasceram, se criaram lá”. Esta relação com o lugar se soma à estabelecida com os vizinhos, que “ajudavam uns aos outros” na favela, e poderiam manter esta relação. “Acho que é a melhor solução, no próprio local. Você não muda a pessoa do local de onde ela viveu, conviveu.

⁵¹ Em entrevista concedida à autora em 08/04/2013 na sede da EMOP.

A gente sempre tenta isso, botar a pessoa próximo, no mesmo local”, afirma Ícaro Moreno. Já Edwaldo Lameira, gerente das obras do PAC, cita, além da identidade com o local e a existência de parentes próximos – “são filhos e pais que já moram ali” –, a questão da guerra entre facções de traficantes, que faz com que moradores de algumas favelas não sejam bem recebidos em outras áreas. O deslocamento de famílias provenientes de Manguinhos para áreas dominadas por facções rivais àquelas predominantes na região pode gerar não só uma má recepção pelos novos vizinhos – pode-se chegar à situação limite de expulsão da nova casa pelo tráfico. O engenheiro ressalta ainda que “toda mudança já gera incerteza”, e a mudança de local de moradia acarreta uma mudança completa de hábitos, em alguns casos. “Porque ninguém quer sair de uma favela em Manguinhos, com essas condições, e ir para um conjunto habitacional em Santa Cruz com a casinha toda bonitinha? Tem que ter um motivo”, ressalta. Para exemplificar, ele volta a uma personagem já citada aqui: “Ela já tinha o hábito de ir ali para a CADEG. O meio de subsistência dela era lá. Sair, pegar o carrinho dela, e ir lá para a CADEG pegar as coisas dela. Sair, ir lá para o sinal, vender uma bala. Um relacionamento com o meio em que vive”. Júlia Coelho, gerente do contrato do Trabalho Social do PAC Manguinhos, afirma que se manter no mesmo local dá segurança a esses moradores – “Os filhos já estão estudando em colégio próximo, eles já trabalham em lugares que eles já conhecem; todo mundo se sente mais seguro onde já conhece”. Se o morador quisesse sair da região, ele poderia optar pela indenização ou pela compra assistida, mas em Manguinhos, particularmente, a maioria (55,8%) optou por receber o apartamento construído pelo PAC na mesma região. Julia ressalta: “Então, foi uma política do Estado mesmo de tentar realocar no lugar mais próximo possível. E no caso da CCPL, conseguiu-se que fosse construído no mesmo lugar” – exatamente a

peculiaridade que me interessa.

Esta modalidade de intervenção encaixa-se no que o Ministério das Cidades chama de remanejamento, que seria a “reconstrução da unidade habitacional no mesmo perímetro da área que está sendo urbanizada”. O remanejamento corresponderia à manutenção da população, ou de grande parcela desta, no local, após a substituição das moradias e tecido urbano. Neste caso, a solução é a remoção temporária das famílias e a execução de obras de infraestrutura e construção de novas moradias neste mesmo terreno. A intervenção envolve a abertura do sistema viário, implantação de infraestrutura completa, parcelamento do solo, construção de equipamentos e regularização fundiária. Este modelo segue a recomendação do Ministério das Cidades de “evitar o deslocamento das famílias para regiões distantes do núcleo e do centro urbanizado da cidade” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010b:67), tendo como prioridade “a produção de moradias nos próprios núcleos” (idem, p.137).

O remanejamento (ou relocação) é um dos quatro tipos de intervenções citados na síntese do Curso à Distância “Ações Integradas de Urbanização de Assentamentos Precários”: os outros três seriam a urbanização simples, a urbanização complexa, e o reassentamento (ou realocação). A urbanização compreende a consolidação do assentamento, com a manutenção da população, ou de grande parte desta, no local. Compreende a abertura do sistema viário, a implantação de infraestrutura completa, a construção de equipamentos sociais, entre outros. A urbanização simples se refere às intervenções em assentamentos que possuem baixa ou média densidade, traçado regular, e não apresentam necessidade de realização de obras complexas de infraestrutura urbana. A urbanização complexa se refere às intervenções em assentamentos com alto grau de densidade, com alto índice de remoções, que não apresenta traçado regular e/ou

com a necessidade de realização de complexas obras geotécnicas ou drenagem urbana. *O remanejamento corresponde à manutenção da população, ou de grande parcela desta, no local, após a substituição das moradias e tecido urbano.* Já o reassentamento compreende a construção de novas moradias destinadas aos moradores removidos de assentamentos precários não consolidáveis ou que habitam assentamentos consolidáveis com remoção (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010b:25).

Em outro documento, o MCidades divide as soluções entre (1) urbanização sem reassentamento, sem que haja necessidade de transferir famílias, com remanejamento das famílias dentro da própria área em função da abertura do sistema viário, implantação das redes de infraestrutura e equipamentos comunitários; (2) urbanização com assentamento parcial, em que a implantação das obras e serviços exige o remanejamento de parte da população para outras áreas; e (3) urbanização com reassentamento total, quando o assentamento precário está localizado em áreas não passíveis de ocupação. Neste último caso, a maior parte dos investimentos é destinada à produção habitacional, e a área original recebe tratamento necessário para que não receba mais ocupações irregulares. Estas soluções seriam específicas para cada um dos tipos de assentamentos precários, conforme divisão do próprio Ministério.

Os (1) consolidados são assentamentos já integrados urbanisticamente e dotados de infraestrutura básica, em que não são necessárias intervenções físicas que alterem sua morfologia ou execução de obras de infraestrutura básica, com a manutenção de todas as famílias beneficiadas na própria área de intervenção; (2) os consolidáveis são aqueles que apresentam condições favoráveis de recuperação urbanística e ambiental e de reordenamento urbano, com ou sem necessidade de remoção de parte das famílias moradoras; e (3) os não consolidáveis são aqueles que não apresentam condições de

recuperação urbanística e ambiental e de reordenamento urbano. Trata-se de núcleos comprometidos por situações de risco e insalubridade não solucionáveis, e por este motivo, são objeto de intervenção do tipo “remoção” e reassentamento em novas áreas (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010b:20). Em 2010, o primeiro grupo representava 67% dos investimentos do PAC Favelas, enquanto o segundo representava 28%, e o terceiro, 5%. A publicação do ministério indica que é importante verificar que “a maior parte dos investimentos mantém a população no local em que já habitava, como claro respeito aos laços de vizinhança e trabalho já estabelecidos, bem como forte reconhecimento do direito à cidade e à função social da propriedade” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010a:34).

O MCidades considera que a melhor solução seria a remoção do risco, e “não das famílias em risco”, o que poderia ser alcançado por pequenas obras de contenção ou drenagem. Há situações, no entanto, em que se faz “imprescindível promover o desadensamento e o reordenamento da ocupação”. Em regiões metropolitanas e cidades com alta densidade de ocupação, o órgão calcula que para urbanizar “assentamentos do tipo favela” é preciso realizar a remoção de 20 a 30% da população para viabilizar a abertura de viário, construção de equipamentos públicos, eliminação de situações de risco e, em alguns casos, adequação de densidade. Neste contexto, como relatado, o órgão diferencia o *remanejamento* das famílias, que seria a “reconstrução da unidade habitacional no mesmo perímetro da área que está sendo urbanizada”, de *reassentamento*, que seria a alocação das “famílias para outras áreas, alterando seu local de moradia”. A orientação, uma vez que estes processos afetam “não somente a vida das famílias envolvidas e a área de objeto de intervenção, mas todo o entorno social e urbanístico”, é que sejam estudadas todas as alternativas que possam minimizar a

necessidades destes.

É interessante notar que o Ministério das Cidades, ao propor novas nomenclaturas, procura se distanciar do termo “remoção”. Brum (2012:86) ressalta que, em documento lançado pela CHISAM em 1968 com as suas diretrizes, o termo “remoção” também não aparece em nenhum momento. O autor afirma que “constam no documento as palavras erradicação, desfavelamento, desocupação da área. Apenas quando se fala de favelas específicas, como a Praia do Pinto e a Ilha das Dragas, o adjetivo ‘removido (as)’ é utilizado para referir-se a barracos ou famílias”. Em um balanço realizado pela própria CHISAM em 1971, no entanto, o termo “remoção” passa a ser “largamente utilizado enquanto a urbanização de favelas é praticamente é descartada” (BRUM, 2012:86).

Para o Ministério, tanto o que ele chama de remanejamento quanto o reassentamento seriam admissíveis somente quando as comunidades estivessem expostas a riscos, próximas a áreas insalubres, em áreas de preservação ambiental, em áreas “imprescindíveis” à regularização urbanística, ou em áreas não passíveis de regularização. O Ministério das Cidades afirma que a alta densidade nas favelas pode acarretar situações de precariedade quanto à insolação, ventilação, circulação e acesso, deteriorando as condições de habitabilidade do local, em decorrência da insalubridade oriunda desta condição. O estudo das densidades das quadras é um importante indicador quanto à presença de situações precárias, apontando os locais onde provavelmente haverá maior número de remoções de edificações para a implantação de infraestrutura urbana. Assim, o órgão governamental destaca que as informações obtidas permitem identificar as áreas “onde convém” promover a remoção, quer por motivos de risco, legais, por precariedade, adensamento excessivo das edificações ou deficiências na

infraestrutura. O diagnóstico prévio também deve indicar os locais em que será possível realizar posteriormente o reassentamento das famílias.

Nos casos de remoção, as famílias a serem remanejadas ou reassentadas devem participar de “todo o processo de elaboração e aprovação da proposta”, e as regras têm que “ser pactuadas com os envolvidos”. O MCidades recomenda que, ao se debater as alternativas de projeto junto à população, são de grande importância as informações quanto às possibilidades existentes para aqueles que serão removidos, *quer para novas unidades habitacionais dentro da área de intervenção (relocação) quer para moradias fora do núcleo original (realocação)*. A própria população pode fornecer informações sobre os problemas que a urbanização deverá enfrentar, como o histórico das áreas e moradias em situação de risco, o que tende a definir a tendência das edificações que serão removidas. As lideranças e atores locais também podem contribuir com informações sobre quais famílias teriam dificuldade de lidar com o deslocamento, outras que, ao contrário, teriam interesse em ser removidas ou reassentadas em outra localidade do núcleo ou da cidade. O MCidades considera que o cadastramento físico e social “talvez” seja a “atividade mais importante e abrangente”, pois é necessário para o desenvolvimento do projeto urbanístico, para a execução das obras de infraestrutura e melhoria das moradias, projeto do reassentamento ou remoção de famílias, e, principalmente, “para garantir as condições necessárias para que se implemente a mobilização e participação da comunidade em todas as fases de intervenção” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010b:44).

Quando as obras acarretavam o deslocamento temporário das famílias, o ministério sugere que sejam consideradas as possibilidades de pagamento de bolsa-aluguel, ou até mesmo a formulação de convênios com hotéis e pensões próximos às

áreas de intervenção, o que pode configurar alternativas menos traumatizantes para a população que os abrigos temporários. A Bolsa Aluguel seria uma solução de menor transtorno para as famílias e de menor mobilização da equipe, já que a própria família localiza a casa e realiza o contrato de aluguel, restando ao Trabalho Social acompanhar as famílias nesta situação transitória. Convém também considerar a possibilidade de aquisição, através de desapropriação, de edificações ou lotes já implantados, situados no entorno da área a ser urbanizada. De qualquer modo, “é sempre recomendável evitar o deslocamento das famílias para regiões distantes do núcleo e do centro urbanizado da cidade” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010b:67). A prioridade seria a “produção de moradias nos próprios núcleos”, ou “áreas de remanejamento próximo aos núcleos de origem (lotes ou propriedades já parceladas), preservando laços de vizinhança e utilização dos mesmos equipamentos públicos” (idem, p.137).

O Governo do Estado, quando decidiu intervir na CCPL, optou pelo *remanejamento*, ou a *manutenção* da população no mesmo lugar. Após a *remoção* da favela em si, o terreno passaria por uma *urbanização total*, com a instalação de toda a infraestrutura básica – redes de água, de esgoto, de luz, pluvial e iluminação pública – e a posterior construção dos blocos de apartamento, das áreas de lazer e das quadras de esportes. Esta decisão, como visto, seguia as diretrizes do Ministério das Cidades e do Governo do Estado, no sentido de manter a população o mais próximo possível da moradia original. Das 1283 famílias residentes, 1122 optaram por unidades habitacionais. Destas, pelo projeto original, 728 seriam mantidas no mesmo terreno, ou seja, 65% dos moradores que optaram por um apartamento construído pelo PAC⁵². No

⁵² Os demais foram encaminhados para o DSUP (03), Embratel (02), Palmeiras (95) e Acácias (32) – estes dois últimos no Complexo do Alemão. Ainda há os que aguardam pelas unidades, 78 já encaminhados para condomínios do MCMV no Complexo do Alemão e 185, com destino indefinido.

entanto, se levarmos em conta apenas os que receberam os apartamentos até este momento, este percentual cai para 50,3%.

2.2.1 Aprendizado com o passado

Um dos pontos que propus nas entrevistas com os funcionários do Governo do Estado questionava se a decisão de manter a população no mesmo local mantinha relação com as críticas realizadas às políticas habitacionais levadas a cabo nas décadas de 1960 e 1970, no auge do remocionismo, quando os moradores eram enviados para conjuntos habitacionais a grandes distâncias das favelas removidas. Júlia Coelho, responsável pela equipe social do PAC Manguinhos, afirmou em entrevista que a decisão tomada pelo Governo do Estado seria reflexo da experiência de relocação dos governos passados, nas três esferas administrativas. “Na história, do Estado, Federal, Município, era sempre tira o morador daqui, e manda para conjunto habitacional na Zona Oeste”, que, na época das grandes remoções, era uma região pouco desenvolvida. “Então era para lá, falavam 'ah, estão escondendo pobre'. Estão tirando daqui, da área rica, que é onde o dinheiro circula, onde tem emprego, e onde a gente consegue morar”, mais barato e mais perto do trabalho. “Quem é que gosta de ficar duas, três horas para chegar ao trabalho? Então, por que essas pessoas seriam mandadas para tão longe?”, questiona Julia.

As alegações dos moradores eram parecidas: “Ah, tudo bem, vocês estão me dando uma casa que vocês acham que é legal, mas é em um lugar que não tem escola, não conheço meus vizinhos, é longe do meu trabalho, então não serve para mim”, continua Julia Coelho. A decisão do Estado de construir os apartamentos em um lugar

mais próximo da moradia original seria, para a coordenadora, também uma tentativa de evitar o abandono do apartamento e a invasão de outro lugar. “Porque a gente sabe que acontece, por diferentes motivos. Tem gente que recebe o apartamento e fala: ‘Ah, está longe para mim’. Vai preferir morar em outra invasão, mais perto de onde estava acostumado, do que ficar longe, em um apartamento melhor”. Ícaro Moreno afirma que as remoções “para longe, em bloco”, só dão certo quando se leva a infraestrutura primeiro, como foi feito em Medellín, onde se construiu “o metrô antes de qualquer casa”. “Eu saio daqui, vou para lá, numa outra condição, mas eu tenho um transporte de massa no meu pé. Então é longe de onde eles moravam, mas melhor infraestrutura, melhor condição”. Algo bem diferente do que foi feito na Vila Kennedy, por exemplo, na década de 1960. “Toma. Fica aí, ó”, ressalta o presidente da EMOP.

Vila Kennedy foi construída na chamada “Era das Remoções” (BRUM, 2012). O início deste período pode ser marcado pela eleição, em 1960, de Carlos Lacerda⁵³ para um mandato de cinco anos como Governador do Estado da Guanabara, inaugurando um período na relação entre o poder estatal e as favelas marcado por uma forte política de remoção dos moradores e sua transferência para conjuntos habitacionais construídos pelo próprio Estado. Segundo Burgos (2006), a administração Lacerda, a princípio, não se definiu entre a remoção e a urbanização e trabalhou simultaneamente com as duas perspectivas. Por um lado, construiu, entre 1962 e 1965, a Cidade de Deus e as Vilas Kennedy, Aliança e Esperança; por outro, urbanizou algumas favelas. Ao assumir, Lacerda nomeou José Arthur Rios para a diretoria do Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas (Serfha) e da Coordenação dos Serviços Sociais do Estado da Guanabara. Arthur Rios havia dirigido em 1960 a pesquisa da SAGMACS

⁵³ Carlos Frederico Werneck de Lacerda foi Governador do Estado da Guanabara de 1960 a 1965.

(Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais) sobre as favelas do Rio de Janeiro, que contribuiu bastante, com seus resultados e métodos, para o estudo destes espaços. Seus resultados serviram de base para as propostas apresentadas por Rios na diretoria da Serfha. Segundo Valladares (2005:103), “tratava-se de considerar as favelas bairros a serem urbanizados, ou seja, equipá-las com os mesmos serviços municipais já oferecidos aos outros bairros da cidade”, principalmente através dos mutirões.

Arthur Rios, no entanto, ficou pouco tempo no cargo, segundo a mesma autora por “não aceitar servir aos interesses eleitorais” de Lacerda (ibidem). Já Leeds argumenta que as propostas de Rios contrariavam interesses imobiliários, ao não remover favelas localizadas em terrenos valorizados, não solicitar grandes empréstimos às agências internacionais de fomento devido ao esquema de mutirão, e por não desenvolver nenhum grande projeto de construção de moradias. Rios foi demitido em maio de 1962, data após a qual a política remocionista é intensificada. Quinze dias depois de sua demissão, ocorre a assinatura do Acordo do Fundo do Trigo, “que destinaria um considerável aporte de recursos ao Estado para a questão das favelas” (BRUM, 2012:58)⁵⁴. A Fundação Leão XIII se tornou o órgão responsável pelas favelas, executando projetos de urbanização em algumas delas e construindo a Vila Aliança, o primeiro dos conjuntos habitacionais que viriam a abrigar removidos. De acordo com Brum (2012:59), a remoção ainda não apresentava caráter compulsório, e foram para a Vila Aliança apenas aqueles convencidos por assistentes sociais nas favelas da Avenida Brasil ou em áreas de risco.

⁵⁴ A Aliança para o Progresso foi um programa de cooperação internacional entre os Estados Unidos e a América Latina, criado pelo Presidente John F. Kennedy em 1961, com o propósito de “combater a influência da Revolução Cubana e também melhorar a imagem dos Estados Unidos no continente, seriamente desgastada nesta época” (BRUM, 2012:54).

Em 1963 é criada a Secretaria de Serviços Sociais, à qual ficam subordinados os órgãos habitacionais, e que passa a trabalhar fortemente com a perspectiva remocionista. A Leão XIII é, então, incorporada à Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (COHAB-GB). De acordo com o mesmo autor, as primeiras remoções ocorreram por conta de grandes obras realizadas pelo governo, como as favelas da Avenida Brasil removidas para a construção do Mercado São Sebastião e a Favela do Esqueleto, removida para a construção da Universidade da Guanabara (hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Uerj), no Maracanã. Em um segundo momento, porém, as remoções passaram a ocorrer em áreas com alto valor imobiliário, como o caso da Favela do Pasmado, em Botafogo. Ao liberar terrenos mais valorizados, Lacerda beneficia construtores e políticos interessados na especulação imobiliária da Zona Sul. As remoções possibilitaram, ali, a construção de imóveis de luxo e a preservação dos morros como “áreas verdes” a serem exploradas pelo setor imobiliário (ABREU, 1987).

Brum (2012:63) ressalta que, dos recursos do Fundo do Trigo que originalmente serviriam para urbanizar as favelas, apenas uma parcela foi utilizada com este fim; Jacarezinho, Rocinha e Salgueiro foram algumas das favelas que receberam obras parciais de urbanização, além da Vila da Penha, urbanizada completamente em 1965. Os recursos do Fundo acabaram sendo aplicados nas primeiras remoções e na construção dos conjuntos que abrigariam os removidos: Vila Esperança, Vila Aliança, Vila Kennedy e Cidade de Deus. Uma vez morando nos conjuntos, os removidos teriam que pagar prestações mensais à Companhia de Habitação Popular (COHAB); e aqueles que não tinham renda eram encaminhados para as casas de triagem, chamadas Centros de Habitação Provisória, como a Nova Holanda (idem, p.62), e o próprio CHP-2, em

Manguinhos.

O fechamento dos canais democráticos durante a ditadura militar instalada com o golpe de 1964 cria as condições necessárias para o acirramento da política remocionista praticada por Lacerda⁵⁵. Empreendeu-se um “conjunto de ações que visava à definitiva expulsão dos setores populares das áreas nobres da cidade, resgatando o velho desejo manifesto pelos setores sociais dominantes no início do século” (SILVA & BARBOSA, 2005: 46). O governo militar extinguiu os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), centralizou a previdência no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e transferiu as carteiras prediais da Fundação Casa Popular para o Banco Nacional da Habitação (BNH). Segundo levantamento divulgado por Mario Brum (2012), em 1964 seis favelas seriam removidas totalmente (com 2190 famílias), e quatro, parcialmente (75 famílias atingidas). No ano seguinte, duas foram totalmente removidas, a Rio Joana (32 famílias), e a Favela do Esqueleto, já citada, com 2.027 famílias; e quatro, parcialmente (466 famílias). De acordo com dados da COHAB, em todo o Governo Lacerda foram removidas 6.290 famílias, sendo 4.800 apenas de janeiro de 1964 a julho de 1965.

Estes números se multiplicariam a partir de 1968, quando a política de remoção passou a ser liderada pela Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Rio de Janeiro (Chisam), criada pelo Decreto Federal nº 62.654, de 03/05/1968, com o objetivo de estabelecer uma política única para as favelas dos estados da Guanabara e do Rio. Para Burgos (2006:35), a criação da Chisam atropelou outra iniciativa, a Companhia de Desenvolvimento das Comunidades (Codesco). O

⁵⁵ Para Brum (2012:68), a FAFEG e as associações de moradores estavam sob forte pressão, inclusive com a prisão de líderes, principalmente após a publicação do Decreto ‘N’ 870, de 15/06/1967, que “pôs as associações de moradores sob controle do Estado”.

governo estadual da Guanabara autorizara um grupo de jovens arquitetos, economistas e sociólogos a formar a Codesco, que possuía diretrizes totalmente opostas às da Chisam. Para Valladares (1978:25), a existência de dois organismos, “sob uma mesma administração, com objetivos tão diametralmente opostos” era exemplo evidente “da enorme contradição que até então sempre se verificava na prática de uma política de favela”.

Em vez da remoção das favelas, a Codesco promovia políticas a fim de melhorá-las e legalizá-las. Apoiava-se na ideologia de que a posse legal da terra era importante, que os favelados deveriam permanecer próximos aos locais de trabalho, e que estes deveriam participar dos projetos urbanos e de suas casas (PERLMAN, 1977:277). Foram apresentados projetos para Brás de Pina e Morro União, na Zona Norte, e Mata Machado, na Zona Sul, mas os planos foram concretizados apenas nas duas primeiras favelas, com instalação de água, esgoto e eletricidade, além da pavimentação e iluminação de ruas. A reconstrução das casas foi financiada parcialmente pelos próprios moradores. Apesar do sucesso desses projetos-piloto, que apostavam na manutenção do morador no local de intervenção, em “1973 os recursos da CODESCO tinham sido drasticamente reduzidos, e seu diretor e equipe originais tinham sido substituídos por um grupo bem menos ativo. (...) A nova CODESCO, obviamente, é uma organização que apenas conservou o mesmo nome” (idem, 280).

Segundo Valladares (2005:133), o surgimento da Codesco representava a concretização das propostas da Igreja Católica, do Partido Comunista, de políticos ligados ao clientelismo e das associações de moradores em termos de política de urbanização. O regime autoritário aceitara a criação do órgão porque pretendia demonstrar “o quanto era capaz de conduzir uma política diversificada: por um lado,

graças a algumas raras experiências piloto de urbanização de favelas; por outro, a grandiosa política de remoção que seria desenvolvida em grande escala pela Chisam” (VALLADARES, 2005:133), cuja missão declarada era “exterminar as favelas do Rio de Janeiro” (BURGOS, 2006:36). De acordo com Perlman (1977:242), a meta da Chisam era remover cem famílias por dia.

A Companhia de Habitação Popular (COHAB), com recursos do BNH, iniciou um programa maciço de construção de conjuntos habitacionais a serem ocupados pelos moradores removidos. O BNH havia sido criado em agosto de 1964 (Lei 4380 21/08/1964), mas sua atuação se intensificou a partir de 1967, quando passou a contar com recursos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), ampliando o capital disponível. Em 1969, o governo estadual lançou o Programa Sete de Setembro, que previa a remoção, em parceria com a Chisam, de todas as favelas da Zona Sul, exceto a Rocinha, com a entrega de 50 mil unidades habitacionais nos conjuntos da COHAB até o fim do mandato de Negrão de Lima⁵⁶. Mas a sintonia entre as esferas de governo, aparentemente, não foi duradoura (BRUM, 2012:80). Alguns desajustes foram ocorrendo, como falhas no levantamento socioeconômico dos removidos e a defasagem entre este e a remoção em si; atrasos na entrega dos apartamentos; construção de apartamentos não condizentes com as rendas dos removidos, etc. A Chisam acusava o Governo do Estado, e este, já sob a gestão de Chagas Freitas⁵⁷, acusava a Chisam.

Em maio de 1971, o *Jornal do Brasil* publicou um balanço das remoções – somente a Chisam havia removido 41 favelas, ou 160 mil pessoas. O Governo Lacerda havia construído 10776 casas, Negrão de Lima fez outras 12706 unidades, e mais 19935 estavam em construção (no Governo Chagas Freitas). O processo de remoção da

⁵⁶ Francisco Negrão de Lima, governador de 1965 a 1970. O governador, nas eleições de 1965, havia se comprometido a não dar continuidade à política de remoções.

⁵⁷ Antônio de Pádua Chagas Freitas, governador do Estado da Guanabara de 1970 a 1975.

totalidade das favelas, no entanto, estava em atraso. “Estatísticas previam que em 1976 não haveria mais favelas no Rio. O cálculo é otimista e dificilmente será transformado em realidade⁵⁸” (*Jornal do Brasil*, 10/05/1971). Dos 1 milhão de favelados, apenas 465 mil deveriam ainda estar nas favelas em julho, mas somente 160 mil haviam sido removidos e outros 55 mil seriam relocados nos próximos meses. O novo prazo para a erradicação das favelas do Rio era 1978. Naquele ano de 1971, o Jacarezinho já contava com 100 mil moradores, segundo o *JB*, e a Rocinha, com 70 mil, fazendo com o Governo tivesse que preparar um “plano especial” para estas duas comunidades. De 1968 a 1973, a Chisam removeu 62 favelas total ou parcialmente, a maioria na Zona Sul, transferindo 175 mil pessoas para 35.517 unidades habitacionais em conjuntos nas Zonas Norte e Oeste (PERLMAN, 1977:242). Aproximadamente 60% dos barracos demolidos pela Chisam para remoção se localizavam na Zona Sul (BRUM, 2012:106); foram removidas das orlas da Lagoa e do Leblon as favelas da Catacumba, Jóquei Clube, Ilha das Dragas e Praia do Pinto. Escrevendo em 1978, Valladares (1978:14) constata:

“Tratava-se de uma operação que há 15 anos vinha envolvendo centenas de milhares de pessoas, mobilizando várias instituições governamentais, a imprensa e a opinião pública, injetando recursos no setor de construção civil, contribuindo para a transformação da paisagem e da estrutura urbana da cidade. Na verdade, a política de erradicação das favelas fazia parte de um processo geral de renovação urbana metrópole, de reorganização do uso do solo, enfim, de desenvolvimento urbano, ou do próprio quadro geral de transformações por que passava a sociedade brasileira”. (VALLADARES, 1978:14).

A transferência dos moradores das favelas da Zona Sul para os conjuntos localizados na Zona Norte “se conjugaria com uma política de expansão da oferta de

⁵⁸ Atualmente, a meta da Prefeitura do Rio é acabar com todas as favelas até 2020, transformando-as em bairros totalmente urbanizados através do programa Morar Carioca, lançado em 2010. Assim como a meta de 1976, a atual parece estar longe de ser cumprida, dado o lento progresso do programa.

empregos nesta região, através de instalação de indústrias” (BRUM, 2013:186) – o que, ao final, não aconteceu. Este processo seguia uma lógica de que as áreas residenciais se destinariam a diferentes classes, a partir do poder aquisitivo destas. No caso da Zona Sul, a favela contrastava com a beleza da paisagem, sendo os favelados um estorvo (idem, p.94). Já nas Zonas Norte e Oeste, os favelados poderiam ser úteis para abastecer de mão-de-obra as Zonas Industriais delimitadas pelo Estado, residindo próximos a esses mercados em expansão. Para o mesmo autor, a solução “conjunto habitacional”, ao mesmo tempo em que “disciplinaria” o uso do solo urbano, “ofereceria a mão-de-obra necessária nas zonas destinadas às fábricas, até então concentradas nas áreas do Grande Méier e São Cristóvão” (BRUM, 2012:99). Esta decisão também seguiria uma das diretrizes iniciais da Chisam, segundo a qual “um dos três itens a serem considerados na alocação das famílias removidas é ‘localizar as famílias em habitações que se situassem mais próximas do local da favela e/ou do mercado de trabalho do favelado, ou de locais onde exista um mercado de trabalho em potencial’ (ibidem).

2.2.2 A dinâmica das remoções

O processo das remoções levadas a cabo pela Chisam é descrito em documentos do órgão de modo simplório. Constituíam em alguns poucos passos desde a comunicação aos moradores até a remoção em si, com a limpeza do terreno logo em seguida. Na prática, este processo não foi tão simples, com algumas favelas ficando anos à espera da remoção, e outras tentando resistir a esta determinação. O poder de decisão de qual favela seria removida recaía sobre a Chisam, enquanto cabia ao Governo do Estado apenas a decisão de onde o conjunto habitacional seria localizado, segundo depoimento

do arquiteto e então diretor da COHAB, Giuseppe Badolatto, a Mario Brum. Decidida a favela, esta era visitada pelos técnicos da Chisam, que entravam em contato com os líderes comunitários. Cabia a estes convencer os moradores sobre as vantagens da remoção, as quais também eram propagandeadas pelo Governo Federal. Após este primeiro contato, os assistentes sociais iam à favela informar a data da remoção e realizar o levantamento socioeconômico. As famílias classificadas para a remoção, segundo documento da Chisam, eram aquelas que morassem em locais destinados a obras públicas, áreas de risco, moradores de cortiços ou prédios desapropriados por interesses públicos, vítimas de calamidade, e moradores dos Centros de Habitação Social do Estado que comprovassem renda⁵⁹. Com os dados sobre as rendas das famílias em mãos, era realizada a distribuição das mesmas pelos conjuntos e, ainda, pelas casas de triagem. No dia da mudança, as famílias deviam esperar já arrumadas, e eram recolhidas em caminhões. Este processo é descrito de modo semelhante por Janice Perlman:

“A primeira notificação sobre a mesma é feita através dos meios coletivos de informação, seguida de uma comunicação oficial à Associação de Moradores. Entrevistadores percorrem a favela recolhendo dados sobre o tamanho das famílias, renda e lugar de trabalho. Este levantamento constitui a base para a distribuição das novas moradias. Fornece-se a informação sobre os novos locais, e os favelados são convidados a visitar os conjuntos. Na manhã do dia apazado, cada família acomoda suas posses em caminhões, deixando atrás todo material de construção, que é destruído para não poder ser reutilizado na construção de outro barraco” (PERLMAN, 1977:252).

Os barracos eram demolidos pelo Departamento de Limpeza Urbana (DLU) para que não fossem mais ocupados, limpando o terreno para um novo uso. Segundo documento da Chisam, a sua ação não se limitava à remoção de favelas e construção de conjuntos; havia um sentido de “recuperação” e “integração social” dos favelados, que se tornariam proprietários de suas casas, saindo de um ambiente “irrecuperável” e sendo

⁵⁹ CHISAM – Origem – Objetivos – Programas – Metas. Rio de Janeiro: BNH / Ministério do Interior, 1969

integrados à sociedade constituída (BRUM, 2012:73). As famílias, no entanto, afirmam que era dado um aviso na véspera da mudança, dizendo que deveriam empacotar seus bens e estarem prontas de madrugada para serem removidas a um local ignorado. Campos (2007:66) denomina este processo de “desconstrução do espaço favelado”, que compreende “a ação do Estado, associada aos interesses da classe dominante”, quando os dois agentes “impõem o deslocamento forçado” dos mais pobres de uma determinada área da cidade, visando reassentá-los em áreas mais distantes.

As consequências para os moradores removidos foram profundas⁶⁰: redes sociais foram desfeitas, a proximidade do trabalho deixou de existir, e eles agora precisavam arcar com os custos da moradia, com pagamento de aluguel (ou mensalidade), condomínio, contas de luz e de água. A distância do mercado de trabalho trouxe consequências sérias, especialmente para as mulheres que trabalhavam como lavadeiras, costureiras ou empregadas nas casas da classe média. A ampla oferta de emprego prevista nos planos de remoção não se concretizou, assim como as Zonas Industriais. Para Giuseppe Badollato, “a política de habitação avançou mais rápido que a política de infraestrutura” (BRUM, 2012:137). O *Jornal do Brasil* noticiou em 20 de janeiro de 1974, após 10 anos da inauguração da Vila Kennedy, que a “primeira consequência da mudança (foi) a brusca queda da renda familiar, causada pelo afastamento de suas mulheres e filhos dos antigos empregos em casas e apartamentos e dos biscates sempre fáceis nas áreas povoadas pela classe média”. Para os comerciantes das favelas, a remoção representava o total fracasso de seus negócios, devido à impossibilidade de reinstalar seu comércio no novo local de moradia. A ausência do comércio unia-se à falta de equipamentos urbanos; à precariedade dos apartamentos e à escassez de

⁶⁰ Jacobs (2000) afirma que muitos dos projetos para pessoas de baixa renda desenvolvidos nos Estados Unidos “se tornaram piores centros de delinquência, de vandalismo e de desamparo social geral do que as favelas que pretendiam substituir”.

serviços.

A maioria dos depoentes ouvidos pelo historiador Mario Brum para sua tese de doutorado⁶¹ narra a remoção como uma mudança positiva. No conjunto habitacional, os removidos encontraram ordenação e o mínimo de infraestrutura, que contrastavam com a “desordem” e a precariedade da favela onde viviam. Era como se, naquele momento, os problemas tivessem sido deixados para trás. Porém, mesmo entre aqueles que enxergam a remoção como algo positivo, tratam-na como uma imposição, alheia à vontade dos moradores.

“Entendidos como pessoas sem educação e cultura, portanto sem meios adequados para viver em sociedade, os pobres sempre foram vistos como incapazes de opinar sobre a qualidade de sua moradia ou mesmo em relação à sua localização. Só lhes cabia aceitar e agradecer por serem agraciados com imóveis determinados por lógicas distantes de sua realidade e de suas expectativas mais importantes” (SILVA & BARBOSA, 2005: 94).

O incêndio na Praia do Pinto aparece nos depoimentos como algo criminoso, provocado para expulsar os últimos moradores que não queriam sair da favela – estes figuravam no grupo que não tinha renda suficiente para qualificá-los a irem para os conjuntos. Assim, Brum (2012:180) indica dois sentidos, em dois tempos, em relação à remoção. Se a operação em si é contada de forma traumática, a remoção enquanto “saída da favela e instalação num conjunto habitacional” é vista de maneira positiva por muitos, apesar das dificuldades dos anos iniciais. Perlman (1977) já havia indicado aspectos positivos da remoção como a melhoria no acesso a serviços como água, luz e esgoto, trazendo benefícios para a saúde dos moradores, principalmente as crianças; mais espaço, o que se traduz em maior conforto; e menos risco de incêndio e deslizamentos. Brum (2012) ressalta que a leitura positiva de seus entrevistados em

⁶¹ BRUM, M.S.I. *Cidade Alta: história, memórias e o estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro* / Mario Sergio Ignácio Brum. – 2012.

relação aos primeiros anos, no entanto, pode estar estruturada numa comparação entre este período e o que veio depois, em que o conjunto habitacional acabou se deteriorando, assim como as relações pessoais. Houve o surgimento e crescimento de favelas ao redor do conjunto, os espaços públicos (calçadas e jardins) foram perdidos, a qualidade dos serviços se deteriorou, e a violência aumentou devido à ação do tráfico de drogas. Deste modo, a Cidade Alta, com suas puxadas, o tráfico, as favelas no entorno e a erosão da sociabilidade entre os vizinhos, acabou se transformando na favela que tentou erradicar.

Em pesquisa realizada ainda na década de 1970, Janice Perlman (1977:237) indicou que menos de 25% dos favelados gostariam de se mudar de suas comunidades. As vantagens da favela compensavam as desvantagens da remoção para conjuntos habitacionais. Primeiro, de acordo com a autora, porque a favela é de graça⁶². Segundo, porque está perto do local de trabalho, permite a realização de muitos bicos e a oferta de mão-de-obra para diversos serviços. Na favela, pode-se contar com amigos e vizinhos para favores recíprocos. Mas a política remocionista acabou por não considerar a voz dos moradores das favelas nem ouvir suas lideranças, cuja resistência tinha diminuído devido ao aumento do controle político e do autoritarismo. O Decreto E, nº 3.330, de 1968, subverteu o “papel das associações, que de representantes dos moradores passam a fazer as vezes do poder público na favela” (BURGOS, 2006:35), cabendo-lhes autorizar ou não as reformas nas casas, bem como a construção de novas habitações.

Com o decreto, o governo passou a reconhecer somente uma associação em cada comunidade, tendo esta que cumprir uma série de exigências. A própria Federação das Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg), que em 1968 realizou o maior congresso de

⁶² Por outro lado, registros históricos dão conta que, já nas primeiras ocupações nos morros do Centro do Rio de Janeiro, era prática corrente o loteamento de terrenos para aluguel ou venda, não caracterizando, portanto, uma moradia de todo gratuita.

sua história, deixou de enfrentar a política de remoção – a favor da urbanização – e passou a participar dos debates sobre a distribuição das famílias nos conjuntos habitacionais. Segundo Valladares (2005:111), a campanha “Urbanização sim, remoção nunca!”, de 1968, ganhou a imprensa e desencadeou uma intensa repressão política, com a prisão dos principais líderes da Fafeg em 1969. O esvaziamento político dos órgãos de representação dos favelados abre espaço para o clientelismo que caracterizou os anos 1970, quando a luta por direitos é substituída pela disputa por pequenos favores.

Para a cidade, as operações de remoção representaram o aumento do número de moradores em favelas não ameaçadas. Este crescimento se deve, em parte, ao retorno dos favelados removidos, que não conseguiram permanecer nos conjuntos habitacionais – eles “passaram suas casas” e retornaram à favela (VALLADARES, 2005:132). Esta conclusão da socióloga Lícia Valladares parte de seu estudo na Cidade de Deus, onde constatou que muitos dos removidos não conseguiram pagar as prestações de suas casas e as passaram adiante, usando o dinheiro para retornar a favelas, ou que atrasavam o pagamento das prestações propositadamente como uma forma de reação à política imposta da remoção. Alba Zaluar, também estudando a Cidade de Deus, discorda de Valladares, segundo Brum (2012:147), ao relatar que o número de moradores que “passaram a casa” acabou por ser pequeno, sendo o atraso das prestações mais uma estratégia de sobrevivência dentro de um orçamento apertado que uma reação à remoção. A prestação da casa juntava-se a novas taxas, enquanto as fontes de renda alternativas eram eliminadas. Com o atraso, ou não pagamento das prestações, não houve recursos a serem reinvestidos na construção de novas habitações, o que comprometeu o equilíbrio financeiro das operações do BNH.

Em 1971, Chagas Freitas, pouco afeito à política remocionista, é eleito

governador, e o ritmo das remoções começa a diminuir. “No seu primeiro mandato, até 1975, foram removidas pouco mais de um terço de pessoas em relação ao total do governo anterior” (COHAB-GB apud VALLADARES, 1978:45). As remoções começam então a ser lentamente abandonadas (BRUM, 2013), devido a diversos fatores. Para os moradores, os conjuntos habitacionais construídos pelo BNH significaram a distância do local de trabalho, o que aumentou os gastos com locomoção, que se juntavam às despesas com as novas taxas, e ainda os mantinham longe dos “bicos” que realizavam no local da antiga moradia. A eliminação das fontes de renda, com o aumento dos custos – e, algumas vezes, a perda do emprego –, levava a problemas no pagamento das prestações dos apartamentos, que em poucos anos já apresentavam sinais de precariedade. Com o atraso, ou não pagamento das prestações, não houve recursos a serem reinvestidos na construção de novas habitações, o que comprometeu o equilíbrio financeiro das operações do BNH.

Valla (1986) cita outros sete elementos que levaram ao arrefecimento da política remocionista, entre eles a preocupação de instituições internacionais com o crescimento das periferias no Terceiro Mundo; o crescimento das favelas como redutos oposicionistas; o reconhecimento da gravidade do problema da favela; a reorganização da Fafeg, agora Faferj (Federação das Favelas do Estado do Rio de Janeiro), em defesa da urbanização; a pressão da Igreja Católica, por meio da Pastoral das Favelas; a desaceleração da construção civil para classe média por causa da crise econômica; e a percepção dos grupos políticos do potencial eleitoral das favelas. Com todos estes fatores em jogo, a perspectiva nas políticas voltadas para as favelas começa a mudar, assumindo pouco a pouco um caráter urbanizador.

2.2.3 Contraste com a própria atualidade

Como editora do site Viva Favela, no entanto, entrei em contato com experiências que não diferiam muito do relatado na literatura sobre o período remocionista. A maioria delas provocadas por projetos da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. As marcas “SMH”⁶³ nas casas, que traziam insegurança e incertezas aos moradores; a remoção para conjuntos distantes da moradia original; a demolição da moradia antes da conclusão do processo burocrático da remoção. Estas eram denúncias que chegavam ao site através de vídeos, fotos, textos, e relatavam processos distintos ao que acompanhei na CCPL, um dos motivos que me levaram a estar aqui. Mário Brum destaca que o “fantasma” da remoção, embora afastado com a redemocratização, não foi de todo eliminado.

O autor considera que, “a cada problema na cidade cuja responsabilização era atribuída às favelas (como episódios de violência, por exemplo), o tema da remoção voltava à agenda com cada vez mais força” (BRUM, 2013:180). Ainda na década de 1990, por alegadas “questões ambientais”, as comunidades Via Parque, atrás do Barra Shopping, e Vila Marapendi, perto do Shopping Downtown, também na Barra da Tijuca, foram removidas, tendo Eduardo Paes como subprefeito de Jacarepaguá. Segundo o mesmo autor, a administração César Maia, que apostava na urbanização de favelas através do programa Favela-Bairro⁶⁴, sofre uma inflexão na preparação para os Jogos Pan-Americanos 2007, em que as intervenções realizadas para o evento, além da

⁶³ Os imóveis a serem removidos por ocasião de projetos da Prefeitura do Rio recebiam a marcação SMH, sigla da Secretaria Municipal de Habitação. A inscrição passou a ser um indicativo de que aquele imóvel estava cadastrado para ser demolido.

⁶⁴ Financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Favela-Bairro foi desenvolvido em 1993 pela Prefeitura do Rio seguindo as diretrizes do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro de 1992. O principal objetivo era integrar as favelas à cidade, com implantação de infraestrutura, urbana, serviços e equipamentos públicos.

acusação de a favela ser um polo irradiador de violência, justificam novas remoções. “Preparação para grandes eventos; defesa do meio ambiente; risco para a vizinhança... estavam dadas as linhas de sustentação para a volta com força de uma agenda remocionista” (BRUM, 2013:194).

Magalhães (2013) considera que esta nova configuração se delineou a partir de meados dos anos 2000, com a associação do recrudescimento da violência urbana ao crescimento das favelas. A cada novo confronto entre bandidos e a polícia, surgiam propostas de erradicação destes espaços, fonte dos perigos que acometiam a cidade. O autor discorda de Brum (2013) ao indicar que os dois mandatos de César Maia à frente da Prefeitura do Rio (2001-2008) foram marcados por um “repertório da urbanização”, expresso nas legislações do período, como o Plano Diretor e a Lei Orgânica Municipal, que continham dispositivos proibitivos à remoção de favelas. Mas este cenário seria modificado sobremaneira após a eleição de Eduardo Paes, cujo governo se inicia em 1º de janeiro de 2009. Seria instituído, então, o que Magalhães (2013) denomina “repertório da remoção”, com três momentos distintos que contribuem para a formulação deste novo enquadramento:

“O primeiro se caracteriza por um intenso esforço em trazer para o debate público constituído em torno do ‘problema favela’ a palavra ‘remoção’; o segundo pela consolidação da crítica aos críticos da remoção como política, utilizando-se e apoiando-se nos desdobramentos dos das ‘chuvas de abril’ de 2010; por fim, os deslocamentos populacionais passam a ser tratados, logo após, como um ‘legado’ da organização e realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e da Copa do Mundo de 2014” (MAGALHÃES, 2013).

A imprensa carioca fez emergir a temática da remoção logo após a eleição do novo governo, com diversas reportagens sobre o crescimento das favelas na cidade nos períodos anteriores. A “desordem urbana” seria vinculada diretamente à existência das favelas, com os favelados sendo os reprodutores da mesma. Nesta construção, no entanto, o autor sustenta que os moradores de favelas não seriam os responsáveis

principais pela instalação do “caos urbano”; estes seriam os “demagogos”, aqueles que disseminaram no passado a ideia de que as favelas seriam uma “solução”, tendo interesses particulares, notadamente eleitorais, na expansão destes territórios. A ideia de que o “tabu” da remoção deveria ser derrubado também passou a ser sustentado pelos jornais, já que teria sido este enquadramento que permitiu o crescimento desordenado das favelas, diante da permissividade dos governos anteriores. Na elaboração desta questão, este processo de “caos” teria tido início no primeiro governo de Leonel de Moura Brizola (1982-1986), quando as incursões policiais nas favelas foram limitadas, e a legislação que proibia construções de alvenaria nestes espaços, que vigorava desde o Estado Novo, foi suspensa.

No Governo Paes, era imprescindível um reordenamento urbano não só das favelas, mas também de toda a cidade, colocado em prática através do programa conhecido como “Choque de Ordem”, conduzido pela Secretaria Especial de Ordem Pública (SEOP). Construções consideradas irregulares em áreas formais e informais da cidade seriam demolidas, com a recuperação do controle do Estado sobre o espaço urbano, inclusive com o uso da força. Neste momento, há um reforço da imagem constituída entre favela e “desordem”, desta vez enquadrando a mesma a partir da possibilidade de erradicação, um processo que ocorreria em benefício dos moradores das favelas e do restante da cidade. Para Magalhães (2013), o Estado “recuperaria o monopólio da força, e também o papel de regulador”, abrindo espaços nestas localidades com o deslocamento de parte dos moradores, no que a Prefeitura do Rio definiu como “desadensamento”. Segundo o Plano Plurianual do governo, publicado em 2009, a meta seria reduzir em 5% a área ocupada pelas favelas da cidade até 2013 – meta que seria revista no fim do ano para 3,5%. Isto significava, de acordo com a

Secretaria Municipal de Habitação, a remoção de 12376 famílias.

Neste contexto, o autor sustenta que o elemento “risco” foi importante para justificar esta retomada das remoções, relacionando-se, sobretudo, com a questão geomorfológica destes espaços. As tragédias do primeiro semestre de 2010, provocadas por temporais, dariam a dimensão do problema. Em janeiro, a cidade de Angra dos Reis seria castigada pelas chuvas, resultando em deslizamento de encostas que provocaram 53 mortes, no Morro da Carioca e na Praia do Bananal, em Ilha Grande. Uma semana depois, a Secretaria Municipal de Habitação anunciaria um plano de remoção de 119 favelas até o fim de 2012, todas elas consideradas em “áreas de risco”. Em abril, as cidades do Rio de Janeiro e Niterói ficaram debaixo d’água. O Morro do Bumba deslizou, causando a morte de 48 moradores. Em todo o Estado, morreram mais de 250 pessoas, todas moradoras de favelas. O número de desabrigados chegou a 10 mil. Autoridades públicas e formadores de opinião passaram então, com repercussão na imprensa, a justificar a necessidade das remoções como um modo para que estas tragédias não se repetissem.

Cinco dias após a tragédia, o Governo do Estado publicou o Decreto Nº 42.406, de 13 de abril de 2010, que instituía o programa Morar Seguro, de “construção de unidades habitacionais para o reassentamento da população que vive em áreas de risco do Estado do Rio de Janeiro”. A decisão era justificada por três fatores: (1) a tragédia ocorrida na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, decorrente do deslizamento de encostas por força das fortes chuvas; (2) o alto déficit de residências para a população de baixa renda no Estado do Rio de Janeiro; e (3) ser de competência dos Municípios a regulação do uso do solo urbano. Deste modo, o programa seria realizado em parceria com as Prefeituras, sendo implantado por uma comissão gestora

que incluía a Vice-Governadoria do Estado e sete Secretarias de Estado. Caberia às Prefeituras identificar as áreas de risco em seus territórios e classificá-las em Área Verde (baixo risco), Área Amarela (moderado risco) e Área Vermelha (alto risco), podendo solicitar suporte técnico dos órgãos estaduais para tal.

Como passo seguinte, o Decreto autorizava a Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil a “realizar a interdição e a desocupação compulsória de imóveis situados nas áreas classificadas pela Comissão gestora do programa como vermelha”. O Estado então destinava R\$ 1 bilhão do exercício fiscal de 2009 para a contratação de empréstimos destinados à construção de “imóveis populares” visando o reassentamento da população residente em áreas de risco. Estas áreas deveriam ser recuperadas ambientalmente, ficando a Prefeitura obrigada a fiscalizar para impedir a reocupação das mesmas. Enquanto as unidades habitacionais não estivessem disponíveis, o Estado deveria providenciar o acolhimento das famílias removidas em abrigos, ou pagaria um aluguel mensal de R\$ 500, através da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos.

Com o decreto, o Governo do Estado implantava um plano para desocupar áreas sujeitas a desabamento em toda a Região Metropolitana e no interior. O então Secretário de Estado de Saúde e Defesa Civil, Sérgio Côrtes, ressaltou que a tragédia abria a oportunidade de discussão da remoção de comunidades nos morros do Estado. “É preciso investir com seriedade e sem paternalismo nessas áreas. A remoção é a única maneira de garantir que não ocorram mais mortes nos deslizamentos que, muitas vezes, são inevitáveis em encostas íngremes”, ressaltou o secretário em entrevista à *Veja.com*⁶⁵. Esta decisão ganhou mais força depois de janeiro de 2011, quando uma grande

⁶⁵ Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/secretario-defesa-civil-defende-remocao-favelas> Acessado em 15/04/2014.

enxurrada varreu a Região Serrana do Rio de Janeiro. Mais de 900 pessoas morreram e quase 30 mil perderam suas casas. As cidades mais atingidas foram Teresópolis, Nova Friburgo e Petrópolis. Somente em Teresópolis, 1600 casas foram interditadas pela Defesa Civil. As demolições começaram ainda em fevereiro, e em março foram liberados os primeiros cheques do aluguel social. Estimava-se que cinco mil famílias na região deveriam ser removidas imediatamente, pelo fato de morarem em áreas de risco. As Prefeituras das cidades serranas foram instadas a aderirem ao Decreto Nº 42.406, iniciando estudos sobre as áreas de risco de cada município. As tragédias reforçaram e justificaram as propostas de remoções das habitações em morros e áreas de risco de todo o Estado.

Magalhães (2013) ressalta que a conjuntura permitiu “uma formulação na qual qualquer crítica às ações de remoção fosse considerada como se posicionando *contra* os moradores destas localidades, haja vista que não se poderia ser desfavorável a uma intervenção que buscaria tão somente a salvaguarda da vida daquelas pessoas”. No âmbito municipal, o prefeito Eduardo Paes anunciou, logo após as tragédias de 2010, a remoção completa de oito favelas - Morro dos Prazeres, Fogueteiro, Laboriaux (Rocinha), Parque Colúmbia, Morro do Urubu, São João Batista (Estradinha-Tabajaras), Cantinho do Céu e Pantanal -, com aproximadamente sete mil pessoas, que estariam em áreas de risco, segundo um laudo produzido pela Geo-Rio (Fundação Instituto Geotécnica do Rio de Janeiro), órgão da Secretaria Municipal de Obras. Estas áreas não seriam passíveis de urbanização, já que estariam em situação de “risco” e, portanto, deveriam ser removidas. A Prefeitura publicaria ainda um decreto declarando estado de emergência e autorizando a entrada de agentes públicos nas casas classificadas como de

risco, mesmo sem o consentimento dos moradores⁶⁶.

Paralelamente, a Prefeitura iniciou grandes obras visando a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, com a remoção total ou parcial de diversas comunidades. Em 2009, o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro já tinha indicado que a discussão sobre as favelas havia tomado enormes proporções e demandava uma solução urgente, fosse para conter o desmatamento, a violência, ou adequá-las às exigências do Plano Olímpico de 2016. As remoções ocorrem, em grande parte, devido à criação dos corredores de BRTs (*Bus Rapid Transit*), que cortam toda a cidade. Cinco bilhões de reais serão investidos na TransOlímpica (Barra-Deodoro), TransCarioca (Barra-Aeroporto Tom Jobim), TransOeste (Barra-Santa Cruz-Campo Grande) e TransBrasil (Deodoro-Aeroporto Santos Dumont, através da Avenida Brasil). A abertura destas vias vem atingindo áreas informais e formais da cidade, como no bairro do Campinho, para a construção da TransCarioca⁶⁷. Segundo Faulhaber e Azevedo (2015:48), os “corredores viários, a construção de parques, as intervenções na área portuária, a instalação e requalificação de equipamentos esportivos e, sobretudo, a eliminação de ocupação de áreas de risco” são os argumentos mais utilizados para a realização das remoções. A Vila Autódromo, às margens da Lagoa de Jacarepaguá, voltou a ser ameaçada de remoção por se encontrar nas proximidades dos equipamentos olímpicos. Apesar da resistência da comunidade, das 500 famílias existentes, a Prefeitura estima que 200 teriam que ser removidas.

Em julho de 2010, a Prefeitura do Rio lançou o programa Morar Carioca⁶⁸, com o “objetivo de promover a inclusão social, através de integração urbana e social

⁶⁶ Decreto nº 32081 de 7 de abril de 2010.

⁶⁷ Somente a Transcarioca previa a necessidade de desapropriação de 1627 lotes (FAULHABER & AZEVEDO, 2015:43).

⁶⁸ Com a publicação do Decreto 36.670, de 1º de janeiro de 2013, o Programa Morar Carioca passou a fazer parte do Plano Estratégico 2013-2016 da Prefeitura do Rio de Janeiro.

completa e definitiva de todas as favelas do Rio até o ano de 2020”⁶⁹. Até 2012, a meta era remover 123 favelas. Em dez anos, o investimento seria de R\$ 8 bilhões, sendo R\$ 2 bilhões somente nos dois primeiros anos de programa – um dos mais importantes legados olímpicos da cidade. A proposta consistia em realizar projetos de acordo com o porte e as condições de cada uma das comunidades. Em outubro de 2010, a Prefeitura fechou um convênio com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RJ), para a realização do “Concurso Morar Carioca: conceituação e prática em urbanização de favelas”, que selecionou 40 escritórios de arquitetura responsáveis pela elaboração destes projetos, respeitando as particularidades de cada uma das comunidades. Segundo o IAB-RJ, o concurso foi promovido visando à reurbanização de 215 favelas cariocas, onde vivem 350 mil pessoas. Em abril de 2012, onze dos 40 escritórios selecionados assinaram os contratos com a Secretaria Municipal de Habitação (SMH), estando autorizados a iniciar seis projetos. O então secretário municipal de Habitação, Jorge Bittar, anunciou na ocasião que os outros 29 escritórios selecionados seriam contratados ainda em 2012.

As equipes elaboraram projetos de urbanização que incluíam implantação de infraestrutura (água, esgoto e iluminação) e equipamentos (creches, bibliotecas e outros espaços). Leitão e Delecave (2013) indicam que as intervenções propostas pelos escritórios foram mais ousadas que as realizadas no Favela-Bairro, com significativas reestruturações da malha urbana da favela. Foram propostas aberturas de vias de maior porte, a construção de teleféricos e de planos inclinados. Diferentes projetos apresentaram conjuntos habitacionais verticalizados, com a liberação da área para construção de espaços de recreação e lazer. Outra diferença em relação ao Favela-Bairro consiste na introdução do conceito de sustentabilidade ambiental, com a introdução de

⁶⁹ Apresentação do Morar Carioca em <http://www.rio.rj.gov.br/web/smh/exibeconteudo?article-id=1451251>

dispositivos que assegurem a redução do consumo de energia, a captação de águas pluviais para reuso, o manejo de resíduos sólidos, entre outros. Uma continuidade que os autores apontam em relação aos dois programas diz respeito à exigência de participação comunitária, objetivo que não foi plenamente alcançado no Favela-Bairro, e que no Morar Carioca dependeria da “vontade política” tanto da Prefeitura quanto das Associações de Moradores envolvidas.

A Prefeitura do Rio indicava que estes projetos seriam precedidos de diagnósticos físicos, sociais e jurídicos que indicariam uma ação diferenciada para cada tipo de assentamento. Nas áreas enquadradas como urbanizáveis, onde vivem 97% dos moradores de favelas do município do Rio, segundo a Prefeitura, seriam implantadas redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, iluminação pública e pavimentação. Naquelas desse grupo que possuem entre 100 e 500 domicílios, além das obras de infraestrutura e urbanização, seriam construídas áreas de lazer; as áreas de risco seriam eliminadas e haveria regularização urbanística. Nas acima de 500 domicílios com urbanização parcial, estavam previstos equipamentos públicos, ampliação da acessibilidade, desadensamento parcial e a regularização urbanística. Nas comunidades acima de 500 domicílios sem urbanização, além destas intervenções, também seriam ofertadas novas moradias. No caso das comunidades diagnosticadas pela Prefeitura como não urbanizáveis – em situação de risco ou inadequada ao uso residencial –, as famílias seriam reassentadas em unidades habitacionais construídas através do Programa Minha Casa, Minha Vida. Após as obras, o Morar Carioca previa um sistema de manutenção e conservação das obras, além do monitoramento da ocupação e do uso do solo. A fim de fiscalizar o cumprimento da legislação, seriam construídos Postos de Orientação Urbanística e Social (Pousos), sob a coordenação da

Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), para atuar na fiscalização das normas, conservação das obras e das áreas públicas.

A solução para a realocação destes moradores estava dada: um condomínio a ser erguido no terreno do presídio Frei Caneca, implodido em 2010⁷⁰; a transferência de unidades já construídas pelo Programa de Arrendamento Residencial (PAR) para o programa Minha Casa, Minha Vida; e a construção do Bairro Carioca, em Triagem, na Zona Norte, em um antigo terreno da companhia de eletricidade Light. Com 2240 apartamentos de dois quartos, sala, banheiro, cozinha e área de serviço, o Bairro Carioca conta com aproximadamente 10 mil moradores. Uma das grandes vantagens apontadas pelos órgãos oficiais é a infraestrutura de transporte do entorno, ao lado da estação de metrô de Triagem, de dois ramais de trem da Central e de 14 linhas de ônibus⁷¹, além de toda a infraestrutura e paisagismo dentro dos condomínios (onze, no total). O local também possui um Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI), uma escola equipada com laboratório, auditório e biblioteca, uma Clínica da Família, um Ginásio Poliesportivo, um centro comercial e uma Nave do Conhecimento⁷².

Em 2013, porém, o Morar Carioca sofreu alterações. Os contratos com os escritórios selecionados pelo concurso do IAB-RJ foram suspensos, assim como o contrato com o IBASE, que estava realizando o levantamento social – sem uma explicação pública da Prefeitura do Rio. A construção do Bairro Carioca, no entanto, continuou, e os últimos 740 apartamentos foram entregues em maio de 2014. Outra ação que estava a pleno vapor eram as remoções levadas a cabo pela Prefeitura usando o

⁷⁰ O condomínio, com 998 casas, foi inserido no programa Minha Casa Minha Vida, voltado para famílias de baixa renda.

⁷¹ Informação contestada por moradores da CCPL, que indicam que seus “vizinhos” estavam encontrando dificuldades de transporte.

⁷² Mais informações em: <http://www.cidadeolimpica.com.br/projetos/bairro-carioca/> Acessado em 13/09/2013; e Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro de 16 de maio de 2014.

nome do programa como justificativa.

As remoções começaram ainda em 2010, logo após o anúncio do programa, seguidas de questionamentos de moradores, pesquisadores, e do Ministério Público, que apontavam para violações do direito à moradia. Desinformação e não envolvimento das comunidades na discussão dos projetos e nas negociações, que são individuais e marcadas por pressão e coação; indenizações baixas e demolição das habitações antes do pagamento das indenizações, colocando as famílias em situação de vulnerabilidade; e reassentamento das famílias em conjuntos habitacionais em bairros distantes são algumas das denúncias recebidas pela Plataforma Descha (Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais)⁷³. Como ocupante do cargo de editora de conteúdo do site Viva Favela, recebi, por parte de líderes comunitários e organizações sociais, denúncias de arbitrariedades cometidas pela Prefeitura em várias comunidades, principalmente no Recreio e no Morro da Providência. Se no primeiro momento a queixa recai sobre a falta de informação em relação aos projetos e a ausência de negociação com os moradores, em um segundo momento estava relacionada com a oferta de alternativas que não interessavam às famílias e a truculência policial no ato da remoção.

A jornalista Paula Paulo realizou, em 2013, um livro-reportagem sobre as primeiras remoções, como requisito para a obtenção de título de Bacharel em Comunicação Social na Universidade Federal Fluminense (UFF)⁷⁴. Segundo a jornalista, na comunidade da Restinga, no Recreio dos Bandeirantes, os moradores

⁷³ As denúncias fazem parte do Relatório da Missão da Relatoria do Direito à Cidade – Plataforma Descha, Rio de Janeiro, 18 a 20 de maio de 2011.

⁷⁴ PAULO, P. Do “Ponha-se na Rua” ao “Sai do Morro Hoje”: Das raízes históricas das remoções à construção da “cidade olímpica”. Monografia. IACS/UFF: Niterói, 2013.

foram informados da remoção pelos jornais, antes de serem notificados oficialmente pela Prefeitura. A falta de informação sobre o projeto, a área a ser removida e as alternativas a serem oferecidas levou o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública a entrar com uma ação civil pública, baseada no argumento da “gestão democrática da cidade”, presente no Estatuto das Cidades. A ação solicitava o projeto elaborado para o local. De acordo com a Defensoria, a Prefeitura alegava que se tratava de uma área pública, e, por este motivo, qualquer edificação era irregular – ignorando diversos outros dispositivos previstos em lei que poderiam garantir a posse desses moradores. A eles, ao final, foram oferecidas uma unidade habitacional no programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) em Campo Grande ou indenização. Em apenas um dia, 17 de dezembro de 2010, foram demolidas 70 casas e 30 estabelecimentos comerciais. As demolições começaram na madrugada, e alguns dos moradores não tinham para onde ir, já que a Secretaria Municipal de Habitação não havia entregue todos os cheques (PAULO, 2013: 57).

Na Metrô-Mangueira, comunidade localizada nas imediações do Maracanã, Paula Paulo também encontrou desinformação em relação ao projeto para a área e decepção devido ao reassentamento em um condomínio do MCMV em Cosmos, a 60 quilômetros de distância, na Zona Oeste da cidade. Uma das entrevistadas relata que o subprefeito da Zona Norte, André Santos, e o deputado estadual Chiquinho da Mangueira disseram, em uma reunião, que eles teriam “três opções, uma casa em Cosmos, a 60 km daqui, abrigo ou rua” (idem, p.61). Em 2010, cem famílias aceitaram ir para Cosmos. Em novembro do mesmo ano, em outro encontro, desta vez com o prefeito Eduardo Paes, a comunidade pediu projetos de urbanização, quando teriam recebido como resposta: “nada do que você está me pedindo eu vou fazer, eu quero

aquela área limpa” (idem, p.65). Com a resistência dos moradores em irem para Cosmos, dois prédios na Rua Visconde de Niterói que estavam sendo construídos pela Caixa Econômica Federal também pelo MCMV foram negociados pela Prefeitura. Em fevereiro de 2011, 248 famílias se mudaram para o condomínio Mangueira I. A ida para o Mangueira II só ocorreu em dezembro de 2012. Ainda em 2013, 60 famílias estavam à espera de serem realocadas em outro condomínio do MCMV.

O arquiteto e urbanista Lucas Faulhaber e a também jornalista Lena Azevedo lançaram em 2015 o livro “SHM 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico”. Raquel Rolnik, relatora das Nações Unidas para o Direito à Moradia Adequada entre 2008 e 2014, afirma no prefácio que o livro denuncia um “processo milimétrico de desconstrução de direitos e de abertura de uma área da cidade como nova fronteira de expansão do mercado imobiliário”. Este processo inclui a remoção das favelas das áreas centrais, o que “reforça a ideia de que o lugar dos pobres é na periferia, em áreas não conectadas com o restante da cidade e desabastecidas de qualquer infraestrutura” (ROLNIK, 2015, in: FAULHABER & AZEVEDO, 2015:12). De janeiro de 2009 a dezembro de 2013, a Prefeitura do Rio já removeu 67 mil pessoas, contra as 30 mil removidas por Carlos Lacerda (1961-1965), e 20 mil, por Pereira Passos (1902-1906).

Segundo os autores, os conjuntos que a Secretaria Municipal de Habitação (SMH) coloca à disposição dos removidos dista de 40 a 70 quilômetros da moradia original. Os moradores da Estradinha Botafogo, na Zona Sul, por exemplo, foram realocados em um empreendimento do Minha Casa Minha Vida em Santa Cruz, a 70 quilômetros de distância. Como há 50 anos, a Prefeitura “opta por deslocar os cidadãos pra zonas mais distantes dos polos geradores de emprego, representando um custo maior para o trabalhador e para o próprio setor público, que deverá investir mais fortemente

em projetos de mobilidade” (FAULHABER & AZEVEDO, 2015:71)⁷⁵. Para Ruth Jurberg, ao “reassentar morador de Santa Teresa em Bangu”, a Prefeitura trabalha de forma diferente do Governo do Estado – e sem alternativas. “Ela não discute, ela diz: ali que eu tenho demanda, você vai para lá. Então não tem esse debate, nem a possibilidade de plano B”. Neste contexto de remoções para lugares distantes da moradia original, o projeto da CCPL mostrou-se peculiar, com consequências específicas para os moradores relocados, como será visto no próximo capítulo.

2.3 *Dejà vu* para Manguinhos

A pesquisa sobre a história do Complexo de Manguinhos indica que os processos de remoções na cidade se entrelaçam com as histórias de diferentes comunidades ali existentes. A modalidade conjunto habitacional não é novidade para o complexo, nem mesmo a remoção para um lugar próximo, como aconteceu com o Conjunto Habitacional Nelson Mandela. Muitas das hoje favelas de Manguinhos possuem uma relação íntima com as políticas públicas desenhadas para a cidade ao longo do século XX. Se a comunidade Parque Oswaldo Cruz/Parque Amorim surgiu, no primeiro ano daquele novo século, com a instalação espontânea dos pedreiros que construíram o castelo em estilo mourisco do Instituto Soroterápico Federal (hoje Fundação Oswaldo Cruz) em um morro próximo, já na década de 1920 ações do Estado começam a influir na atração de população para a região. As propostas urbanísticas nos

⁷⁵ “Os deslocamentos compulsórios não são operados somente através do aparato repressivo estatal, mas também pelo mercado” (FAULHABER & AZEVEDO, 2015:77). A “remoção branca”, ou gentrificação, decorre do aumento do preço da terra ou do aluguel nas comunidades que sofrem intervenções ou são pacificadas, dificultando a permanência, nas mesmas, dos moradores originais.

anos 1920 e 30 indicavam o afastamento das atividades industriais da Zona Sul e do centro da cidade e seu deslocamento para as áreas suburbanas, em particular na Zona Norte.

Na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a ocupação na região onde se localiza Manguinhos sofreu um impulso devido à conjuntura internacional, que “levou à fixação de indústrias para substituição de bens importados, com a construção de moradias de operários nas proximidades de fábricas ali instaladas” (TRINDADE, 2012). Em 1917, a CISPER, produtora de vidro, instalou-se em Maria da Graça; em 1921, a General Eletric instalou na região sua fábrica de lâmpadas; seguida pela Marvin, de parafusos e pregos, e outras indústrias. Enquanto as pequenas indústrias se mantinham no centro da cidade, as de médio porte se instalavam em São Cristóvão, restando para a região próxima a Manguinhos a instalação da grande indústria.

O Código de Obras do Distrito Federal (Decreto Municipal nº 6.000, de 1º de julho de 1937), ao delimitar as regiões onde era permitida a edificação de novas instalações fabris, oficializou a nova distribuição das atividades econômicas do Rio de Janeiro e a localização das indústrias. Manguinhos e seus arredores foram classificados como bairros industriais, principalmente devido à proximidade com o centro e a zona portuária. Ao mesmo tempo, o código determinava ser da competência da Prefeitura elaborar um plano para a “extinção das favelas e a formação, para substituí-las, de núcleos da habitação de tipo mínimo” (apud ZALUAR, 1998) – os barracos deveriam ser substituídos por habitações salubres e estavam proibidas a formação de novas favelas e a construção de novas moradias ou a realização de obras nos núcleos já existentes.

“Art. 349 — A formação de favelas, isto é, de conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacôrdo com as disposições deste decreto, não será absolutamente permitida.

1º Nas favelas existentes é absolutamente proibido levantar ou construir novos casebres, executar qualquer obra nos que existem ou fazer qualquer construção.

2º A Prefeitura providenciará por intermédio das Delegacias Fiscais, da Diretoria de Engenharia e por todos os meios ao seu alcance para impedir a formação de novas favelas ou para a ampliação e execução de qualquer obra nas existentes, mandando proceder sumariamente à demolição dos novos casebres, daqueles em que for realizada qualquer obra e de qualquer construção que seja feita nas favelas. [...]

9º A Prefeitura providenciará como estabelece o Título IV do Capítulo XIV deste decreto a extinção das favelas e a formação, para substituí-las, de núcleos de habitação de tipo mínimo. [...]” (PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL, 1937).

O texto seria uma das bases para a proposta de construção dos Parques Proletários, colocada em prática na gestão de Henrique Dodsworth (1937-1945). Em maio de 1942 foi inaugurado o primeiro parque proletário, na Gávea. No mesmo mês inaugurou-se o parque do Caju, e até o fim do ano um terceiro parque foi entregue, no Leblon⁷⁶. Para Valladares (2005:63), o objetivo do governo ao melhorar a condição de vida nas favelas era obter o apoio popular indispensável para a manutenção do regime. Dodsworth também elaborou o “Plano da Cidade do Rio de Janeiro”, que incorporava uma ideia antiga de criação de um *park-way*⁷⁷ ao longo do Rio Faria-Timbó e propunha a transformação de Manguinhos em um bairro industrial urbanizado. Os projetos, no entanto, se limitaram ao aterramento, à retificação de rios e à construção de alguns conjuntos habitacionais na região (FERNANDES & COSTA, 2009).

Segundo Bonduki (2011:40), “construir casas, ‘assumindo o papel de capitalista’, era incompatível com a concepção liberal do Estado vigente até 1930”. A Primeira República privilegiou os incentivos a particulares. Operários e trabalhadores

⁷⁶ Estes três parques realojaram de 7 mil a 8 mil pessoas (VALLADARES, 2005:61).

⁷⁷ O único trecho executado do *park-way* foi o Viaduto de Bonsucesso, sobre a Avenida Brasil.

de baixa renda – mesmo grande parte da classe média – ocupavam casas de aluguel, sendo difícil para o assalariado adquirir um bem cujo valor ultrapassava em muito seus rendimentos, já que o Estado não subsidiava moradias nem havia linhas de financiamento que facilitassem a construção de casas nas periferias pelos próprios trabalhadores. Com o início da Era Vargas, surgiram novos temas no debate sobre habitação social, “condizentes com o projeto nacional-desenvolvimentista” do período, e a habitação passou a ser vista como condição básica de reprodução da força de trabalho. A ampliação do ensino superior e da burocracia estatal teve como resultado um amplo diagnóstico das condições habitacionais e a elaboração de propostas que abarcavam diferentes aspectos da questão, como econômicos, urbanísticos e jurídicos. O objetivo era viabilizar soluções habitacionais alternativas para a população de baixa renda, sobretudo a casa própria. Considerou-se que a “iniciativa privada era incapaz de enfrentar o problema, tornando inevitável a intervenção do Estado” (idem, p.78).

“Mais importante que a produção estatal de moradias foi a difusão e a aceitação da ideia de que o Estado deveria se responsabilizar por garantir um padrão habitacional mínimo para os trabalhadores urbanos, a custos compatíveis com seus salários” (BONDUKI, 2011:210).

O 2º Congresso Internacional dos Arquitetos Modernos (Ciam), realizado em 1929 em Frankfurt, na Alemanha, já havia reforçado a necessidade de reduzir os custos da moradia para possibilitar seu acesso aos trabalhadores. Em 1931, o Primeiro Congresso de Habitação de São Paulo ressaltou a “preocupação com a racionalização, a produção em larga escala de moradias e a normatização dos materiais”, diretrizes centrais quando os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) iniciaram a produção em massa de habitações no pós-guerra. Os IAPs reduziram as taxas de juros e dilataram os prazos de pagamento, beneficiando os setores de renda mais baixa, que antes se encontravam excluídos do sistema.

No Rio de Janeiro, os conjuntos habitacionais construídos pelos Institutos levaram a um processo de verticalização na cidade, além da geração de especulação imobiliária. As diretrizes dos órgãos seguiam a visão de que habitação não é só moradia – “Elas previam a criação, junto à moradia, de escolas, creches, serviços de assistência médica, centros comerciais, espaços livres, campos de esportes, estações de tratamento de esgoto etc., além do reforço das redes de abastecimento de água” (BONDUKI, 2011:157). Segundo o mesmo autor, esta ênfase na habitação social no pós-guerra poderia ser explicada pela intenção do Governo de Eurico Gaspar Dutra de se contrapor ao avanço do Partido Comunista do Brasil (PCB) nas grandes cidades, “temendo-se que a insatisfação gerada pela crise de habitação e de abastecimento pudesse causar perigosas rebeliões” (idem, p.106). O crescimento econômico gerado pela conjuntura da guerra havia intensificado o processo de urbanização e de migração interna para os grandes centros, ampliando a demanda por habitação.

“A década de 1940 é, portanto, crucial no que se refere à ação do Estado no setor habitacional, quando ocorrem as principais intervenções do governo federal – congelamento de aluguéis⁷⁸, produção em massa de moradias por intermédio dos IAPs e a criação da Fundação da Casa Popular. Além disso, no mesmo período consolidou-se a aceitação, pelo Estado e pela população, de alternativas habitacionais precárias, ilegais e excluídas do âmbito capitalista, como a favela e a casa própria em loteamentos clandestinos e desprovidos de infraestrutura” (BONDUKI, 2011:209).

Esta contradição se consolidou devido à incapacidade do Estado de solucionar o problema da moradia, o que acabou por transferir esta responsabilidade para os próprios trabalhadores, por meio do autoempreendimento. Bonduki (2011:115) considera a atuação da Fundação Casa Popular (FCP) “quase nula”, tendo em vista que em 18 anos o órgão construiu 18.132 unidades habitacionais, frente a 123.995 dos IAPs, que “não

⁷⁸ Em 1942, o Governo interferiu no mercado de locação ao congelar todos os aluguéis por meio da Lei do Inquilinato, como uma tentativa de resposta à carência de moradias. A medida, no entanto, agravou a situação ao desestimular a produção de novos imóveis para o mercado de locação e provocou uma enxurrada de despejos (BONDUKI, 2011:116).

tinham como objetivo específico enfrentar a questão da moradia”⁷⁹. Os IAPs, no entanto, excluía os não assalariados, o que afetava o trabalhador rural e os trabalhadores informais urbanos, grande parte dos moradores de favelas. De acordo com Bonduki, os institutos criaram “categorias privilegiadas”, o que levou a uma atuação “restrita e insuficiente para as necessidades de um país que se urbanizava com rapidez”. Desta forma, restou aos próprios cidadãos viabilizar “a produção de moradia para os trabalhadores e a superação da crise habitacional dos anos 40” (BONDUKI, 2011:313), através do autoempreendimento da moradia popular, baseado no trinômio loteamento periférico, casa própria e autoconstrução.

Em Manguinhos, não foi diferente. A descentralização industrial, verificada na década de 1940 em direção ao subúrbio, adensou a região. A valorização das áreas centrais da cidade e a industrialização de São Cristóvão levaram à procura de novas áreas, onde as atividades de transformação ganharam força. A disponibilidade de espaços amplos e vazios, próximos ao centro, além da presença de grandes fábricas, atraiu não só uma série de investimentos como também segmentos pobres da população que, ocupando terras devolutas e terrenos baldios, consolidariam a construção das favelas. As décadas de 1940 e 1950 confirmaram a vocação industrial da região. O aterramento de áreas de manguezal constitui terrenos para fábricas – datam desta época a instalação da Gillete, Silva Pedrosa Rolhas Metálicas e Companhia Nacional do Papel – e possibilita a abertura de novas vias de tráfego. Cavalcanti, Fontes e Blank (2012) ressaltam que, se por um lado as ferrovias continuaram a ter um papel importante nessa redistribuição fabril (em particular, as linhas da Leopoldina, Rio D’Ouro e Auxiliar), o

⁷⁹ No Rio de Janeiro, entre 1940 e 1960, quando a população passou de 1,6 milhão para 3,3 milhões (um aumento de cerca de 280 mil famílias), a produção dos IAPs e os conjuntos habitacionais realizados pela Prefeitura atingiram “em torno de 60 a 70 mil unidades”, ou seja, “quase um quarto do total das necessidades de moradia no Rio de Janeiro” (BONDUKI, 2011, p.130).

transporte rodoviário também seria fundamental nesta nova fase econômica, e a abertura de avenidas como a Avenida Suburbana (atualmente Dom Helder Câmara), no final dos anos 20, e da Avenida Brasil, em 1946, foram decisivas para a suburbanização industrial carioca (Silva, 2008:70; Abreu, 1987:103).

Com uma infraestrutura básica instalada, a região começou a atrair moradores, no processo de autoempreendimento da moradia citado por Bonduki (2011). Às margens da Avenida Leopoldo Bulhões, surgiu uma ocupação espontânea, a comunidade de Varginha (ou Parque Carlos Chagas), enquanto que na Avenida Dom Helder Câmara foi estruturada a Vila União. Esta última era formada por ocupações nos espaços vazios no entorno de três conjuntos habitacionais — Casa da Moeda, construído pelo Governo Federal para funcionários do órgão; Ex-Combatentes, considerado uma vitória pelos militares que serviram na Segunda Guerra Mundial, e Tiradentes, erguidos nos anos 1940 e 1950 (FERNANDES & COSTA, 2012). Estes três conjuntos se destacavam por seu caráter permanente frente a loteamentos provisórios erguidos na região para abrigarem moradores removidos de outras partes da cidade que aguardariam sua ida para Conjuntos Habitacionais (ibidem).

Na “Era das Remoções”, CHP-2, Parque João Goulart e Vila Turismo receberam moradores do Morro da Cachoeirinha, Morro do Lins de Vasconcelos, Favela da Praia do Pinto, Favela do Esqueleto, Favela do Caju, Ladeira dos Tabajaras, Catacumba, e Rocinha. O CHP (Centro de Habitação Provisória) era um centro de triagem dos moradores entre seus lugares de origem e conjuntos habitacionais que seriam construídos na Leopoldina e na Zona Oeste, segundo o Laboratório Territorial de Manguinhos⁸⁰. Na década de 1960, a Companhia de Habitação do Rio de Janeiro

⁸⁰ Fonte: <http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/?q=chp2>

(CEHAB) chegou a construir no local quatro prédios, uma escola e um conjunto de casas, mas os dois primeiros tiveram problemas estruturais por conta da instabilidade do terreno, um aterro em área de mangue, e foram demolidos, levando à ocupação do terreno por habitações autoconstruídas (TRINDADE, 2012:60), que caracterizam atualmente a comunidade. A Vila Turismo recebeu famílias removidas da área do Caju, da Ilha da Sapucaia e de mais nove ilhas aterradas para a construção da Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), abrigadas em um loteamento realizado pela Prefeitura em 1950. CHP2, João Goulart e Vila Turismo foram marcadas, ao longo de sua história, por diversos problemas de infraestrutura, com incêndios e inundações constantes, além da proximidade com a adutora da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) e as torres de alta tensão da Companhia de Energia Elétrica LIGHT.

Não há registro de surgimento de novas comunidades em Manguinhos nos anos 1960/1970, mas a intensa imigração de nordestinos no período e a política de remoção do Governo Militar, que afetava outras partes da cidade, fizeram com que as localidades existentes se adensassem. Paralelamente, Manguinhos assistiu à instalação de novas empresas. À Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A, inaugurada em 1954⁸¹, juntaram-se a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), a Empresa Brasileira de Telecomunicação (Embratel), a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), e a fábrica de cigarros Souza Cruz, entre outros. Para Oliveira, Ajara e La Croix (2006), é impensável discutir a formação e o desenvolvimento das favelas nesta região sem remeter às fábricas e à marca que estas imprimiram sobre aquelas – “Encravada no

⁸¹ Em seu auge, a Refinaria de Manguinhos produzia 1,1 milhão de litros de gasolina por dia. Em 1991, houve uma explosão no local. Em outubro de 2012, foi publicado no Diário Oficial do Estado um decreto do governador Sérgio Cabral de desapropriação da refinaria. A ideia seria construir ali um conjunto habitacional com escola, posto de saúde, área de lazer e biblioteca. Em agosto de 2013, o Supremo Tribunal Federal concedeu liminar aos acionistas da refinaria suspendendo a desapropriação.

centro do que, até o final dos anos 1970, correspondia ao segundo parque industrial do município, a favela cresceu paralelamente à fábrica, alimentando-a com sua reserva crescente de mão-de-obra e sendo por ela alimentada”.

Em 1986, o rompimento da adutora da CEDAE representou um momento de mobilização e organização coletiva dos moradores, segundo o Coletivo Território em Transe⁸². Em reuniões na quadra da Escola de Samba, os moradores reivindicavam a ida para lugares seguros, mas dentro de Manguinhos. Desde o início daquela década, as políticas públicas voltadas para as favelas já vinham adquirindo um caráter urbanizador, em parte devido ao fracasso da política do BNH - com o atraso, ou não pagamento das prestações, não houve recursos a serem reinvestidos na construção de novas habitações, o que comprometeu o equilíbrio financeiro das operações –, em parte devido à pressão dos moradores e de diversas organizações, governamentais ou não. O Promorar, voltado para a Maré, em 1979, o Projeto Mutirão, de 1981, o Programa de Favelas da Cedae (Proface), de 1983, e o Cada Família um Lote, do mesmo ano, levariam para as favelas água, luz, escolas, creches e postos de saúde⁸³. Neste contexto, Helena afirma que, quando as autoridades começam a vislumbrar a retirada dos moradores por conta do rompimento da adutora, na qual a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) não fazia nenhuma manutenção há 40 anos, a comunidade teria “tirado de dentro uma indignação” - “Não, não queremos sair daqui. Chega dessa história de ser removido. É removido porque teve enchente, é removido porque construiu conjunto não sei onde,

⁸² O projeto teve início em março de 2011, realizado em conjunto pela União Ativista Defensora do Meio Ambiente (UADEMA) e pela Coordenadoria de Cooperação Social/Presidência da Fundação Oswaldo Cruz. Propõe construir junto com os moradores e os movimentos sociais locais uma exposição itinerante a percorrer Manguinhos sobre a história da ocupação e dos movimentos sociais neste território. Disponível em: <http://www.territorioemtranse.com.br/> Acessado em 15/03/2014.

⁸³ Em 1992, o Plano Diretor da Cidade consolida a ideia de um programa global de integração das favelas à cidade (BURGOS, 2006), tornando-as “bairros populares”. O plano destacava a necessidade de construção de moradias populares e de regularização fundiária nas favelas, além de defender a urbanização das mesmas, em um processo que deveria contar com a participação dos moradores. Das diretrizes contidas no plano, surgiu o Favela-Bairro.

sempre removido, chega”. O intermediário que estava negociando com os moradores abre uma brecha, ao perguntar para onde, então, eles queriam ir. Os moradores se dividem e buscam no próprio Manguinhos um local para onde os prédios poderiam ser construídos. Um grupo encontra um “espaço”, que não sabiam de quem era, e na próxima reunião levam o caso ao representante da secretaria, que se encarrega de fazer um levantamento. O terreno pertencia à Embratel, que, interessada em um terreno na Barra da Tijuca, propôs à Prefeitura do Rio a realização da permuta, o que acaba ocorrendo.

O resultado das negociações veio com a construção de dois conjuntos habitacionais, Nelson Mandela (1990) e Samora Machel (1991), na Avenida Leopoldo Bulhões, entre o Rio Jacaré e o Canal do Cunha, próximos à Embratel e à ECT. Além dos moradores de áreas de risco relacionadas à adutora da CEDAE e às redes de alta tensão da LIGHT, os conjuntos, construídos com recursos do BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial), foram destinados também às vítimas das enchentes de 1988. As intensas chuvas de 1988 fizeram com que os leitos dos rios Faria-Timbó e Jacaré se encontrassem, o que inundou grandes áreas em Manguinhos. Moradores perderam suas casas, móveis e eletrodomésticos. Cadastrados pela Prefeitura, foram encaminhados temporariamente para abrigos até a conclusão, em 1991, da construção do Conjunto Habitacional Nelson Mandela. As 884 unidades do conjunto constituíam-se de casas geminadas, duas a duas, compostas por banheiro e apenas mais um cômodo que comportaria também a cozinha (TRINDADE, 2012:64).

Hoje a comunidade conta com um número de edificações bem maior, resultado da ampliação das residências originais, além das casas que foram erguidas nas áreas

livres do conjunto. À época da entrega do conjunto, houve críticas devido ao tamanho mínimo das habitações, o que levou a uma série de negociações em relação ao Conjunto Habitacional Samora Machel, destinado a moradores de áreas de risco no Jacarezinho e em Ramos. Com a alteração nas obras, as casas foram ampliadas, ganhando uma área interna maior - passaram a ser compostas por sala, quarto, cozinha, banheiro, além de quintal. Com o passar dos anos, o conjunto também ganhou novas edificações, resultado de ocupações irregulares. As vítimas do incêndio de 1989 no Parque João Goulart e no CHP2, no entanto, não conseguiram se manter no mesmo território. O incêndio destruiu aproximadamente 80 casas, com a transferência das famílias para barracões provisórios em um terreno próximo ao CIEP Juscelino Kubitschek. Em 1992, os atingidos foram levados para o Conjunto Habitacional Parque das Missões⁸⁴, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.

A construção dos conjuntos Nelson Mandela e Samora Machel facilitou a ocupação em áreas próximas, e os anos seguintes assistiram à criação de mais quatro comunidades em áreas vizinhas à Embratel, à ECT e à Conab: Mandela de Pedra (1995), Embratel/Samora II (2001), Vitória de Manguinhos/Conab/Cobal (2002) e Embratel II (2007). Ao destrinchar a história de cada comunidade, Fernandes e Costa (2012) indicam que a Mandela de Pedra surgiu com a invasão de parte de um terreno que estava sendo negociada pela Prefeitura com a Embratel e a ECT para a construção de mais um conjunto habitacional, que acabou não sendo erguido. Localizava-se na Mandela de Pedra uma das áreas mais precárias de Manguinhos, a Avenida Atlântica, uma rua às margens do Canal do Cunha, onde os barracos de madeira, equilibrando-se em palafitas, invadia o Canal, assoreado por lixo e esgoto. As casas foram removidas no

⁸⁴ Disponível em <http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/?q=node/15>. Acessado em 08/01/2015.

contexto do PAC Manguinhos. A Embratel, ou Samora II, foi organizada, segundo relatos da população local, por lideranças da Mandela de Pedra que invadiram um pedaço do terreno da Embratel. Em novembro de 2002, assistiu-se a uma nova ocupação em Manguinhos, desta vez dos galpões da Conab, onde foi fundada a Comunidade Vitória de Manguinhos. Os moradores também provinham da Mandela de Pedra, de áreas próximas à linha do trem. Dentro dos galpões, providos de instalações de água e esgoto, foram construídas casas. Parte da CONAB também foi removida no contexto do PAC Manguinhos.

Moradores da Mandela de Pedra teriam liderado, ainda a ocupação de outra parte do terreno e de galpões da Embratel, que já estava desativada, fundando a Embratel II. As moradias, no entanto, limitavam-se à área externa dos galpões, que não foram ocupados. Dentro deles foram instalados uma quadra de futebol improvisada, um local para a prática de capoeira e um local de apoio para catadores de lixo. Estas últimas ocupações se relacionam com a retirada das empresas da região, que provoca o aparecimento de uma série de ruínas fabris e galpões abandonados. Mais uma vez, o destino de Manguinhos estava vinculado às fábricas, mas, desta vez, à decadência das mesmas. São as favelas fabris de Cavalcanti, Fontes e Blank (2012), grandes fábricas e galpões ocupados e transformados em espaços para moradia, como Embratel, Coca-Cola, Gráfica Bloch, Poesi, Skol e a própria CCPL.

Diante dessas trajetórias, um dos meus entrevistados se arrisca em afirmar que “Manguinhos todo é fruto de remoção”. Com a exceção do Amorim, que reúne funcionários que construíram o castelo da Fundação Oswaldo Cruz e imigrantes europeus, todas as outras comunidades se formaram devido a remoções. “Todos vieram de algum lugar, e até pessoas que vieram do Nordeste para cá e ficaram rodando aqui

por dentro. Manguinhos foi fruto de remoção pra dentro, e remoção para fora. Estão o tempo todo revirando Manguinhos”. A CCPL também seria revirada, em uma remoção para dentro. Ou uma remoção para o mesmo lugar.

Parte II

Da Favela ao Conjunto

Capítulo III

A “Nova” CCPL

3.1 Sua casa vai sair

“A palavra que me vem à cabeça é remoção. Eu não consigo pensar em realocado. Talvez eu esteja até errada, talvez seja realmente uma realocação, porque a gente voltou para esse lugar, que não é mais o mesmo lugar. Diferente até do [Conjunto Habitacional] Nelson Mandela, que não era o nosso lugar. Esse é o nosso lugar. Mas, no contexto que o Rio de Janeiro está vivendo, o que está acontecendo são remoções. Mesmo me incomodando, mesmo não querendo trazer essa palavra de volta, mas é a palavra” [Helena].

Pesquisadora de Manguinhos e com histórico de envolvimento na luta por moradia na região, Helena retoma a palavra “remoção” para definir o processo de retirada dos moradores da favela fabril. Apesar de o projeto desenvolvido para a CCPL prever a volta dos moradores para aquele mesmo local, da notificação à retirada dos moradores, do período no aluguel social à ansiedade à espera pela nova casa, os moradores viveram etapas semelhantes a um processo de remoção. A favela, em si, foi removida – as casas que ali existiam foram demolidas, derrubadas, tiveram um fim. Os moradores foram de fato removidos de suas casas, construídas por ele mesmos, destino de indenizações, de décimos terceiros salários, de anos de dedicação. As ruínas continham partes de pisos, paredes pintadas, ladrilhos do que foi um banheiro, do que

foi uma cozinha. Tiveram a tarefa de procurar uma nova casa, provisória, se mantiveram nela por quatro anos, até receberem a nova moradia. Um processo de perda e ganho, inicialmente temido por conta das incertezas geradas.

Helena afirma que, por conta de todas as “remexidas” que Manguinhos e os próprios moradores passaram, há um medo da remoção. A cena se repete: todas as vezes que alguém que é identificado como um estranho começa a circular, “vem esse fantasma”. Aquele morador com mais coragem se aproxima e pergunta: “Vocês são do Estado? Ou do Município?”. E a pergunta que vem logo em seguida, é: “Minha casa vai sair?”. “É uma espada que paira na cabeça dos moradores”, afirma a pesquisadora. A notícia de que a CCPL “iria sair” foi recebida de diferentes modos pelos moradores. Enquanto alguns receavam que o projeto não rendesse frutos, outros acreditavam fielmente em uma melhoria das condições de moradia. Claudio, morador há dez anos da CCPL, afirma que, no começo, “ninguém acreditava. As pessoas falavam: ‘Vai sair nada’. Eram pessoas com pouca fé. Quando chegou o dia de o homem poder falar, aí todo mundo levou fé de que isso aqui ia sair”. O homem, no caso, é Sérgio Cabral, então governador do Estado. E o dia foi o da inauguração do condomínio do DSUP, em 22 de dezembro de 2009. Helena recorda as palavras do político em seu discurso: “Amanhã, estaremos ali mesmo, vizinho de vocês, na CCPL”. Os rumores que já tinham corrido naquele ano todo se confirmavam. “É no final de 2009 que se diz claramente que a CCPL vai entrar [no PAC], porque até então estava aquela dúvida, a [Dona] Cândida [Vice-presidente da Associação de Moradores] brigando muito. As autoridades que vinham do Governo do Estado diziam que a CCPL não estava incluída, e a Dona Cândida brigava, maltratava e era maltratada, sempre foi firme nisso”, afirma a moradora. Maria Lúcia, com muitos de seus 79 anos vividos em situação de

vulnerabilidade da moradia, afirma que recebeu esta confirmação “com muita alegria no coração”.

“Falei: Meu Deus, eu nunca tive uma casa minha. Porque eu tinha casa, mas era dos outros. Casa alugada não é da gente. Eu falava assim: no dia que botarem uma chave na minha mão, minha casa, eu vou me ajoelhar no chão, e vou orar a Deus. E foi assim que eu fiz. É uma alegria, mas uma alegria diferente [se emociona]”.

A costureira Daiane conta que era a vez de ter o “cantinho próprio”: “Não era aquele lugar que era invasão, que todo mundo censurava, minha família falava”. A jovem Fernanda é enfática ao contar como foi sua reação: “Falei: ‘Graças a Deus, né? Sair desse inferno’”. Já Maria Julia, ex-moradora de Rocinha, Manguinhos e Arará, teve a sensação de que um sonho, enfim, seria realizado. “Eu sempre sonhei ter um apartamento do jeito que eu consegui. Dizia: ‘Tenho certeza que um dia ainda vou morar num apartamento de dois quartos’. E consegui um apartamento do jeito que eu sempre sonhei”. A doceira Marisa, dez anos de CCPL, estava mais cética. Mesmo após o anúncio de Cabral e a posterior visita de Pezão à comunidade, quando o vice-governador “falou que ia mudar nossas vidas”. “Sinceramente, eu não acreditei. Eu pensei que era mais um que queria voto. Eu via sempre no jornal, na televisão: ah, deram uma casa. Eu não acreditava. Tanto que quando eu vi esse homem, eu falei: que mentira. Vai enganar outro, a mim, não”, ressalta. A possibilidade da retirada da favela também traz, para Helena, “um turbilhão de emoções muito forte. Porque a gente não sabe por onde vai começar esta remoção, quem vai sair primeiro, quem vai sair depois”. Daiane endossa: “Depois que começaram a falar que ia sair, a gente ficava desesperado, porque sabia que ia sair, [mas] como é que ia fazer?”.

O primeiro passo era cadastrar as famílias, algo que começou a ser feito pela Associação de Moradores, em maio de 2010, em antecipação ao trabalho formal que

seria realizado pela equipe do Trabalho Social do PAC. O cadastro consistia em fichas preenchidas à mão, com fotografias e cópias da identidade e do CPF dos chefes de família. A antecipação do cadastro teria ainda como objetivo, segundo a própria Associação, evitar fraudes, com o aparecimento de novos “moradores” do dia para noite para que pudessem receber os benefícios do governo. Ruth Jurberg elogia a organização da Associação, capitaneada por Dona Cândida – “com ela não havia essa questão de duplicidade, dar para o marido, dar para a mulher...”. O Governo do Estado enfrentou problemas de cadastro em algumas comunidades, como a duplicidade relatada por Ruth e cadastramento de pessoas que não eram moradoras dos imóveis a serem realocados.

Na EMOP, acompanhei uma reunião sobre uma comunidade – que prefiro não especificar – em que moradores que não tinham sido cadastrados formalmente no Censo, mas que alegavam que possuíam moradias ali, sentavam-se um a um na ponta de uma mesa, onde estavam representantes da EMOP e da própria comunidade. Os moradores falavam como eram suas casas, informação que era confrontada com as fotos realizadas de cada moradia no levantamento fotográfico do Censo, e contavam o motivo de não terem sido cadastradas. Cada história era checada com os líderes comunitários, que indicavam se eram moradores ou não. Na maioria dos casos, ao fim da reunião, os moradores foram cadastrados e tiveram o direito de obter o apartamento construído pelo PAC. Algumas pessoas não tiveram suas histórias confirmadas e não foram cadastradas. O cadastro do morador nas comunidades com obras do PAC era um momento delicado, em que poderia haver fraudes, como a inserção de não moradores. Para a coordenadora do Trabalho Social do PAC, o trabalho da Associação de Moradores da CCPL merecia elogios, mas o Governo do Estado não deixou de conferir o cadastro posteriormente, em uma tentativa de tentar identificar possíveis fraudes.

A Associação de Moradores da CCPL, no momento do cadastro realizado por ela, já questionava os moradores sobre que opções queriam. Seguindo orientações do Ministério das Cidades, o Governo do Estado, nas realocações realizadas por ocasião das obras do PAC, oferecia aos moradores três opções: indenização [compatível com as características do imóvel], compra assistida [compra de outra casa em qualquer local do Estado do Rio de Janeiro] e um apartamento a ser construído pelo PAC [mantendo-se no aluguel social enquanto a moradia não estivesse pronta]. Para Ícaro Moreno, as três alternativas – novo apartamento, compra assistida e indenização – procuravam dar mais opções ao morador. Na prática, apesar de serem apresentadas estas opções aos moradores a serem realocados, em alguns casos o valor da indenização era tão irrisório – e consequentemente, o valor da compra assistida - que o apartamento era quase que o único caminho a adotar. O complicado trâmite burocrático para a compra assistida também afastava os moradores desta opção. A burocracia, principalmente devido à regra da Caixa de que o imóvel deveria estar registrado e em área formal, estava levando o Governo do Estado a pensar no fim desta opção nos projetos do chamado PAC 2, a segunda fase do PAC. A Prefeitura do Rio já estava usando somente as opções indenização ou apartamento construído em realocações do Morar Carioca.

A empregada doméstica Maria Morena só acreditou que a CCPL iria sair neste momento, quando Dona Cândida veio perguntar a ela que opção escolheria – “Porque ninguém fala as coisas assim, em vão”. Ela consultou a líder comunitária sobre que decisão tomar. “Ah, para você, o aluguel social, porque você sai, e depois você volta. Ninguém sabe quando, mas vai voltar”. E então Maria pensou que, se optasse pela indenização, sem ter onde morar, voltaria para o aluguel. “Eu, já com uma certa idade. Daqui a pouco não posso mais trabalhar, vou pagar aluguel?”. Helena conta que seu

irmão escolheu a indenização. Desempregado, decidiu pegar o dinheiro e comprar um terreno na Região dos Lagos, onde recomeçaria a vida. Já Helena conseguiu convencer a mãe a não fazer o mesmo: “Eu via as condições. Sabia que se a gente pegasse a indenização ia ter que ir para uma favela ainda pior. Não haveria condição de a gente encontrar lugar com o valor que nos dessem, e compra assistida, nem pensar, a gente não tinha feito um investimento que justificasse”. Este investimento citado por Helena seria o investimento no imóvel, pois o valor da compra assistida é calculado com base na estrutura do imóvel, como será visto adiante. Na CCPL, as casas construídas ao redor das ruínas das fábricas, como eram os casos de Helena, sua mãe e seu irmão, apresentavam baixo valor construtivo, não configurando altos valores de indenização e compra assistida. Dentro das ruínas, o cenário não era diferente. Neste contexto, o valor médio de indenização na CCPL era de R\$ 9 mil, insuficiente para se adquirir um imóvel nos bairros vizinhos, já que a região de Manguinhos passava por especulação imobiliária devido às intervenções urbanísticas realizadas na região e ao próprio valor do aluguel social que era pago pelo Governo do Estado. Baixos valores de indenização / compra assistida levaram a grande maioria dos moradores a optar pelo novo apartamento construído pelo PAC, com o qual conseguiriam se manter na região.

Prova disso eram as fichas com os dados dos moradores, que ficavam em cima da mesa da principal sala da Associação, separadas por pilhas segundo a escolha dos chefes de família. Visível a quem entrasse e depois confirmadas pelos números oficiais do Governo do Estado, a pilha dos moradores que escolheram o apartamento era a maior delas. Além dos motivos já mencionados, o presidente da EMOP, Ícaro Moreno, afirma que o Governo do Estado não incentivou a indenização, dando prioridade a uma nova casa para aquela família, através do apartamento do PAC. Edwaldo Lameira,

gerente das obras do PAC, ressalta que inicialmente os moradores das áreas de intervenção de Manguinhos tinham medo de optar pelo apartamento porque teriam que se manter no aluguel social por dois anos (ou mais), aguardando a conclusão das obras, o que gerava insegurança. Este cenário teria mudado após a inauguração do DSUP, o primeiro conjunto a ficar pronto. A percepção era de que a conclusão daquela obra mostrou aos moradores que os projetos teriam continuidade.

“Com o tempo, eu procurava sempre aquelas pessoas que eu via que tinham filhos, eu forçava para que eles escolhessem, com toda a resistência, o apartamento. Mas eles não acreditavam que ia sair, então eu empenhava minha palavra, ‘confia em mim’. ‘Ah, mas não se pode confiar no governo’. ‘Não, está tudo certo para sair, escolhe isso, se você quer mudar sua vida, realmente, escolhe o apartamento’. A resistência era muito grande” [Edwaldo Lameira].

Na CCPL a opção pelo apartamento foi maciça. Ruth Jurberg explica esta escolha:

“Tem dois fatores para isso: um, é pela precariedade, ou seja, quem mora muito precariamente, em barraco, ou dentro de um galpão, vê na nova moradia do Minha Casa Minha Vida uma oportunidade de começar uma vida nova. Se ele fosse receber indenização ou compra assistida, ele receberia R\$ 20 mil, e com R\$ 20 mil ele só replica este modelo de favela em outro lugar. E por isso ele escolhe [o apartamento]. E outro motivo, é que mesmo as famílias que têm um valor um pouco melhor, dentro do Estado não é ágil o processo de compra assistida. É muito burocrático, então a compra demora a sair. E ainda tem especulação: quando o cheque sai, o morador não consegue mais pagar pela casa, e aí ele não quer mais [a compra assistida]”. [Ruth Jurberg]

Segundo dados do Trabalho Social, das 1283 famílias residentes no local, 1122 optaram pelo apartamento, 140, pela compra assistida, e apenas 21, pela indenização. Marina Moraes, advogada responsável pelo processo de realocações, afirma que estes últimos ou eram moradores que queriam voltar para seus estados de origem, ou simplesmente não queriam continuar na CCPL⁸⁵. Mas esta opção quase unânime pelo

⁸⁵ Na CCPL havia, ainda, a questão dos galpões dos distribuidores, localizados na área do terreno à frente do Viaduto de Benfica. Separados por um muro do que era considerada a favela da CCPL, os galpões foram enquadrados, segundo Marina Moraes, como áreas formais. A negociação, no entanto, esbarrou na

apartamento criou um problema até hoje não solucionado. O condomínio comportará somente 728 apartamentos. Com as 132 famílias já realocadas em 2010 nos Condomínios Palmeiras (95) e Acácias (32), no Complexo do Alemão, mais DSUP (03) e Embratel (02), restavam 991 para o condomínio construído no terreno da fábrica. Na primeira fase, somente 564 apartamentos foram entregues. O que significa que 427 famílias, quatro anos após a implosão da antiga fábrica, ainda se encontram no aluguel social, sem prazo para a obtenção da casa própria – com base no projeto aprovado, 164 voltarão para a CCPL nos nove blocos que restam a ser construídos; outras 78 já foram encaminhadas para condomínios do MCMV no Complexo do Alemão, e 185 ainda aguardam definição de seus destinos, provavelmente para novos conjuntos habitacionais a serem erguidos no Jacarezinho como parte do PAC 2. Esta distribuição significa que 56,7% dos moradores da CCPL continuarão no mesmo local de moradia. Se considerarmos somente o universo das famílias que optaram por um apartamento do PAC, esta proporção cresce para 65%.

No início do segundo semestre de 2010, os agentes do Trabalho Social do PAC começaram a fazer seu próprio cadastramento, seguindo procedimentos preconizados no Caderno de Orientações do Trabalho Técnico Social (COTTS), do Ministério das Cidades. Assim como a CHISAM fazia, dividindo “a favela em setores, a fim de facilitar o trabalho dos entrevistadores, numerando-se os barracos de cada setor” (VALLADARES, 1978:54), o primeiro passo do Trabalho Social em campo foi a realização do arruamento, com definição das ruas e marcação das casas em numeração contínua, com tinta spray. Em seguida, as famílias eram cadastradas casa a casa. A

negativa dos distribuidores em fechar os valores de indenizações, já que cobravam direitos trabalhistas que não foram cumpridos pela CCPL (empresa). A advogada explica que esta negociação fugia à alçada do trabalho social com fim de realocação de moradia irregular. Ícaro Moreno afirma que, ao final, diante do impasse, entrou com as máquinas para fazer a demolição, na companhia do BOPE.

equipe do Governo do Estado conferiu o cadastro inicial feito pela Associação, tanto em relação ao número de casas como em relação à opção realizada por cada uma das famílias. A coordenadora do Trabalho Social no PAC Manguinhos, Júlia Coelho, destaca o fato de que as fichas da própria Associação tinham foto de morador, enquanto as do Estado não têm. “Ela [Dona Cândida] sabia exatamente quem morava na CCPL. Sabia o nome de cada pessoa, sabia desde quando ela estava lá, se estava contribuindo para a Associação, se não estava, o que a pessoa fazia, com quem morava”, afirma.

Para a coordenadora, este trabalho prévio acabou facilitando o cadastro do Governo do Estado. “Nós já tínhamos uma noção de mais ou menos quantas famílias tinham, de quantas pessoas. Então, foi bem próximo do cadastro dela, mas foi tudo refeito dentro do modelo que nós criamos”. Este modelo exigia mais informações do que a Associação possuía, como o perfil econômico das famílias, uma informação que indicaria as necessidades dos moradores e poderia nortear um futuro projeto de geração de trabalho e renda. “Então nós pegamos o máximo de informações, para traçar o perfil dessas famílias, e poder fazer toda a programação do trabalho social. O cadastro é só uma ponta. É importante, essencial, mas é só o primeiro passo do trabalho social com uma comunidade”, destaca Júlia.

O segundo passo era o cadastramento da casa, com levantamento físico e fotográfico do imóvel. A equipe mediu todos os cômodos e tirou foto dos mesmos, um a um, para a realização do enquadramento do imóvel no Decreto Estadual Nº 43415, de 10 de janeiro de 2010, que estabelece valores por metro quadrado e pela qualidade construtiva, considerando os índices da construção civil⁸⁶. Marina Moraes, advogada da EMOP responsável pelas realocações, explica como se chegava ao valor final

⁸⁶ O Decreto Estadual Nº 43415 “aprova as diretrizes para a demolição de edificações e realocação de moradores em assentamentos ou bairros populares e dá outras providências”.

apresentado às famílias no momento da negociação.

“Por exemplo, qual o valor do metro quadrado para uma casa de padrão mediano, que tem alvenaria, que tem laje, então o valor é x. Qual o valor do metro quadrado de uma casa feita de estuque? -X, porque vai ser menor, obviamente, daquela feita de laje. Toda vistoria, avaliação, é feita pontualmente. Porque uma casa tem um quarto lindo, maravilhoso, uma cozinha espetacular, mas a sala, o morador não quis investir. Então a casa dele será avaliada por este ponto. Se a cozinha é bacana, vai ter o enquadramento bacana dela. Se a sala não tem um bom padrão construtivo, vai entrar no enquadramento daquilo que não tem um padrão construtivo também. No final, você tem um valor. Mediante este valor, vamos conseguir, enfim, fazer a adequação de quanto essa família vai ganhar”.

O decreto estabelecia valores para edificações de alvenaria – no osso (parede sem revestimento), simples (emboçada, revestida de argamassa) e especial (revestimento cerâmico ou similar nas paredes, emassada) –; de madeira ou outros (estuque, lata, etc). O piso pode ser simples (terra, cimentado, vermelhão etc) ou revestido (taco, revestimento cerâmico, tábua corrida etc). A cobertura pode ser um telhado ou forro [Imagem 6]. Mediante este enquadramento, era gerado o valor de indenização ao qual o morador tinha direito [Imagem 7]. A este valor era gerado um acréscimo caso a opção fosse pela compra assistida [Imagem 8].

IMAGEM 6



PÓDER EXECUTIVO

ANEXO 1

GOVERNO DO
**Rio de
Janeiro****FICHA CADASTRAL – TITULAR**

Cidade:	Evento:
Bairro/Comunidade:	Cadastro nº:

1. IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR

Nome:		Contato:	
Endereço:			
Profissão:			
Naturalidade:			
Estado Civil:			
Nº NIS:			
Identidade:	CPF:	Nasc. : / /	UF:
Nome/ Companheiro (a):		Contato:	
Identidade:	CPF:	Nasc. : / /	UF:
Nome da mãe:			

2. IDENTIFICAÇÃO DO (A) INQUILINO (A)

Nome:	
Contato:	CPF:

3. CARACTERÍSTICAS DA EDIFICAÇÃO

Nº. de pavimentos:	Nº. de ocupantes:	Uso:
--------------------	-------------------	------

[illegible]

4. CÁLCULO DA AVALIAÇÃO:

Valor R\$:	
------------	--

IMAGEM 7



PODER EXECUTIVO

ANEXO 2

Tabela de avaliação de benfeitorias

Tipo	Características das benfeitorias existentes	Valor Máximo (R\$) para compensação financeira
1	Madeira ou Mista até 30m² - sem instalações	Por m² ou até 5.000,00
2	Madeira ou Mista / estuque - com instalações	130,00/m²
3	Estuque / telha cerâmica - com instalações	180,00/m²
4	Alvenaria sem laje - com telhado-sem instalações - com ou sem emboço	270,00/m²
5	Alvenaria sem laje - com telhado-com instalações - com ou sem emboço	290,00/m²
6	Alvenaria sem laje - com telhado-com instalações - com revestimento no piso ou parede	300,00/m²
7	Alvenaria sem laje - com telhado-com instalações - com revestimento especial no piso e parede	330,00/m²
8	Alvenaria com laje ou telhado com forro ou com telha cerâmica - sem revestimento - sem instalações com ou sem emboço simples	350,00/m²
9	Alvenaria com laje ou telhado com forro ou telha cerâmica - sem revestimentos - com instalações/ com esboço simples / Sistema	390,00/m²
10	Alvenaria com laje ou telhado com forro ou telha cerâmica - com instalações-revestimento no piso - sem esboço	390,00/m²
11	Alvenaria com laje ou telhado com forro ou telha cerâmica - com instalações - revestimento na parede ou piso	430,00/m²
12	Alvenaria com laje ou telhado com forro ou telha cerâmica - com instalações-revestimento no piso e na parede	460,00/m²
13	Alvenaria com laje ou telhado com forro ou telha cerâmica - com instalações - revestimento especial	520,00/m²
14	Alvenaria com laje ou telhado com forro ou telha cerâmica - com instalações - com acabamentos de primeira qualidade interno	590,00/m²
15	Alvenaria com laje ou telhado com forro ou telha cerâmica - com instalações - com acabamentos de primeira qualidade interno e externo	780,00/m²
16	Muro de alvenaria sem emboço	50,00/m²
17	Muro de alvenaria com emboço	80,00/m²
18	Pavimentação simples /escada descoberta sem revestimento	80,00/m²
19	Pavimentação especial / escada descoberta com revestimento/ Piscina	120,00/m²



PODER EXECUTIVO

20	Alicerce	120,00/m²
21	Terraço / Varanda descoberto com mureta e escada de acesso - sem revestimento	120,00/m²
22	Terraço / Varanda descoberto com mureta e escada de acesso - com revestimento	160,00/m²
23	Terraço / Varanda coberto com telhado, mureta e escada de acesso	180,00/m²
24	Terraço / Varanda coberto com telhado, mureta e escada de acesso e piso revestido.	220,00/m²
25	Terraço / Varanda coberto com laje, mureta e escada de acesso / Telha alumínio com estrutura metálica.	270,00/m²
26	Terraço / Varanda coberto com laje, mureta, escada de acesso e piso revestido / Telha alumínio com estrutura metálica com piso revestido	330,00/m²
27	Alvenaria / Ponto de telhado.	200,00/m²
28	Alvenaria / Ponto de laje.	220,00/m²
29	Estrutura de concreto armado.	590,00/m³
30	Cobertura de telhas de fibrocimento / amianto.	80,00/m²
31	Terrenos utilizados para desenvolvimento de atividades econômicas.	45,00/m²

Obs.:

1 - O valor da avaliação da benfeitoria, bem como o valor máximo para a compra de outra benfeitoria, poderá ser acrescido em até 80% dependendo da localização no que diz respeito à acessibilidade e disponibilidade de serviços ou das condições físicas e estruturais de cada benfeitoria.

2 - Poderá ser aplicada uma redução de até 50% do valor da avaliação da benfeitoria decorrente de depreciação pelo estado de conservação ou de cálculo de área equivalente a ser considerada pelo estado de conservação ou de cálculo de área equivalente a ser considerada.

3 - Quando as características da benfeitoria forem muito diversas das constantes na tabela de avaliações (Anexo 2) poderá ser utilizado o Sistema de Custos para Obras e Serviços de Engenharia SCO-RIO, para a obtenção do custo de construção da benfeitoria que será a base da avaliação, bem como utilizar o Índice EMOP caso seja necessário, ou ainda utilizar avaliações da PGE-RJ.

IMAGEM 8



PODER EXECUTIVO

ANEXO 4

Tabela para aquisição de outra moradia – COMPRA ASSISTIDA
Valor máximo p/ compra de outra benfeitoria – Valores em reais. (R\$)

Avaliação da benfeitoria em Reais (R\$) a ser demolida			Valor máximo em Reais (R\$) para a compra de outra benfeitoria
Até		12.000,00	25.000,00
12.000,00	a	14.500,00	29.500,00
14.500,00	a	17.000,00	32.000,00
17.000,00	a	19.500,00	34.500,00
19.500,00	a	22.000,00	37.000,00
22.000,00	a	24.500,00	39.500,00
24.500,00	a	27.000,00	42.000,00
27.000,00	a	29.500,00	44.500,00
29.500,00	a	32.000,00	47.000,00
32.000,00	a	34.500,00	49.500,00
34.500,00	a	37.000,00	52.000,00
37.000,00	a	39.500,00	54.500,00
39.500,00	a	42.000,00	57.000,00
42.000,00	a	44.500,00	59.500,00
44.500,00	a	47.000,00	62.000,00
47.000,00	a	49.500,00	64.500,00
49.500,00	a	52.000,00	67.000,00
52.000,00	a	54.500,00	69.500,00
54.500,00	a	57.000,00	72.000,00
57.000,00	a	59.500,00	74.500,00
59.500,00	a	62.000,00	77.000,00

Como já explicitado, em comunidades com baixo padrão construtivo, o valor pago, aliado com a especulação imobiliária que acontecia ao redor, não costumava permitir ao morador comprar um imóvel no mesmo local ou próximo da moradia original. Marina Moraes afirma que nestes casos o apartamento geralmente apresentava um padrão melhor do que a moradia original – “Um apartamento padrão tem de 42 a 45 metros quadrados, enquanto o morador vive com oito, nove pessoas em vinte metros quadrados” –, o que o levava a fazer esta opção. Por outro lado, na Rocinha e no Complexo do Alemão, a equipe lidou com trechos de “padrão construtivo excelente. Moradia de três, quatro quartos, todos com suíte, 80, 100 metros quadrados”. O morador destes imóveis questionava o tamanho e o padrão do apartamento oferecido, e acabava optando pela indenização ou pela compra assistida. “Eu senti isso. Em Manguinhos, a preferência foi 80% pelo apartamento, e na Rocinha e no Alemão, 80% pela compra assistida”, afirma a advogada. Ícaro Moreno afirma que, nestes casos, o decreto amplia as oportunidades para os moradores, porque a “pessoa acha que [o imóvel] vale tanto, e às vezes valem mais”.

O decreto ainda “explica as situações possíveis de enquadramento de cada um, porque não é uma regrinha de dois, não é uma coisa simples”, afirma Marina Moraes. “Às vezes você encontra imóveis alugados, emprestados, com cinco, seis famílias morando juntas, uma série de questões, e ele vai dando uma regra para cada uma”. Quando a pessoa possuía mais de um imóvel, por exemplo, só tinha direito a receber uma unidade habitacional, e pelos outros imóveis recebia uma indenização, como previsto no decreto. A percepção era de que a pessoa só poderia viver em uma moradia, e por este motivo receberia apenas uma unidade. Há, no entanto, críticas a esse ponto que ressaltam o investimento realizado por moradores em imóveis que gerariam renda

de aluguel para os mesmos, que se perde no momento da realocação.

A EMOP tomou a decisão de realizar estas negociações em canteiros sociais instalados próximos às comunidades, ou, de preferência, dentro da própria comunidade. Marina Moraes explica que esta foi uma alteração realizada no decorrer do processo. No início, a negociação era realizada na própria EMOP, seguindo o modelo da Prefeitura, que não possui canteiros sociais e realiza a negociação na Secretaria Municipal de Habitação. Apesar da formalidade que o ambiente da empresa gerava, moradores começaram a se queixar devido à distância para os canteiros de obras, principalmente Rocinha e Complexo do Alemão. Os moradores alegavam gastos com transporte até a EMOP, localizada em São Cristóvão. Se o canteiro dentro da comunidade soluciona esta questão da distância, Marina indica um ponto negativo, já que retiraria a formalidade no momento da negociação do imóvel. No caso da CCPL, o canteiro social foi instalado no Centro Cívico do DSUP, no que foi chamado de “Casa Amarela” – uma estrutura instalada na metade amarela do grande galpão que deu origem à Biblioteca-Parque, pintada de roxo.

A equipe de negociação, segundo a responsável por ela, era multidisciplinar. “Você não tem que ser psicólogo, não tem que ser advogado, tem que ter o dom de lidar com o ser humano”. A advogada ressalta a preocupação das equipes no momento da negociação: “Nunca fechamos no primeiro atendimento, falamos: é isso que temos para oferecer a vocês, vai para casa, conversa com a sua família, vê qual é a melhor opção para vocês. (...) Nosso papel é escutar primeiro, e depois explicar todo o trâmite”. Quando o morador fazia a opção pela unidade habitacional, ele assinava um termo de compromisso e entrava em uma lista de espera pelo novo imóvel. Se a unidade já estivesse disponível, a realocação era imediata. Se a unidade não estivesse disponível,

ele recebia um aluguel social – de R\$ 250, corrigidos posteriormente para R\$ 400 –, pago mensalmente pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. O prazo para a liberação do imóvel era de três meses, a partir da vistoria, período no qual ele precisava encontrar uma nova casa. Se o morador fazia a opção pela compra assistida ou pela indenização, era aberto um processo administrativo interno, onde se solicitava a descentralização dos recursos para a Secretaria de Estado de Obras. Este processo para a liberação dos recursos levava de três a cinco meses, período que o morador também tinha para procurar o imóvel a ser comprado. Assim que o recurso era liberado, o morador tinha quinze dias para liberar o imóvel. “Liberar” o imóvel significava esvaziá-lo, porque a etapa seguinte era a demolição.

Se o morador não entrasse em acordo – ou seja, não quisesse sair do imóvel –, era aberto um processo administrativo, com a Procuradoria Geral do Estado. Marina detalha o trâmite: “É realizada a publicação de um decreto que vai tornar aquela área de interesse social ou de utilidade pública. Na verdade, dos dois, porque tem tanto o interesse de uma comunidade como um todo, quanto a necessidade de instalação de um equipamento público”. O passo seguinte era uma ação judicial de desapropriação em que se discutiam valores. “Nós pedimos emissão provisória da posse, e morador depois vai discutir valores”. Para isso, ele precisava constituir advogado e enfrentar o processo na Procuradoria⁸⁷.

À medida que as negociações foram avançando, e as decisões foram sendo tomadas, as casas eram marcadas novamente com tinta spray, indicando qual opção tinha sido feita e, finalmente, se a família já havia feito sua mudança [Imagem 9].

⁸⁷ A advogada calcula que foram de 12 a 13 casos como estes entre 6 mil desapropriações realizadas nos Complexos de Manguinhos, Rocinha e Alemão, além de Pavão-Pavãozinho/Cantagalo e Santa Marta. Apesar do número ser considerado “pífio” por ela, “é um número que faz diferença, porque a desapropriação formal leva tempo”, devido aos trâmites do Poder Judiciário.

Imagem 9



Fonte: EGP-Rio

3.2 A longa jornada das obras

As casas ficariam marcadas por um tempo. Os moradores encararam um período em que se depararam com a insegurança de seus destinos, até a saída de suas moradias originais, e posteriormente, durante as obras, conviveram com o sentimento da ansiedade. A primeira licitação para a obra foi realizada em 30 de junho de 2010, mas não houve interessados. A segunda licitação foi marcada para 07 de outubro do mesmo ano, e também não encontrou interessados. A Lei Nº 8666/93⁸⁸ estabelece uma

⁸⁸ A Lei Nº 8666/93 estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. No Artigo 24, o Inciso V indica que há dispensa de licitação “quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas”; e o Inciso VII estabelece que “quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional, ou forem incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes, casos em que, observado o parágrafo único do art. 48 desta Lei e, persistindo a

prerrogativa de contratação direta dos serviços ou obras públicas caso a licitação para os mesmos dê deserta (não encontre interessados) em duas ocasiões. Sendo assim, coube ao então Secretário de Estado de Obras, Hudson Braga, indicar a empresa que se tornaria responsável pela obra. A esta altura, com a saída dos moradores para os condomínios do Complexo do Alemão e dos que já haviam conseguido o cadastro no aluguel social, a CCPL estava apenas com a metade dos seus moradores. Os que moravam em casas mais precárias começaram a se mudar para as casas em melhores condições, cujos moradores já tinham se retirado. No fim de outubro, no entanto, problemas no pagamento dos aluguéis sociais fizeram com que alguns dos moradores voltassem para a antiga fábrica, o que prejudicava o processo de desocupação. Em dezembro de 2010, a EMOP anunciou o consórcio eleito para a construção do novo condomínio, o FW Gemon, formado pelas empresas FW Engenharia e Gemon. A demolição e implosão da antiga fábrica ficariam a cargo da Fabio Bruno Construções Ltda. A saída⁸⁹ de grande parte dos moradores acelerou a degradação dos prédios, com aumento do lixo e depredação das casas, atribuída aos usuários de crack que passaram a frequentar o lugar. A pesquisadora Helena lembra o processo de saída dos moradores:

“E começa a haver esse desmonte. Sai Dona Fulana, sai Seu Sicrano, sai não sei quem. (...) Fica aquela sensação: ‘Poxa, eu não, o que vai ser de mim, para onde vou, ou quando é que essa situação acaba’. E a gente vai ficando, e nisso que a gente vai ficando, a gente também vai sofrendo a consequência da saída dos outros, porque a luz vai ficando pior, a água fica pior. A mosquitada, parece que não tem tanta gente, então aumenta o número de mosquitos por pessoa, aumentam os ratos circulando, porque a casa ao lado está vazia, a outra também está

situação, será admitida a adjudicação direta dos bens ou serviços, por valor não superior ao constante do registro de preços, ou dos serviços”.

⁸⁹ Diante de uma questão levantada por uma moradora presente no Curso de Convivência, realizado antes da entrega das chaves, recordei que, apesar de todas as visitas realizadas à fábrica, não me deparei, de surpresa, com nenhuma mudança. Segundo esta moradora, uma das preocupações surgidas entre eles foi a realização das mudanças à noite. Seus pertences eram tão poucos e tão precários que eles não queriam que ninguém visse suas mudanças. Quando questionada se ninguém visitaria sua casa posteriormente, ela respondeu que em casa já teriam sido colocados lençóis em cima do sofá e do colchão surrado, enfeites na estante, o que disfarçaria esta precariedade.

vazia, então fica uma desolação. Andar pela CCPL fica uma coisa desoladora. E vai rolando o ano de 2010, até que em 22 de novembro, eu estava varrendo o quintal, a Cândida passa, e fala: ‘Avisa para a sua mãe que o seu nome e o dela vieram na lista’”.

Problemas no pagamento do aluguel social levaram novamente algumas famílias a retornarem à fábrica, impedindo seu esvaziamento definitivo. Esta crise encontrou seu auge em fevereiro de 2011, quando um pequeno grupo de moradores ateou fogo dentro de um dos prédios e tentou fechar a Avenida Dom Helder Câmara. Com efeitos quase nulos, o protesto se esvaziou rapidamente. A dispersão dos moradores nos imóveis alugados dificultava a união pelas reivindicações comuns. Em março, com a fábrica praticamente deserta, os únicos estabelecimentos comerciais ainda em funcionamento eram os três bares da principal área de convivência da favela. As tensões haviam aumentado visivelmente, a ponto de a associação de moradores permanecer fechada a maior parte do tempo.

A implosão da CCPL foi, enfim, marcada para o dia 15 de abril. Técnicos da EMOP já faziam visitas regulares à fábrica quando, inesperadamente, a implosão foi cancelada. Em julho, a Associação de Moradores estimava que restavam apenas cem famílias residindo na fábrica, a maioria delas que havia optado por compra assistida ou indenização. Em novembro, eram apenas trinta famílias, ainda à espera das indenizações. Marina Moraes indica que houve a necessidade de realizar uma reavaliação dos imóveis dos moradores que ainda estavam na comunidade devido à atualização do decreto. As negociações iniciais foram realizadas com base em um decreto publicado em 2008 que sofreu alteração em 2012, levando à revisão dos valores das indenizações e das compras assistidas. “Aqueles pessoas que tinham feito negociação em 2010 ou 2011, e em 2012 ainda não tinham buscado o cheque, não conseguiram encontrar imóvel, nós fizemos a atualização do decreto. Pegamos o

contrato de volta, e começamos de novo”, afirma Marina.

No dia 05 de dezembro de 2011, o Estado deu início ao processo de implosão. Máquinas tomaram conta do terreno demolindo as paredes dos prédios principais, deixando à mostra apenas as colunas, onde enfim seriam colocados os explosivos. O cenário parecia de filme de guerra, com aquela estrutura sendo totalmente destruída. Os usuários de *crack* logo se revelaram um problema, invadindo as ruínas para consumirem a droga. Em um dia de visita, acompanhei um colchão e outros pertences destes usuários sendo queimados diante das ruínas da fábrica, o que tornava a cena ainda mais devastadora [Imagem 10]. Uma montanha de escombros foi propositalmente deixada em frente ao prédio principal para que as máquinas pudessem chegar ao segundo andar da fábrica, concluindo a demolição dos imóveis que um dia abrigaram mais de mil famílias. Em 08 de janeiro de 2012, após uma contagem regressiva, o Vice-Governador do Estado, Luiz Fernando Pezão, acionou o dispositivo que colocou a fábrica abaixo, em segundos [Imagem 11].

Imagem 10



Fonte: própria autora

Imagem 11



Fonte: SEOBRAS

A próxima etapa consistiu no sorteio dos apartamentos, em abril de 2012. As 1122 pessoas que optaram pela unidade habitacional foram convocadas para o sorteio, realizado de forma aberta em Manguinhos. O sorteio foi realizado por grupos de prioridades, alocando os portadores de necessidades especiais (comprovadas por laudos médicos) nos apartamentos construídos para os mesmos (um por bloco, no térreo), e priorizando as unidades do primeiro andar para as famílias com idosos. Os segundo e terceiro andares foram sorteados juntos, para o restante dos moradores. Helena relembra que no Nelson Mandela, quando foi realizado o sorteio, os moradores foram separados por ruas. O responsável pelo sorteio adotou um critério de vizinhança, para que os vizinhos próximos continuassem próximos. “Quando saí de Manguinhos e fui para o Nelson Mandela, a minha vizinha que era assim ficou assim” – afirma, mostrando com as mãos a proximidade. “No DSUP, na Embratel, o vizinho que era aqui, está lá. Poxa,

minha mãe, que era parede e meia, eu estou num bloco, ela está em outro”. Uma das vizinhas, que realizou o último Natal com a família, ficou em um terceiro bloco. “Então, a gente fica distante, isso quebra laços. Era alguém que a gente se ajudava na hora de tomar conta de uma criança, na hora que tinha que fazer companhia a uma idosa”.

Como eram muitas pessoas, e a equipe do trabalho social não encontrou em Manguinhos um lugar que coubesse todo mundo, os sorteios aconteceram durante cinco dias, de manhã e de tarde, com os moradores divididos em grupos. Ao final daquela semana, todos os 728 chefes de famílias que receberiam as unidades habitacionais na própria CCPL já sabiam quais seriam seus apartamentos. Com isso, as 164 famílias que estão à espera da nova fase das obras já possuem um documento do Estado que comprova qual apartamento ganharão. O Trabalho Social foi suspenso logo após a realização do sorteio. “Nós preferimos, na época, fazer o sorteio para definir quais eram os moradores porque, como já estávamos em contato com eles, seria mais fácil realizar essa etapa logo do que deixar para quando a obra voltasse”, afirma Julia Coelho, responsável pelo Trabalho Social no PAC Manguinhos.

A previsão inicial era que o condomínio ficasse pronto ainda em 2012, após nove meses de obras. Depois da implosão, no entanto, somente a limpeza do terreno durou meses. Nesta etapa, o consórcio responsável pelas obras descobriu que a estrutura da fábrica era maior do que o esperado. As vigas de sustentação dos prédios estavam enterradas a metros de profundidade, e o trabalho de retirada das mesmas atrasou o início da construção dos prédios e encareceu a obra, obrigando o Governo a tomar a decisão de dividir a construção do condomínio em duas etapas – o primeiro contrato licitado seria usado para a construção dos primeiros 23 blocos e 564 apartamentos; e seria necessária a licitação de uma segunda parte da obra para a conclusão dos nove

blocos restantes, com mais 164 unidades. Os primeiros foram construídos do Viaduto de Benfica para trás; os que ainda restam serão erguidos na frente do Viaduto, onde se concentravam os galpões dos transportadores. O terreno ainda precisou ser aterrado, o que acabou acontecendo com o próprio entulho da demolição. Esta demora para o início da obra aumentou a ansiedade aos moradores. “Demorou muito, porque teve que preparar o terreno aqui. Demorou quase um ano. Aí depois, a obra foi rápida”, afirma Daiane. As fundações dos primeiros prédios começaram a ser instaladas mais de um ano após a implosão. A esta altura, a previsão de entrega das obras passou de junho de 2013 para dezembro de 2013. Em outubro daquele ano, no entanto, se os blocos da rua principal estavam praticamente finalizados [Imagem 12], dois deles, nas laterais, estavam apenas na fundação. Ao chegar dezembro, a entrega foi adiada novamente; desta vez, para abril de 2014. Ao fim, a inauguração aconteceu somente em 1º de junho daquele ano.

Imagem 12



Fonte: própria autora

3.3 A espera pela nova casa

Para a maioria dos moradores, a espera pelo apartamento do PAC durou quatro anos. Uma das etapas das entrevistas realizadas com os moradores procurava entender onde se operou esta espera, em termos geográficos, e em que condições: se em casa alugada, na casa de parentes, em imóveis com ou sem cobrança das taxas de serviço público. A permanência no entorno da CCPL foi clara entre os entrevistados desta tese – dos doze, apenas um deles não se manteve na região. Amanda me conta, na varanda de sua casa nova, que viveu a vida toda na Favela do Arará – “Nasci na [Maternidade] Fernando Magalhães, em São Cristóvão, e fui morar no Arará”. Ao sair da CCPL, continuou em Manguinhos: foi morar na Mandela, no intuito de manter as crianças na escola. A temporada de Fernanda e seus quatro filhos na Conab, na Avenida Leopoldo Bulhões, após a saída da CCPL, durou apenas oito meses. A favela também foi retirada pelo PAC, e a família voltou para o Arará, onde Fernanda também foi “nascida e criada”. A ansiedade da Daiane pela nova casa levou a costureira a encontrar uma casa dois meses antes de receber o primeiro aluguel social. Com seu próprio rendimento, ela alugou uma casa no Jacarezinho, onde moravam seus parentes. Foi um ano morando nesta primeira casa, e dois anos e cinco meses, em outra.

Claudio, empregado das obras, se mudou para o Complexo do Alemão, mas depois voltou para mais próximo do terreno, no Mandela e em Manguinhos. Maria Silvia e seu esposo, junto ao filho pré-adolescente, foram morar no Jacarezinho, perto da CCPL, com o propósito de não mudar as redes já estabelecidas – “Escola, meu trabalho, a mesma coisa”. Maria Julia, desempregada, e seu marido, trabalhador da CADEG, em Benfica, foram para o Arará, de onde ela havia saído para a CCPL. Maria

Rita, ex-moradora do Arará, foi morar em uma casa na Avenida Leopoldo Bulhões. Maria Lúcia, que aos quase 80 anos havia acreditado que a CCPL seria sua última moradia, foi morar de aluguel no Mandela, onde ficou por um ano e meio, e depois foi para uma casa na favela da Varginha, em Manguinhos, com um aluguel de R\$ 350. A inquieta Marisa, baiana de nascimento, morou em cinco casas diferentes no período do aluguel, todas em Manguinhos ou no Jacarezinho. A pesquisadora Helena também se manteve na região. Sua mãe, no entanto, se muda para Jardim Paraíso, em Nova Iguaçu, para um sítio comprado com a indenização por aposentadoria do esposo. Maria Morena, que já vinha da Zona Oeste, também escolheu um lugar afastado para viver no período do aluguel, Bangu – “Lá mora a parentela”.

Antes de alugarem seus imóveis, os moradores vivenciaram a espera para ver seus nomes na lista daqueles cujo aluguel social havia sido liberado. Após esta confirmação e o depósito do primeiro aluguel, eles precisavam encontrar uma casa e desocupar o imóvel. Helena lembra que os primeiros moradores que saíram já se depararam com uma alta nos preços de aluguel, resultado da especulação imobiliária pela qual a região passava desde o anúncio das obras do PAC – não só pelas obras em si, mas também pela própria disponibilização do aluguel social –, além dos boatos de que a região seria pacificada.

“Quando vem a primeira lista, de pessoas conhecidas nossas, a gente entra na briga, se engaja no exército de pessoas que vai correr atrás. Ainda não era para nós, mas a gente começa a sair todo dia de manhã para procurar casa nas redondezas. E aí a gente vê que a especulação imobiliária é grande, muita gente, tudo está sendo vendido em volta, ou o aluguel está muito complicado, a gente começa a ver casas novas surgindo, à volta. No conjuntinho aqui do outro lado, a gente viu a laje se transformar na quitinete” [Helena].

Também ficou difícil para o Governo do Estado acompanhar esta inflação. Fosse no valor do aluguel social ou nas indenizações e recursos alocados para a compra

assistida - “No início do PAC, a pessoa recebia uma compra assistida, R\$ 50 mil, e comprava uma casa de dois, três quartos, banheiro, cozinha. Hoje em dia, ela não compra mais. Hoje para comprar este mesmo imóvel está a R\$ 150 mil”, afirma Julia Coelho, responsável pela equipe social. Em 2010, Daiane, que vive de sua aposentaria e de seus serviços como costureira, já “não deu sorte” de arranjar uma casa barata – “A última agora eu estava pagando R\$ 500. Um ano, paguei R\$ 500, mais a luz”. Na sala de seu novo apartamento, rodeada dos doces dos quais tira sua renda, Marisa me conta que pagava R\$ 500 ao mês já na primeira casa que alugou – “Tinha que dar cem reais do meu bolso”. O valor do aluguel social passou a ser de R\$ 400 em 2012, mas os que saíram muito antes da implosão conviveram com um auxílio de apenas R\$ 250. Este valor inicial levou muitos deles a complementar o aluguel com seu próprio salário ou encontrar outras soluções para a moradia, como viver na casa de parentes ou morar mais famílias em um mesmo imóvel alugado. O novo valor adotado em 2012, no entanto, também não foi suficiente para fazer frente à alta dos preços de aluguel em todo o Rio de Janeiro. Em janeiro de 2013, as autoridades passam a chamar o aluguel social de auxílio-moradia, ou auxílio-aluguel social, exatamente por entenderem que, com aquele valor, não necessariamente o morador conseguiria alugar outra casa – e, por este motivo, não estava mais obrigado a comprová-lo⁹⁰.

“Nós não exigimos nem o endereço de onde ele está alugando, porque ele pode, por exemplo, se ele quiser, morar com um parente e ajudar a pagar as contas de casa, ou juntar com outra família, pagar um imóvel, que é o que a gente acredita que aconteça, por causa do valor que está sendo cobrado. Mas a maioria vai morar com a família, em outro lugar” [Julia Coelho].

Neste caso, as famílias não se afastam de uma condição de vulnerabilidade da moradia. A coabitação familiar – duas famílias conviventes em um domicílio – é um dos

⁹⁰ Uma das moradoras se tornou um caso conhecido no condomínio, por ter sido moradora de rua antes de ir morar na CCPL e, no período em que ganhou o aluguel social, foi morar com parentes, pagou sua faculdade de pedagogia e já estava estagiando em uma escola quando o apartamento foi entregue.

componentes do cálculo do déficit habitacional realizado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada), que usa metodologia da Fundação João Pinheiro (FJP). Dependendo do imóvel em que habitam e do tamanho das famílias, os moradores poderiam se encaixar em outro dos componentes⁹¹, o de adensamento excessivo em domicílios locados, quando há um número médio superior de três moradores por dormitório.

A combinação “especulação imobiliária – valor defasado do aluguel social” levou Helena, seu marido e seus dois filhos a serem desalojados de uma casa e despejados de outra. Em um primeiro momento, a casa obtida no aluguel social foi vista como uma grande conquista para a família:

“A gente assina [o contrato do aluguel social], e vai ao banco. No caminho do banco, meu marido diz: ‘Ó, tem uma vila, aqui perto, eu tenho uma conhecida que morava aqui, vamos ver se tem casa para alugar’. E no mesmo dia, antes de chegar ao banco, a gente chega nessa vila, e descobre que esta casa está vazia, o vizinho do lado avisa que não tem ninguém, a gente vai lá na imobiliária e já consegue segurar essa casa. Em 06 de dezembro [de 2010], a gente se muda para a vila. No meio da tarde, voltando do Méier, com tudo acertado, eu falei para o meu marido: ‘Ó, a casa já é nossa. Tudo acertado. Quando a gente muda?’. Ele disse: ‘Hoje’. A gente pega o ventilador, os colchões das camas das crianças, algumas roupas, e a gente vai para lá. Televisão, a gente senta no chão. Bota colchão, tudo no chão. Almoça comida da pensão”.

A vila se localizava no Jacaré⁹², e a família se manteve nessa casa até julho de 2013. Com duas renovações do contrato de aluguel, o valor subiu a ponto de “não ter condições de continuar morando lá”. Helena pediu ajuda ao irmão, que pagou as multas contratuais, e a família se mudou para uma casa também no Jacaré, com “um aluguel menor, mas uma estrutura muito inferior”. O desemprego dela e do marido piorou as

⁹¹ Os outros dois componentes do déficit habitacional, segundo a metodologia da Fundação João Pinheiro, são habitações precárias – domicílios rústicos e domicílios improvisados - e ônus excessivo com o aluguel – famílias com renda familiar de até três salários-mínimos que despendem de 30% ou mais de sua renda com o aluguel.

⁹² O Jacaré é um bairro da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, que faz limite com os bairros Manguinhos, Benfica, Rocha, Riachuelo, Sampaio, Engenho Novo, Cachambi e Higienópolis. O bairro faz parte da XIII Região Administrativa (Méier).

condições financeiras da família, levando ao despejo da mesma, em 28 de maio de 2014. A família foi, então, espalhada. Os filhos foram para a casa de parentes, o marido passou a dormir em uma sala comercial, e Helena foi para a casa da mãe, em Nova Iguaçu, até a entrega das chaves, que ocorreu apenas no dia 13 de junho.

Apesar destas situações de vulnerabilidade, dois dos meus entrevistados relataram uma melhoria nas condições de habitação permitida pelo aluguel social. Maria Silvia não suportou as constantes faltas de luz na CCPL, com um filho pequeno, e foi morar no Buraco do Lacerda, no Jacarezinho. Como a casa antiga se mantinha de pé, a ex-sogra avisou sobre o início do cadastro, e ela retornou para fazê-lo: “Eu fiz, assim, por fazer. Eu não estava pensando em ganhar nada”. Quando o aluguel social saiu, Maria conseguiu, com os R\$ 250, se mudar para uma moradia melhor, no Jacarezinho - “Era o mais básico que tinha, um quarto, sala, cozinha e banheiro. Era maior, tinha um quintalzinho”. Claudio ficou na CCPL até o fim [porque não dizer, do início ao fim, já que trabalhou na fábrica, nas ruínas e nas obras do conjunto], e relata que a experiência do aluguel significou uma melhoria em comparação à casa em que vivia. “Para mim, foi bom. Ir para uma casa legal, mesmo que fosse no aluguel, ir para um cantinho melhor. Porque aqui era bom, eu gostava da minha casa. Mas você poder criar seu filho numa casa melhor, com mais espaço, um corredor para ele poder brincar, [é] maior diferença”.

Claudio é o único entrevistado que relata transferências de colégio do filho por conta das mudanças de casa. No primeiro momento, ele foi morar no Mandela, com o pai, que estava doente – “Estava precisando de mim pra caramba”. Quando o pai falece, Claudio foi morar na Nova Brasília, no Complexo do Alemão, e depois precisou retornar a Mangueiras, desta vez porque a mãe ficou doente. Com isso, o filho, que foi estudar em um colégio no Complexo do Alemão, precisou ser transferido quando houve

a terceira mudança de casa. “A professora de lá amava ele. Quando nós voltamos para cá, tivemos que fazer a transferência, ela não gostou”. Mas a transferência se fez necessária: “Eu tenho que ir trabalhar, minha mulher, para ir até Nova Brasília, para levar ele, fica difícil”. Este tipo de alteração na rotina de trabalho ou colégio dos filhos não me foi relatado constantemente nas entrevistas. Considero que o fato de a maioria dos moradores ter optado pela permanência na região no período do aluguel social acarretou esta não alteração dos locais de trabalho e estudo. A minha entrevistada que se mudou para a Zona Oeste e a parente de entrevistada que foi para a Baixada Fluminense são pessoas mais idosas, que vivem de pensão e aposentadoria, respectivamente, e já não tinham laços como estes descritos com o entorno.

Para três entrevistadas, há a percepção de que as chuvas de 2010 aceleraram a saída dos moradores. Marisa afirma: “Começou a clarear para a gente sair dali. O prédio já estava tombando”. Na sua própria casa, uma parte do reboco do teto se soltou, machucando a tampa do freezer e quebrando o tanquinho que possuía. Já a mãe de Helena havia aproveitado a aposentadoria do marido para comprar um sítio no KM 32, no Jardim Paraíso, Nova Iguaçu, com o intuito de ir reformando, com calma. Mas a enchente de 10 de abril mudou os planos.

“Ela disse assim: ‘Eu vou embora do jeito que está’. ‘Mas, mãe, a senhora não ia botar piso? [na nova casa]’. ‘Eu vou embora, eu não aguento mais isso. Já são 40 anos de Manguinhos com enchente, eu não aguento mais’. Ai no dia 17 de abril, ela para o caminhão, coloca tudo que ela pode dentro, cata galinha, cachorro, tudo que ela pode levar. Vai embora” [Helena].

A ex-empregada doméstica Maria Morena também afirma que a enchente antecipou sua saída. “Larguei tudo. Entupiu tudo, e não tinha água, como é que eu vou viver assim? Era justamente o dia do meu pagamento, eu estava com dinheiro (...), arrumei um carro e saí fora”. A mudança foi para Bangu, às pressas: “Sabe que eu saí

tão desorientada, por causa daquela enchente, que eu botei tudo no caminhão sem saber para onde eu ia”. O ex-marido só soube que ela estava se mudando para a casa dele, de mala e cuia, quando o caminhão da mudança já estava na altura de Guadalupe, na Zona Norte. Somente um mês depois, ela consegue uma casa para alugar. “E fiquei assim. Esperando. E pagando aluguel, pagando aluguel”.

Essa longa espera (acompanhada do sentimento de ansiedade) aparece constantemente nas entrevistas. Para Marisa, foram quatro anos “acompanhando a obra pelo viaduto. Todo fim de semana eu subia esse viaduto e ficava olhando. Meu Deus, quando isso vai acabar, será que eu vou morrer e não vou ver minha casa?”. Ao todo, ela passou por cinco casas diferentes no período do aluguel social. A filha reclama: “Minha mãe entrava numa casa, a gente achava que ela ia ficar, depois tinha que tirar tudo, desarrumar, procurar outra casa”. E sem comprar nada para as casas alugadas. “Tudo que eu via de bonito, assim, em loja, eu falava: ‘Vou comprar para a minha casa’”. Mas a filha interrompe novamente a entrevista, que acontecia na sala do novo apartamento: “Minha mãe ficava com medo de comprar um sofá, uma estante, e aqui não caber”. Helena também denuncia a mãe, dizendo que sua ansiedade era tão grande que ela visitou a casa-modelo⁹³ 14 vezes: “Era caminho da roça. (...) Ela passava na casa modelo, olhava de novo, e a gente sonhava”. Maria Julia, que na espera pelo apartamento, em uma casa no Arará, tinha problemas com uma vizinha, afirma que a “ansiedade parecia que nunca ia acabar”. Quando recebeu o apartamento, a ansiedade era tanta que ela não queria esperar os dez dias marcados para a mudança. “Mas acabou, né?”. A felicidade daqueles dias não durou muito. Maria Julia morreu atropelada ao tentar atravessar a linha do trem, quatro meses após ter conseguido o apartamento de

⁹³ Uma casa-modelo instalada na entrada do DSUP mostrava aos moradores como seria a distribuição dos cômodos no apartamento. O intuito era contribuir para o processo de tomada de decisão sobre qual opção tomariam.

seus sonhos.

Estes quatro anos de espera trouxeram novas experiências para os moradores removidos da fábrica. Primeiro, significaram uma mudança do local de moradia, mas não necessariamente, um afastamento – a maioria se manteve na região, preferindo não romper laços com o entorno, como escola dos filhos e trabalho. Dos meus entrevistados, Maria Morena e a mãe de Helena foram para longe, mas entre elas há um traço em comum, o de serem aposentadas com filhos crescidos, não tendo, portanto, uma relação de trabalho ou escola com o local. Em segundo lugar, os laços de vizinhança foram praticamente todos rompidos nestes quatro anos de aluguel social. Cada pessoa foi morar na casa que poderia arcar, o que espalhou os moradores. As exceções foram aquelas famílias que se uniram, somando as rendas, o que representaria uma manutenção da relação entre aqueles vizinhos ou parentes. A maioria, no entanto, experimentou nesses anos novas vizinhanças. O aluguel social, por si só, não foi capaz de garantir moradias dignas para todos os moradores, com episódios em que continuaram vulneráveis socialmente; em grande parte, resultado da especulação imobiliária vivida no entorno [e no Rio de Janeiro como um todo, principalmente devido aos investimentos realizados pelo poder público visando à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016]. Alguns, no entanto, conseguiram melhorar as condições de moradia em relação ao que viviam na CCPL. Realidades distintas, experiências distintas, mas todos se encontrariam novamente na Nova CCPL.

3.4 Voltando para casa

Para Daiane, a espera não acabou com o fim das obras. O apartamento que ela sorteou ficava no Bloco 09, não construído nesta primeira etapa. “Aí eu entrei em depressão. Pagando aluguel, R\$ 500, aluguel caro”. Ao conversar com as assistentes sociais no Canteiro Social, tentou uma troca de apartamentos, o que, ao fim, conseguiu. “O dono dessa casa aqui avisou que não queria mais o apartamento, porque parece que tinha sofrido um acidente e não vinha mais para cá. Teve desistência”. Julia Coelho não confirma a versão específica de Daiane, mas ressalta que 29 apartamentos foram trocados devido ao não comparecimentos dos proprietários aos Encontros de Integração, etapa obrigatória para a entrega do apartamento. Segundo ela, a equipe montou uma força-tarefa no final de 2013 para encontrar todos os 564 contemplados por esta primeira fase da obra, porque os Encontros de Integração aconteceriam em janeiro.

O contrato do Trabalho Social havia voltado em 20 de outubro⁹⁴, seis meses antes da entrega dos apartamentos, que estava prevista para abril. Como o contrato ficou suspenso por muito tempo, a equipe havia perdido contato de alguns moradores, que mudaram de telefone, e/ou de endereço. Em uma última tentativa de fazer com que esses moradores aparecessem, o Governo do Estado suspendeu o pagamento do aluguel social dessas pessoas. Para Julia Coelho, era a “última tentativa” para encontrar os moradores. Como o sorteio já havia definido quem seriam os beneficiários de cada apartamento, não era possível passar estes imóveis para outros moradores, porque o beneficiário original poderia no futuro requerer o apartamento. “E eles apareceram. Os que faltavam, apareceram”, afirma a responsável pelo contrato do Trabalho Social.

⁹⁴ Em campo, no entanto, só vi o retorno do trabalho social em dezembro de 2013. A explicação oficial consistia em que a empresa Metrôpolis Projetos Urbanos (MPU), vencedora da licitação para o Trabalho Social na CCPL, estava realizando o planejamento das etapas posteriores.

Antes de receber a casa própria, havia ainda duas etapas. Após a revisão da própria equipe de obras para verificar se o apartamento estava pronto, os moradores eram convocados para que informassem se estavam de acordo com o apartamento que estava sendo entregue, na etapa chamada *checklist*. “Ele vai olhar se a porta não está fazendo barulho, se a janela está abrindo, se as chaves estão funcionando nas portas, se está saindo água nas torneiras. Ele confere todos os detalhes, se o acabamento está legal, se está com mancha, confere tudo que ele achar interessante”, afirma Julia Coelho. Durante as obras, Dona Cândida conseguiu uma melhoria nos apartamentos, que foi a colocação dos pisos. Eu cheguei a visitar os primeiros blocos de apartamentos, já prontos, com o piso de cimento queimado na sala e nos quartos, mas o Governo do Estado abriu uma licitação para a colocação dos pisos em todos os cômodos, e não só no banheiro e na cozinha. Esta foi considerada uma conquista, já que no DSUP os moradores não conseguem lavar o piso, poroso, mas também trouxe alguns problemas para o acabamento dos apartamentos.

Ao visitar estes apartamentos prontos com o piso, reparei que as paredes já estavam pintadas quando o revestimento foi colocado, deixando marcas nas mesmas, em um trabalho que já estava finalizado. Outro diferencial para o DSUP foi a colocação do gás encanado na cozinha, cumprindo as exigências do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro. Julia cita ainda uma “coisa muito simples”, que foi a alteração dos canos de escoamento de água da chuva, que no DSUP corre na pilastra do prédio e deixa manchas pretas na construção. Na CCPL, esse cano se uniu a um outro, escoando a água até o térreo. Outra mudança positiva foi a colocação de pontos para a instalação de telefone e Internet.

O *checklist*, no entanto, mostrou problemas nos apartamentos. Em 05 de maio de

2014, a menos de um mês da entrega das obras, acompanhei esta etapa. Técnicos do trabalho social e da própria obra acompanhavam as visitas, anotando o que o morador apontava. Às vezes, a questão era simples, como uma maçaneta que podia ser apertada com a chave de fenda. Mas a reclamação poderia ser mais complicada, como o teto de placas de isopor no quarto andar, facilmente retirado se alguém invadissem o telhado, como apontou um dos moradores. Os apartamentos apresentavam ainda alguns problemas de acabamento, como pinturas manchadas, e pingos de tintas nas portas e janelas. Vasos sanitários estavam com massa e entulho dentro. Portas estavam riscadas com inscrições, inclusive de facções criminosas. A mulher de um pedreiro apontava para os outros moradores os problemas que encontrava. Mas ouvi várias expressões de agradecimento e de felicidade por estarem entrando em suas próprias casas – “Chego arrepio, depois de tanto desespero”.

“Então tem esses dois olhares. Tem essa expectativa de finalmente ter uma casa própria, mas eu sei que ela não será aquilo que eu gostaria de fazer se eu pudesse fazer. Se pudesse entrar num plano que me desse condições de escolher a casa em que eu quero morar, não seria assim. Mas ao mesmo tempo eu tenho a urgência de precisar. Então, quando chega o PAC, para nós, eu tenho esses sentimentos todos. É claro que tem hora que é muito mais forte: ‘Ai, meu Deus, tomara que chegue logo, que a gente ganhe logo’. É muito mais forte isso. Mas ao mesmo tempo: ‘Poxa, por que eles não fizeram um pouco melhor?’. Também tem isso”. [Helena]

Os moradores retornavam em um segundo momento para saber se os apontamentos que realizaram na primeira visita foram consertados ou não. A equipe da obra consertava, o fiscal conferia, e o morador era chamado novamente. Este segundo *checklist* era agendado para o mesmo dia da entrega das chaves. Se os apontamentos tivessem sido corrigidos, o morador recebia as chaves, assinava um termo de recebimento das mesmas e um Termo de Ocupação do Governo do Estado, cujas cláusulas já deveriam ter sido discutidas nos Encontros de Integração. O morador

passava a assumir, a partir daquela data, as contas daquele apartamento – o nome dele já havia sido enviado para todas as concessionárias, para a CEG, a Light, e a CEDAE, então a partir dali as contas viriam no nome do titular. O morador também não podia vender ou alugar o apartamento pelos próximos cinco anos, ou usar para fins comerciais, entre outros itens previstos no Termo e que serão discutidos no próximo capítulo. O trabalho social aproveitou o momento da entrega das chaves para a assinatura do contrato com a CEG. Acompanhei as entregas das chaves no dia seguinte à inauguração, 02 de junho. Todos estavam preocupados com a limpeza do apartamento para que pudessem se mudar logo. Vi pessoas beijando as portas de suas casas, lágrimas, e o nascimento de um sentimento de pertencimento àquele novo lar. As famílias faziam planos para os apartamentos, da disposição de móveis e nova pintura das paredes à bênção do pastor na nova moradia.

Neste dia em que os moradores receberam as chaves e fizeram o segundo *checklist*, eles agendaram a mudança. O trabalho social optou por determinar o dia em que eles poderiam se mudar, por se tratar de muitas pessoas. Cada morador, no entanto, era o responsável por sua mudança. “O trabalho social no máximo acompanha, vendo se você ocupou ou não o apartamento. A equipe de campo não é autorizada porque se der qualquer problema no móvel da pessoa, ou some um negócio, ou quebra a porta do armário, coisas que a gente sabe que podem acontecer em mudança, podem dizer que foi culpa da equipe que ajudou”, afirma Julia. A equipe verificou somente se o morador estava ocupando o apartamento certo. As datas foram divididas entre blocos e apartamentos, para que um bloco inteiro não se mudasse no mesmo dia, usando a mesma (e única) escada de acesso. O prazo da mudança foi de quinze dias, mas não era obrigatória a mudança nesse prazo. Se o morador não se mudasse nesses quinze dias, o

trabalho social apenas acompanhava para verificar por que não foi ocupado. O aluguel social foi pago por mais um mês, já que havia pessoas com contratos em que pagavam o aluguel a ser vencido. No final daquele mês de junho, portanto, todos os 564 contratos de aluguel social foram rompidos.

A inauguração havia sido em 1º de junho. O palco estava “estrelado”. A Presidenta da República, Dilma Rousseff, o Governador do Estado, Luiz Fernando Pezão, o Prefeito do Rio, Eduardo Paes, o ex-Governador do Estado, Sergio Cabral, quatro secretários do Estado do Rio – Habitação, Direitos Humanos, Obras e Casa Civil -, dois Ministros de Estado – do Planejamento e da Comunicação Social -, a Primeira-Dama do Estado, Maria Lúcia Jardim, além do presidente da EMOP, Ícaro Moreno Junior, e a vice-presidente da Associação de Moradora, Cândida Maria Privado. Era o início da corrida presidencial e ao Governo do Estado, campanha na qual a CCPL seria uma das estrelas, com os moradores participando de vídeos e o passo a passo das obras sendo mostrado nos programas do horário eleitoral obrigatório. Na própria inauguração, um vídeo institucional bem elaborado e editado foi exibido no telão, e os moradores na plateia reconheciam seus vizinhos e se reconheciam nas histórias contadas. “Passou um filme na minha cabeça”, disse uma das pessoas ao meu lado. A implosão foi intensamente aplaudida. Assim como os políticos. A Presidenta e o ex-Governador foram os mais ovacionados. Discursos ressaltavam a luta da comunidade. E Cândida continuou cobrando, em tempo real, a construção dos blocos restantes e a da creche, que seria de responsabilidade da Prefeitura do Rio. E disse que aproveitaria a presença da Presidente Dilma, que era a “dona da grana”, para pedir diretamente a ela. A Presidente entregou as chaves para cinco famílias; entre elas, estava Daiane. “Eu fiquei sem palavras. Não sabia se eu chorava, ou se eu ria”.

3.5 Aquele mesmo lugar

Enfim, o Condomínio Nova CCPL estava pronto e entregue a seus primeiros moradores, alojados naquele mesmo lugar em que viviam, como previsto no projeto. A análise concentrou-se então no ponto de vista dos moradores sobre a manutenção de suas moradias no mesmo local em que viviam anteriormente. A ideia era investigar se os moradores consideravam este ponto do projeto tão relevante quanto os planejadores públicos consideravam que seria. Para o grupo de entrevistados nesta tese, a resposta era positiva. Com experiência de luta por moradia digna na região, Helena ressalta que projetos como o da CCPL se diferenciavam de experiências anteriores em Manguinhos.

“Quando eu cheguei aqui [em Manguinhos], em 69, logo aconteceram enchentes, e vieram mais uma vez remoções. Famílias que foram para a Cidade Alta, em Cordovil, tenho famílias que foram para a Estrada do Quitungo e Guaporé, na Penha. Fora outros, que eu continuei vendo, Vila Kennedy, Cidade de Deus, e tal, sempre muito longe. Aqui teve remoção para vários lugares da Zona Oeste e da Baixada Fluminense. Então, quando a gente consegue, com o Nelson Mandela, ficar próximo, com o DSUP, com a Embratel, com a CCPL, isso é uma conquista. É um ganho. A gente, pelo menos, não se afastou tanto da escola do filho, ou do centro de saúde, ou das relações de comércio que tem por aqui”.

Helena relembra que em 28 e 30 de dezembro de 1999, houve um incêndio em Manguinhos, e os atingidos foram removidos para a Estrada do Magarça, em Campo Grande, na Zona Oeste da cidade. “Chegando lá, sem essa estrutura que os apoiaram, que dariam sustentação para ficar, que é um vizinho, que é um parente, que é um comércio, apenas com casas no meio do nada, elas voltaram”. Os removidos venderam então suas casas, ou simplesmente abandonaram. A mãe de Helena, definida por ela como “cigana”, por ter morado em quase todas as comunidades de Manguinhos (menos Varginha e Amorim), foi incluída em um processo de remoção pela Fundação Leão XIII

para Santa Cruz: “Ela foi, olhou o lugar, e falou: ‘É um monte de casinha no meio do nada’. Era um monte de casinha aqui, um monte de casinha ali, e um trem passando. Não tinha nada à volta. Como se vive num lugar desse?”⁹⁵.

A CCPL, por sua vez, tem uma localização privilegiada, lembrada nas falas dos moradores. Marisa ressalta que sua ida para Manguinhos aconteceu por causa das dificuldades de locomoção na moradia anterior, em Belford Roxo – “Eu tinha que acordar cedo para poder chegar no meu trabalho. Por isso que saí de lá”. Ao saber do projeto para a CCPL, “rezou” para continuar no próprio terreno. “Temos acesso a tudo”, conta a doceira. Claudio, que sempre viveu na região, reforça o discurso de que o entorno da CCPL possui “recurso para tudo”. De fato, a localização próxima à Avenida Leopoldo Bulhões e à Avenida Dom Helder Câmara amplia o universo de linhas de ônibus aos quais os moradores têm acesso, além da existência de estações de metrô e trem próximas. “Nós ficamos num lugar bem acentuado. Tem ponto aqui, ponto ali. Se quiser ir para a praia, atravessa a rua, pega o 350, e vai para a praia, na maior tranquilidade”, reforça Claudio. Amanda, nascida e criada no Arará, como ela mesma fez questão de ressaltar, realizou uma comparação com o Bairro Carioca, condomínio do Minha Casa Minha Vida construído pela Prefeitura do Rio no bairro de Triagem. Os condomínios ficaram lado a lado, mas separados pelas linhas de trem e metrô.

“Aqui, na CCPL, temos condução, ônibus para a cidade, para tudo quanto é canto. Triagem é aqui do lado. Mas lá, já é contramão para tudo. Apesar de ser aqui do lado. Porque lá não tem condução para todos os lugares. As pessoas têm que descer até o Largo de Benfica para tomar uma condução para ir para outros cantos. Aqui tem opção de ônibus, vans, kombis, para tudo quanto é lado”.

Além da facilidade de transporte, a CCPL foi beneficiada pela construção dos equipamentos sociais do DSUP, ao lado do terreno. Os moradores possuem acesso a pé

⁹⁵ A mãe de Helena acabou desistindo da moradia em Santa Cruz, e foi morar em Cosmos, de onde saiu novamente para voltar para Manguinhos.

a um complexo de saúde, com UPA e Clínica da Família, à Biblioteca-Parque, a uma escola de Ensino Médio, e a diversos outros equipamentos, como um centro de geração de renda. Maria Morena reclama, no entanto, de o comércio ser longe, pois é idosa, e se precisar de alguma coisa, precisa andar muito para conseguir. “Se quiser ir num sacolão, tem que ir do lado de lá. Para mim, já é sacrificante, porque tem que atravessar a linha de trem, tem que subir essa ponte” [o Viaduto de Benfica].

Um dos principais motivos listados pelos moradores para importância de sua manutenção no mesmo lugar diz respeito às relações com o entorno, que não foram rompidas. Exemplos não faltam. A doceira Marisa possui uma ampla freguesia na região, e geralmente recebe encomendas no centro da cidade. “E em relação às crianças, a escola é perto, a creche é perto. A clínica da família, tudo perto. A UPA, qualquer emergência, está ali”. Amanda ressalta que pode manter as crianças na mesma escola. Fernanda afirma que “família, trabalho, escola”, tudo estava ali. Helena tem a filha mais velha trabalhando na Biblioteca-Parque do DSUP, e os filhos mais novos estudam no Jacaré, bairro ao lado. O marido de Maria Julia trabalha na CADEG, das três da madrugada às onze da manhã. Se saísse dali para a Zona Oeste, por exemplo, “ele teria que sair onze horas da noite, no máximo, para chegar aqui três horas da manhã”. Maria Silvia tem uma rotina totalmente vinculada à região, onde também mora a ex-sogra. Ela e o marido trabalham no Rocha. Antes de ir ao trabalho, deixam o filho na escola, e é a ex-sogra quem busca o neto no final das aulas. A avó dá almoço, dá banho, e às três horas, deixa o menino na explicadora. Quando Maria sai do trabalho, passa na explicadora, e leva o filho para casa. A ajuda da ex-sogra é essencial: desde que o menino tinha um ano e cinco meses, era ela quem o pegava na creche, para Maria poder trabalhar. Já Maria Lúcia possui uma grande rede, no próprio condomínio, que por sua

vez possui suas redes com o entorno.

“Meus filhos estudam aqui perto. Meus netos todos estudam aqui perto. Meus bisnetos estudam perto. Aí se a gente vai para um lugar distante, ia ser um transtorno. Tenho neto de 16, de 17, de 15, entendeu? Tudo faz curso, trabalha, estuda, e se a gente vai lá para cima, fica muito ruim. Eu gostei muito de voltar para onde eu estava. Onde eu morei”.

Para ela, sair da região abalaria suas vidas. “Dos meus filhos, das minhas filhas, dos meus netos, meus bisnetos”. Os três bisnetos ficam na creche na comunidade do Mandela, na Avenida Leopoldo Bulhões. Os netos estudam na comunidade do Arará. Um dos netos faz curso na Mangueira, e o outro treina na Vila Olímpica, também na Mangueira. Com as filhas, ela enumera: Renata trabalha na Ilha do Governador, Giovana em uma gráfica em São Cristóvão, Miriam nos Correios, em Benfica, e Paola é dona de casa, mas não mora na CCPL. Ao todo, são cinco apartamentos ocupados por elas e seus filhos, no Condomínio Nova CCPL. “Eu vou na casa deles todinho. Vou lá, converso, tomo uma água, um café”. Além de se manter perto dos filhos, estar ali também permite a Maria tomar conta de seus netos, quando as mães estão trabalhando.

Manter todos no mesmo condomínio significou este não afastamento de parentes, amigos, ou simplesmente vizinhos com quem se pode contar. Amanda resume a CCPL como “tipo uma ilha, todo mundo conhece todo mundo”. Maria Morena continuou perto do filho, que mora no Arará, e afirma estar segura em uma região em que é conhecida. “Eu fui cria daqui, não fui cria da CCPL, mas fui cria de Benfica. Eu sei onde entrar e sair. Se eu for ali do outro lado, todo mundo me conhece”. Idosa, Daiane também valoriza a proximidade com os amigos, que “estão sempre na casa, visitando”, e com os parentes, que moram todos no Jacarezinho. “Tem tia, tem prima, minha irmã, que mora aqui também. Minha filha. Minha convivência foi aqui, esse tempo todo, e agora vou para um local estranho? Eu não consigo acostumar. Nunca

morei em outro lugar, a não ser nessa área aqui”.

A recusa de ir para outro lugar é dominante entre os entrevistados, mas não unânime. Os mais novos, com filhos em idade escolar e relações de trabalho na região, são enfáticos ao dizer que se recusariam a se mudar. Maria Rita mostra toda sua simplicidade na reação à pergunta sobre a manutenção no mesmo local:

“É, a gente não foi para outro canto, né? Viemos para o mesmo lugar”.

“E como a senhora vê isso?”

“Normal. Eu gostei daqui. Aqui é muito bom. Se fosse para outro lugar, eu não iria, não”.

“Se o Governo te mandasse para um bairro distante?”

“Eu não iria, não. Eu ia esperar, mas não ia, não. Aqui é mais perto de tudo, aqui tem metrô, tem ônibus, tem trem. Tem supermercado, tem hospital aqui que é perto, do lado. Esses outros lugares são tudo longe. Para mim, não ia dar, não”.

Fernanda tem uma reação imediata: “Era ruim que eu ia, hein”. E justifica com a tranquilidade encontrada na CCPL: “É bom de se morar aqui. Eu gostava, da primeira vez. Antes de ser derrubada, era um bom lugar de se morar. Não tem tiroteio. Dá para deixar as crianças brincando, e eu tenho quatro filhos”. Já Amanda afirma conhecer pessoas na comunidade do Mandela que estão ganhando apartamentos “para o lado de Campo Grande, Santa Cruz”, e “não estão querendo, apesar de serem bonitos, do Minha Casa Minha Vida. Mas tudo para lá fica muito difícil”. Um dos entrevistados cita casos que conheceu de pessoas que foram removidas para outros lugares e não puderam ficar, por serem de comunidades dominadas por facções criminosas rivais ou milícias. Tão dependente da relação criada com a ex-sogra, Maria Silvia é enfática ao dizer que não sairia da região, mesmo “precisando muito mesmo”: “Mesmo sabendo que eu ganharia um apartamento, eu não sairia daqui. (...) Não ia aceitar. Porque ia ficar longe da escola do meu filho, e não conheço ninguém lá onde o Judas perdeu as botas. O que eu faria da minha vida?”.

Maria Lúcia e Daiane, duas mulheres com mais idade, mas redes pessoais densas

no condomínio ou no entorno do mesmo, também não veem com bons olhos o afastamento do local de moradia anterior. Maria Lúcia é direta quando pergunto o que aconteceria se o Governo do Estado desse para ela uma casa em um local distante: “Eu diria para eles: Não leva a mal, não?”. Já Daiane, que veio do interior do Estado para morar no Jacarezinho, e até hoje é ali que estão seus conhecidos, afirma que “aceitaria ficar na região”, como no residencial das Palmeiras, no Complexo do Alemão, mas “se fosse assim para longe, Campo Grande, Santa Cruz, eu não ia”. “Eu ia pedir indenização, porque poderia pelo menos comprar uma quitinete para mim, para não ficar sem moradia”, completa.

Há, porém, aqueles mais envolvidos com a luta por moradia, que veem o apartamento próprio como resultado desta luta, depois de anos vivendo em habitações precárias e sem segurança da posse da moradia. Rômulo é sucinto: “O negócio é ter sua casa. Essa soberba de falar: ah, é longe, é perto”. Já Claudio, quando perguntado se iria para uma região distante, falou que não “esquentava a cabeça para isso”. “Quem faz a casa é a gente. Se me mandarem daqui para Bangu, eu vou”. Helena pondera, mas parece fazer contas na cabeça. A pura e simples indenização faria com que ela apenas mudasse de favela. A compra assistida, ainda segundo ela, não permitiria a compra de uma casa com boas condições em área formal, o que demandaria ainda uma renda que diz não possuir. “Então se você me perguntasse se eu ia gostar, com certeza, não. Nunca pensei minha vida longe do grande centro. Minha vida sempre girou nos bairros de Zona Norte. Mas aceitar, ia depender das minhas condições. Talvez eu tivesse que ir, e me sacrificar, e pagar o preço”.

Já Maria Morena, sem histórico direto de luta, mas cansada das guerras da vida, diz que “iria pensar” se o Governo do Estado propusesse a ela uma casa em um local

distante. “A gente quanto não tem nada, tem que se contentar com aquilo que Deus dá. A grande verdade. Eu não tinha casa. Eu tive maridos, eu tive filhos, mas ninguém me deu nada”. Há, porém, uma preocupação no questionamento que se segue: “Mas por que você fez esta pergunta?”. Explico, então, que há remoções de pessoas para locais distantes das suas moradias originais. “Mas aí é comunidade para fazer obra. Aqui já está feita a obra. Aqui não vai acontecer isso”. E encerra o assunto: “Ah, não, me mantém aqui mesmo. Para mim, é muito importante ficar aqui, porque você vem para um lugar, na esperança de se enterrar aqui. Por exemplo, eu espero nunca mais sair daqui, a não ser para a outra vida”.

As falas coletadas dos moradores para esta tese demonstram o quanto a localização da CCPL era um fator estimado pelos mesmos. A região que abrange Manguinhos, Jacaré e Jacarezinho já havia atraído parte dos moradores que foram morar nas ruínas, anos (ou décadas) antes, devido, em parte, às facilidades de acesso que possui. Este foi um dos motivos que levaram as indústrias a se estabelecerem ali, desde o começo do século XX, e depois se tornou em um atrativo para as classes mais pobres que precisavam morar perto do local de trabalho. O fácil acesso a vias importantes da cidade e a diversas modalidades de transporte público continuou atraindo população, mesmo após a retirada de várias indústrias da região. Ao serem questionados como (e por quê) foram morar na CCPL, vários dos entrevistados citam esta localização privilegiada como um dos motivos. Outro dos motivos também diz respeito à localização, mas com outro viés: a CCPL estava próxima dos parentes, filhos e amigos, moradores de comunidades do entorno da fábrica e suporte para as horas de maior necessidade. Os próprios novos moradores da ocupação eram oriundos desses locais, e a fábrica abandonada se mostra como uma oportunidade de casa própria em um local

onde não teriam que romper suas relações já estabelecidas de trabalho, estudo e serviços públicos.

Quando o projeto do PAC foi proposto, com a construção do conjunto habitacional do mesmo terreno em que a favela existia, a CCPL se tornou um exemplo peculiar de realocação. Uma favela inteira removida, com mais de 60% das mil famílias que ali viviam retornando para o mesmo local da moradia anterior. Trajetórias aqui descritas levaram os moradores para aquela região da cidade, depois para a CCPL, e mais tarde para a Nova CCPL. Para os moradores, este ponto do projeto foi essencial para a manutenção do mesmo local de trabalho, mesmo centro de ensino, mesmas relações de comércio e mesmas relações pessoais, fossem dentro ou no entorno do condomínio. A dita recusa em aceitar uma casa do Governo do Estado em um local distante está ancorada nestas relações, que facilitam a vida dos moradores cotidianamente. Há aqueles que ressaltam que a segurança da posse da moradia se sobrepujaria à localização da mesma, levando-os a se deslocar para lugares distantes, mas mesmo estes indicam em seguida, nas suas falas, que esta mudança não seria desejada e acarretaria rupturas e mudanças profundas em suas vidas.

Capítulo 4

Mesmo local, novo espaço

4.1 Um curso para morar no conjunto

Aquele mesmo local geográfico no qual se mantiveram, no entanto, havia se transformado em um novo espaço, e o Ministério das Cidades entendia que esta alteração demandava uma adaptação dos moradores. Cheguei a Manguinhos na manhã de sete de fevereiro de 2014 castigada por um calor típico do verão carioca. Meu dia de campo seria dedicado a acompanhar as oficinas do Encontro de Integração, uma prática exigida pela Caixa Econômica Federal e pelo Ministério das Cidades para a entrega das chaves aos moradores. A CCPL, como espaço, apesar de estar na mesma localização geográfica, havia mudado completamente. Poucos entrevistados conseguiam me indicar até mesmo onde moravam. Marisa era um deles: “Eu reconheço o bloco, o lugar. Aqui mesmo, nessa direção, aqui, ficava uma casa de dois andares. A gente passava por debaixo do viaduto, e tinha uma entrada para cá, outra para lá”. O espaço, no entanto, tinha sido alterado consideravelmente. Tanto por esta mudança do posicionamento dos prédios, tanto por ter passado de uma favela fabril para um conjunto habitacional recém-construído. Os prédios detonados da antiga fábrica, castigados pelo tempo e pela

ocupação, haviam dado espaço a prédios novos, limpos e pintados.

A posição do Governo – ou Governos, tanto Federal quanto Estadual – era de que aquele espaço havia mudado tanto que também seria capaz de realizar mudanças naqueles indivíduos. Como ressalta Conceição (2014a), “a crença no poder da boa forma urbana” permanece, e o PAC é mais uma política pública que deixa “evidente que a crença na capacidade disciplinadora do espaço ordenado faz parte do imaginário urbano de muitos políticos e urbanistas cariocas”. Mas o mais interessante era a visão de que, para viver naquele espaço, os moradores da CCPL também teriam que mudar – ou se adaptar, uma palavra muito ouvida nas falas das autoridades. A ideia principal era de que aqueles moradores não tinham conhecimento do que era viver em um conjunto habitacional e, portanto, deveriam aprender a viver em tal comunidade, apesar de tantos anos vivendo em comunidades, no plural. Conceição (2014a:07) afirma que, para ser morador dos condomínios construídos pelo PAC, “não basta receber a chave”; “a boa forma urbana já provou ser incapaz de resolver o problema sozinha. Antes de habitar sua nova casa, o favelado precisa aprender a ser condômino”. Freire e Souza (2010:50), que acompanharam Encontros de Integração em outro conjunto entregue em Manguinhos, ressaltam que a atividade “reforçava a ideia de que a mudança da favela para o apartamento implicava não apenas uma adaptação a um novo tipo de moradia, mas a um novo estilo de vida”, tendo a favela como uma referência negativa, um modelo a ser rejeitado.

As aulas da CCPL estavam sendo ministradas no Canteiro Social, ou na Casa Amarela⁹⁶, como era chamado pelos moradores, em uma sala sem ar condicionado. O forte calor dos meses de janeiro e fevereiro foi apontado com um dos aspectos

⁹⁶ O Canteiro Social voltado para o projeto da CCPL foi instalado no Centro Cívico do DSUP, em um prédio amarelo; por este motivo, o nome.

dificultadores das oficinas nos relatórios da equipe social, junto ao alto número de presentes (35), à presença de crianças e de moradores visivelmente embriagados. Um plantão social havia trabalho em dezembro para que todos os moradores fossem encontrados de modo a participarem das oficinas, já que a presença em 75% delas era obrigatória para que recebessem o apartamento. Esse trabalho de busca foi facilitado pela própria procura dos moradores por informações. Como eles já sabiam em quais apartamentos morariam, eles tinham conhecimento dos blocos que estavam sendo construídos e procuravam por si mesmos o Canteiro Social, o que permitiu, já em dezembro de 2013, o agendamento das oficinas. O titular do apartamento poderia indicar um representante, desde que este tivesse mais de 16 anos e fosse futuro morador do apartamento. Julia Coelho, responsável pelo Trabalho Social no PAC Manguinhos, afirma que “como o objetivo era trabalhar a ideia do apartamento, do novo espaço, do coletivo, do individual, com as pessoas que vão morar lá, não adiantava você indicar uma pessoa que não fosse morador”. Isto porque o objetivo “era que a pessoa que participasse fosse um replicador, dentro da família, daquelas novas condições e regras que estavam sendo estabelecidas ao longo dos encontros”.

A equipe do trabalho social propunha cinco horários diferentes de aulas: segundas, quartas e sextas, das 9h às 12h, das 14h às 17h, ou das 18h às 21h; e terças, quintas e sábados, das 9h às 12h ou das 14h às 17h. A carga horária total deveria ser de 21 horas, que seriam divididas em sete encontros com carga horária de três horas cada. Agendados os encontros, os moradores recebiam um comunicado (Imagem 12) com os horários eleitos (Imagem 13) – e já neste informativo havia um alerta de que os Encontros de Integração eram obrigatórios para que pudessem “receber sua chave” e “fazer sua mudança”. Ao fim dos encontros, a frequência foi considerada positiva; a

mais baixa registrada entre as turmas foi de 92% de assiduidade. Os moradores que não cumpriram o mínimo de 75% de presença foram encaminhados para turmas de repescagem e conquistaram a meta.

Imagem 13

COMUNICADO

Prezado/a morador/a,

Você já tem seu apartamento sorteado. É hora de seguir outros passos importantes.

Em pouco tempo você já estará morando em sua nova casa, mas para isso, é importante participar dos ENCONTROS DE INTEGRAÇÃO, pois sem eles você não poderá receber sua chave nem fazer sua mudança.

Não se esqueça da importância dos ENCONTROS DE INTEGRAÇÃO, os seus terão início no dia _____ de janeiro de 2014, no Canteiro Social às:

inserir aqui a etiqueta

O TRABALHO SOCIAL DO PAC é seu parceiro nessa nova empreitada!!!

Fonte: EMOP

Imagem 14

Segundas, Quartas e Sextas 09h às 12h	Segundas, Quartas e Sextas 09h às 12h
Segundas, Quartas e Sextas 14h às 17h	Segundas, Quartas e Sextas 14h às 17h
Segundas, Quartas e Sextas 18h às 21h	Segundas, Quartas e Sextas 18h às 21h
Terças, Quintas e Sábados 09h às 12h	Terças, Quintas e Sábados 09h às 12h
Terças, Quintas e Sábados 14h às 17h	Terças, Quintas e Sábados 14h às 17h

Fonte: EMOP

Havia um porém: a CCPL não se encaixava na proposta fundamental dos Encontros de Integração, ou Encontros de Convivência. Nos demais casos de realocação, os encontros são voltados para integrar os moradores, vindos de diferentes lugares e que se tornarão vizinhos. No DSUP, por exemplo, foram realocadas pessoas de diferentes comunidades, como Embratel e Mandela. Neste caso, as oficinas tinham como objetivo “estabelecer laços, pelo menos de convivência, com esses novos vizinhos. Então, o Encontro de Integração, como o nome diz, é para integrar os moradores”, afirma Julia Coelho. A CCPL, mais uma vez, destaca-se por uma peculiaridade: teoricamente, todos se conheciam por morar no mesmo lugar. “Claro que, em mil famílias, você não conhece todo mundo, mas as pessoas lembram, se reconhecem, porque os vizinhos são os mesmos”, ressalta a coordenadora. Deste modo, o objetivo principal na CCPL se tornou “combinar as regras de convivência dali para

frente”. Também na teoria, seriam os moradores que definiriam essas regras, “orientados” pelo Trabalho Social – “Ah, pode ter música alta, festa, quem vai limpar o corredor, a pracinha entre os prédios, isso tudo é combinado entre eles. A gente vai orientando”, ressalta Julia. Ruth Jurberg, responsável pelo Trabalho Social no PAC, resume o curso: “Ele [o morador], que nunca morou em prédio, vai aprender a conviver com o vizinho, vai ter regra, vai ter cota condominial, precisa ter limpeza, tem que ter síndico, tem que ser eleito, tudo isso ele aprende. Mas ele aprende, e ele cria com o seu condomínio as regras do que pode”. Apesar dos verbos “aprender” e “criar”, existe na fala uma obrigatoriedade, nas expressões “tem que” e “precisa ter”, mostrando as inclinações que o Governo já esperava do resultado dos Encontros.

O Caderno do Facilitador, elaborado em 2013 para orientar os profissionais responsáveis por administrarem as oficinas, apresenta as mesmas como “espaços de discussão que favoreçam oportunidades de crescimento e transformação individual e coletiva para famílias realocadas no âmbito da conservação patrimonial, economia doméstica e gestão condominial”. Os resultados alcançados deveriam ser a “adequação da organização, conservação e limpeza nos ambientes do condomínio, conforme acordos coletivos estabelecidos”, com “alcance de níveis satisfatórios de saúde e sustentabilidade, assim como reconhecimento da moradia como uma possibilidade de inserção na vida formal em sociedade por parte dos moradores”. Metas ambiciosas para os sete dias de aulas, cujo conteúdo o Governo afirmava ter sido “pactuado e validado” em uma reunião entre representantes da EMOP e lideranças comunitárias da CCPL.

Estes encontros seriam divididos em três módulos: I) “Trabalhando a Convivência”, II) “Então tá combinado” e III) “Aprendendo a cada momento”. Os dois primeiros módulos deveriam focar no que “representa a nova unidade habitacional no

âmbito da saúde, educação, saneamento, lazer e trabalho”. A discussão deveria ter como tema transversal “a conservação patrimonial como medida preventiva para uma habitação sustentável”, com tópicos que ajudariam a elaborar, ao final, o Regulamento Condominial e a Agenda de Compromissos. Julia Coelho afirma que criar um programa de aulas para todas as turmas fazia com que se um morador faltasse uma aula, poderia comparecer a outra, no dia seguinte, sem perder o conteúdo. “Se você começasse na segunda, na quarta você faltou, você poderia ir na quinta, e poderia cumprir a carga horária”.

Como parte do Módulo I, “Trabalhando com a Convivência”, a primeira aula tinha como objetivo apresentar o PAC Favelas e os objetivos, metas e produtos das oficinas. Apesar da alegação de que este roteiro estava adaptado à peculiaridade que a CCPL representava, a primeira atividade desenvolvida em oficina foi exatamente uma dinâmica de grupo para que todos se apresentassem uns aos outros, em um ambiente em que já se conheciam. A dinâmica foi administrada por duas facilitadoras, que naquela tarde de fevereiro eram uma psicóloga e uma socióloga. Duas jovens que aparentavam 25 anos; uma delas com experiência em realocações realizadas por conta de obras de barragens ao Norte do país, e a outra declaradamente sem experiência em casos como este. Facilitadores eram técnicos “convidados”⁹⁷ pelo Trabalho Social para atuar diretamente com as famílias realocadas, promovendo as atividades das oficinas do Encontro de Integração. Julia Coelho afirma que a maioria das facilitadoras era formada por pedagogas, com “experiência em trabalho comunitário, e uma preparação prévia com o material orientador do Trabalho Social”. A ideia não era “ensinar”, mas “ajudar os moradores a entender aquele conteúdo”.

⁹⁷ A atuação dos facilitadores não se configuraria como um vínculo empregatício; a atividade é considerada uma prestação de serviços na condição de autônomos.

A principal atribuição era a condução dos grupos focais na discussão das novas regras de convivência, seguindo a orientação do Caderno do Facilitador de estimular os participantes “a pensarem nas formas mais adequadas de convívio no novo condomínio”. As falas dos moradores deveriam ser registradas pelos próprios facilitadores de modo que balizassem o “Regulamento Condominial” e a “Agenda de Compromissos”, além de constar nos relatórios do Trabalho Social, junto a pontos positivos, negativos, impressões gerais da atividade e dados relevantes que remetam a possibilidade de implementação de outras atividades pós-oficina junto aos moradores do condomínio. A autonomia dos facilitadores era pequena: não poderiam redefinir as estratégias de atuação junto aos realocados, nem tampouco absorver qualquer demanda que estivesse ligada a outros setores. A atuação era engessada a ponto de as atividades serem enumeradas ponto a ponto no Caderno do Facilitador.

“Facilitador 1

1. Conduzirá a oficina.
2. Realizará as dinâmicas de integração e de introdução de temas.
3. Colocará as temáticas em discussão.
4. Registrará pontos importantes para aprofundamento durante e/ou após a oficina.
5. Organizará os dados sistematizados.
6. Elaborará o relatório final da oficina.

Facilitador 2

1. Conduzirá a oficina.
2. Auxiliará na realização das dinâmicas de integração e de introdução de temas.
3. Registrará pontos importantes para aprofundamento durante e/ou após a oficina.
4. Sistematizará as falas dos participantes.
5. Organizará os dados sistematizados.
6. Elaborará o relatório final da oficina”.

O documento orienta ainda como deveriam ser conduzidos os grupos focais e uma série de atitudes a serem tomadas pelos facilitadores, como estimular o debate – “Você começou a dizer alguma coisa” -; adotar uma “postura de ingenuidade sofisticada (dar a entender que desconhece e pedir mais detalhe sobre o assunto)”;

clima “descontraído e espontâneo, sem formalidades ou preocupação excessiva com a obediência ao roteiro”. Estas atitudes deveriam levar os moradores a saírem das oficinas com pensamentos como “essa proposta é concreta”, “isso cabe na minha realidade de vida”, “faço parte desse processo”, ou “estou sendo ouvido”.

Todas as seis turmas iniciaram as oficinas em 13 ou 14 de janeiro. A aula inaugural dos encontros contou com a presença de representantes da EMOP, que apresentaram o projeto das obras da CCPL, e da vice-presidente da Associação de Moradores. A equipe do Trabalho Social apresentou o cronograma dos encontros e a necessidade da participação dos moradores nos mesmos. Após estas apresentações, as facilitadoras iniciaram a dinâmica de integração e apresentação. Os moradores escreviam seus nomes e apartamentos em pedaços de cartolina vermelha que pareciam maçãs, e em seguida os colavam em uma árvore de cartolina na parede, momento no qual se apresentavam aos demais. Também deveriam dizer uma palavra que simbolizasse suas expectativas em relação à mudança para a Nova CCPL. Segundo o relatório de acompanhamento dos encontros de integração, elaborado em janeiro de 2014, os desejos mais citados foram:

“Segurança; Harmonia; Menos mosquito; Menos sujeira; Cuidar do lixo; Integração entre os moradores; Solidariedade; Paz; Bons vizinhos; Sem enchente; Respeito à lei do silêncio; União; Paciência entre os moradores; Ter creche dentro da CCPL; Atividade para as crianças; Que as regras sejam respeitadas; Conflitos resolvidos na base da conversa”.

Os moradores também expressaram preocupações sobre a construção de quiosques dentro do condomínio, algo que chegou a ser pensado no projeto e não se tornou realidade; e sobre a instalação de comércio dentro do condomínio, uma proibição que não funcionou na prática. Também houve citação à coleta do lixo, à utilização das áreas comuns, e ao som alto. Uma oração, a pedido dos moradores, encerrou a oficina.

A segunda aula tinha como temática “Saber Viver - Casa”, com a discussão de questões como economia doméstica, legalização da casa, higiene pessoal, alimentação saudável, limpeza da casa, prevenção de doenças, cuidados com o lixo, harmonia visual da casa e manutenção da casa. Julia Coelho justifica o tema da aula ao dizer que, “até então, a maioria, se não todos, não pagava conta. Então o consumo era assim: saiu da torneira, a gente gasta. Se a lâmpada está ligada, a gente está usando”. No novo apartamento, eles passariam a pagar contas: “Então, olha, quanto dá para consumir ou não? Não dá para ficar tudo ligado o dia inteiro. Ou pode, mas vocês vão pagar por isso. E aí, como vão pagar? Tudo isso é conversado”. Para esta conversa, os moradores foram divididos em cinco grupos e estimulados a pensar em pontos a serem discutidos por todos. Os grupos indicaram maneiras de economizar água e luz; de organizar o lixo; de não entupir o encanamento dos apartamentos, o que pode ser um transtorno para todos; e cuidados com a manutenção da pintura e do condomínio como um todo, para que não houvesse uma degradação como a vista em alguns conjuntos habitacionais. Um dos pontos citados foi a não colocação de roupas para secar nas áreas comuns, considerado pelos moradores como uma prática que não seria bem-vista num condomínio formal. Helena, que há anos trabalha com pesquisas em Manguinhos, afirma que nesta aula de economia doméstica ficou claro que as facilitadoras “não tinham conhecimento do que era a CCPL”.

“Ela ficou sabendo que nós havíamos saído da CCPL há quatro anos, e não há quatro meses. Ela se espantou quando a gente disse assim: ‘Mas isso a gente já sabe, porque estamos fora daqui há quatro anos’. E ela disse: ‘Quatro anos?!’. E eu: ‘Éeee’. ‘Nossa, pensei que eram quatro meses’”.

Com a falta dessa informação, as facilitadoras – neste caso, uma socióloga e uma psicóloga – também não se deram conta que, nestes quatro anos, muitos dos moradores

já haviam experimentado a formalidade da moradia, com contrato de aluguel firmado em imobiliárias e o pagamento de taxas de serviço e até mesmo condominiais.

“A gente já tinha experimentado o pagar luz, pagar água, pagar condomínio, conviver num ambiente em que você tem que se relacionar com o vizinho, de uma forma diferente da forma informal que é na favela. Então, isso tudo que estava sendo dito ali, nós estávamos vivendo” [Helena].

A aula de economia doméstica, portanto, mesmo sendo importante para aqueles que continuaram em moradias informais, em que não pagavam taxas, não levou em conta essas outras situações que foram criadas, já que os moradores retirados da CCPL ficaram anos em aluguel social e experimentaram também o que a oficina pretendia expor.

A terceira oficina, “Esse espaço é nosso – Condomínio”, tinha como objetivo discutir o contexto do condomínio a partir da lógica do que é comum e privado. A ideia era discutir as responsabilidades individuais e coletivas, além de valorizar o condomínio, sua manutenção e o aproveitamento dos espaços comuns sem desrespeito às individualidades. As facilitadoras apresentaram ambientes das unidades e dos blocos habitacionais, para que os moradores definissem o que era público ou privado, e de que modo poderiam preservar os mesmos. Julia Coelho afirma que enquanto as facilitadoras perguntavam onde se encaixavam a praça, a vaga do carro, “eles iam quebrando a cabeça. Você via que eles não percebiam claramente o que era de um ou de todo mundo”.

“Muitos ali não tinham um banheiro exclusivo dentro da casa anterior. Às vezes era um banheiro utilizado por várias famílias. Cozinha, a mesma coisa. Agora, cada um vai ter o seu espaço. E aí, o que antes era coletivo, agora é individual. E aí? Como cuida? O lixo, pode jogar aqui, não pode... Porque, a partir do momento em que você coloca o lixo da porta para fora, você entende que o lixo não é mais seu, alguém vai resolver. Alguém quem, vai resolver? Então, na verdade, é coletivo. É individual, mas é coletivo ao mesmo tempo” [Julia Coelho].

As facilitadoras não determinavam o que era privado ou coletivo. Se alguém dizia que o corredor, por exemplo, era coletivo, e outro dizia que era privado, a facilitadora não determinava quem estava certo, mas pedia para explicarem suas posições, quase como uma mediadora. Os moradores foram novamente divididos em grupos, desta vez, em quatro, que sugeriram questões a serem trabalhadas por todos. O debate então seguiu sobre a limpeza das áreas comuns e o fornecimento dos serviços básicos, como água, luz e gás.

Mais uma vez surgiu a questão do barulho, ou da lei do silêncio. Daiane, que se diz “meio barulhenta”, afirmou estar preocupada. Idosa e com os filhos já crescidos, na prática ela não morava sozinha: os dois cachorros da raça poodle davam sinal toda vez que alguém batia à porta. E mantê-los quietos demandava gritos, de vez em quando: “É que eu grito com esses cachorros, eu vou lá para a rua gritar com esses cachorros de manhã, aí eu me lembro: não pode fazer isso. Falar alto, assim. Bater com as coisas”. O assunto foi tão seriamente debatido – e o barulho, condenado – que uma das moradoras com as quais conversei em um dia de oficina disse estar pensando em desistir do apartamento, por possuir cinco filhos que estavam sempre fazendo barulho.

Nesta mesma oficina, o relatório do Trabalho Social indica que “em todas as turmas, moradores relataram questões problemáticas sobre a convivência na antiga CCPL, principalmente relacionadas a ‘intrigas com terceiros’ e a ‘relações interpessoais conturbadas’”. As facilitadoras propuseram então uma atividade integradora, colocando um papel preso nas costas dos participantes, onde os outros moradores escreveriam elogios e desejos para estas pessoas. A resolução de conflitos entre os moradores apareceria como tema em uma das próximas oficinas.

A quarta oficina, “A minha Comunidade”, pretendia discutir o contexto dos

moradores na apropriação e valorização da comunidade como organização social intrínseca à cidade. A aula foi aberta com perguntas sobre o que mais gostavam na CCPL, e, quase por unanimidade, as respostas indicaram a solidariedade entre os vizinhos. Antes dos elogios à CCPL, no entanto, os moradores relataram os problemas que possuíam, precisando ser lembrados pelas facilitadoras de que elas queriam saber o que mais gostavam. Sobre o que menos gostavam, como nas entrevistas para esta tese, em primeiro lugar surgiram os mosquitos, mas também a falta de privacidade, as enchentes, os problemas com a rede elétrica, a degradação dos prédios e o mau destino do lixo. Julia Coelho afirma que a questão do lixo é algo em que “se bate na tecla o tempo todo”. Helena afirma que a questão do lixo foi um dos pontos dos encontros que não “chegou a lugar algum”. Para ela, quando a casa “é para pobre”, o lixo é tratado de maneira diferenciada, pois não possui uma área específica para a colocação do mesmo. As lixeiras na Nova CCPL foram colocadas na entrada do conjunto, para onde os moradores deveriam se encaminhar para deixar seu lixo domiciliar.

“Se tem uma coisa que me ofende profundamente é que, em nenhuma casa, você é recebido pela lata de lixo na porta. O seu lixo está escondido. Por que no conjunto residencial a lixeira está na porta? É para nos identificar como relaxados, porcos, sujos, irresponsáveis? É para nos lembrar que nós ainda somos favelados?” [Helena].

Após esta atividade, os moradores leram um texto sobre Cidadania e foram convidados a pensar sobre o papel dos indivíduos, em contraposição ao papel do poder público. Uma discussão baseada em Direitos e Deveres, onde os cidadãos devem “fazer sua parte” para ter “legitimidade na hora de exigir do poder público”. O relatório do acompanhamento dos encontros ressalta exatamente que os moradores “estavam saindo de uma relação de informalidade com poder público para formalidade, no sentido de cumprirem as obrigações como: pagar luz, água, telefone e todos os gastos”. Apesar dos

gastos, que poderiam ser reduzidos devido ao acesso a tarifas sociais, condicionadas a um uso racional, as oficinas destacavam os direitos que os moradores iriam adquirir enquanto consumidores das concessionárias destes serviços.

O Módulo II chamava-se “Então tá combinado”, iniciando o processo de discussão das regras do conjunto. A quinta oficina, “Prefeito por um dia: o jogo do orçamento”, os moradores foram estimulados a discutir o orçamento doméstico. A ideia de que ganhavam menos do que era necessário, mas se organizavam no pagamento das contas, foi dominante. Os moradores foram divididos em grupos de cinco a seis pessoas, que deveriam pensar como uma família, com renda mensal de R\$ 1.200,00, em algumas oficinas, e de R\$ 800,00, em outras. Eles deveriam decidir as prioridades e o que poderiam comprar. Para alguns, esta atividade não era uma novidade. Alguns dos moradores foram morar na casa de familiares, juntando renda e realizando contas para arcar com as despesas. Houve casos ainda de famílias da própria CCPL que se uniram, somando os alugueis sociais. Estas situações geraram histórias como a da moradora que foi morar na casa dos pais, conseguiu poupar e realizou faculdade de pedagogia; e de um morador que foi morar na casa da sogra, em uma casa por ele construída, e fez economias para comprar um automóvel. Também foi discutida a importância do planejamento para levantamento de prioridades em relação à execução orçamentária do condomínio. Foi utilizada a mesma dinâmica do compartilhamento da renda, em que os participantes estimavam prováveis custos com limpeza, manutenção e funcionários. Após esta estimativa, dividiu-se os gastos totais por mês por 564 apartamentos, o que indicou taxas condominiais que variaram de R\$ 40,00 a R\$ 60,00.

O sexto encontro, chamado “Estamos Juntos”, tratou da mediação de conflitos entre os moradores. As ideias principais eram: o que é conflito, formas de gerenciar o

conflito (o papel de cada um), desfechos de um conflito, e resultados de uma mediação de conflito. A dinâmica teve como objetivo demonstrar que a cooperação mútua ajuda a resolver problemas e dificuldades, e que quanto mais pessoas envolvidas, mais fácil a solução é encontrada. Na segunda atividade, os moradores deveriam escolher seis pessoas para salvar o mundo, de uma lista fornecida pelas orientadoras em que constavam pessoas conhecidas por desvios sociais. Isto suscitou grandes discussões até os grupos entrarem em consenso internamente.

Ao final da sexta oficina, a equipe do Trabalho Social distribuiu cópias de uma sugestão do Regulamento Interno para que fosse debatido no encontro seguinte. Segundo o Governo, todos os pontos ali propostos tinham sido discutidos junto aos moradores nos encontros. Regras que diziam respeito às obras, no entanto, não foram debatidas, porque eram consideradas dadas. Os técnicos das obras eram convidados a falar sobre essas regras, já que os moradores não podem pintar as paredes externas, mas sim as internas; não podem derrubar paredes; há lugares específicos onde a parede pode ser furada; e há voltagens específicas para os aparelhos domésticos.

Maria Lúcia, com seus muitos anos vividos e suas várias famílias espalhadas no condomínio, concordou com a proibição de modificar os apartamentos por fora – “Um pinta de vermelho, o outro pinta de amarelo, o outro pinta de azul, um carnaval. Acho que nessa parte estão certos”. Mas algumas das regras discutidas naquela reunião já estavam no seu cotidiano. “Na reunião, ela falou uma coisa que eu sempre soube. Muita coisa que eu ouvi ali era o que eu sempre soube, que eu sempre fiz. Quando a gente trabalha em casa de família aprende muita coisa”. A questão do óleo, por exemplo, que não pode ser jogado diretamente no ralo da pia; e casos de entupimento dos ralos - “Não colocar comida, cabelo, nos ralos, essas coisas, porque todo mundo sabe que entope.

Tem que ser muito criancinha para não saber que essas coisas entopem. Porque tem pessoas que penteiam o cabelo, aquele chumaço de cabelo, pum, dentro da privada”.

Outra regra não discutida se refere à proibição de vender ou alugar o apartamento por cinco anos – simplesmente por não poder ser alterada. Quando os moradores se mudaram, eles receberam um documento chamado APO – Autorização Provisória de Ocupação, e somente ao final de cinco anos eles receberão a escritura definitiva dos apartamentos. Julia Coelho questiona: “Se realmente, ele morava na CCPL antes, em péssimas condições, como a gente conhecia, porque agora ele vai receber um apartamento e vai vender ou alugar, se ele precisa morar?”. Maria Silvia, ex-moradora da ocupação que não conseguiu se manter na mesma pela precariedade, afirma que as pessoas que querem vender ou alugar os apartamentos não seriam merecedoras dos mesmos. “Não tinha que merecer ganhar o apartamento. Se não precisa, para quê? Uma menina que também conheço já vendeu. Uma pessoa dessa tem direito de ganhar apartamento? Claro que não. Porque não precisa. Se precisasse, ia conservar igual a mim”, ressalta. No dia da entrega das chaves, conversei com um menino que havia “herdado” o apartamento. Sua mãe, a titular, faleceu naqueles quatro anos de obras, e ele passou a ser o proprietário. Mas ele havia sido criado por uma tia e morava com ela. Nunca tinha morado na CCPL. E não interessava a ele viver ali, o que o levou a anunciar a colocação do apartamento para aluguel já naquele dia. Algumas pessoas pensaram que não se adaptariam a um conjunto ou até mesmo ao pagamento das taxas, e desistiram de ocupar os imóveis, também anunciando o aluguel ou até mesmo a venda.

A discussão deste ponto é profunda. Se por um lado o apartamento do PAC for pensado como um direito daquele morador realocado, ele poderia fazer o que quisesse

com aquele imóvel. Se, por outro lado, e um ponto ressaltado pelos moradores mais antigos, pensarmos que mais de 300 moradores continuavam sem moradia, estes “não merecedores” estariam tirando a moradia de pessoas que de fato estavam em situação de vulnerabilidade habitacional e necessitavam daquele teto. De qualquer forma, o Governo do Estado não conseguiu impedir que parcela dos beneficiários quisessem “passar suas casas”, repetindo um movimento discutido na literatura desde a década de 1970 e que estava sendo monitorado pela EMOP nos três conjuntos de obras pelas quais era responsável (Complexo de Manguinhos, Complexo do Alemão e Rocinha).

O sétimo e último encontro, chamado “Quem manda”, foi dedicado à discussão do Regulamento Interno do condomínio. A oficina deveria apresentar o Regulamento Condominial como um produto elaborado coletivamente, discutindo e validando seus tópicos a fim de ser implementado por todos os moradores. No entanto, somente três pessoas tinham lido a sugestão de regulamento, o que motivou a leitura do mesmo no começo do encontro. O relatório indica que “temas mais polêmicos como a entrega das cartas, a taxa de condomínio, cobrança relacionadas às infrações (multas) e a contratação de funcionários mobilizaram a discussão e foram realizadas votações, por turma, onde prevaleceu o artigo que mantinha o pagamento de taxa condominial”. Estes itens, no entanto, deveriam ser rediscutidos nas assembleias, com a Comissão Gestora, na terceira etapa do Trabalho Social.

Como visto, as reações dos moradores aos encontros foram diversas. Há pontos com que concordam, outros que apenas aceitam, outros que discordam completamente. Há os moradores que elogiam, há os que aceitam com passividade, e há os mais críticos. Gostaria de destacar, aqui, duas impressões de entrevistadas para esta tese sobre as oficinas. Daiane afirma que as reuniões passaram “muita coisa boa. Pareceu que aqui ia

ser um mar de rosas, que ia ser muito bom, que ia ser o céu”. Já para Helena, o verbo mais forte foi “aprender” – “O tempo todo ela falava em aprender, aprender, aprender, como se a gente não soubesse tudo aquilo que ela estava falando”. Júlia Coelho assume que muitas das críticas se referiam a questionamentos sobre se o Trabalho Social estava “ensinando os moradores a morar” – “Não, não é isso. A gente só está dizendo que para muitos, é uma situação muito diferente da que viviam antes”. A situação, porém, poderia não ser diferente para muitos dos que participavam do curso. E outras tantas situações que poderiam ter sido exploradas não o foram, indicando que a adaptação à realidade dos moradores da CCPL não foi bem realizada. Uma das moradoras resume sua opinião: “Dá para perceber que foi para tapar buraco. Foi para encher linguiça. Foi para justificar verba, sabe?”.

4.1.1 Parênteses para retomar o passado

O Caderno de Orientações indica que outro objetivo do Encontro de Integração seria “alcançar aceções distintas quanto à organização e apropriação do espaço físico a partir de atitudes e comportamentos”, estabelecendo “um novo olhar sobre a convivência em sociedade”. A ideia de disciplinar o morador da favela para a convivência em um espaço distinto daquele de sua moradia anterior é recorrente, há décadas, nos projetos voltados para as favelas da cidade do Rio de Janeiro. O relatório de Vitor Tavares de Moura, elaborado em 1940 a pedido da Secretaria-Geral da Saúde do Distrito Federal e considerado o primeiro plano oficial destinado às favelas, sugere “a promoção de forte campanha de reeducação social entre os moradores das favelas, de modo a corrigir hábitos pessoais e incentivar a escolha de melhor moradia” (VALLA,

1984). Os habitantes das favelas são vistos como “pré-cidadãos”, não possuidores de direitos, “almas necessitadas de uma pedagogia civilizatória”.

Segundo Burgos (2006), é esta representação que norteará a experiência dos parques proletários. O autor cita Leeds (1978), quando descreve os mecanismos de controle utilizados nos parques: “além de atestado de bons antecedentes, seus moradores tinham que se submeter a sessões de lições de moral”. Como requisito para morar nos parques, os moradores deveriam se registrar no posto da polícia e possuíam carteiras de identificação que deveriam apresentar à noite nos portões, fechados às 22h. Diariamente, às 21h, o administrador do parque, ao microfone, “comenta os acontecimentos do dia e aproveita para dar as lições morais que julgava necessárias”. Bonduki (2011) esclarece o contexto da Era Vargas ao descrever que, embora a questão sanitária continuasse presente, esta passou para o segundo plano nos debates sobre habitação social e surgiram novos temas, “condizentes com o projeto nacional-desenvolvimentista” do período. A habitação passou a ser vista como condição básica de reprodução da força de trabalho, inserida na estratégia de industrialização do país, além de ser considerada elemento importante na “formação ideológica, política e moral do trabalhador, e, portanto, decisiva na criação do ‘homem novo’ e do trabalhador-padrão que o regime queria forjar, como sua principal base de sustentação política” (BONDUKI, 2011:73).

Em 1946, a Fundação Leão XIII surgiu como uma instituição dedicada à “assistência material e moral dos habitantes dos morros e favelas do Rio de Janeiro”⁹⁸ (VALLA, 1984), tendo como finalidade principal “oferecer uma alternativa à pedagogia populista estado-novista”. “No lugar da ideia de Estado-Nação e do apelo a lideranças

⁹⁸ FUNDAÇÃO LEÃO XIII. *Estatutos da Fundação Leão XIII: artigo 1º*. Rio de Janeiro, 2 fev. 1947

carismáticas, a Igreja oferece a cristianização das massas; no lugar da coerção, oferece a persuasão, (...) ao invés do conflito político, promete o diálogo e a compreensão” (BURGOS, 2006:29). Já a Cruzada São Sebastião, criada em 1955, tinha como finalidade “dar solução racional, humana e cristã” ao problema das favelas, através do desenvolvimento de “uma ação educativa de humanização e cristianização no sentido comunitário, partindo da urbanização como condição mínima de vivência humana e elevação moral, intelectual, social e econômica” (VALLA, 1984). Em 1958, no relatório da Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), o Dr. Geraldo Moreira, então Secretário da Agricultura do Governo Negrão de Lima, declarou que “o papel das autoridades é esse: orientar e dar apoio moral a essa gente, dar-lhe responsabilidade moral”⁹⁹.

O acesso à propriedade privada¹⁰⁰ preconizado na Lei Federal nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que instaurava a nova política de habitação popular, foi analisado por Gonçalves (2013:221) não apenas como uma maneira de “estimular a expansão do capital, mas também pelo fato de que a propriedade privada era considerada um elemento ‘pedagógico’ para as classes populares, assegurando, assim, maior estabilidade social (...)”. Na prática, a possibilidade de acesso à propriedade privada permitiu “afastar as ameaças de despejo, além de justificar a instalação dos serviços públicos no interior da favela” (idem, p.267). Em 1968, o Governo Federal anuncia a criação da Coordenação de Habitação de Interesse da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM), e entre as razões para a instituição deste órgão estão que “a população favelada era alienada da sociedade por causa da sua habitação (...), não tem os

⁹⁹ SOCIEDADE DE ANÁLISES GRÁFICAS E MECANOGRÁFICAS APLICADAS AOS COMPLEXOS SOCIAIS. Aspectos humanos da favela carioca. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 abr. 1960. p. 38, col. 4, supl. especial.

¹⁰⁰ Para estimular a disseminação da propriedade privada, a Lei nº 4.380 criou o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), tendo como agente executivo o Banco Nacional da Habitação (BNH).

benefícios de serviços porque não paga impostos, e (...) necessitaria de uma reabilitação social, moral, econômica e sanitária”. Seria necessário integrar os moradores à comunidade, “não somente no modo de habitar, mas também no modo de pensar e viver” (VALLA, 1984). A intenção “humanitária” da política de remoções e construção de conjuntos habitacionais era salvar os “pobres coitados” de sua vida miserável, oferecendo a eles uma moradia digna e uma atmosfera sadia (PERLMAN, 1977:240). Para BRUM (2012:163), que estudou a Cidade Alta, “os estigmas seguiram os agora ex-favelados no conjunto habitacional, pois todos os problemas de conservação do conjunto ou de inadimplência eram atribuídos aos vícios adquiridos nas favelas (...)”. Naquele conjunto, destaca-se o papel da Ação Comunitária do Brasil, que passou a ser justamente o de “adaptar” os favelados à nova vida nos conjuntos habitacionais, com atividades socioculturais e qualificação profissional (idem, p.103), à semelhança do que vemos no Trabalho Social do PAC.

Para Valla (1984), “a solução principal que se apresenta em quase todas as propostas é a da 'educação'. Quem não tem responsabilidade ou moral precisa se educar”. Também é interessante o verbo “reeducar”, como se a população favelada já tivesse educação e “desaprendeu”. “Ensinar 'autossuficiência', ganhar a confiança dos moradores, ensinar a 'viver e pensar' são termos que implicitamente traduzem concepções de passividade e ociosidade” por parte dos moradores, afirma o autor. E no caso do objeto de análise aqui proposto, os ensinamentos são passados pela classe dominante, com seus valores dando o tom do programa de aulas. Conceição (2014a:14) ressalta que, no Rio de Janeiro, as camadas superiores se apresentam como “os guardiões dos valores civilizados. São aqueles capazes de definir os ‘verdadeiros’ costumes e crenças: (...) a forma correta de comer, de se higienizar, de morar, de agir,

entre outras”. Considerando-se os civilizados, eles têm como função inserir os “não-civilizados” nos seus costumes, e “a inserção dos pobres em novas moradias se configura como uma excelente possibilidade de civilizá-los” (CONCEIÇÃO, 2014a:14).

4.2 Aqui estão seus direitos e deveres

Se nos conjuntos habitacionais construídos nas décadas de 1960 e 1970, “o ex-morador da favela viu-se diante de uma série de obrigações impostas pela COHAB” (VALLADARES, 1978:14), na Nova CCPL os moradores também entraram com um regulamento debaixo do braço. O Regulamento do Conjunto Habitacional Nova CCPL [Anexo C] possui dez capítulos e 81 artigos, que tratam das mais diversas situações com as quais os moradores podem se deparar e as orientações que deverão seguir. A diferença estaria no fato de que, teoricamente, todos estes artigos foram propostos e discutidos com os moradores dentro das oficinas. O primeiro deles afirma que “competem ao Síndico, à superintendência do conjunto habitacional, à sua administração geral”, tarefas complexas: de zelar pela limpeza a executar orçamentos, de fazer cumprir o regulamento e mediar conflitos, além de ser o representante dos moradores em assuntos de caráter coletivo. O artigo dois, no entanto, divide a responsabilidade de “cuidar e zelar pela segurança e limpeza” das dependências com os moradores, que ficam inclusive autorizados a “tomar as providências cabíveis para fazer cumprir” o regulamento, “devendo comunicar as infrações ao Síndico, para adoção de medidas necessárias”. São estas as justificativas para esta atitude: o artigo quatro afirma ser “os moradores interessados diretos pelo bom nome do conjunto habitacional e qualidade do ambiente”, e o artigo cinco indica que esta ação pode evitar “incidentes entre moradores

ou terceiros que frequentam o conjunto habitacional”. Outra proibição de caráter geral era a de não “transgredir, no interior do conjunto habitacional, as devidas regras de urbanidade e respeito mútuo, educação e prudência”. Ainda nas disposições gerais há a previsão das funções de Porteiro e Vigia Noturnos, além do Zelador, quando o conjunto for constituído em condomínio, restando ao último a distribuição das cartas.

O Síndico possuiria poder absoluto, sendo proibido “desobedecer qualquer decisão, ordem ou instrução regular do Síndico e/ou da Assembleia Geral, se for o caso”. Caberia a ele, ainda, “providenciar a retirada” das áreas de lazer de qualquer pessoa que “comprovadamente não mantenha a conduta compatível com o bom senso, respeito e moral, e desrespeite os princípios básicos de higiene, sem prejuízo da adoção de medidas necessárias cabíveis” para alcançar o “fiel cumprimento” do Regulamento. Apesar de ter papéis centrais e importantes previstos no regulamento interno, a eleição do síndico não foi um processo fácil. Na terceira etapa dos encontros, realizada depois da mudança, seria formada a Comissão Gestora, com a eleição de um subsíndico por bloco e um síndico para o condomínio, e a CCPL poderia ter a chance de formalizar o condomínio e constituir um CNPJ. Na primeira tentativa de estabelecer chapas para as eleições, no entanto, não houve interessados nem mesmo para as eleições de subsíndicos em todos os blocos. Apenas três blocos apresentaram nomes de possíveis representantes. O Trabalho Social teve que rever a proposta e planejar uma nova estratégia de convencimento de que o funcionamento e manutenção do conjunto seriam mais fáceis se os blocos possuísem representantes, e o conjunto como um todo, um síndico. A sensação – da pesquisa e da própria equipe social – era de que a influência da vice-presidente da antiga Associação de Moradores, Dona Cândida, era tão grande que ninguém se voluntariava para fazer frente a esta influência, já que a própria vice-

presidente não poderia ser candidata, por não morar no conjunto.

O Trabalho Social iniciou reuniões para a discussão, com os moradores, da formação da comissão gestora. Apesar de nunca ter obtido representantes de todos os blocos, foram realizadas reuniões com aproximadamente 40 pessoas, à noite, para a discussão do formato de liderança no conjunto. Durante o processo, surgiu um movimento dos próprios moradores para que não houvesse apenas um síndico e um subsíndico, pois acreditavam que não seriam suficientes para cumprir com todas as atribuições administrativas do conjunto. Foi sugerido, portanto, a formação de uma Comissão Gestora formada por quatro síndicos e pelos representantes de bloco. A comissão acabou sendo eleita em duas assembleias, com a presença de mais de 200 pessoas, e foi confirmada em uma Assembleia Geral realizada em 30 de outubro de 2015. Mas com uma ressalva: a comissão nasceu, no aspecto jurídico, como uma Associação de Moradores, com CNPJ constituído. A CCPL só poderá se constituir em condomínio após o fim das obras, quando os outros 164 apartamentos forem construídos e entregues. Somente com a construção de todos os blocos de apartamentos seria possível fechar a entrada principal do conjunto, o primeiro passo para a constituição de um condomínio em termos legais. Os conjuntos habitacionais construídos pelo PAC Favelas no Complexo do Alemão, no Complexo de Manguinhos e na Rocinha possuíam projetos com entrada livre em suas áreas comuns, sem possuir portão de entrada. Sendo assim, o caráter jurídico da associação se deu como um colégio associativo, com o nome de Conselho dos Moradores da Nova CCPL.

O artigo sete trata de um dos pontos mais polêmicos citados pelos moradores, pois determina que os “apartamentos do conjunto habitacional se destinam exclusivamente a residência familiar, não podendo ser utilizado para fins comerciais”, o

que segue uma regra criada pelo Ministério das Cidades tanto para o PAC Favelas como para o Minha Casa Minha Vida. Nos conjuntos construídos nas décadas de 1960 e 1970, Valladares (1978:51) relata que “previam-se residências-comércio, em número insuficiente, porém, para atender aos birosqueiros”; deste modo, “as biroschas, que sempre proliferaram no comércio livre das favelas, seriam em muito reduzidas nos conjuntos”. O projeto inicial da CCPL previa a construção de quiosques na alameda principal para que os moradores pudessem instalar esses comércios e obter alguma renda. Mas os quiosques não foram construídos. Não há uma explicação oficial. Conversas informais dão conta de que a experiência no DSUP – onde foram instalados quiosques atrás do Centro Cívico, ao lado da elevação da linha férrea – desencorajou o Governo do Estado a levar o projeto adiante na CCPL. A instalação do comércio nesses quiosques formais requer autorização de diversos órgãos, como a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), e a transformação do comércio em empresa formal. Diante da burocracia, a ocupação dos quiosques do DSUP não aconteceu, as estruturas foram depredadas, e o projeto, abandonado¹⁰¹. Na suposição de que o mesmo aconteceria na CCPL, os quiosques sequer foram construídos.

No entanto, a distância da CCPL para o comércio mais próximo, devido à própria configuração isolada do conjunto, aliado ao fato de que vários dos moradores possuíam comércio na época da ocupação fizeram com que pontos comerciais fossem abertos no conjunto já nos primeiros meses após a inauguração. Se no começo do trabalho de campo percebi uma instalação discreta de estantes nas varandas com os produtos a serem vendidos, ou mesmo o armazenamento destes no cômodo que seria destinado à sala; em março de 2014, em uma das minhas visitas à CCPL, já havia

¹⁰¹ A solução, ainda para o Governo, seria o fechamento de parcerias com empresas já estabelecidas, como a sorveteria Kibon, a empresa de cosméticos Natura, ou os restaurantes Bob's e McDonald's, para a ocupação desses quiosques.

comércios maiores gradeados, com espaço nas grades específicos para a realização das negociações comerciais. Algumas das varandas do primeiro andar dos blocos estavam completamente ocupadas pelos produtos à venda, notadamente itens alimentícios.

O Capítulo II trata de “Proibições no interesse comum”; são 25 delas. A primeira diz respeito a “alterar, prejudicar ou danificar qualquer das partes do conjunto habitacional, suas dependências e instalações comuns”. Amanda, uma dona de casa moradora do primeiro andar, discorda da proibição do fechamento dos corredores neste andar, o que criaria varandas para estes apartamentos. Isso significaria uma grande alteração nos projetos dos apartamentos, já que em cada “varanda” teria que ser aberto um portão no que hoje é a mureta do prédio. Isto foi realizado no DSUP, o que deu aos apartamentos do primeiro andar entradas independentes, mas, além de consistir uma grande alteração ao projeto dos prédios, obrigava todos os moradores do andar a fazerem o mesmo, já que o corredor era seccionado naquele local em que o proprietário criava sua varanda particular. Em relação a grades neste mesmo primeiro andar, um mês após a inauguração uma das moradoras já me indicou que conseguiu permissão – “Eu já pedi permissão, eles deram” – para a colocação de grades, sem especificar quem teria dado essa permissão.

As proibições à alteração do projeto também incluíam pintar de outra cor as paredes externas dos prédios e instalar aparelhos de ar condicionado ou exaustor na fachada do conjunto, além de novas ligações de água, energia elétrica e antenas externas de televisão e rádio. A proibição relativa ao ar condicionado ia contra a um pedido recorrente dos moradores, pleito realizado pela própria Dona Cândida durante as obras, cuja opinião era de que os apartamentos deveriam ser entregues com o espaço destinado à instalação do aparelho, o que não ocorreu. O Governo do Estado alegava que o uso do

aparelho consumiria muita energia, o que faria com que o consumo ultrapassasse o limite da tarifa social. Quanto à proibição da instalação de antenas, logo após a inauguração do conjunto foi instalado um posto de venda de uma operadora de TV por assinatura na entrada do mesmo, levando muitos moradores a fechar contrato com esta empresa e, conseqüentemente, instalar as antenas da operadora na parte de fora dos corredores dos prédios.

Outra alteração que não poderia ser realizada se relacionava ao jardim, onde os moradores não poderiam “adicionar, remover ou alterar o projeto à revelia do Síndico”. Isto estava acontecendo, mas esta alteração não era vista com maus olhos, já que algumas moradoras, principalmente as mais idosas, tomaram partes do jardim para si e cuidavam das mesmas, adicionando plantas e pedras, no intuito de embelezar o local. Helena afirma que um grupo de moradores “chamou para si a responsabilidade de limpar os canteirinhos verdes em torno da quadra”, até mesmo comprando seixos pintados de branco para colocar em volta das plantas. “Existe um desejo, uma expectativa e uma ação de tornar esse lugar agradável e perpetuar essa coisa agradável. Nós estamos nos dando a oportunidade de viver em um lugar melhor, zelando por esse lugar”, afirma a moradora.

As grandes discussões sobre som alto viraram o Artigo 22, que proíbe “Usar caixa acústica, rádios, vitrolas, TV, instrumentos musicais em níveis que causem incômodo aos demais moradores”. A lei do silêncio, neste artigo, é estabelecida das “22:00 às 7:00 horas da manhã”. Este horário aparece alterado no próprio regulamento, no Artigo 78, em que o período passa a ser “das 22h às 8h de domingo a sexta, e nos sábados, das 24h às 9h”. Há outra regra relacionada ao barulho, desta vez causado por reformas, o que proíbe que estas sejam realizadas de segunda a sexta-feira, das 17h às

8h. Apesar desses termos, Amanda, que mora exatamente no meio do conjunto, afirma que “muito do que foi falado lá no curso, muitas pessoas, aqui, pelo que estou vendo, entrou em um ouvido e saiu pelo outro”, principalmente em relação a som alto. Outra moradora, Helena, cujo apartamento se situa mais à frente, afirma não ter se incomodado com barulho, até aquele momento. “Tem um pessoal aqui que coloca uma *jukebox*, mas também não é a noite toda”. Em uma festa de aniversário, o espaço comum foi utilizado, mas “parou cedo, e limparam tudo. No dia seguinte você não vê evidências de que houve uma festa”. Na quadra, os meninos jogam bola até tarde, “mas não tem sido algo que perturbe muito”. Marisa, cujo apartamento fica próximo ao de Helena, também não reclama: “Aqui no meu bloco, eu não tenho barulho. Eu não sei os outros. Mas o meu está tranquilo. Silêncio total. Parece que estou em outro lugar. Nem parece aquele lugar, a antiga CCPL”.

A existência de regras dentro do conjunto leva a esse sentimento de diferenciação em relação ao antigo local de moradia, e mais: provoca um sentimento de diferenciação dos moradores que as seguem daqueles que não as seguem. Os primeiros se sentem orgulhosos de terem conseguido se “adaptar” a este novo modo de vida e até mesmo se tornam fiscais dentro do conjunto para saber se os outros moradores estão seguindo as regras pactuadas. Duas das regras provocam reações neste sentido de entrevistadas: a proibição de “estender, secar roupas e bater tapetes ou outras peças nas janelas, portas ou qualquer outro local de área comum, inclusive áreas de serviços”, e de “limpar as janelas de tal modo que a água escorra pelas paredes, sujando e caindo sobre as janelas de baixo”. Maria Silvia chega a afirmar que esta prática de secar roupas nas janelas era um “sinal de pobreza”. Maria Julia reforça, dizendo que alguns moradores “já começaram a pendurar roupa, começaram a destruir as portas, arrancaram a porta da

cozinha, querem botar outra. Falaram que não podia botar grade, e as pessoas já estão botando”. É enfática quando se fala em pendurar roupa para o lado de fora: “Eu acho que esse pessoal que faz isso, deveria continuar morando onde? Na antiga CCPL”. E se coloca como fiscal das regras: “Eu estava na minha varanda, colocando roupa no varal, e tinha crianças destruindo a lixeira. Falei: ‘Ó, não pode’. Se começarem a destruir, daqui a pouco vai estar o quê? Pior que a antiga CCPL”.

Um capítulo inteiro, o quarto, era dedicado à questão do lixo, possuindo, no entanto, apenas dois artigos: este deveria ser “acondicionado em sacos plásticos devidamente fechados” e “colocado na lixeira correspondente”; e “entulhos provenientes de reformas” deveriam ser removidos imediatamente para fora do conjunto habitacional, “sem deixar vestígios em espaços comuns”. Volto a Helena para falar sobre o lixo, quando a moradora critica a colocação das lixeiras na entrada do conjunto.

“A primeira coisa que você vê na entrada de qualquer comunidade é lixo. O Nelson Mandela também não tinha lugar destinado ao lixo. Quando eu saí daqui e fui para a vila, lá no cantinho, tinha lá, cobertura, portão, cadeado, tem uma pessoa que abre quando vem o caminhão da Comlurb. Quer dizer, em todo lugar, o lixo é tratado de uma forma, mas quando é projeto residencial para pobre, não tem tratamento. Aí, quando nós viemos para cá, quando nós chegamos, ainda não tinha as lixeiras. Falei: ‘Legal’. Um monte de gente se mudando, desfazendo trouxa, mala, e vão botar aquilo onde? Aí no dia seguinte chegaram as lixeiras. A coleta está tendo duas vezes ao dia, de manhã e de noite, mas continua no mesmo lugar. Bem na frente. O meu visitante, quando chega, é recebido pelo lixo”.

Quando os contêineres foram colocados na frente dos prédios, ela questionou o posicionamento dos mesmos, e a explicação que ela ouviu é que eles seriam substituídos, em cada bloco, mas somente após a Copa do Mundo, realizada em agosto de 2014. O técnico da obra que estava posicionando as lixeiras explicou: “Tem gente que não tem consciência, vai achar que é um lugar legal para colocar gelo e cerveja, e tal. Então, depois que passar a Copa, eles serão distribuídos”. Neste caso, para Helena,

seria iniciada outra adaptação: “Nós, moradores, vamos ter que nos educar, e nos acostumarmos a descer as escadas e ver que tem lá um contêiner, um lugar próprio, de preferência debaixo da escada, e não levar esse contêiner para onde eu quiser, fazer o que quiser com ele”.

A questão da limpeza e conservação das áreas coletivas é retomada no capítulo oito, que instaura um sistema promissor, mas que depende de uma colaboração de todos para que funcione plenamente. O Artigo 69 determina que a limpeza “das áreas coletivas, como corredores, praças, calçadas, caixa d’água e ruas internas ao conjunto habitacional será realizada em sistema de rodízios com a participação de todos os moradores”. Esta “escala de limpeza” seria estabelecida “através de sorteios” realizados pelo Síndico em reuniões mensais. Em casos excepcionais, seriam realizados mutirões de limpeza no conjunto. Este mesmo esquema de rodízio de moradores seria usado para a irrigação das árvores e dos jardins, cuja preservação seria de responsabilidade dos moradores. Daiane ressalta como a limpeza estava sendo realizada, com uma união subjetiva e voluntária entre os moradores.

“Nessa rua aqui, cada um limpa o seu pedaço. Eu limpo meu pedacinho, o rapaz limpa lá de trás, tem uma velhinha que limpa também, a frente. Dali de cima, não, só daqui de baixo. Aqui é tudo limpinho, a gente cuida daqui, não deixa sujeira aqui. Começou a vir sujeira, a gente cata, bota na lixeira, deixa ali. (...) Enquanto eu tiver condições, eu faço. Agora o resto, que vivam da maneira que quiser”.

Maria Morena também afirma que sua vizinha do andar de cima “desce, varre a escada todinha, varre aqui por trás, varre tudinho. Ela varre o jardinzinho, cata o lixo, chama os filhos, para colocarem para lá”.

O penúltimo capítulo, de organização comunitária, estabelece que deveriam ser realizadas “reuniões mensais de conjunto habitacional e reuniões extraordinárias, quando necessário”. Já as disposições finais afirmam somente que o regulamento

deveria ser “levado a conhecimento de todos os moradores, a fim de que não se recusem de cumprir as normas nele contidas”. O não cumprimento das normas acarreta multas aos moradores. O Capítulo V previa casos em que caberia indenização por danos causados e onde haveria isenção de responsabilidade, tanto para os moradores quanto para “a massa condominial”. As penalidades estavam previstas no sétimo capítulo – qualquer infração ao regulamento ficaria sujeita ao pagamento de multa de valor equivalente a uma contribuição mensal para as despesas do conjunto vigente à época. Moradores que causassem “aumento das despesas comuns” também seriam obrigados a pagar esse excesso.

Estas eram as únicas despesas previstas no regulamento condominial. A taxa de condomínio foi estabelecida nas assembleias realizadas posteriormente com a Comissão Gestora constituída, e o valor instituído foi de R\$ 25 mensais. O Trabalho Social realizou grupos focais com os representantes dos blocos para o treinamento no controle de fluxo de caixa, organização de documentos e gerenciamento de verba de pessoas jurídicas, entre outros. Inicialmente, a taxa – ou contribuição para o Conselho de Moradores – passou a ser cobrada em boleto bancário, mas depois se passou para depósito em uma conta jurídica aberta na Caixa Econômica, devido ao custo do boleto, de quase R\$ 4 cada. Julia Coelho afirma que os moradores apontam o pagamento das contas como maior dificultador de se manter no apartamento, e a preocupação com a taxa condominial entra nessa questão.

A decisão de se constituir ou não um condomínio é dos moradores. Enquanto for apenas um conjunto habitacional aberto, a Nova CCPL recebe os serviços públicos, como limpeza urbana, Parques e Jardins, e Correios. A partir do momento em que se tornar um condomínio fechado, os serviços públicos não entram, e todas as despesas de

manutenção, coleta de lixo e segurança ficariam por conta dos moradores. Julia Coelho defende esta formalização:

“A partir do momento em que eles cobrarem que seja um real de cada morador, porque quando dói no bolso, a pessoa se obriga a se conscientizar mais com determinadas coisas, então, acho que eles poderão ter um cuidado melhor com o espaço, também talvez por ser um canto meio isolado ali em Manguinhos, eles vão cuidar. (...) Acho que também pelo fato de todo mundo ser morador do mesmo espaço antes, e já ter essas relações estabelecidas entre eles, boas ou ruins... Vai se tornar um modelo para outros conjuntos. Acho que ali vai dar certo”. [Júlia Coelho]

Os conjuntos habitacionais construídos pela EMOP não foram projetados para serem condomínios. Tinham como ideal a “integração da comunidade com a cidade”, e foram inaugurados sem grades, muros ou portões. Em alguns, no entanto, foi tomada a decisão de se transformar os conjuntos em condomínios. Na Poesi, por exemplo, o modelo parecia estar funcionando. Os moradores promovem festas para arrecadar dinheiro e atividades para cuidar do condomínio; uma das melhorias já realizadas foi a colocação de piso nas escadas dos blocos.

Em dezembro de 2015, uma média de 50% dos moradores da Nova CCPL estava com o pagamento da contribuição ao Conselho de Moradores em dia. O regulamento, ao não mencionar o estabelecimento da taxa condominial, não regula o pagamento da mesma, ou provável penalidade pelo não pagamento. A única menção à taxa está no Artigo 65, que afirma: “Qualquer morador que por si ou seus dependentes e empregados infringir qualquer dispositivo deste Regulamento do Conjunto Habitacional Nova CCPL ficará sujeito ao pagamento de multa de valor equivalente a uma contribuição mensal para as despesas de conjunto habitacional vigente a época, tantas vezes quantas forem as infrações”.

Mesmo, teoricamente, elaborado e pactuado com os moradores, o regulamento estabeleceu regras que logo estavam sendo desrespeitadas e ignorou situações que

vieram à tona em pouco tempo. A colocação de grades, o estabelecimento de comércios e a alteração das fachadas, com a instalação de antenas, eram proibições que não foram seguidas por diversos moradores, e logo após a inauguração do conjunto. A indicação de não intervenção no jardim vai de encontro ao fato de que algumas moradoras trouxeram para si essa responsabilidade e fizeram desse cuidado mais que um passatempo, mas uma doação ao condomínio. O desrespeito às regras, no entanto, não é novidades em projetos similares. Nos conjuntos habitacionais construídos nas décadas de 1960 e 1970 houve um claro desrespeito às regras no decorrer dos anos, como a construção de novos cômodos nos apartamentos e até mesmo novos andares, os chamados “puxadinhos”. No DSUP, o Governo do Estado lidava com uma série de questões como a alteração do local de armazenamento dos botijões de casa, a limpeza de áreas comuns e o aluguel e venda dos imóveis.

4.2.1 Mais do conjunto

A falta de menção à taxa condominial, ao cálculo da mesma ou à penalidade pelo não pagamento trouxe no primeiro momento insegurança aos moradores em relação a mais uma taxa entre outras que passariam a pagar – ou continuariam a pagar, mas em um novo contexto. E estas taxas se configuravam como a principal preocupação dos moradores no condomínio. Mas as falas indicam mais uma preocupação com o valor das mesmas do que com o pagamento em si, já que estavam em uma nova casa e não saberiam como seria o consumo naquela moradia. Zaluar (1985:82) afirma que a moradia representa um gasto, contabilizado, pesado, medido, manipulado nos cálculos orçamentários estreitos” dos trabalhadores pobres. Algo que estava tirando o sono de

Daiane. “Essa noite eu nem dormi. Eu passei quase a noite em claro, pensando: ‘Ai meu Deus, eu ando com tão pouco, como vou pagar isso tudo, meu Deus? Como vai ser?’”. O assunto se encerra com simplicidade: “Mas Deus ajeita. Deus é misericordioso”. Maria Silvia ainda estava sem gás quando a visitei; não conseguia nem ao menos agendar a instalação, mas esperava que as três contas – água, luz e gás – não passassem de R\$ 200,00. Amanda afirma que “apertando daqui, dali, tem que pagar. Tem que acostumar a outra vida, porque antes nós não pagávamos nada em comunidade, mas agora temos que pagar”. Neste momento, entram as contas do orçamento doméstico. Ricardo afirma que as contas devem estar “de acordo com nossa realidade. Se a gente tem um orçamento de mil, não pode gastar mil e duzentos”. Maria Morena recebe pensão por um filho que faleceu, de R\$ 450,00, e acredita que terá que fazer contas para pagar as taxas. “Se vier uma taxa para eu pagar, eu vou pagar, e vou dar meu jeito aqui dentro de casa. Secretamente aqui, vou dar meu jeito para eu comer, comprar meu remedinho, e o resto, Deus completa”. E sem reclamações: “Eu não vou reclamar, porque eu tenho minha luz, eu tenho minha água quente, vou reclamar porque estou pagando? Onde eu morava, eu pagava o aluguel, e ainda pagava a luz, e porque não vou pagar alguma coisa que vai ser meu?”.

Há uma preocupação em se manter dentro da tarifa social, para o qual teriam que “se acostumar a outra vida”, como afirma Amanda. Se antes deixava luz acesa, ficava “horas e horas” no banheiro, “deixava as coisas ligadas”, a dona de casa diz que agora “as coisas estão mudando, estou sentindo que estão mudando”. “Às vezes, quando estou em um cômodo, eu saio, aí lembro: ‘tem que apagar a luz’, aí eu volto”. Maria Morena também explica suas adaptações: “Por exemplo: eu fiz almoço. Não vou fazer janta. Já vai economizar gás. Eu tenho a luz. Eu vou tomar banho com a luz daqui. Eu e ele, só.

O que eu vou gastar de luz?”. Esta economia também preocupava Daiane: “Eu sempre morei numa casa que pode usar água com fartura, luz eu não sou de gastar muito. Quando eu faço costura, eu entrego a roupa passadinha, aí eu passo. Eu gosto de chuveiro de água quente. Essas regras são meio difíceis”. Uma das autoridades entrevistadas para esta tese indica que com o tempo os moradores entenderiam o que poderiam consumir ou não, para que pudessem se manter nos limites das tarifas sociais:

“O Estado faz a parte dele, mas a comunidade, como um todo, não a comunidade específica, tem que fazer a parte dela. Para o morador receber aquele apartamento, tem um acompanhamento social que ensina como funciona a formação de um condomínio, como você convive com os outros vizinhos. Mas sentimos que quanto menor o nível, quanto menor a renda, mais complicado isso fica. O sujeito saiu de uma condição em que ligava o ar condicionado e ficava lá, o dia inteiro. Gastava a água para lavar a calçada, o carro, o dia inteiro, e no fim das contas não tinha uma conta de condomínio para pagar. Agora tem. Então a conta de água vem enorme, e ele diz ‘opa’, tem que mudar a cultura dele. Entrei, apaguei a luz, saí, fechei a torneira. Isso só com o tempo para a gente, realmente, fazer isso”.

Está presente, no entanto, a ideia de que com o dever de pagar as contas virá uma série de direitos. Maria Julia afirma que isso significa que “assim a gente vai ter direito de reclamar, se não tiver água, luz, ou gás de rua”. Maria Morena lembra da “expectativa de que o gás ia acabar, e não podia fazer um bolo, porque o gás estava acabando”. Seu filho afirma que é um conforto a mais, de “não pegar um botijão de gás e atravessar lá para o outro lado, no meio da madrugada, porque pobre só dá azar na madrugada, o gás só acaba na madrugada”. Pagando a conta, se der problema, “chama a CEG. Você pagou certinho, pode reivindicar direitos”.

O conjunto trazia uma série de melhorias, dos espaços livres - “No Jacarezinho era muito fechado, tudo muito junto, aqueles becos tudo apertados”, diz Daiane – ao prazer de uma moradia nova – “Tudo limpinho, uma casa feita, direitinho”, continua a costureira, completada por Fernanda: “Eu morava num beco, sem comparação com o

apartamento”. Até mesmo a redução do número de mosquitos é comemorada: “Uma casa que não tem mosquito. De vez em quando ainda vejo um mosquito, eles me perseguem. Mas é mosquitinho que tem em qualquer lugar”, destaca Maria Silvia. Mas há aqueles moradores que sentem falta de uma casa, no sentido literal. Helena ressalta que morar em um apartamento é uma mudança grande para um morador que historicamente viveu em um barraco. “Não é que ele não tenha condição intelectual de se habituar. (...) Mas a minha cultura é viver em casa. Era um barraco na favela, era no morro, falta água, mas era minha casa”. A moradora cita a própria mãe, que morou a vida inteira em casa. “Apartamento, para minha mãe, era o lugar que ela ia trabalhar como empregada doméstica. Ela passou por uma profunda depressão, que ela teve que se conformar de que ela tinha que vir para cá”. Para Helena, os moradores “pensam no apartamento como casa. Poucas pessoas falam o meu apartamento”. O seu próprio sonho de vida, ou “projeto de vida, é terminar minha vida numa casa. Eu estou muito feliz, muito satisfeita, fui socorrida num momento de dificuldade, quando vim para cá, mas o meu sonho é uma casa, não escondo isso nem de Deus, nem de ninguém”.

A última etapa do trabalho social, a terceira, realizada nos seis meses após a entrega das obras, voltou-se essencialmente para o acompanhamento da eleição da Comissão Gestora e da formação do condomínio, que não ocorreu. Julia ressalta: “Porque depois que você muda, dá vida àquele lugar... O condomínio é um prédio pronto, inteirinho, tal, bonito. Depois que você começa a usar que você vê as coisas boas e ruins dali”. Também há um acompanhamento de problemas que possam surgir relacionados com a própria obra, como uma queda de torneira, por exemplo. Julia Coelho afirma ainda que, na CCPL, todas as atividades de geração de trabalho e renda e de educação sanitário-ambiental ficaram para esta fase. Após a mudança, os moradores

teriam que ter acesso a uma série de cursos e palestras, entre outras atividades. A escolha dos cursos foi realizada após uma pesquisa prévia com os moradores, e os temas foram discutidos dentro dos Encontros de Integração. Um dos projetos seria de jardinagem, para compor os canteiros em volta dos muros que cercam o condomínio. A ideia seria que, trabalhando no próprio condomínio, eles deixariam o produto das oficinas para a própria comunidade. Outra oficina seria voltada para a questão do lixo, com uma campanha de educação sanitária que passaria pela questão de o Canal do Cunha cruzar o terreno da CCPL. A conscientização seria no sentido de não jogar lixo ou objetos no canal, para que não entupir e provocar enchentes.

Ao final, foram realizados os seguintes cursos, de janeiro a novembro de 2015: Guia de Turismo Regional, Agente de Viagens, Inglês para Turismo, Gestor de Eventos em Turismo e Hospitalidade, Pequeno Empreendedor – Agente de Viagens, Camareira e Arrumador, Vigilante, Empregabilidade, Curso de Marcenaria e Curso de Economia Doméstica. O curso com mais sucesso foi o de formação de vigilantes, com nenhuma desistência entre os 25 alunos, e os dois menos procurados e com maior evasão foram o de marcenaria e o de inglês, que terminaram com apenas dois formandos. Para o presidente da EMOP, a pós-ocupação é fundamental. Se não for elevado o poder aquisitivo dos moradores, Ícaro Moreno acredita que não se consegue uma grande mudança. “Existe a degradação natural da casa. E se ali na degradação ele não botar nenhum dinheiro para pintura... Ele pode ter o zelo que tiver, mas se ele não tem dinheiro... Então, tem que melhorar as condições econômicas da família”. Esta melhoria se daria com parcerias com a iniciativa privada, como a realizada no Complexo do Alemão, com a Natura, que inseriu ali 2500 revendedoras. “E deram capacitação para esse pessoal. Aí melhora a condição da mulher, da filha, pessoa quer trabalhar. E do

filho, e do marido”, afirma.

4.3 Com as próprias pernas

Com o encerramento do Trabalho Social em 11 de novembro de 2015, os moradores passaram a caminhar com suas próprias pernas. O Governo do Estado não possui um programa de acompanhamento dos conjuntos entregues, com o PAC Social mantendo-se no território por apenas seis meses após a inauguração. Na Colômbia, por exemplo, segundo Ruth Jurberg, o Estado se mantém com uma equipe que administra as demandas dos condomínios e auxilia o síndico na gestão do mesmo. Ícaro Moreno afirma que a retirada da equipe do Trabalho Social reflete o fato de que o Brasil “não tem prática da manutenção, da conservação, e nem a cultura do longo prazo. O Brasil é tudo do curto prazo, do rápido, para ontem”. Para o engenheiro, o pós-ocupação deveria voltar ao diagnóstico inicial realizado, já que “todas as comunidades têm sua característica, sua história, sua ambiência, seu passado, sua cultura”. Em cima dessa análise, seriam criados os programas específicos para esta comunidade. “Perseguir 20 anos, 10 anos, o que seja. Não dá para entrar e sair. (...) No Brasil falta um antes, o durante está razoável, avançou, e o pós está mal”. Trata-se da continuidade de um problema que atingiu muitos dos conjuntos habitacionais construídos pela COHAB e pelo BNH nas décadas de 1960 e 1970. Giuseppe Badolatto, chefe da equipe de arquitetos da COHAB naquelas décadas, aponta que o atual estado de muitos conjuntos habitacionais, hoje tidos como favelas, deve-se ao fato de não terem recebido a devida manutenção após sua instalação. Segundo o arquiteto, a fusão do Estado da Guanabara com o Rio de Janeiro provocou um vácuo na gestão dos conjuntos – “Nem moradores,

nem COHAB, nem Prefeitura assumiram-na” (BRUM, 2011: 253). O resultado foi a degradação da maioria dos conjuntos habitacionais construídos naquelas décadas, com o aparecimento de problemas estruturais nos prédios e alterações às plantas originais, como a construção de novos cômodos, redução de áreas comuns e transformação das vias internas em becos.

Na Nova CCPL, os moradores estavam seguindo regras pactuadas no Regulamento Condominial, deixando outras de lado, e elaborando novas regras entre si, ao buscar novos caminhos. As regras levaram a um sentimento de diferenciação entre aqueles moradores que as respeitavam dos que desobedeciam, mas também criaram grupos dispostos a defenderem a organização e a ordem do conjunto, nesta fase de autogestão. Alguns problemas já tinham sido detectados pelos próprios moradores, dando a sensação de que é uma questão de tempo para a degradação do conjunto. Maria Rita afirma que os fundos dos prédios já estavam “uma imundície”. “Vai mudar nada. Vai voltar a mesma coisa que era. Daqui a mais algum tempo, você vai ver só, vai ficar uma porcaria, isso aqui”. Uma pena, porque “encontraram tudo bonitinho, tudo ajeitadinho”. Voltar ao que era significaria voltar a ser uma favela.

“Os prédios são bonitinhos, arrumadinhos, tudo cheirosinho, mas não passa de favela. Porque os moradores aqui fazem a favela, entendeu? Por exemplo, isso aqui é normal, essa hora assim, está a maioria trabalhando, mas quando for lá para umas dez, você passa, dá até vergonha. Porque as pessoas não sabem se comportar. É palavrão, são certas músicas que, sabe, desagradam a pessoa que tem pudor. Quem não tem, acha maravilhoso”. [Maria Lúcia]

Para Rômulo, isso acontecia porque a mentalidade das pessoas não mudou. “É um problema se a pessoa sai da favela, mas a favela não sai da pessoa. A pessoa não esquece a favela. Continua com a favela dentro dela. A favela está dentro dela, ela continua o quê? Botando a favela para fora”. Como exemplo, afirma que já havia

moradores querendo instalar ligações ilegais de luz. “Aí é o que eu falo, que a favela não saiu deles. É onde entra o ditado: saiu da favela, mas a favela não saiu dele”. Neste caso, Rômulo trabalha com a internalização da ideia de que a favela seria o modelo a ser rejeitado, pois significa tudo que há de ruim, e que o conjunto deveria gerar uma nova atitude social.

Maria Lúcia acredita que a degradação já percebida acontecia porque “muita gente confunde pobreza com porcaria, com imundície”. Ela e os seus, não. “Eu sempre fui pobre, muito pobre mesmo. Mas eu fui rica de uma coisa. Eu não leio nem escrevo. Mas conheço muito bem o que é limpeza, o que é respeitar os mais velhos, respeitar as pessoas”. Maria Morena afirma que desde que veio para o Rio de Janeiro, estava “vivendo no meio de sociedade”. “Gente, é impossível que eu não aprenda alguma coisa. Eu não aprendi a ler, mas aprendi a assinar meu nome. (...) Então, a gente vê, a gente ouve as pessoas falarem, a gente vê as pessoas fazendo, não é possível que a gente não aprenda”.

Havia, no entanto, uma clara determinação entre alguns moradores de manter o conjunto organizado. Claudio concentrava suas esperanças em um novo comportamento dos moradores. “Acho que eles vão andar mais para frente do que para trás”. Isso incluiria uma ajuda mútua, visando a tornar a CCPL um lugar padrão. “Porque se todo mundo começar a fazer besteira, jogar lixo, fazer rebeldia, vai ficar feio. Tem que se manter um lugar padrão. Se todo mundo se unir, para poder limpar rua, fazer certo tipo de serviço, vai ficar bom”. Esta união dos moradores para a solução de problemas era algo que acontecia na ocupação, principalmente após as enchentes: “O pessoal tinha seu barracinho de tábuas, tudo bonitinho, mas quando dava enchente, perdia tudo. Acho que o povo aqui é merecedor. Sofredor. Porque quando a gente fazia mutirão aqui, com as

ruas cheias de lama, de esgoto, pessoal fazia mutirão para poder limpar”, lembra Claudio. Já Rômulo aposta em uma atitude individual. “Se cada um fizer o seu, se a gente fizer o que é determinado, a gente passa o exemplo. Se está sujo, não é porque está sujo que tem que desanimar, eu vou limpar”.

“Para sobreviver, a gente tem que se adaptar a tudo. Se alguém chegar aqui e dizer que eu não posso ter essa planta aqui, eu não vou querer essa pessoa falando todo dia, eu vou dispensar, está entendendo? Eu vou seguir as regras, eu já segui muitas regras que não eram para mim, eu segui. Patroa falando, marido falando, filho abusando. E porque eu não vou seguir uma regra que é para mim? Eu vou seguir isso, sim. Com certeza. Se chegar aí agora: ‘Eu não quero essa planta aí’. Eu não me importo que aquela lá tenha, ou não tenha. Então, está bom. Boto minha planta para lá, tiro daqui, para não ouvir falando de novo. Porque já ouvi muito. Com 75 anos, não quero ouvir mais. Nem discutir. É isso que eu quero. Eu quero sossego” [Maria Morena].

Este também era o desejo de Marisa: “Para outro lugar, eu não vou mais. Pretendo ficar aqui, conservar tudo bonitinho, melhorar cada dia mais, e ficar aqui”. A filha, de 15 anos, completa: “Ela diz que quer sair daqui para o Cemitério do Caju”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A favela, para Valladares (1978:45), exerceria funções importantes devido à sua localização – “facilita o acesso aos mercados de trabalho e reduz os gastos com transporte” – e à sua natureza – “área de invasão construída com recursos precários” –, o que permite que “os gastos com a habitação sejam reduzidos. Constitui, assim, para muitos, uma verdadeira 'solução orçamentária', cujo papel é fundamental na luta diária pela sobrevivência na cidade”. Ao invadir aquela fábrica abandonada e inaugurar a configuração da *favela* CCPL, os primeiros moradores estavam em busca destas vantagens proporcionadas tanto pela localização quanto pela natureza do espaço, acrescentadas ao fato de que encontravam no entorno diversos equipamentos sociais existentes em uma região já consolidada da cidade. O projeto apresentado pelo Governo para aquele terreno, outrora ocupado por uma das maiores empresas de beneficiamento de leite do estado, procurou garantir, ao menos para parte dos moradores, a manutenção naquela mesma localização. As ruínas da CCPL receberam pessoas que nasceram e cresceram no Complexo de Manguinhos e no Jacarezinho, possuindo parentes e amigos em comunidades próximas, ou pessoas que nos anos anteriores já haviam buscado uma localização central para reduzir o tempo de deslocamento até o trabalho, vindas de lugares periféricos, como demonstram as entrevistas realizadas para esta tese.

Ressalto que este projeto foi proposto em um contexto no qual a cidade assistia

ao retorno das remoções de moradores de favelas e de áreas de risco para locais distantes das moradias originais, o que distingue a transformação sofrida pela CCPL de outros processos registrados no Rio de Janeiro. Rolnik (2015:12) afirma que a remoção dos moradores de áreas centrais “reforça a ideia de que o lugar dos pobres é na periferia, em áreas não conectadas com o restante da cidade e desabastecidas de qualquer infraestrutura”. Já Faulhaber e Azevedo (2015:73) destacam que, em vez de o Governo “promover a ocupação das áreas com mais postos de trabalho, uma política mais racional frente aos gastos excessivos de tempo e dinheiro empreendidos hoje pelo trabalhador em seu deslocamento diário, prefere oferecer moradia nas zonas mais afastadas”. Gonçalves (2013:361) ressalta que até mesmo a Lei Orgânica do Rio de Janeiro possui uma proposta de alteração, através do projeto nº 9/2005, que “relativiza também a obrigação de reassentar os favelados nas proximidades da favela erradicada, estabelecendo como única condição que o local escolhido pelo município esteja servido pela rede de transportes públicos e pelas redes de abastecimento de água e esgoto”.

A CCPL transformou-se na Nova CCPL no mesmo local, continuando conectada com a cidade e usufruindo da infraestrutura oferecida pelo entorno – além de ter tido a própria infraestrutura melhorada. Neste contexto, o projeto do Governo do Estado, através do PAC, de manter os moradores da CCPL naquele mesmo local garantiu o direito à cidade àqueles indivíduos, não só o direito a viver a cidade que eles escolheram para si como o direito de ter acesso a toda a infraestrutura e equipamentos sociais que a cidade oferece. Com a impossibilidade de urbanização da favela, por conta da precariedade e degradação dos prédios, a retirada dos imóveis com a implosão do prédio para dar lugar a um conjunto habitacional se traduziu em um projeto que respeitou o acesso à infraestrutura do entorno e as relações estabelecidas naqueles dez anos,

relacionadas a trabalho, locais de ensino e redes pessoais que garantem um suporte cotidiano às famílias. Isto faz da CCPL um projeto peculiar no atual contexto de políticas voltadas para as favelas do Rio de Janeiro.

A natureza daquele espaço, no entanto, se alterou. A Nova CCPL não era mais um local de invasão com moradias precárias. Tornou-se um conjunto habitacional, com moradias dignas e próprias; mas que significavam o pagamento de novas taxas e regras que deveriam ser seguidas, pactuadas no chamado Curso de Integração. Requisito para a entrega das chaves, o curso, na CCPL, adquiriu características próprias por se tratar de pessoas que já se conheciam, focando apenas na elaboração das regras de convivência no conjunto habitacional. Estas regras trouxeram apreensão, em um primeiro momento, nas aulas, porque significavam uma grande incógnita sobre o que encontrariam. Já no conjunto, as regras foram se adaptando aos moradores, mais do que eles a elas, para que se encaixassem na realidade dos mesmos. As contas continuaram a se configurar uma preocupação, como em projetos de décadas anteriores. Dessa vez, não pelo afastamento das oportunidades de trabalho, mas pela inclusão na moradia formal em um novo contexto para eles, o que significou o pagamento de taxas de serviços públicos às quais alguns não estavam acostumados; e pela proibição do comércio dentro do conjunto, o que na favela significava geração de renda para algumas famílias. Esta regra foi uma das primeiras a serem rompidas, tanto pela necessidade de geração de renda como pela utilidade que os pequenos comércios significam dentro do conjunto, isolado das áreas comerciais do entorno. Voltando às novas contas, os moradores estavam adaptando suas rotinas e economizando para que coubessem em seus orçamentos. A taxa condominial, por exemplo, foi absorvida por apenas metade das famílias.

No trabalho de campo, com o acompanhamento das etapas de desconstrução do

espaço CCPL como favela, pude observar que, apesar de manter os moradores no mesmo local das moradias originais, o projeto não impediu as famílias retiradas da fábrica de viverem etapas equivalentes a um processo de remoção. A notificação da saída dos moradores, que causaram uma apreensão inicial agravada pelas poucas informações que tinham do projeto; as marcações das casas com tinta *spray*, que condenavam aqueles imóveis à demolição; a negociação individualizada com o Governo do Estado para a definição de seus destinos. Retirados das casas, viveram a difícil tarefa de procurar uma moradia temporária com um auxílio-aluguel não compatível com a especulação imobiliária registrada na região. O sorteio dos apartamentos decretou quem seriam os proprietários no novo conjunto a ser construído naquele mesmo local, relegando os outros moradores a uma espera que dura até hoje. Aos que foram sorteados, a espera foi de quatro anos pela moradia definitiva. A todos, o dia 08 de janeiro de 2012 significou a implosão de suas casas, reduzindo literalmente a pó os investimentos realizados naquele lugar durante dez anos. Por este motivo, chamei este processo de remoção para o mesmo lugar. A remoção não é um processo traumático apenas por provocar um deslocamento para locais distantes, mas também pelas incertezas geradas pelo processo como um todo.

E as incertezas para os moradores da CCPL não cessaram. Mesmo o terreno de 22 mil metros quadrados não foi suficiente para manter naquele mesmo local as 1122 famílias que optaram pela unidade habitacional. O conjunto, inteiro, teria 728 apartamentos, abrigando 65% dessas famílias. Os problemas que surgiram com as obras, no entanto, fizeram com que apenas 564 apartamentos fossem entregues, deixando os 164 sorteados para os blocos restantes ainda à espera de suas casas próprias. Outros 78 foram encaminhadas para condomínios do MCMV no Complexo do Alemão. O que faz

com que 185 famílias, seis anos após o início da remoção dos moradores, não saibam nem mesmo onde serão beneficiados com as unidades habitacionais, tendo como destino provável o Complexo do Jacarezinho. Para estas famílias, o caminho “da favela ao conjunto habitacional” ainda não se completou. Seus destinos estão em aberto, assim como os de tantos outros moradores de favelas do Rio de Janeiro.

ANEXO A

Perfis dos entrevistados e personagens citados

A intenção de apresentar estes perfis é facilitar ao leitor informações sobre os entrevistados para esta tese, cujas trajetórias são tratadas ao longo do texto. Os nomes dos moradores entrevistados foram trocados.

Em ordem alfabética:

Amanda – Carioca, 38 anos, dona de casa, ex-moradora da Vila Arará. Comprou a casa na CCPL anos após a invasão.

Cândida Maria Privado – Maranhense, 56 anos, vice-presidente da Associação de Moradores da CCPL. Atuou na invasão da fábrica, mas morou poucos meses na mesma.

Claudio – Carioca, 45 anos, empregado da construção civil, viveu em diversas comunidades antes de ir morar na CCPL, um ano após a invasão. Trabalhou durante a adolescência na fábrica, foi funcionário da Associação de Moradores da CCPL e trabalhava na obra de construção do conjunto habitacional na época da entrevista.

Daiane – Natural do interior do Estado do Rio de Janeiro, 76 anos, costureira, ex-moradora do Jacarezinho. Conseguiu um terreno na fábrica no momento da invasão.

Edwaldo Lameira Novaes – Arquiteto, gerente de Obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) pela Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOP).

Fernanda – Carioca, 28 anos, dona de casa, ex-moradora da Vila Arará. Comprou uma casa na CCPL anos após a invasão.

Helena – Carioca, 58 anos, pesquisadora do Complexo de Manguinhos. Morou em

diversas comunidades antes de construir uma casa junto à moradia da mãe na CCPL, anos após a invasão.

Ícaro Moreno Junior – Engenheiro civil, pós-graduado em Engenharia Sanitária, mestre em Planejamento Energético e Ambiental. Presidente da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOP), órgão do Governo do Estado responsável pelas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Manguinhos e, conseqüentemente, do processo de urbanização da CCPL.

Júlia Coelho de Castro – Turismóloga, gerente de Contrato Social do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Manguinhos, através da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOP).

Maria Júlia – Pernambucana, 43 anos, empregada doméstica. Morou em diversas comunidades antes de comprar uma casa na CCPL, anos após a invasão.

Maria Lúcia – Pernambucana, 79 anos, aposentada, ex-empregada doméstica. Morou em diversos lugares do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense antes de conseguir um espaço logo após a invasão. Posteriormente, comprou outros terrenos para os filhos.

Maria Morena – Natural do interior do Estado do Rio de Janeiro, 77 anos, aposentada, ex-empregada doméstica. Morou em diversas comunidades do Rio de Janeiro antes de obter um espaço na CCPL, logo após a invasão, graças ao filho, que participa da invasão.

Maria Rita – Carioca, 59 anos, dona da casa, ex-moradora da Vila Arará. Conseguiu um espaço na CCPL no momento da invasão, graças aos filhos, que participam da invasão.

Maria Silvia – Paraibana, 38 anos, manicure, ex-empregada doméstica, ex-moradora de Manguinhos. Foi morar com a sogra na CCPL ao engravidar, anos após a invasão.

Marina Moraes Santos – Advogada, pós-graduada em Direito Público e com MBA em Gestão de Projetos. Responsável pelo processo de realocações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOP).

Marisa – Baiana, 40 anos, doceira, ex-moradora do Complexo de Manguinhos. Consegue um espaço na CCPL na invasão, da qual participou.

Rômulo – Carioca, funcionário da Associação de Moradores da Vila Arará no momento da invasão. Não chegou a morar na fábrica invadida.

Ruth Jurberg – Arquiteta, pós-graduada em Urbanismo, mestra em Políticas Públicas. Coordenadora do Trabalho Social do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) pela Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOP).

ANEXO B

Roteiro de entrevista com os moradores

1. Qual seu nome completo e data de nascimento?
2. Onde você nasceu? (Se nasceu fora do Rio de Janeiro, como e quando veio para a cidade?)
3. Você foi morar em uma comunidade assim que nasceu? (Se não, em que momento passa a morar em comunidade?)
4. Como você veio morar na CCPL? (Se foi um dos primeiros moradores, como foi o processo de ocupação?)
5. O espaço que você obteve na fábrica foi de graça ou comprado?
6. Você morou quantos anos na fábrica?
7. Como era viver na fábrica?
8. Quais as maiores dificuldades enfrentadas naquela época?
9. Como você soube que a CCPL entraria no PAC? (Qual foi o seu sentimento nesse momento?)
10. Quando você foi retirado da fábrica? Como se lembra desse processo?
11. Onde foi morar após sair dali?
12. Como foi o período em que você viveu recebendo o aluguel social?
13. Com foi a espera pelo novo apartamento?
14. Como foi o Curso de Integração?
15. O que mais marcou você no curso?
16. Você acha que terá alguma dificuldade com as regras estabelecidas durante o curso?

17. E você acha que terá alguma dificuldade com as taxas novas a serem pagas?
18. O que você sentiu quando recebeu as chaves do apartamento?
19. O que você acha de morar no mesmo local em que você morava antes?
20. Você ou seus filhos estudam perto?
21. Você e/ou seu marido trabalham perto?
21. Você moraria em algum lugar longe daqui? Se o Governo te oferecesse uma casa na Zona Oeste, qual seria sua decisão?
22. O que morar em um conjunto habitacional significa para você?

ANEXO C

Regulamento do Conjunto Habitacional Nova CCPL

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1 - Compete ao Síndico, a superintendência do conjunto habitacional, sua administração geral, fazendo cumprir o disposto neste Regulamento:

- a. Representa os moradores em assuntos de caráter coletivo,
- b. Cumpre e faz cumprir o Regulamento do Conjunto Habitacional Nova CCPL,
- c. Zela pela limpeza, organização e benfeitorias do conjunto habitacional,
- d. Executa orçamento,
- e. Media conflitos.

ARTIGO 2 - Compete a cada morador cuidar e zelar pela segurança e limpeza de todas as suas dependências e, auxiliar na supervisão realizada pelo Síndico quanto a regularidade de todos os serviços, ficando autorizado a tomar as providências cabíveis para fazer cumprir o presente regulamento, devendo comunicar as infrações ao Síndico, para adoção das medidas necessárias.

ARTIGO 3 - Compete ao empregado ocupante da função de Porteiro e Vigia Noturno, se for o caso:

- a. Manter o serviço permanente de portaria e exercer a vigilância contínua do conjunto habitacional, impedindo o ingresso de pessoas estranhas;
- b. Identificar os visitantes que deverão informar o nome da pessoa que procuram, e, seu acesso à unidade autônoma, só será permitido após a anuência dos moradores;
- c. Ligar e desligar as luzes das partes comuns;
- d. Contribuir para a manutenção da ordem e segurança.

ARTIGO 4 - Sendo os moradores interessados diretos pelo bom nome do conjunto habitacional e qualidade do ambiente, cabe aos mesmos, registrar no livro de ocorrências, localizado na portaria, qualquer irregularidade notada comunicando-a ao Síndico.

ARTIGO 5 - A fim de serem evitados incidentes entre moradores ou terceiros que frequentam o conjunto habitacional, é aconselhável que os moradores não façam reclamações entre si, mas sim ao Síndico, e por escrito no livro de ocorrências.

ARTIGO 6 - O Zelador fiscalizará a entrada e saída de qualquer volume e móveis portados por estranhos exigindo, se for o caso, ordem por escrito.

ARTIGO 7 - Os apartamentos do conjunto habitacional se destinam exclusivamente a residência familiar, não podendo ser utilizado para fins comerciais.

ARTIGO 8 - A menos que haja ordem expressa do Síndico, o Zelador não aceitará chaves de apartamentos em casos de mudança dos moradores.

ARTIGO 9 - O morador que por descuido, omissão ou conveniência provocar aumento das despesas comuns pagará o excesso a que der causa.

ARTIGO 10 - As cartas e os volumes entregues no conjunto habitacional serão recebidos diariamente pelo porteiro, cabendo ao Zelador a responsabilidade da distribuição com urgência.

ARTIGO 12 - Os animais devem ser transportados somente sempre presos em coleiras, e levados diretamente para a rua, evitando, desta maneira, que façam suas necessidades nas áreas comuns do prédio.

Parágrafo primeiro: O dono se responsabilize pela limpeza dos dejetos dos mesmos em todas as áreas coletivas, inclusive na praça;

Parágrafo segundo: Os respectivos donos serão responsabilizados por quaisquer acidentes e ou danos causados pelos mesmos.

ARTIGO 13 - Toda e qualquer encomenda portátil deve ser retirada pelo morador na portaria.

ARTIGO 14 - Prestadores de serviço somente poderão adentrar no prédio portando crachá próprio do conjunto habitacional e após prévia identificação pela portaria.

ARTIGO 15 - A saída de prestador de serviço do apartamento deve ser precedida de aviso à portaria pelo morador.

ARTIGO 16 - Todos os empregados, se houverem, do conjunto habitacional deverão portar crachá de identificação.

ARTIGO 17 - O Síndico poderá providenciar a retirada, das áreas de lazer, de qualquer pessoa que, comprovadamente, não mantenha a conduta compatível com o bom senso, respeito e moral, e desrespeite os princípios básicos de higiene, sem prejuízo da adoção de medidas necessárias cabíveis para o fiel cumprimento deste Regulamento do Conjunto Habitacional Nova CCPL.

CAPÍTULO II

PROIBIÇÕES NO INTERESSE COMUM

ARTIGO 18 - Alterar, prejudicar ou danificar qualquer das partes do conjunto habitacional, suas dependências e instalações comuns.

ARTIGO 19 - Colocar anúncios, cartazes, inscrições, etc., em qualquer dependência do conjunto habitacional sem prévia autorização por escrito do Síndico.

ARTIGO 20 - Instalar, nos apartamentos, sem a devida autorização, aparelhos de ar condicionado, exaustor ou similar na parte de alvenaria ou concreto, da fachada do conjunto habitacional.

ARTIGO 21 - Instalar novas ligações de água, energia elétrica, antenas externas de televisão e rádio.

ARTIGO 22 - Usar caixa acústica, rádios, vitrolas, TV, instrumentos musicais em níveis que causem incômodo aos demais moradores. Das 22:00 às 7:00 horas da manhã, deverá ser observado a lei do silêncio.

ARTIGO 23 - Estender, secar roupas e bater tapetes ou outras peças nas janelas, portas ou qualquer outro local de área comum, inclusive áreas de serviços.

ARTIGO 24 - Limpar as janelas de tal modo que a água escorra pelas paredes, sujando e caindo sobre as janelas de baixo.

ARTIGO 25 - Colocar qualquer objeto nos parapeitos das áreas externas, nas janelas, varanda que possam, ao cair, causar danos a pessoas e objetos.

ARTIGO 26 - Transgredir, no interior do conjunto habitacional, as devidas regras de urbanidade e respeito mútuo, educação e prudência.

ARTIGO 27 - Desobedecer qualquer decisão, ordem ou instrução regular do Síndico e/ou da Assembleia Geral, se for o caso.

ARTIGO 28 - Causar aglomeração ou tumulto em qualquer parte do conjunto habitacional inclusive no interior das dos apartamentos.

ARTIGO 29 - Fazer churrasco nas varandas dos apartamentos (se for o caso).

ARTIGO 30 - Utilizar empregados do conjunto habitacional para serviços particulares, dentro dos seus horários de trabalho.

ARTIGO 31 - Mudar a cor da pintura das partes externas.

ARTIGO 32 - Permitir a entrada de vendedores, pedintes ou pessoas com fim de angariar donativos, sem a devida autorização do morador interessado, que se responsabilizará por qualquer problema que vier a ocorrer.

ARTIGO 33 - Pisar ou brincar nas partes que compõem o jardim, bem como nele intervir adicionando, removendo ou mudando o projeto à revelia do Síndico.

ARTIGO 34 - Depositar objetos ou outros materiais em qualquer das áreas comuns. Os

materiais assim depositados serão removidos pelo Zelador e somente serão devolvidos após o infrator pagar a multa, além dos danos que por ventura ocasionar.

ARTIGO 35 - Ter ou usar instalações materiais ou equipamentos que possa afetar a saúde, segurança e tranquilidade ou que possam acarretar riscos para os demais moradores.

ARTIGO 36 - Atirar pelas janelas, nas escadarias e demais dependências comuns do conjunto habitacional, fragmentos de lixo, papéis, pontas de cigarros ou quaisquer outros objetos.

ARTIGO 36 - Reformas (somente mediante autorização do Síndico) nos apartamentos ou no conjunto habitacional, que causem barulho, de segunda à sexta-feira, das 17:00 às 8:00 horas, salvo casos de emergência devidamente justificados.

ARTIGO 37 - Crianças brincarem em espaços que apresentem risco ou fora dos horários discriminados neste Regulamento.

ARTIGO 38 - Abandonar objetos, materiais e equipamentos pessoais, após seu uso, fora de seus locais determinados.

ARTIGO 39 - A permanência de entregadores em geral no conjunto habitacional, ficando o condômino interessado, responsável recebimento dos mesmos.

ARTIGO 40 - Estacionar bicicletas fora dos espaços destinados.

Parágrafo único - As bicicletas não poderão ocupar espaço dos corredores e escadas e poderão ser guardadas com cadeado em área comum a ser decidida em reunião mensal;

ARTIGO 41 - Utilizar funcionários do conjunto habitacional para levar encomendas aos apartamentos, dentro de seus horários de trabalhos.

ARTIGO 42 - Permanecer com animais nas áreas comuns do conjunto habitacional.

CAPÍTULO III SALÃO DE FESTAS

ARTIGO 43 - O salão de festas é de uso exclusivo dos moradores do conjunto habitacional, para festividades de cunho familiar, bem como reuniões e Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias do conjunto habitacional.

ARTIGO 44 - É proibida a utilização do salão de festas para fins políticos, religiosos, comerciais, leilões, reuniões de clubes ou associações, jogos de qualquer natureza, festas ou reuniões com finalidade lucrativa ou beneficente, bem como para depósito de pertences dos moradores, salvo expressa autorização do Síndico.

ARTIGO 45 - A requisição para uso do salão de festas deverá ser feita ao Síndico, através de formulário próprio, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, para evitar conflito de datas.

Parágrafo Primeiro – A reserva somente será considerada após a aprovação do Síndico.

Parágrafo Segundo – Será obedecida rigorosa ordem cronológica das reservas.

ARTIGO 46 - O salão de festas funcionará em regime gratuito, sendo que o usuário se responsabilizará pela limpeza e manutenção do espaço.

Parágrafo Único - As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias do conjunto habitacional realizadas no salão de festas, estão isentas da taxa de aluguel.

ARTIGO 47 - O horário de uso do salão de festas é livre, porém deve ser respeitado o silêncio, conforme os artigos deste Regulamento.

ARTIGO 48 - A responsabilidade resultante do aluguel do salão de festas, dentro e fora dele, recairá sobre o requisitante, devendo em especial ser observado: a) respeito a Lei do Silêncio, no que se refere a vozerio, som de instrumentos e aparelhos sonoros; b) conduta e comportamento dos convidados.

Parágrafo Único – É obrigatória a presença do requisitante no recinto durante o transcorrer do evento.

ARTIGO 49 - Não poderão ser utilizados, durante os eventos decorrentes do aluguel do salão de festas, os serviços dos empregados do conjunto habitacional, se dentro de seu horário de trabalho.

ARTIGO 50 - No ato do recebimento da chave do salão de festas, o requisitante deverá, juntamente com o Zelador, efetuar vistoria do recinto para constatação de eventuais danos ou faltas nas instalações, móveis e complementos, registrando as irregularidades, devendo ainda assinar o termo de responsabilidade de utilização.

ARTIGO 51 - Na devolução das chaves do salão de festas, que deverá ocorrer até às 12 horas do dia seguinte ao do evento, deverá repetir-se a vistoria e, se constatada qualquer irregularidade, o requisitante deverá saná-la no prazo de 48 horas, sob pena de o conjunto habitacional mandar saná-la a expensas do requisitante.

ARTIGO 52 - Todo o material não pertencente ao salão de festas deverá ser retirado, impreterivelmente, até às 12 horas do dia seguinte ao do evento.

ARTIGO 53 - A limpeza do salão de festas é de responsabilidade do conjunto habitacional.

ARTIGO 54 - Nenhum requisitante poderá invocar desconhecimento de qualquer ARTIGO deste Regulamento do Conjunto Habitacional Nova CCPL, que será considerado perfeitamente conhecido por todos que fizerem a requisição de uso do local.

ARTIGO 55 - O requisitante do salão de festas, que por ocasião da realização do evento, infringir qualquer dos artigos aqui estabelecidos, permitir abuso de qualquer ordem por parte de seus convidados, desrespeitar a autoridade ou instrução do Síndico ou de seus prepostos ou de alguma forma vier a causar incômodo ou mal-estar dos demais moradores, ficará sujeito à multa prevista no Capítulo “IX” do presente, sem prejuízo da adoção de medidas necessárias cabíveis para o fiel cumprimento deste Regulamento do Conjunto Habitacional Nova CCPL.

ARTIGO 56 - Não poderá ser alugado ou emprestado para público externo.

ARTIGO 57 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Síndico, cuja resolução deverá ser acatada como se fizesse parte deste Regulamento do Conjunto Habitacional Nova CCPL.

CAPÍTULO IV LIXO

ARTIGO 58 - O lixo deve ser acondicionado em sacos plásticos devidamente fechados para que não haja vazamento e colocado na lixeira correspondente.

ARTIGO 59 - Entulhos provenientes de reformas deverão ser imediatamente removidos, em recipientes apropriados, para fora do conjunto habitacional, sem deixar vestígios nos espaços comuns.

CAPÍTULO V INDENIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS/ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

ARTIGO 60 - Os moradores serão responsáveis pelos danos e ou prejuízos que eles, pessoalmente, seus dependentes, prepostos, acompanhantes e seus eventuais visitantes, causarem aos demais moradores, a qualquer área, instalações ou equipamentos do conjunto habitacional, ficando obrigados a indenizar o Conjunto habitacional ou ao prejudicado.

ARTIGO 61 - A massa condominial, por si ou seu preposto, não assume responsabilidade por:

- a) acidentes ou danos de ordem pessoal ou material, decorrentes de qualquer natureza, de que sejam vítimas dentro do conjunto habitacional, moradores, seus dependentes, serviços, visitas e convidados, bem como extravios, quebras ou danos de instalações ou objetos confiados a empregados do conjunto habitacional;
- b) furtos e roubos de que sejam vítimas dentro do conjunto habitacional, inclusive nas garagens, moradores, locatários e terceiros, em quaisquer circunstâncias ou ocasiões;

c) interrupção eventual que se verificar no conjunto habitacional, em qualquer ocasião, do serviço de eletricidade, água, gás e telefone, seja qual for sua causa.

CAPITULO VI MUDANÇAS

ARTIGO 62 - Só serão permitidas mudanças se comunicadas antecipadamente, mínimo de 24 horas, ao Síndico.

ARTIGO 63 - Os moradores assumirão inteira responsabilidade por acidentes de qualquer espécie causados às áreas, equipamentos e dependências comuns do conjunto habitacional.

ARTIGO 64 - Ficam proibidas as mudanças aos sábados, domingos e feriados.

CAPÍTULO VII PENALIDADES

ARTIGO 65 - Qualquer morador que por si ou seus dependentes e empregados infringir qualquer dispositivo deste Regulamento do Conjunto Habitacional Nova CCPL ficará sujeito ao pagamento de multa de valor equivalente a uma contribuição mensal para as despesas de conjunto habitacional vigente a época, tantas vezes quantas forem as infrações.

ARTIGO 66 - As penalidades serão aplicadas pelo Síndico, cabendo ao infrator recurso perante o Conselho Consultivo, no prazo de 10 (dez) dias da data da comunicação da penalidade, não tendo recurso de efeito suspensivo.

ARTIGO 67 - Conforme Convenção do Conjunto habitacional, as multas aplicadas e não pagas serão cobradas judicialmente, acrescidas de todos os encargos e despesas cabíveis.

ARTIGO 68 - Os casos omissos serão resolvidos pelo síndico, ouvindo, quando necessário, o Conselho Consultivo.

CAPÍTULO VIII

LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DAS ÁREAS COLETIVAS

ARTIGO 69 - A limpeza das áreas coletivas, como corredores, praças, calçadas, caixa d'água e ruas internas ao conjunto habitacional será realizada em sistema de rodízios com a participação de todos os moradores.

ARTIGO 70 - A escala de limpeza será através de sorteios realizada pelo síndico em reuniões mensais.

ARTIGO 71 - Serão realizados mutirões de limpeza sempre que necessário.

ARTIGO 72 - Em caso de pichações, desenhos e rabiscos nas paredes de corredores e outros espaços de uso comum o causador do dano ou seu responsável deverá realizar a limpeza ou pintura e os custos não deverão ser divididos com os demais moradores.

ARTIGO 73 - O lixo de cada apartamento só poderá ser depositado em espaços externos nos dias e horários de coleta pela COMLURB.

ARTIGO 74 - As árvores e jardins serão irrigados através de rodízios de moradores a ser discutido e sua ordem sorteada nas reuniões mensais.

ARTIGO 76 - A preservação das árvores e jardins é de responsabilidade dos moradores.

ARTIGO 77 - Não será permitido pendurar roupas e varais na janela da frente dos apartamentos; Proibida a instalação de barracas no interior do conjunto habitacional.

CAPÍTULO IX

ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

ARTIGO 78 - Serão realizadas reuniões mensais de conjunto habitacional e reuniões extraordinárias quando necessário.

ARTIGO 78 - O horário de silêncio do conjunto habitacional será das 22h às 8 h de domingo a sexta e nos sábados das 24h às 9h.

ARTIGO 80 - É permitida a divulgação de serviços prestados pelos moradores no quadro de avisos e na porta de suas residências.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 81 - O presente instrumento deve ser levado a conhecimento de todos os moradores, a fim de que não se recusem de cumprir as normas nele contidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M.A. A evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ZAHAR, 1987.

_____. A cidade e a montanha. In: ABREU, M.A. Natureza e sociedade no Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.

_____. A favela está fazendo 100 anos. In: 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Anais. Rio de Janeiro: 1993.

_____. Reconstruindo uma história esquecida – Origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. In: Espaço & Debates, n.37. Rio de Janeiro, 1994.

_____. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: CASTRO, I.E, GOMES, P.C.C, CORRÊA, R.L. (org). Brasil; Questões Atuais da Organização do Território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

ALVITO, M. Um bicho-de-sete-cabeças. In: ZALUAR, A., ALVITO, M. Um século de favela. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BACKHEUSER, E. Habitações Populares. In: Relatório apresentado ao Exm^o. Sr. Dr. J.J. Seabra, ministro da Justiça e Negócios Exteriores. Rio de Janeiro: Imprensa

Nacional 1906.

BARBOSA, J.L. Remover ou conter as favelas? Eis uma falsa questão. Publicado em 08/05/2009. Disponível em http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/acervo/view_text.php?id_text=12. Acessado em 10/06/2009.

BIRMAN, P. Favela é comunidade? In: MACHADO DA SILVA, L.A. (org.) Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas cariocas. Rio de Janeiro: FAPERJ/Nova Fronteira, 2008.

BONDUKI, N. Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

BRUM, M.S.I. Cidade Alta: (História, memórias e o estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro) / Mario Brum. – Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

_____. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da ditadura de 1964 aos grandes eventos. O Social em Questão – Ano XVI – nº 29 – 2013.

BURGOS, M.B. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A., ALVITO, M. Um século de favela. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CAMPOS, A. Do quilombo à favela: A produção do “espaço criminalizado” no Rio de

Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CARDOSO, A. L. (Org.) . Habitação Social nas Metrôpoles Brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX.. 1. ed. Porto Alegre: ANTAC, 2007.

_____; ABIKO, Alex Kenya (Org.) . Procedimentos de gestão habitacional para população de baixa renda. 1. ed. Porto Alegre: ANTAC, 2006..

_____; ARAUJO, R. L. . Necessidades Habitacionais. Curso à Distância: Ações Integradas de urbanização de assentamentos precários. São Paulo: Aliança de Cidades Brasil / Banco Mundial, 2009.

CARVALHO, C.D. História da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1988.

CASTELLS, M. La Cuestión Urbana. Madri: Siglo Veintiuno Editores, 1974.

CASTRO, I.E, GOMES, P.C.C., CORRÊA, R.L. Geografia: Conceitos e Temas. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.

CAVALCANTI, M. Of Shacks, Houses and Fortresses: an ethnography of favela consolidation in Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. University of Chicago, Department

of Anthropology, 2007.

CAVALCANTI, M.; FONTES, P.; BLANK, T. CCPL: Favela Fabril. Relatório de Pesquisa. Lincoln Institute of Land Policy, 2012.

CAVALLIERI, F. O momento 2000 do Favela-Bairro: Avaliação com base nos Censos de 1991 e 2000. Coleção Estudos da Cidade. Instituto Pereira Passos. Rio de Janeiro, janeiro / 2005.

CEZAR, P.B. Evolução da população de favelas na cidade do Rio de Janeiro: uma reflexão sobre os dados mais recentes. Coleção Estudos Cariocas. Rio de Janeiro: IPP, 2002.

CHALOUB, S. Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHOAY, F. O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia / Françoise Choay; [tradução Dafne Nascimento Rodrigues]. São Paulo: Perspectiva, 2011.

COIMBRA, C. Operação Rio - O mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Oficina do Autor: Niterói, 2001.

CONCEIÇÃO, W.S. Os condomínios populares: um novo modo de gestão das

populações pobres no Rio de Janeiro? XVI Encontro Anual de História – ANPUH-Rio. Rio de Janeiro: 2014a.

_____. “Agora você é madame!”. Os “encontros de integração” do PAC/PMCMV no Rio de Janeiro como instrumentos de disciplinarização urbana e moral da população pobre. XI Congreso Argentino de Antropología Social. Rosario: 2014b.

CORRÊA, R.L. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I.E, GOMES, P.C.C., CORRÊA, R.L. Geografia: Conceitos e Temas. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.

DEMMATTEIS, G. 1992. Les systems urbaines en réseau: temps du développement. Colóquio Le temps des villes, Paris: EHESS, 1992.

ELIAS, N. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

FAULHABER, L.; AZEVEDO, L. SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FELTRAN, G.S. Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo / Gabriel de Santis Feltran. – São Paulo: Editora Unesp: CEM: Cebrap, 2011.

FERNANDES, T.M.; COSTA, R.G. Histórias de pessoas e lugares: memórias das comunidades de Manguinhos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

_____. As comunidades de Manguinhos na história das favelas no Rio de Janeiro. Revista TEMPO, Vol.17, n.34, 2012.

FERNANDES, T.M.; LIMA, A.L.S.; GUIMARÃES, G. Intervenções no espaço urbano de Manguinhos: acesso à habitação cidadã ou perpetuação da vulnerabilidade social? Anais do XI Encontro Nacional de História Oral. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

FORTUNA, A.P.; FORTUNA, J.P.P. Associativismo na favela. Revista de Administração Pública, 8 (4): 103-152, out/dez, 1974.

FREIRE, A.; FREIRE-MEDEIROS, B.; CAVALCANTI, M. Lu Petersen: militância, favela e urbanismo. Américo Freire, Bianca Freire-Medeiros, Mariana Cavalcanti (Orgs.). – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FREIRE, L.; SOUZA, M. Trocando o pneu com o carro andando: uma etnografia do processo de intervenção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Manguinhos (Relatório final da pesquisa de campo do projeto “Manguinhos: Diagnóstico histórico-urbano sanitário. Subsídios para políticas públicas sustentáveis em saúde”). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, 2010.

FREITAS, R.F.; NACIF, R. Destinos da cidade: comunicação, arte e cultura. Rio de

Janeiro: EdUERJ, 2005.

GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GONÇALVES, R. S. Favelas do Rio de Janeiro: História e direito. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

GOTTDIENER, M. A produção social do espaço urbano. São Paulo: EDUSP, 1994.

GUIMARÃES, A.P. As favelas do Distrito Federal. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v.14, n.55, p.250-278, jul/set. 1953.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I.E, GOMES, P.C.C., CORRÊA, R.L. Geografia: Conceitos e Temas. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.

HARVEY, D. Condição pós-moderna. São Paulo: Ed.Loyola, 1994.

_____. Social Justice and the City. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1973.

_____. Espaços de Esperança. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

JACOBS, J. Morte e vida nas grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes: 2000.

KROPF, S. “Sonho da razão, alegoria da ordem: o discurso dos engenheiros sobre a cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX”. In: _____, HERSCHMANN, M. e NUNES, C. Missionários do progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro (1870-1937). Rio de Janeiro, Diadorim, 1996.

LEEDS, E. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local. In: ZALUAR, A., ALVITO, M. Um século de favela. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LEEDS, A.; LEEDS, E. A sociologia do Brasil urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LEFÉBVRE, H. Espacio y Política. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1976.

_____. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITÃO, G.; DELECAVE, J. O programa Morar Carioca: novos rumos na urbanização das favelas cariocas? O Social em Questão – Ano XVI - Nº 29 – 2013.

LEITE, M.P. Para além da metáfora da guerra: violência, cidadania, religião e ação coletiva no Rio de Janeiro (NO PRELO). São Paulo: Attar Editorial/CNPq-Pronex Movimentos Religiosos no Mundo Contemporâneo, 2009.

MACHADO DA SILVA, L.A. “Vida e Morte da Teoria da Marginalidade.” In Por que

Marx? E. L. Figueiredo, G. Cerqueira Filho, and L. Konder, eds. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____. A continuidade do "problema da favela". In *Cidade: História e Desafios*. L. L. Oliveira, ed. pp. 220-237. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

_____; LEITE, M.P. "Favelas e Democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas." In *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: IBASE, 2004.

MAGALHÃES, A. "As favelas não devem ser vistas como um tabu": o retorno da remoção como forma de intervenção estatal nas favelas do Rio de Janeiro. Texto apresentado à Oficina de Estudos Urbanos (CPDOC/FGV), 2013.

MAIA, J.; KRAPP, J. Comunicação e comunidade: Novas perspectivas das sociabilidades urbanas. In: FREITAS, R.F.; NACIF, R. *Destinos da cidade: comunicação, arte e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

MANGIN, W. Latin American squatter settlements: a problem and a solution. *Latin American Research Review*, n.2, p.65-98, 1967.

MOTTA, M.S. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: FGV, 1992.

_____. *Frente e verso da política carioca: o Lacerdismo e o Chaguismo*. Estudos

Históricos – Cultura Política, Rio de Janeiro, v.13, n 24, p.351-376, 1999.

_____. O “Hércules da Prefeitura” e o “Demolidor do Castelo”: o executivo municipal como gestor da política urbana da cidade do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, L.L. Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

_____. Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estado. Nossa História. Rio de Janeiro, n 19, p.72-25, maio, 2005.

OLIVEIRA, L.L. Memórias do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, L.L. Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

OLIVEIRA, E. L.; GIVISIEZ, G. H. N. ; RIOS-NETO, E. L. G. . Demanda Futura por Moradias no Brasil 2003-2023: Uma abordagem demográfica. 1. ed. Brasília: Ministério das Cidades, 2009. v. 1. 144 p.

OLIVEIRA, J.S, AJARA, C., LA CROIX, L.M. Impactos da reestruturação econômica nas favelas cariocas: trajetória e paradigmas. In: A ENCE aos 50 anos. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

OLIVEIRA, J.S, MARCIER, M.H. A palavra é: favela. In: ZALUAR, A., ALVITO, M. Um século de favela. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ORTIZ, R. Um Outro Território: Ensaio sobre a mundialização. São Paulo: Olho

d'Água, 1996.

PARISSE, L. Favelas do Rio de Janeiro: Evolução e Sentido. Rio de Janeiro: CENPHA, 1969.

PATROCÍNIO, P.R.T. Entre o morro e o asfalto: imagens da favela nos discursos culturais brasileiros. Dissertação de Mestrado. Departamento de Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

PAULO, P. Do “Ponha-se na Rua” ao “Sai do Morro Hoje”: Das raízes históricas das remoções à construção da “cidade olímpica”. Monografia. IACS/UFF: Niterói, 2013.

PERLMAN, J.E. O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *The metamorphosis of marginality: Four generations in the favelas of Rio de Janeiro*. Annals of the American Academy of Political and Social Science, volume 606, pages 154-177, jul / 2006.

_____. *Favela - Four Decades of Living on the Edge in Rio de Janeiro*. New York: Oxford University Press, 2010.

PETZ, M.L.P. A utilização do método de D.O.C. num programa de melhoramentos físicos na favela de Catacumba. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica,

Instituto Social, 1963.

RAMOS, S.; PAIVA, A. Mídia e violência: tendências na cobertura da criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007.

RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, L.C.Q., RIBEIRO, R. Dimensão sócio-espacial da exclusão/integração nas metrópoles; Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Observatório das Metrópoles, 2008. Disponível em www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br. Acessado em fevereiro de 2009.

ROCHA, D.G. “Da Batalha à Guerra do Rio: uma abordagem espaço-temporal da representação das favelas na imprensa carioca”. Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE). Rio de Janeiro, 2010.

ROLNIK, R. Copa 2014, Olimpíadas 2016 e Megaprojetos – Remoções em curso no Brasil. Relatório. Abril de 2011.

_____. Prefácio. In: FAULHABER, L.; AZEVEDO, L. SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

SAMPAIO, C. O arrasamento do morro do Castelo. Rio de Janeiro, Tipografia da

Gazeta da Bolsa, 1925.

SANTOS, M. *Society and Space: Social Formation as Theory and Method*. Antípode, Worcester, 1977.

SANTOS, M.C.R. *Demolição, Batalha e Paz: favelas em manchetes*. Dissertação (mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2001.

SANTOS JUNIOR, O.A. *A Produção Capitalista do Espaço, os Conflitos Urbanos e o Direito à Cidade*. In: SANTOS JUNIOR, O.A.; CHRISTÓVÃO, A.C.; NOVAES, P.R. (Org.) *Políticas Públicas e Direito à Cidade: Programa Interdisciplinar de Formação de Agentes Sociais e Conselheiros Municipais*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópolis: IPPUR/UFRJ, 2011.

SANTOS JUNIOR, O.A; MULLER, C. *Relatório da Missão da Relatoria do Direito à Cidade Plataforma Dhesca*, Rio de Janeiro, 18 a 20 de maio de 2011.

SEVCENKO, N. (org). *História da Vida Privada no Brasil*, vol.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, H.N.M. *As ruínas da cidade industrial: resistência e apropriação social do lugar*. Dissertação de Mestrado. IPPUR – UFRJ. 2008.

SILVA, M.L.P. *Favelas Cariocas, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SILVA, J.S. Um espaço em busca de seu lugar: as favelas para além dos estereótipos. In: SANTOS, M. Território – Territórios. Niterói: PPGeo-UFF/AGB, 2002.

SILVA, J.S., BARBOSA, J.L. Favela: alegria e dor na cidade. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2005.

SOUZA, M.J.L. O Território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E, GOMES, P.C.C., CORRÊA, R.L. Geografia: Conceitos e Temas. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.

TEODOSIO, T.S.J. Espaço Maré: histórias, trajetórias e desafios. Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE). Rio de Janeiro, 2006.

TRINDADE, C.P. “Não se faz omelete sem quebrar ovos”. Política pública e participação social no PAC Manguinhos – Rio de Janeiro / Claudia Peçanha Trindade – 2012.

TURNER, J. Uncontrolled urban settlement: problems and policies. In: BREESE, G. (Ed.). The City in newly development countries: readings on urbanism and urbanization. New Jersey: Englewood Cliffs, 1969.

VALLA, V. V. et alii. Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro 1940-1985. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. Educação, participação, urbanização: uma contribuição à análise histórica das propostas institucionais para as favelas do Rio de Janeiro, 1941-1980. In: Seminário Habitação Popular no Rio de Janeiro: Primeira República. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1985000300002
Acessado em 28 de outubro de 2015.

VALLADARES, L.P. Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. A invenção da favela. Do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VENTURA, Z. Cidade Partida. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O.G. (org.) O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973.

ZALUAR, A. A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. Crime, medo e política. In: ZALUAR, A., ALVITO, M. Um século de favela. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ZALUAR, A., ALVITO, M. Um século de favela. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Documentos consultados:

CENSO DOMICILIAR – Complexo de Manguinhos – Relatório Final. Rio de Janeiro: Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP-Rio), março de 2010.

CHISAM – Origem – Objetivos – Programas – Metas. Rio de Janeiro: BNH / Ministério do Interior, 1969.

LEI COMPLEMENTAR Nº16. Dispõe sobre a política urbana do município, institui o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 04 de junho de 1992.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Urbanização de favelas: a experiência do PAC – Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. – Brasília, 2010a.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Ações Integradas de Urbanização de Assentamentos Precários – Edição Bilíngue, Brasília/São Paulo: Ministério das Cidades/Aliança das Cidades, 1ª Edição; 2010b.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL, Decreto 6.000 – Código de Obras do Distrito Federal, de 1º de Julho de 1937.

SOCIEDADE DE ANÁLISES GRÁFICAS E MECANOGRÁFICAS APLICADAS
AOS COMPLEXOS SOCIAIS. Aspectos humanos da favela carioca. *O Estado de São
Paulo*, São Paulo, 10 abr. 1960. p. 38, col. 4, supl. especial.